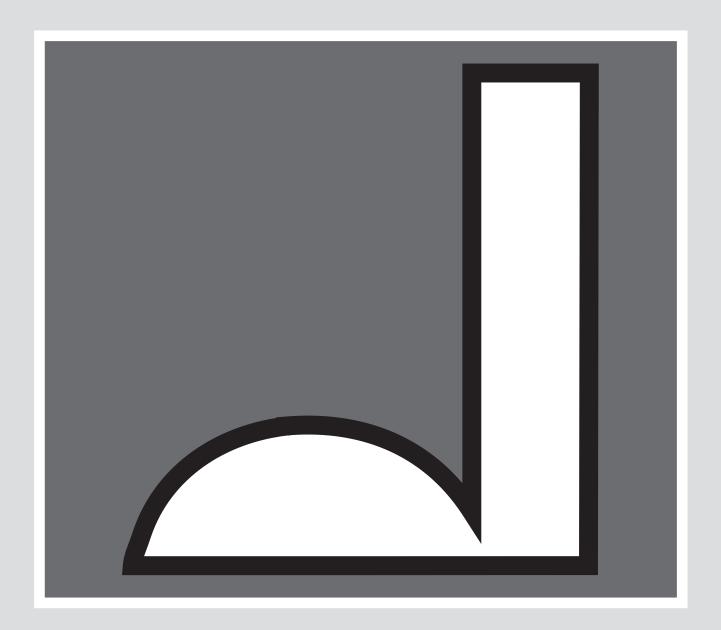


# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 079 - SEXTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

#### MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2° VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO)2

3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)<sup>1</sup> 2º - João Durval - (PDT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS

no 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

	LIDERANÇAS			
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16		
Líder		Líder		
Humberto Costa - PT	Líder do PMDB - 19	Mário Couto - PSDB (9)		
	Renan Calheiros			
Líder do PT - 15	Vice-Líderes do PMDB	Líder do PSDB - 11		
Humberto Costa	Vital do Rêgo	Alvaro Dias		
Vice-Líderes do PT	Eduardo Braga	Vice-Líderes do PSDB		
Gleisi Hoffmann	Gilvam Borges (10)	Aloysio Nunes Ferreira (8)		
João Pedro	Waldemir Moka	Paulo Bauer (7)		
Lindbergh Farias	Ricardo Ferraço	Flexa Ribeiro (6)		
Walter Pinheiro	Casildo Maldaner	Líder do DEM - 5		
Wellington Dias	Líder do PP - 5	Demóstenes Torres (3,4)		
Líder do PR - 4	Francisco Dornelles	Vice-Líder do DEM		
Magno Malta	Vice-Líder do PP	Jayme Campos (5)		
Líder do PDT - 4	Ana Amelia			
Acir Gurgacz	Líder do PSC - 1			
Vice-Líder do PDT	Eduardo Amorim			
Cristovam Buarque	Líder do PMN - 1	PTB - 6		
Líder do PSB - 3	Sérgio Petecão	Líder		
Antonio Carlos Valadares	Líder do PV - 1	Gim Argello - PTB		
Vice-Líder do PSB	Paulo Davim	Vice-Líderes		
Lídice da Mata		João Vicente Claudino		
Líder do PC DO B - 2		Mozarildo Cavalcanti		
Inácio Arruda				
Líder do PRB - 1				
Marcelo Crivella				
PSOL - 2	PPS - 1	Governo		
Líder	Líder	Líder		
Marinor Brito - PSOL	Itamar Franco - PPS	Romero Jucá - PMDB		
		Vice-Líderes		
		Gim Argello		
		Benedito de Lira		
		João Pedro		
		Lídice da Mata		
		Jorge Viana		
		Vital do Rêgo		

- 1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Lideranca do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF, GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

  2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de
- 2011 3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º
- de março de 2011.
  4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- 5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011
- 6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011. 7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- 8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF, GLESDB Nº 69/2011, lido na sessa do dia 23 de março de 2011.

  9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- 10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

EXPEDIENTE		
Doris Marize Romariz Peixoto	Claudia Lyra Nascimento	
Diretora-Geral do Senado Federal	Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal	
Florian Augusto Coutinho Madruga	Maria Amália Figueiredo da Luz	
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Diretora da Secretaria de Ata	
José Farias Maranhão	Patrícia Freitas Portella Nunes Martins	
Diretor da Subsecretaria Industrial	Diretora da Secretaria de Taquigrafia	

# **SENADO FEDERAL**

## **SUMÁRIO**

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS		SENADOR PAULO DAVIM – Registro do au-	
1.1 – RESOLUÇÃO		mento do desmatamento na Amazônia em decor-	
Nº 2, de 2011	17419	rência da perspectiva de anistia daqueles que co-	
2 – ATA DA 77º SESSÃO, DELIBERATIVA		meteram crimes ambientais	17437
ORDINÁRIA, EM 19 DE MAIO DE 2011		SENADOR ALVARO DIAS, como Líder - Re-	
2.1 – ABERTURA		gistro da comemoração hoje do Dia Mundial do	
2.2 – EXPEDIENTE		Combate às Hepatites; e outro assunto	17438
2.2.1 – Discursos do Expediente		SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro da	
SENADOR CASILDO MALDANER - Preo-		realização de eventos, nesta semana, em defesa	
cupação com os possíveis efeitos colaterais das		da criança e do adolescente e de combate à explo-	
medidas de combate à inflação que podem interferir		ração e ao abuso sexual infantojuvenil	17439
no crescimento econômico	17421	SENADOR WILSON SANTIAGO - Come-	
SENADOR LUIZ HENRIQUE, como Líder -		moração pelo transcurso hoje do Dia do Defensor	
Preocupação com a perda de competitividade da		Público	17440
economia brasileira	17423	2.2.2 – Leitura de requerimento	
SENADOR EDUARDO SUPLICY - Registro		Nº 567, de 2011, de autoria do Senador Wilson	
do bom relacionamento da Presidente Dilma Rous-		Santiago, solicitando voto de louvor pelo transcurso	
seff com os movimentos sociais no Brasil; e outro		do Dia Nacional do Defensor Público	17442
assunto	17424	2.2.3 - Discursos do Expediente (conti-	
SENADOR PAULO PAIM - Registro do en-		nuação)	
contro, hoje e amanhã, de deficientes auditivos com		SENADOR GARIBALDI ALVES - Preocupa-	
autoridades dos Poderes da República para reivin-		ção com a proliferação das drogas entre os jovens	
dicar ações de melhoria da educação de surdos; e	47400	no Rio Grande do Norte e o consequente aumento	
outro assunto.	17426	dos índices de criminalidade	17442
SENADORA <i>GLEISI HOFFMANN</i> – Come-		2.3 – ORDEM DO DIA	
moração pelos dados apresentados pelo relatório		2.3.1 – Item 1	
<b>Focus</b> , apontando queda nos índices que medem a inflação, e pelos dados do Governo que demons-		Medida Provisória nº 515, de 2010, que abre	
tram crescimento da geração de empregos; e outros		crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho	
assuntos.	17429	e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor	
SENADOR JOÃO PEDRO – Registro de visi-	17 120	global de vinte e seis bilhões, seiscentos e setenta	
ta ao Comando do Exército Brasileiro, em Brasília,		e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e	
para conhecer o Projeto Sisfron – Sistema Integrado		cento e noventa e seis reais, para os fins que es-	
de Monitoramento de Fronteiras, que começa a ser		pecifica. Discussão adiada para a próxima sessão	
implantado e vai até o ano de 2019	17433	deliberativa ordinária	17444
SENADORA ANA RITA – Preocupação com o		2.3.2 – Matérias não apreciadas e trans-	
acesso à moradia, em especial para as populações		feridas para a próxima sessão deliberativa or-	
mais vulneráveis; e outro assunto	17434	dinária.	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como		2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
Líder - Comentários acerca dos reflexos, para a		2.4.1 – Apreciação de matéria	
Zona Franca de Manaus, da edição de medida		Requerimento nº 163, de 2011, de autoria da	
provisória que promoverá incentivos fiscais para a		Senadora Lídice da Mata e outros Srs. Senadores.	
produção de tablets	17435	Aprovado	17446

2.4.2 – Leitura de propostas de emenda à		SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como	
Constituição apresentadas como conclusão dos		Líder – Considerações acerca do Pacto Federativo	
trabalhos da Comissão de Reforma Política		por ocasião da realização da XIV Marcha a Brasília	
Nº 37, de 2011, tendo como primeiros signa-		em Defesa dos Municípios	17504
tários os Senadores José Sarney e Francisco Dor-		SENADORA ANA AMÉLIA – Registro do	
nelles, que altera os arts. 46 e 56 da Constituição		transcurso do Dia Nacional da Defensoria Pública;	
Federal, para reduzir de dois para um o número de		e outro assunto	17504
suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente		SENADOR VICENTINHO ALVES, como Lí-	
que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim,		der – Registro do aniversário amanhã de Palmas,	
até o segundo grau ou por adoção do titular e dá		capital do Tocantins; e outros assuntos	17509
outras providências	17447	SENADOR BLAIRO MAGGI - Prestação de	
Nº 38, de 2011, tendo como primeiros sig-		contas ao Senado Federal de viagem, que S. Exa	
natários os Senadores José Sarney e Francisco		fez à Ásia, com o objetivo de intensificar as expor-	
Dornelles, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Cons-		tações de algodão	17511
tituição Federal, para estabelecer mandato de cinco		SENADOR RENAN CALHEIROS, como Lí-	
anos para Presidente da República, Governador de		der - Comentários acerca dos dados divulgados	
Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a		nesta semana sobre o aumento da geração de	
data das respectivas posses	17453	empregos e o recuo dos índices que monitoram a	
Nº 39, de 2011, tendo como primeiros sig-		inflação	17514
natários os Senadores José Sarney e Francisco		SENADOR JAYME CAMPOS - Considera-	
Dornelles, que altera o § 5º do art. 14 da Consti-		ções sobre os benefícios do uso do biodiesel; e	
tuição Federal, para estabelecer a inelegibilidade		outro assunto	17515
do Presidente da República, dos Governadores de		SENADOR WALTER PINHEIRO - Conside-	
Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para		rações sobre as medidas adotadas pela equipe	
os mesmo cargos, no período subsequente, e dá		econômica no combate à inflação; e outros assun-	
outras providências	17463	tos	17517
Nº 40, de 2011, tendo como primeiros sig-		SENADOR ANTONIO CARLOS VALADA-	
natários os Senadores José Sarney e Francisco		RES, como Líder - Comentários sobre estudo da	
Dornelles, que altera o art. 17 da Constituição Fe-		Organização das Nações Unidas para a Agricultura	
deral, para permitir coligações eleitorais apenas		e Alimentação (FAO) a respeito do desperdício de	
nas eleições majoritárias	17470	alimentos no mundo	17521
Nº 41, de 2011, tendo como primeiros signa-		SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG - Ho-	
tários os Senadores José Sarney e Francisco Dor-		menagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Defensor	
nelles, que altera o art. 14 da Constituição Federal		Público.	17525
para dispensar da exigência de filiação partidária		2.4.4 – Leitura de requerimentos	
os candidatos nas eleições municipais	17476	Nº 568, de 2011, de autoria da Senadora Ma-	
Nº 42, de 2011, tendo como primeiros sig-		risa Serrano, solicitando a realização de auditoria	
natários os Senadores José Sarney e Francisco		especial no Programa Nacional de Alimentação	
Dornelles, que acrescenta o § 3º ao art. 45 da		Escolar do Ministério da Educação pelo Tribunal	
Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda		de Contas da União	17529
Constitucional que altere o sistema eleitoral seja		Nº 569, de 2011, de autoria do Senador Alvaro	
aprovada em referendo para entrar em vigor	17482	Dias, solicitando tramitação conjunta dos Projetos	
Nº 43, de 2011, tendo como primeiros sig-		de Lei do Senado nºs 276, 565 e 641, de 2007	17531
natários os Senadores José Sarney e Francisco		Nº 570, de 2011, de autoria da Senadora	
Dornelles, que altera o artigo 45 da Constituição		Ana Amelia, solicitando voto de congratulações à	
Federal, para instituir o sistema eleitoral propor-		Federação das Associações de Municípios do Rio	
cional de listas preordenadas nas eleições para a		Grande do Sul – FAMURS	17531
Câmara dos Deputados	17489	Nº 571, de 2011, de autoria do Senador Euní-	
2.4.3 – Discursos		cio Oliveira, solicitando voto de aplauso à instituição	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI –		Desafio Jovem	17531
Comemoração pelo transcurso, hoje, do Dia do		Nº 572, de 2011, de autoria da Senadora	
Defensor Público.	17496	Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao	
SENADOR GEOVANI BORGES – Manifes-		Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil	4=====
tação de louvor pela inclusão dos tratamentos de		da Presidência da República	17532
ortodontia e implante dentário no rol de serviços		Nº 573, de 2011, de iniciativa da Comissão	
prestados pelo programa de saúde bucal Brasil	47500	de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solici-	
Sorridente	17503	tando voto de solidariedade ao Governo Brasileiro,	

em razão da declaração de 1º de abril de 2011, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos	17533	Nº 78, de 2011 (nº 133/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. <i>Paulo Sérgio Traballi Bozzi</i> , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago	17615
Americanos	17536 17539	Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Ofício nº 118/2011) em vaga cedida pelo PSOL (Ofício nº 213/2011, de 18 do corrente). Designação do Senador Ataídes Oliveira para compor o referido	
Ana Amélia, solicitando voto de congratulações ao <i>Jornal do Comércio</i> .  Nº 577, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações à <i>Tramontina Farroupilha S/A Indústria Metalúrgica</i>	17539 17539	Conselho  Da Liderança do Bloco da Minoria no Congresso Nacional, de indicação da Senadora Maria do Carmo Alves para a função de Vice-Líder do referido Bloco. (Ofício nº 319/2011, de 18 do cor-	17645
2.4.5 – Leitura de propostas de emenda à Constituição  Nº 44, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador João Vicente Claudino, que altera	17000	<b>2.4.8 – Leitura de projeto</b> Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares,	17645
a redação do § 4º do art. 18 e o inciso VI do art. 29 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios	17540	que estabelece isenção de tarifa de embarque em voos domésticos para passageiros idosos	17645
Nº 45, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Randolfe Rodrigues, que altera a redação do § 2º e acresce os §§ 3º a 7º ao art.61 da Constituição Federal, para conferir nova disciplina		nºs 5, de 2007, e 74, de 2009, à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Fe- deral, uma vez que já se encontram instruídos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	17648
à apresentação e à tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular	17544	2.5 – ENCERRAMENTO 3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDEN- TE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ	
Nº 75, de 2011 (nº 130/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. <i>José Jorge Alcazar Almeida</i> , Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores,		SARNEY, EM 19-5-2011  5 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊN- CIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO  5.1 – TERMOS DE REUNIÃO Referente à Comissão Mista destinada a re-	
para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa	17553	latar o Veto Parcial nº 6, de 2011	17649
Paulo Americo Veiga Wolowski, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o		2011SENADO FEDERAL 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	17649
cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana	17581	7 - COMISSÕES PARLAMENTARES DE IN- QUÉRITO 8 - COMISSÕES TEMPORÁRIAS 9 - COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES  CAE - Comissão de Assuntos Econômicos CAS - Comissão de Assuntos Sociais CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.	17595	CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

#### 10 - CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

#### **CONGRESSO NACIONAL**

#### 11 - CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei  $n^0$  8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

## **SENADO FEDERAL**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2011

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares norteamericanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa Várzeas do Tietê".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I devedor. Estado de São Paulo:
- II credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III garantidor. República Federativa do Brasil;
- IV valor. até US\$ 115.700.000,00 (cento e quinze milhões e setecentos mil dólares norte-americanos);
- V modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário:
- VI prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;
- VII amortização: em prestações semestrais, consecutivas e sempre que possível iguais, pagas em 15 de janeiro e em 15 de julho de cada ano, vencendo a primeira 5 (cinco) anos após a data de vigência do contrato e a última até 25 (vinte e cinco) anos após esta data;
- VIII juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano, mais ou

- menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxas de juros baseadas na **Libor**, acrescidos de um **spread** para empréstimos do capital ordinário;
- IX comissões: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a ser estabelecida periodicamente pelo BID, calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, exigida juntamente com os juros;
- X despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, sendo que o valor devido em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos previstos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de São Paulo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de maio de 2011. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Partido

# Ata da 77<sup>a</sup> Sessão, Deliberativa Ordinária em 19 de maio de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy e dos Srs. Wilson Santiago, João Pedro, Randolfe Rodrigues, Jayme Campos, Blairo Maggi, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 14 horas, e encerra-se às 19 horas e 15 minutos.) É o seguinte o registro de comparecimento:

### **REGISTRO DE COMPARECIMENTO**

#### Senado Federal

#### 77° SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, ÀS 14 HORAS

Período: 19/5/2011 07:46:24 até 19/5/2011 20:30:02

Рапко	UF.	Nome	Pres	Voto
POT	80	ACIR GURGACZ	×	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	<del></del>	
PSDB	PR	ALVARO DIAS		
PP				
	R5	ANA AMÉLIA	х	
PT	ES	ANA RITA	×	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	×	
PSB	\$E	ANTÓNIO CARLOS VALADARES	×	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	×	
PSDB	TO	ATAIDES OLIVEIRA	×	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	×	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	×	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	×	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	×	
PP	Pi	CIRO NOGUEIRA	<del>x</del>	
PB	MG	CLÉSIO ANDRADE	$-\hat{\mathbf{x}}$	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	<del></del>	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	<del></del>	
PT				
	MS	DELCIDIO AMARAL	×	
DEM	GO	DEMOSTENES TORRES	Х	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	×	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	×	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	×	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	×	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	×	
PTB	AL.	FERNANDO COLLOR	×	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	×	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	×	
PMDB	BN	GARIBALDI ALVES	×	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	- x	
PTB	DF	GIM ARGELLO	<del></del>	
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	<del></del>	
PT	PE			
		HUMBERTO COSTA	×	
PCdo8	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PP	RO	IVO CASSOL	×	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	×	
DEM	MIT	JAYME CAMPOS	×	
PMDS	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PT	AM	JOÃO PEDRO	×	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	х	
DEM	AN	JOSÉ AGRIPINO	×	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	×	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	×	
PSB	BA	LIDICE DA MATA	×	
PT	PJ	LINDBERGH FARIAS	×	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	×	
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	×	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	×	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	<del></del>	
PSDB	PA	MARIO COUTO	<del>x</del>	
PSDB	MS	MARISA SERRANO		
PT	SP	MARTA SUPLICY		
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		
			<del>-</del>	
PSDB	SC	PAULO BAUER PAULO DAVIM	<del></del>	
PV	FIN .			
PT	RS	PAULO PAIM	<u>×</u>	
PMDB	AS	PEDRO SIMON	<u>X</u>	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	×	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	х	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Х	
PMDB	PA	ROBERTO REQUIÃO	×	
Operador: 14	ELIO P	FERREIRA LIMA		
Carrie anni i il				

Partido	UF	Nome	Pres Voto
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	×
PCdo8	MA	VANESSA GRAZZIOTIN	×
PR	TO	VICENTINHO ALVES	×
PMDB	PB	VITAL DO REGO	×
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	×
PT	BA	WALTER PINHEIRO	×
PT	PI	WELLINGTON DIAS	×
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	×

Compareceram: 69 Senadores

Emissão: 19/5/2011 20:30:59

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, SRA. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra para uma comunicação parlamentar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para uma comunicação inadiável, o primeiro inscrito é o Senador Paulo Paim.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Como segundo inscrito para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Como segundo inscrito, em comunicação inadiável, falará o Senador João Pedro.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Para uma comunicação inadiável, SRA. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Terceiro inscrito em comunicação inadiável, o Senador Geovani Borges.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Luiz Henrique.(Pausa.)

Casildo Maldaner.(Pausa.)

Ana Amélia. (Pausa.)

Jayme Campos. (Pausa.)

Gleisi Hoffmann. Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffman, pelo tempo regimental.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu queria só fazer uma permuta com o Senador Paim. Se ele pudesse ir primeiro, pois estou esperando um dado para o meu pronunciamento. Ou com a Senadora Vanessa...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a Senadora Vanessa, que também está inscrita. Tem três na frente, acho que não tem problema.

Com a palavra, a Senadora Vanessa, por permuta com a Senadora Gleisi.

Os inscritos seguintes são os Senadores Eduardo Suplicy, Paulo Davim e Vanessa.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Quantas pessoas estão na frente?

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Duas.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Da Vanessa?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/ PT – SP) – Da Vanessa tem duas. Falaria a Vanessa agora no seu lugar. Aí falaria o Eduardo Suplicy e o Paulo Davim. Não, depois falaria alguém da comunicação inadiável, o Paim. Aí falaria o Eduardo Suplicy, falaria o João Pedro, falaria o Paulo Davim e falaria o Geovani. Isso se estiverem presentes na hora os que forem chamados.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – O meu único problema, Presidente, é que eu tenho um compromisso e, se eu sair, perco a minha ordem de inscrição. Então, eu gostaria, pedindo desculpas à Senadora Vanessa, de trocar com alguém que esteja em comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com comunicação inadiável não dá porque os tempos são diferentes, Senadora. Só pode trocar com o Eduardo Suplicy.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Não, em comunicação inadiável não se pode falar primeiro? Não é possível o Senador inscrito em comunicação inadiável falar primeiro?

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Paulo Paim.

O Senador Casildo Maldaner já está aqui.

Bom, agora deu uma confusão absoluta.

Agora tenho que dar a palavra pela ordem de inscrição. E, pela ordem de inscrição, é o Senador Maldaner, que aqui está.

A não ser que o senhor troque com a Senadora Gleisi.(Pausa.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Troco com ela e também cedo... Depois de mim é o Senador Luiz Henrique.(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Pergunto à Mesa, Senadora Marta, que preside os trabalhos, se posso falar no lugar do Senador Luiz Henrique, que está vindo. Como ele é o primeiro, eu falaria antes, e ele falaria depois, só para segurar, porque ele está com uma viagem de avião em seguida. E sem prejuízo da Senadora Gleisi.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador, ontem já tivemos a mesma dificuldade, porque é muita coisa para os Senadores darem conta. Então, cada um está sempre em uma função importante. Fico constrangida, porque um estava na comissão, outro estava com o Ministro, outro estava até com a Presidenta. E eu tenho que obedecer ao Regimento, embora cada um tenha uma justificativa. Então, vamos obedecer ao Regimento.

O Senador Luiz Henrique não estava, era o primeiro inscrito. O senhor é o segundo inscrito.

Eu vou agora conversar com a Senadora Gleisi que é a quinta inscrita. Caso consiga uma troca, que também pode ser feita com o Senador Luiz Henrique, tenho o maior prazer em fazer a mudança regimental.

Muito obrigada.

Desculpe-me, mas é o único jeito de funcionar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço. Vamos tentar encontrar o melhor possível para que o Senador Luiz Henrique também possa falar antes de viajar.

Sr<sup>a</sup> Presidente e nobres colegas, todos nós estamos bastante preocupados com o fantasma da inflação, que parece rondar novamente a nossa economia.

Após o processo de estabilização advindo do Plano Real em meados da década de 1990, e com o estabelecimento de mecanismos de contenção fiscal e orçamentária, passamos os últimos anos com o dragão inflacionário contido e dentro das metas estipuladas.

Entretanto, números divulgados na última semana pelo IBGE apontam que o índice oficial de inflação ultrapassou a meta estabelecida pelo Banco Central, de 6,5% no acumulado anual.

Não há, portanto, como negar que vivemos um momento delicado e que todos os esforços devem ser envidados no sentido de controlar essa que já foi uma praga, uma doença visceral de nossa economia. Como um paciente em recidiva, o mal andava sob controle mas começa a dar os primeiros sinais de que não podemos esmorecer no tratamento para contê-lo e domá-lo.

O Governo já reconheceu o problema e anunciou que tem como prioridade proteger o valor da moeda e sua estabilidade. O debate agora, devidamente municiado por especialistas e técnicos oficiais, é quanto aos remédios adequados para o controle do fenômeno ou os instrumentos de que dispõe o Governo para não permitir a retomada do nosso histórico e indesejado processo inflacionário.

Antes de qualquer coisa, SRA. Presidente, entendemos que medidas de combate à inflação não devem significar, necessariamente, uma dura contenção de nossa escalada de crescimento. Seria como o médico receitar um potente e perigoso antibiótico para conter uma infecção ainda localizada e incipiente.

Nesse sentido, inúmeros economistas apontam que medidas rígidas e amargas como aumento exponencial da carga tributária e das taxas de juros – que, de fato, poderiam reverter expectativas inflacionárias – ocasionam efeitos colaterais extremamente danosos ao dinamismo da nossa atividade econômica.

Ou seja, meus nobres Colegas, sob o ponto de vista de uma artificial ortodoxia monetarista, o temido

dragão inflacionário seria debelado com uma estratégia de inanição, ou contenção, de nossa economia. Ao estancar o consumo, colocando-lhe obstáculos fiscais e financeiros, a inflação seria, automaticamente, controlada e dominada. mesmo que na "marra".

Mais uma vez, nobre Presidente e Colegas, reafirmo: esse não deve ser o caminho a ser adotado por nossas autoridades monetárias e econômicas para atacar o problema, sob pena de estancar, por tabela, a nossa admirável escalada econômica recente.

A perspectiva de inflação é um problema, sim, que se apresenta no momento e deve merecer toda a nossa atenção e cuidado. Mas, a fim de combater essa praga, não podemos receitar pesticidas mortais que comprometam a própria vitalidade de nossa economia.

Dessa forma, Srªs e Srs. Senadores, há medidas outras que entendemos provocar o mesmo efeito combativo sem a letalidade apresentada pelas medidas ortodoxas monetaristas. O desenvolvimento e o crescimento econômico deve andar lado a lado com o combate à inflação, e não serem colocados como supostos catalisadores ou vilões no processo de alta de preços.

A primeira dessas medidas recomendáveis está no controle e na melhoria dos gastos públicos. Tal atitude, Sr. Presidente, permitiria não somente um direcionamento adequado do orçamento público como diretamente uma redução na taxa de juros que ortodoxamente é o instrumento usualmente instado a dar um "freio" na atividade econômica.

Outro campo possível de ação do Governo, e sem os riscos aos quais nos referimos, reside na gama de preços controlados e administrados pelo próprio Governo.

Ora, meus nobres Colegas, aí está um campo no qual o Governo não tem tido uma conduta desejável no sentido de controlar a alta dos preços no mercado. Pelo contrário, tem sido justamente a alta nas tarifas e nos custos dos serviços de utilidade púbica – como energia, transportes públicos ou combustíveis – que tem dado força e contribuído para a recente escalada inflacionária.

Nesse sentido, a indexação de preços – uma terrível herança de nosso passado de hiperinflação – surge como elemento adicional e corrosivo de nossa estabilidade econômica. A ela devem ser direcionadas as armas de combate à inflação, devidamente municiadas pelas autoridades monetárias.

Nobre Presidente e Colegas, devemos estar atentos para que não surjam, mais uma vez, medidas ortodoxas e brutais de controle inflacionário que venham a frear o vigor e o ímpeto de nossa atividade econômica,

promovendo o desemprego e o seu desaquecimento. A boa ciência econômica ensina que há formas muito mais seguras e interessantes de fazê-lo sem comprometer o bem-estar de nossa população e o progresso de nosso País.

Nobre Presidente e demais Colegas, são algumas reflexões que trago nesta tarde em relação a esse momento que estamos vivendo e com que a nação está, de certo modo, muito preocupada com a volta da inflação. Com isso, cria-se um mecanismo de indexação e volta aquele circulo vicioso que já conhecemos.

Aí é que está o problema de termos medidas ás vezes drásticas, mas necessárias para podermos enfrentar esse problema que está aí nos horizontes a nos visitar. Acho que essa é uma questão.

Ontem à noite, eu escutava o Senador Armando Monteiro falar na questão da gestão pública.

A gestão pública, Senador Luiz Henrique da Silveira, e V. Ex<sup>a</sup> tem defendido isso no Governo de Santa Catarina, acho que ali...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) Pois não, SRA. Presidente, devo concluir.

A gestão pública dever ser feita principalmente com o racionamento do custeio e dos seus efeitos. Se começarmos a dar esses exemplos... No setor privado podemos até colher essas modalidades. Aí, reside alguma coisa que inspira até certa credibilidade à Nação.

Acho que esses são os pontos fundamentais inseridos nesse breve pronunciamento que estamos deixando à Casa.

Quero agradecer mais uma vez e sei que tentei, Senador Luiz Henrique, junto à Presidência, mas, infelizmente... Eu queria falar no lugar de V. Exa, que chegaria logo depois, mas para não infringir o Regimento... Acredito que V. Exa vá conseguir. O Senador Paim também está para viajar e eu não pude atendêlo porque também viajo hoje. Vou ficar devendo esse favor ao eminente Senador.

Queria dizer que a Senadora Gleisi ainda vai ter a oportunidade de falar, assim como o Senador Luiz Henrique, antes de viajar também, vai deixar... Nesta Casa, vamos conseguir fazer com que possamos chegar a um bom termo.

Eram as considerações, SRA. Presidente e Colegas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Casildo Maldaner, também pela gentileza de ter entendido a dificuldade, mas que foi resolvida.

Fala agora o Senador Luiz Henrique pela Lideranca do seu Partido.

Passo a Presidência ao Senador João Pedro em virtude de um compromisso no Ministério.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – SRA. Presidente, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, a imprensa noticiou que o Brasil perdeu, em um ano, seis pontos na competitividade internacional. Embora oitava economia do mundo, a nossa é hoje a 44ª em competitividade na relação com as 59 economias mais avançadas do mundo. Essa é uma questão, Srªs e Srs. Senadores, para uma profunda reflexão desta Casa, da Câmara dos Deputados, do Parlamento como um todo, do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Governos Municipais e da sociedade.

Quais são os fatores que impedem o Brasil de expressar o tamanho da sua economia no grau compatível de competitividade? Os fatores são diversos. Eles estão conectados com a política cambial brasileira, com as altas taxas de juros e com a alta carga fiscal. Estão conectados também com a infraestrutura do País e, sobretudo. com a baixa produtividade nacional.

Hoje há um conjunto de fatores que faz com que o Brasil tenha sido ultrapassado, nos últimos doze meses, por países como o México, como o Peru, como a Itália, como as Filipinas, como a Turquia, como os Emirados Árabes. Chegamos à posição, na América Latina, do quarto lugar em competitividade. Três outros países sul-americanos, à frente deles o Chile, nos ultrapassaram nesse fator.

E esse é um problema que tem de estar no centro das discussões e dos debates desta Casa e da sociedade brasileira. Tem de ser uma preocupação diária, ou melhor, de cada minuto, de minuto a minuto, do governo.

É preciso resolver os entraves, a competitividade da empresa nacional no concerto internacional. É preciso refletir sobre a redução da carga fiscal, da simplificação do sistema tributário, da universalização do pagamento de impostos, da descentralização, do fortalecimento dos Estados e Municípios.

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – São temas recorrentes nesta Casa, na Câmara dos Deputados e na imprensa nacional, há várias décadas.

Agora, chegamos a um ponto crucial: não podemos adiar essas reformas, sob pena de que o Brasil perca a oportunidade de ouro que tem para se transformar em uma Nação desenvolvida e em uma das primeiras Nações do mundo.

Durante o discurso do Sr. Luiz Henrique, a Sra. Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente, deixa cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado. Senador Luiz Henrique.

Vamos voltar para a lista de oradores.

Senadora Gleisi Hoffmann, V. Exa tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero pedir a minha inscrição pela Liderança do PSDB.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Sem revisão da oradora.) – Acho que a Senadora Ana Amélia está na minha frente. Houve um pedido de substituição – o assessor dela falou comigo – pelo Senador Suplicy que falaria no lugar dela. Então acho que me antecede. Consulto o Presidente. É isso?

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Não tenho esse pedido, estou ouvindo-o agora. A Senadora Ana Amélia é a terceira, e o Senador Eduardo Suplicy é o sexto. É uma permuta?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Isso. Ela fez uma solicitação. Ela queria trocar comigo, mas eu não podia trocar; então ela solicitou ao Senador Suplicy para trocar.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Exª tem a palavra, Senador Suplicy, por dez minutos, por permuta com a Senadora Ana Amélia.

V. Exa tem nove minutos.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exa tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadores, caro Presidente João Pedro, gostaria hoje de enfatizar o bom relacionamento que a Presidenta Dilma Rousseff vem tendo com todos os movimentos sociais, ou praticamente todos os movimentos sociais que conhecemos e que se organizam no Brasil. Sejam aqueles que se preocupam com a situação dos trabalhadores rurais sem terra, como o MST, a Contag, a Concrab - esta como uma instituição que trata, sobretudo, das questões das cooperativas dos trabalhadores familiares - seja com os movimentos que lutam pelo direito à moradia, seja com os movimentos que lutam pelo direito dos povos da rua. Há, no Brasil, hoje, a Coordenação Nacional dos Povos da Rua, Movimento Nacional da População de Rua, que se reúne com regularidade em São Paulo, discute quais são as suas principais dificuldades, ali, sobretudo na Casa de Oração, no Bom Retiro, um lugar que foi reservado pela Igreja Católica, sobretudo por Dom Paulo Evaristo Arns, para que houvesse uma casa de oração destinada aos moradores de rua. Eles ali se reúnem, mas também as pessoas que como hoje aqui recebemos: os movimentos e organizações preocupados com as pessoas que tenham qualquer deficiência auditiva.

O Senador Lindbergh Farias fez uma reunião memorável, na manhã de hoje, convidando inúmeros Senadores para ouvirmos as reivindicações que foram, inclusive, colocadas, na manhã de hoje, para o Ministro da Educação Fernando Haddad, a fim de acompanharmos essas demandas.

Temos observado que também a Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e, em especial, a Central Única dos Trabalhadores, a CGT e todas as centrais sindicais importantes do Brasil normalmente se têm reunido com a Presidenta Dilma Rousseff, para dialogar, com o esforço de coordenação do Ministro Gilberto Carvalho, que tem por responsabilidade o diálogo entre as diversas organizações dos movimentos sociais com o Governo, promovendo reuniões com as mais diversas áreas dos Ministérios, quais sejam: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério das Cidades; Ministério da Integração Nacional, e assim por diante.

No ano passado, o Movimento Nacional da População de Rua solicitou-me que eu expressasse a eles quais seriam as vantagens para os moradores de rua da eventual aplicação no Brasil de uma renda básica de cidadania. E foi então que o Coordenador Nacional do Movimento Nacional da População de Rua, Anderson Lopes Miranda, convidou-me para participar de diversas reuniões, primeiro na Casa de Oração do Povo da Rua, no Bom Retiro, e, depois, na outra sede em que eles costumam se reunir, no Largo São Francisco ou ali próximo do Largo São Francisco.

Então, no dia 23 de setembro de 2010, durante o Natal do povo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Dilma Rousseff, este Movimento Nacional da População de Rua apresentou, assinado por suas principais lideranças, o documento, que diz o seguinte:

Querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e

Querida Presidenta Dilma Vana Rousseff

O Movimento Nacional da População de Rua quer aqui expressar o seu contentamento pelo fato de, pela oitava vez, em todos os anos de seus dois mandatos, ter o Presidente Lula dedicado a véspera do Natal para se encontrar com a População de Rua, ouvir as nossas dificuldades e estar atento às sugestões que temos apresentado para melhorar as nossas vidas e vivermos todos num Brasil melhor. Nossa felicidade em 2010 é ainda maior porque, desta vez, em sua companhia, está a nova Presidenta eleita, com todo nosso apoio, Dilma Rousseff.

Queremos agradecer a atenção que teve para com o Povo da Rua e todos aqueles que. por gerações, mal conseguiam chegar junto aos governantes, pudéssemos estar falando diretamente com o Presidente. Dentre as inúmeras proposições que temos estudado em nossas plenárias, realizadas a cada primeiro sábado do mês, estudamos com afinco aquela que está prevista para ser instituída na Lei 10.835/2004, já aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada por Vossa Excelência, em 8 de janeiro de 2004. Refere-se à Renda Básica de Cidadania, a qual deverá ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, iniciando-se pelos mais necessitados, até que se torne o direito de toda e qualquer pessoa, não importa a origem, a raça, o sexo, a idade, a condição civil ou mesmo sócio-econômica receber uma renda que, na medida do possível, atenderá as suas necessidades vitais. A ninguém será negada. Crescerá com o progresso da Nação.

Portanto, ao contrário de hoje, quando notamos que grande parte dos moradores de rua não conseguem ter acesso aos programas sociais, inclusive ao Bolsa Família, após debatermos bastante o assunto, inclusive com o Senador Eduardo Suplicy (...), ficamos convencidos de que é hora de o Governo universalizar o direito de todos participarmos da riqueza de nossa Nação. Aliás, como tão bem disseram os Papas João XXIII e Paulo VI, na Encíclica Gaudium et Spes, em 1965: "Deus destinou a Terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de modo que os bens criados devem bastar a todos com equidade".

Saudamos o objetivo maior expresso pela Presidenta Dilma Rousseff ao expressar que quer erradicar a miséria, a pobreza absoluta, nos próximos quatro anos. E que inclusive utilizará parte significativa da riqueza gerada pelas reservas de petróleo do pré-sal para essa finalidade. Ao lado das boas oportunidades de educação para todo o povo, e até para que

todos tenhamos os meios de sobrevivência para prover a boa educação a nossas famílias, avaliamos como fundamental em breve estendermos a Renda Básica de Cidadania a toda a população.

Compreendemos como, com a RBC, os que têm mais deverão contribuir para que eles próprios e todos os demais venham a receber. Como assim será eliminada a burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal. Como ninguém mais vai precisar dizer que pouco tem, para efeito de receber o que é justo para todos os residentes no Brasil. Como se eliminará o fenômeno da dependência que causa as armadilhas do desemprego e da pobreza. E como se garantirá muito maior dignidade e liberdade a todos os seres humanos, em especial para aqueles que, por falta de alternativas de sobrevivência, se veem tantas vezes instados à venda de seus corpos, a se tornarem membros das quadrilhas de narcotraficantes ou se veem quase obrigados a aceitarem trabalhos em condições próximas da escravidão ou humilhantes.

Sabemos que a própria lei diz que a Renda Básica de Cidadania será alcançada por etapas. Mas V. Ex<sup>a</sup>s...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concluirei em um minuto, Sr. Presidente.

Mas V. Exas terão todo o apoio da população de rua para que deem os passos necessários para torná-la uma realidade. Como ressaltou Celso Furtado, no dia da sanção da lei: "Com fregüência, o Brasil foi referido como um dos últimos países a abolir o trabalho escravo. Agora, com a Lei da Renda Básica de Cidadania, o Brasil será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente e, ademais, aprovado pelos representantes de seu povo". Realizaremos. assim, o objetivo de Josué de Castro - homenageado pela Presidenta Dilma em 8 de novembro último, quando, em 23 de março de 1956, disse, na Câmara dos Deputados: "Eu defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo para a sua sobrevivência".

O nosso grande abraço, feliz Natal ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma, às suas famílias e a todo o povo brasileiro.

Anderson Lopes Miranda

Esse documento foi assinado por todas as lideranças do Movimento Nacional da População de Rua.

Muito obrigado, Sr. Presidente João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

V. Exa tem cinco minutos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – Pl. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero apenas registrar que hoje tivemos, aqui, uma emocionante audiência com a marcha dos surdos, na Comissão de Direitos Humanos, liderada pelo Senador Lindbergh, que contou com a presença de muitos Senadores e Deputados Federais.

Eles estiveram hoje com o Ministro Fernando Haddad e lhe entregaram uma pauta em que pedem que façamos constar do Plano Nacional de Educação, na Câmara e no Senado, o compromisso do Brasil com a expansão nessa área de escolas bilíngues para surdos, que, além do ensino de Libras, haja também o ensino de Português, de modo que eles possam ter maior oportunidade.

Então, quero registrar a presença de todas as lideranças, do Brasil inteiro, que participaram aqui, cerca de dois mil líderes, entre familiares e surdos, e eu não posso deixar de registrar a importância desse trabalho e a importância de este Congresso se debruçar sobre o assunto.

Aliás, Sr. Presidente, uma das reivindicações que vamos apresentar a esta Casa é a contratação de mais intérpretes para permitir, por exemplo, que a TV Senado tenha transmissão em Libras, como já tem a TV Câmara. Acho que é algo importante para tratarmos com o Presidente Sarney, que é muito sensível a isso, e com a Mesa da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu pronunciamento vai na mesma linha do Senador Wellington, porque hoje estão aqui em Brasília surdos de todo o Brasil. Eles se reúnem nos dias 19 e 20 de maio para que as autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário ouçam as suas reivindicações.

Os surdos, embora tenham direitos como pessoas com deficiência, têm demandas específicas ligadas principalmente à comunicação. Na opinião de especialistas, a linguagem está na base de todo o processo de aprendizagem.

É no contato umas com as outras que as pessoas vão construindo essa linguagem, processo esse que se dá basicamente de forma oral. Para os surdos, entretanto, o processo de compreensão da fala é prejudicado, podendo comprometer, assim, todo o processo de aprendizagem.

No encontro de surdos em Brasília, eles estão reivindicando também o direito de uma educação de qualidade, direito esse que está assegurado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, em discussões que fizemos, inclusive, com as Apaes. Também tem por princípio garantir a educação de qualidade para essas pessoas.

Sr. Presidente, educação: essa que deve acontecer preferencialmente na chamada escola regular de ensino. No entanto – essa é a reivindicação principal deles –, cabe ao deficiente e seu familiar optarem ou não por um ensino especializado ou pela chamada rede regular de ensino.

Eu, embora estivesse em outro evento, assisti à parte da audiência hoje pela manha e percebi que eles questionam a posição do MEC, que fala que todos têm que estar na escola regular. Eles querem ter o direito de optar pela escola regular ou pela escola especializada, posição que também endosso, porque já a coloquei no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Sr. Presidente, a educação é um direito bem como a modalidade em que ela se dará. A educação inclusiva é extremamente desejável e recomendável, mas isso não pode ferir o princípio da liberdade de escolha. Entre os surdos, existem aqueles que querem uma educação em escola regular, mas também há aqueles que querem ter o direito de estar na escola especial, Sr. Presidente, afinal são oralizados e não aptos para a leitura labial. Mas há também surdos que não são oralizados e preferem a educação especializada com profissionais que dominem a Língua Brasileira de Sinais, Libras.

O que está sendo proposto é uma reflexão profunda sobre a educação, algo que leve em consideração a escolha dos surdos, fazendo com que, cada vez mais, essa parcela significativa de pessoas tenha acesso a uma educação realmente inclusiva, ou seja, que inclua a diferença dentro da própria diferença.

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, mais uma vez, que a educação deve preferencialmente ocorrer em escolas da rede regular. Esse é o centro de debate. Devemos privilegiar a educação inclusiva. Mas o que é uma educação inclusiva de fato? É apenas dizer que todos estarão no mesmo espaço ou garantir que todos possam ter acesso e direito de escolha?

Sr. Presidente, não posso deixar de ressaltar a importância do evento realizado hoje pela manhã na Subcomissão de Assuntos da Pessoa com Deficiência. O Senador Lindbergh Farias presidiu com muito equilíbrio e com muita tranquilidade aquela audiência com centenas de pessoas. Meus cumprimentos à Subcomissão da Pessoa com Deficiência! Meus cumprimentos a todos os Senadores e, diria – e por que não dizer? –, especialmente ao Presidente Lindbergh Farias!

Entendo, Sr. Presidente, que momentos como esse é que mostram que o social está aqui dentro da Casa.

Quero também informar, Sr. Presidente, que só não estive lá porque participei, aqui no Auditório Petrônio Portela, do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores Terrestres, liderados naquele momento pela Deputada Federal Jô Moraes, que foi eleita coordenadora na Câmara. Coube a mim coordenar essa Frente Parlamentar aqui no Senado.

Quero também destacar a presença lá, durante todo o período, quando fiz a abertura a pedido da Deputada Jô Moraes, do Sr. Senador Clésio Andrade.

Acabamos configurando um calendário para visitar nove regiões do País para discutir desde os acidentes de trânsito até a situação de todos os profissionais que atuam no transporte terrestre. Uma das coisas que mais enfatizei foi a importância de assegurar a esse profissional o direito à aposentadoria especial, já que trabalha em áreas consideradas insalubres, penosas e periculosas.

Com isso, Sr. Presidente, concluo a minha fala. Como tive que sintetizar, devido aos cinco minutinhos, que V. Exa considere na íntegra meus dois pronunciamentos, tanto o da Frente Parlamentar, que dividi com a Deputada Jô, hoje pela manhã, o lançamento, como também deste importante evento aqui em Brasília, que é o encontro de surdos de todo Brasil.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

### SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIA-MENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, surdos de todo o Brasil estão reunidos em Brasília dias 19 e 20 de maio, buscando ser ouvidos em suas reivindicações.

Os surdos, embora tenham direitos, como pessoas com deficiência tem demandas específicas ligadas principalmente à comunicação.

Na opinião de especialistas, a linguagem está na base de todo o processo de aprendizagem. É no contato umas com as outras que as pessoas constroem a linguagem, processo esse que se dá basicamente de forma oral. Para os surdos, entretanto, o processo de compreensão da fala é prejudicado, podendo comprometer assim todo o processo de aprendizagem.

No encontro dos surdos em Brasília, eles estarão reivindicando também o direito de uma educação de qualidade, direito esse assegurado no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que também tem por princípio garantir a educação de qualidade para essas pessoas. Educação essa que deve acontecer preferencialmente em escola regular de ensino, no entanto, cabe ao deficiente e sua família optar ou não por um ensino especializado ou em escola da rede regular de ensino.

A educação é um direito, bem como a modalidade em que ela se dará. A educação inclusiva é extremamente desejável e recomendável, mas isso não pode ferir o princípio da liberdade de escolha.

Entre os surdos existem aqueles que querem uma educação em escola regular, afinal, são oralizados e são aptos para a leitura labial, mas há também surdos que não são oralizados e preferem a educação especializada, com profissionais que dominam a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O que está sendo proposto é uma reflexão para a educação, algo que leve em consideração a escolha dos surdos, fazendo com que cada vez mais essa parcela significativa de pessoas tenha acesso a uma educação realmente inclusiva, ou seja, que inclua a diferença dentro da diferença.

Quero frisar mais uma vez, que a educação deve preferencialmente ocorrer em escola da rede regular de ensino, ou seja, nós devemos privilegiar a educação inclusiva, mas o que é uma educação inclusiva de fato?

É apenas misturar alunos com e sem deficiência? Ou propiciar que todos possam ter acesso, ainda que de forma especializada, a uma educação de qualidade?

Em suma, a educação de surdos deve passar por uma ampla reflexão, envolvendo todos os atores desse processo: os próprios alunos surdos e suas famílias, professores, diretores e intérpretes de LIBRAS.

Não posso deixar de ressaltar novamente que sou defensor ferrenho da educação inclusiva. O que pretendo aqui é apenas deixar espaço para o debate, para a reflexão e a análise das propostas que surgem da sociedade e que têm o objetivo de contribuir.

Quero registrar meus cumprimentos ao Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, Lindbergh Farias, e os demais componentes da Subcomissão pela Audiência Pública que realizaram esta manhã para debater os direitos dos surdos. Fico feliz em ver que esta Casa está, cada vez mais, ouvindo as ruas, dando voz aos legítimos anseios da nossa gente. Isso é excelente!!!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, informo que no dia de hoje cidade participei da instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, que vai debater a regulamentação profissional dos motoristas e consolidar e ampliar os direitos relativos à saúde e a segurança de todos os trabalhadores no transporte terrestre desse País.

A Frente Parlamentar já recebeu adesão de 185 Deputados Federais e 27 Senadores que terão muitos trabalhos para os próximos dias. Vamos ter que debater e analisar 60 projetos que versam sobre os diversos temas de interesse dos transportadores brasileiros.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero destacar os principais itens que serão debatidos: a regulamentação profissional, a jornada de trabalho, a aposentadoria especial, a insalubridade, a periculosidade além de outras questões relativas ao Código de Trânsito e a Previdência Social.

Com a finalidade de apurar a violência no trânsito, bem como a situação dos motoristas profissionais, a Comissão de Direitos Humanos estará realizando diligências nas cinco regiões do país.

O primeiro encontro acontecerá na região Sul no dia 27 de maio. Após na região Sudeste no dia 17 de junho. Depois, região Centro-Oeste no dia primeiro de junho. No dia 15 de julho será em Porto Alegre. No dia 05 de agosto na região Nordeste. No dia 26 de agosto na região Norte. No dia 02 de setembro será em Belo Horizonte e finalmente no dia 19 de setembro aqui no Congresso Nacional.

A sessão Solene de Instalação da Frente hoje pela manhã aqui no Auditório Petrônio Portela, foi uma grande festa, recebeu mais de 600 profissionais do transporte terrestre de todo o Brasil assim como as lideranças sindicais e de federações.

A solenidade foi presidida pela Deputada Federal Jô Moraes. Registro que com gesto muito nobre e gentil me concedeu a honra de abrir os trabalhos. Esperou inclusive que eu concluísse a instalação da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso.

Que elegeu a senadora Marinor Brito como presidente e o senador Marcelo Crivella como vice.

Tenho certeza que a senadora Marinor Brito, em parceria com o senador Marcelo Crivella farão um belo trabalho. Os trabalhadores no plenário do Auditório Petrônio Portela aclamaram a Deputada Jô Moraes por unanimidade coordenadora da Frente dos Transportes Terrestres na Câmara dos Deputados e coube a este senador a Coordenação no Senado Federal.

Além do senador Clésio Andrade, ligado à área dos transportes e que defende as mesmas teses como as minhas estiveram presentes também os senadores Ana Amélia, José Pimentel, e Vanessa Grazziotin; os Deputados Federais: Paulo Pereira da Silva, Assis Mello e Lincoln Portela. Deputado Estadual de Minas Gerais, Celinho.

Dentre os sindicalistas estiveram presente: Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. José Augusto da Silva, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Vanderlei Furtado, Presidente da União Geral dos Trabalhadores. Nazareno Afonso, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores Públicos. Vagner Farjado, Presidente da Federação dos Metroviários.

Eliane da Costa dos Santos, caminhoneira de Osasco. Débora Silva, motorista de ônibus da cidade de Americana em São Paulo.

O Procurador do Trabalho, Adélio Justino de Lucas.

No encerramento do encontro, convidei a todos para a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para tratarmos do organograma dos nossos trabalhos.

Acredito na força do diálogo, somente assim é que se consegue um grande entendimento entre empresários e trabalhadores do setor.

O Estatuto dos Trabalhadores em Transporte Terrestre deverá ser o grande guarda-chuva que protegerá a todos.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolfe Rodrigues.

**A SRA. MARTA SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais, Senador Paulo Paim.

Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria comunicar que, nessa manhã, tivemos a visita da Rainha Silvia, da Suécia, para abrir um seminário

contra exploração de crianças e combate a todo tipo de exploração infantil. Foi na Câmara.

Depois, uma visita da Rainha ao Presidente Sarney, em que também tivemos a rainha brasileira Xuxa, que acompanhou todo o evento e falou bonitas palavras para as crianças que hoje apanham e que não têm como se defender.

Essa já foi uma lei que, há algum tempo, esteve em discussão na Câmara e foi retirada; o Presidente Lula mandou um projeto de lei, e esse projeto de lei está em discussão na Câmara.

Realmente, nós temos que ter uma visão de coisas que eram normais antigamente, como a escravidão. Hoje nos arrepia pensar que isso pudesse ter ocorrido. Coisas que eram normais, como mulheres que não podiam se locomover sem autorização por escrito do marido, hoje nem podemos pensar que isso existia. Como disse o Presidente Sarney, quando ele estudou existia palmatória na escola. Hoje não temos mais, aliás temos ao contrário, às vezes até alunos extremamente agressivos.

A questão da educação não passa mais pela violência. Não adianta dizer – e vou repetir as palavras da Xuxa: "Eu educo o meu filho, eu bati nele por amor". Violência não cria nada de bom, violência cria mais violência.

Por isso eu quero dizer que foi uma visita extremamente importante da majestade sueca ao nosso País. A Rainha Silvia tem-se destacado por esse trabalho.

Em 1996, eu era Parlamentar e estive na Suécia para fazer parte do primeiro seminário contra violência infantil, e isso progrediu nesses anos todos. É muito importante que tenhamos um símbolo internacional como a rainha de um país que tem essa coerência, porque, há mais de décadas, tem essa lei que proíbe espancamentos de crianças e que teve uma repercussão internacional, mudando legislaturas de tantos países, e, no Brasil, que tenhamos engajada nessa campanha, como eu brinquei, a rainha Xuxa, que fala com as massas e que pode ajudar muito a coibir a violência contra as nossas crianças brasileiras.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Parabéns, Senadora Marta Suplicy.

Quero registrar e dar as boas-vindas aos alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Machado de Assis, da cidade de Aparecida de Goiânia. Sejam bem-vindos ao plenário, à galeria do Senado da República.

O próximo orador inscrito é o Senador Jayme Campos. (Pausa)

Não se encontra.

A próxima oradora inscrita é a Senadora Gleisi Hoffmann.

Passo a presidência à Vice-Presidente da Casa, Senadora Marta Suplicy.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Randolfe.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, visitantes que estão aqui, nesta tarde, no plenário do Senado da República.

Em primeiro lugar, quero fazer uma saudação à Comissão de Assuntos Sociais, especialmente à subcomissão que trata dos assuntos relativos à pessoa com deficiência, presidida pelo Senador Lindbergh, pelo encontro, pela audiência pública sobre os direitos da pessoa surda que hoje tivemos aqui no Senado, de grande importância para a nossa reflexão e avanço das políticas públicas.

Fazer também uma saudação à Deputada Jô Moraes e a todos os Deputados e Senadores que participaram, junto com os trabalhadores, do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres e fazer uma saudação muito especial à comitiva paranaense que integrava hoje o lançamento da Frente.

O que me traz aqui hoje são motivos para comemorarmos os avanços da nossa economia.

O Brasil tem muitos motivos para comemorar. Continua em uma trajetória crescente em sua economia, com geração de emprego e renda. A inflação mantém a sua trajetória de queda para o centro da meta. O relatório **Focus**, que é uma expectativa de mercado 2011 e, portanto, em geral pessimista, traz números muito interessantes nesta semana. O IPCA, na semana passada, estava em 6,33. Nesta semana o IPCA fechou em 6,31. O IGPDI, de 7 pontos passou para 6,94. O IGPM, de 6,92 para 6,81.

O mais importante é que o próprio mercado já reconhece hoje que estaremos dentro da meta, IPCA de 6,5%, banda superior da meta, ao final de 2011, com uma inflação de 6,31%. Ainda que a inflação neste mês seja divulgada além do limite da meta, nós já temos todos os dados que indicam que ela está numa trajetória descendente.

Por isso quero aqui parabenizar o Presidente do Banco Central do Brasil, Presidente Alexandre Tombini, toda a equipe econômica do Governo da Presidenta Dilma, porque disse com contundência em todas as audiências que esteve nesta Casa que a inflação estará no centro da meta em 2012, sem comprometer o crescimento econômico, e que, neste ano, fecharia dentro da meta superior.

Então, parabéns, porque estamos vendo que o combate à inflação está sendo consistente, determinado e sem colocar em risco os ganhos econômicos que o nosso País já teve.

O relatório **Focus** também mantém a expectativa nos índices IPCA, IGP-M e IGP-DI, em 2012, de 5%.

Sabemos que a inflação por que passamos se deve por alguns motivos: aumento das **commodities**; a inflação no mundo; e ainda alguns reflexo das medidas anticrise tomadas pelo governo do Presidente Lula, com objetivo de manter o crescimento da economia nacional e, sobretudo, assegurar o emprego e a renda do trabalhador brasileiro.

Pois o Governo fez muito bem, e o resultado está aí. Brasil bate mais um recorde de geração de empregos.

Aliás, esta era a preocupação do Senador Casildo Maldaner: exatamente controlar a inflação – ele que me antecedeu na tribuna – sem reduzir o ritmo do nosso crescimento e aquilo que conquistamos na nossa economia.

Dados reais mostram que foram gerados no Brasil, em 2010, novos 2.860.809 empregos formais entre celetistas e estatutários, número recorde para um único ano. A criação de empregos corresponde ao crescimento de 6,9% em relação ao estoque de empregos que tínhamos em dezembro de 2009. E o numero de empregos nos três principais setores da economia cresceu acima do PIB. Entre os 22 subsetores da economia, 18 apresentaram crescimento.

No período do governo Lula, de 2003 a 2010, a geração de empregos formais atingiu a marca de 15.384 milhões novos postos de trabalho. Um crescimento de 53,63% ao longo do período.

A média anual de geração de emprego foi de 1.923 milhão de vaga, aumento de 5,51% ao ano. Número inédito na história do emprego formal para um período de oito anos consecutivos.

Em 2010, o rendimento médio dos trabalhadores formais apresentou um aumento real de 2,57%, tomando como referência o INPC, ao passar de R\$ 1.698,35, em dezembro de 2009, para R\$ 1.742,00, em dezembro de 2010.

A verdade é que o Brasil, contrariando a grande maioria dos demais países desenvolvidos e alguns emergentes, vive uma situação de quase pleno emprego, com crescimento econômico e controle da inflação.

Falando em crescimento econômico, o Banco Central do Brasil já fala hoje em crescimento do PIB em 2011 próximo a 5%.

A atividade econômica cresceu 4% de janeiro a março, no confronto com o mesmo período do ano

anterior; e vale lembrar que desde o fim de 2010 o Governo adota medidas de restrição ao crédito para conter a alta de preços.

Aliás, o Governo vem trabalhando forte e decididamente para o controle da inflação e por isso tem tido os êxitos que aqui relatei no início da minha fala.

O Governo central, composto de Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central, registrou um superávit primário acumulado de R\$25,5 bilhões nos três primeiros meses deste ano, valor que supera, com um mês de antecedência, a meta fixada para o primeiro quadrimestre, que era de R\$22,9 bilhões.

Em março, a economia para o pagamento de juros da dívida somou R\$9,134 bilhões, o segundo melhor resultado para o mês desde 2008, quando atingiu R\$10,606 bilhões. Em março de 2010, houve um déficit de R\$4,553 bilhões. Ainda vivíamos, naquele período, o expansionista do enfrentamento à crise econômica mundial.

As despesas com pessoal registraram queda de 4,4% entre janeiro e março deste ano, em comparação com o mesmo período de 2010. Isso mostra a eficiência da política fiscal levada a cabo pelo Governo da Presidenta Dilma.

O fato é que Brasil tem um dos melhores desempenhos fiscais do mundo. Foi por isso que tivemos uma elevação do nosso **rating** pela **Fitch**, Agência de classificação de risco, e, em breve, deveremos ter outras, por outras agências.

A confiança dos investidores internacionais continua bastante elevada, afinal, depois de recuar em abril, a entrada de dólares no Brasil voltou a crescer nas primeiras semanas de maio, segundo o Banco Central.

Mas o Governo não descuida e vem trabalhando para assegurar mais competitividade as nossas exportações, com a busca do equilíbrio na relação real/dólar.

Dados do Banco Central mostram que o volume de crédito concedido, pessoa física, também evoluiu, passou de R\$344,5 bilhões, em março de 2010, para R\$442,8 bilhões em março deste ano, o que representa crescimento de 28,5%.

Fique claro que no mesmo período, a inadimplência passou de R\$24,1 bilhões para R\$26,1 bilhões, alta de 8,3%, muito inferior à expansão do crédito e do que se diz atualmente.

Sobre esses assuntos, vale saudar a notícia de que o Bacen criou ontem um supercomitê para acompanhar a evolução e desenvolvimento do sistema financeiro no Brasil, chamado de Comitê de Estabilidade Financeira, Comef. Ele será composto por 11 departamentos, duas gerências, pela Procuradoria-Geral do Banco Central e pela Secretaria Executiva da Casa.

Também integram o órgão todos os diretores e o Presidente da instituição, Alexandre Tombini. Os integrantes do novo braço da autoridade monetária irão se reunir bimestralmente para desenvolver estratégias e diretrizes para que a autoridade monetária se antecipe aos riscos que possam afetar todo o mercado financeiro e causar problemas à economia.

Vale assegurar que, esta semana, no setor agrícola, nós tivemos boas notícias. A Presidente Dilma disse que vai destinar ao plano safra de 2011/2012 os mesmos R\$16 bilhões reservados para a agricultura familiar no biênio 2010/2011. Porém, assegurou a redução dos juros e aumentou o limite de crédito máximo para os pequenos agricultores contraírem empréstimos no Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar, além de elevar de R\$3,5 mil para R\$4 mil o segurosafra para o setor e também prepara uma série de mudancas substanciais no crédito agrícola.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu queria pedir, Presidenta, a oportunidade de ter pelo menos mais dois minutos para que eu possa deixar registrado aqui um artigo que eu considero da maior importância e se refere ao que eu falei hoje, de Vinícius Torres, publicado no jornal Folha de S.Paulo, que mostra a importância que têm os programas sociais no Governo.

Diz o seguinte o título:

### "OPOSIÇÃO NÃO ENXERGA OS POBRES"

Dilma Rousseff contou ontem a sindicalistas rurais que vai cair a taxa de juros cobrada de pequenos agricultores, que vai garantir preços mínimos para a lavra deles e que a quantidade de dinheiro para o microcrédito rural não vai diminuir em relação a 2010, quando foi recorde. Quase ninguém vai dar bola.

Dilma estava tratando do Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Pronaf? No ano passado, esse programa de empréstimos para pequenos negócios rurais fechou uns 2 milhões de contratos, mais que o dobro do número de empréstimos acertados no último ano do governo FHC, que inventou a coisa toda em 1996. O dinheiro sai de bancos federais.

O Pronaf é um desses programas meio ignorados pelas "elites", assim como no começo eram desprezadas ou avacalhadas iniciativas como o Bolsa Família, o ProUni, o aumento de vagas nas universidades federais, o Luz para Todos, o Programa de Microcrédito Produtivo, o aumento da aposentadoria "rural" do INSS e seu efeito sobre os pequenos negócios do interior etc.

Não vem ao caso aqui e agora discutir a qualidade ou a eficiência desses programas. Mas, juntos, afetaram e afetam a vida de milhões que passaram a vida toda largados, "desprezados e humilhados", sem oferta alguma de oportunidades, em miséria obscura e infernal.

Tais programas afetam e afetaram também a vida de gente mais remediada, mas que não podia colocar os filhos numa faculdade, o que impressiona vizinhos e parentes.

Os críticos do governo Lula, nos partidos ou nos meios de comunicação, não se davam conta do efeito e do alcance econômico (no varejo, ao menos), social e político dessas iniciativas aparentemente dispersas e pequenas. Passaram a notar a maré lulista quando era tarde demais (para a oposição). Claro que a popularidade do ex-presidente veio da estabilidade econômica, da inflação baixa e dos anos de crescimento bom, os melhores em 30 anos.

Mas não apenas.

Lula e seu governo foram buscar apoios em grotões (periferias urbanas ou sertões). "Foram falar" com gente até então ignorada. Bem ou mal, o petismo-lulismo alterou o contrato político-social dos governantes com os mais pobres, quase todo mundo no Brasil.

Muitos dos críticos do governo petista de agora, o de Dilma Rousseff, concentram suas avaliações de conjuntura e perspectivas político-econômicas nos grandes números macroeconômicos: inflação, emprego, crescimento do PIB. Uns anos de inflação desagradável e o fim da "novidade" do PIB crescendo de modo contínuo de fato podem arranhar o prestígio político do petismo.

Tal análise, porém, é pobrezinha, politicamente inepta. Os críticos do governo petista parecem que vão cometer o mesmo erro de meados do governo Lula. De fato, parece que Dilma tem por ora bem menos novidades para apresentar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senadora.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (Bloco/PT – PR) – Prossigo a leitura:

Parece. Mas seu governo apronta um plano de expansão do acesso à internet, um "**Web** para Todos". Apronta um plano de erradicação da miséria que pretende alcançar os muitos pobres ainda desgarrados e inovar a assistência aos já atendidos por programas sociais. Melhorou as condições do Pronaf. Etc. Etc.

Eu gostaria que esse texto fizesse parte integrante do pronunciamento que fiz agora, Srª Presidente.

Muito obrigada.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

#### OPOSIÇÃO NÃO ENXERGA OS POBRES

Vinícius Torres Freire

Dilma Roussef contou ontem a sindicalistas rurais que vai cair a taxa de juros cobrada de pequenos agricultores, que vai garantir preços mínimos para a lavra deles e que a quantidade de dinheiro para o microcrédito rural não vai diminuir em relação a 2010, quando foi recorde. Quase ninguém vai dar bola.

Dilma estava tratando do Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Pronaf? No ano passado, esse programa de empréstimos para pequenos negócios rurais (agricultura, agropecuária, floresta) fechou uns 2 milhões de contratos, mais que o dobro do número de empréstimos acertados no último ano do Governo FHC, que inventou a coisa toda em 1996. O dinheiro sai de bancos federais.

O Pronaf é um desses programas meio ignorados pelas "elites", assim como no começo eram desprezadas ou avacalhadas iniciativas como o Bolsa Família, o ProUni, o aumento de vagas nas universidades federais, o Luz para Todos (eletrificação dos grotões), o Programa de Microcrédito Produtivo (que liberou 1,27 milhão de empréstimos em 2010), o aumento da aposentadoria "rural" do INSS e seu efeito sobre os pequenos negócios do interior etc.

Não vem ao caso aqui e agora discutir a qualidade ou a eficiência desses programas. Mas, juntos, afetaram e afetam a vida de milhões que passaram a vida toda largados, "desprezados e humilhados", sem oferta alguma de oportunidades, em miséria obscura e infernal. Tais programas afetam e afetaram também a vida de gente mais remediada, mas que não podia colocar os filhos numa faculdade, o que impressiona vizinhos e parentes.

Os críticos do Governo Lula, nos partidos ou nos meios de comunicação, não se davam conta do efeito e do alcance econômico (no varejo, ao menos), social e político dessas iniciativas aparentemente dispersas e pequenas. Passaram a notar a maré lulista quando era tarde demais (para a Oposição). Claro que a popularidade do ex-Presidente veio da estabilidade econômica, da inflação baixa e dos anos de crescimento bom, os melhores em 30 anos. Mas não apenas.

Lula e seu governo foram buscar apoios em grotões (periferias urbanas ou sertões). "Foram falar" com gente até então ignorada. Bem ou mal, o petismo-lulismo alterou o contrato político-social dos governantes com os mais pobres, quase todo mundo no Brasil.

Muitos dos críticos do Governo petista de agora, o de Dilma Rousseff, concentram suas avaliações de conjuntura e perspectivas político-econômicas nos grandes números macroeconômicos: inflação, emprego, crescimento do PIB. Uns anos de inflação desagradável e o fim da "novidade" do PIB crescendo de modo contínuo de fato podem arranhar o prestígio político do petismo.

Tal análise, porém, é pobrezinha, politicamente inepta. Os críticos do Governo petista parecem que vão cometer o mesmo erro de meados do Governo Lula. De fato, parece que Dilma tem por ora bem menos novidades para apresentar. Parece.

Mas seu Governo apronta um plano de expansão do acesso à internet, um "**Web** para Todos". Apronta um plano de erradicação da miséria que pretende alcançar os muitos pobres ainda desgarrados e inovar a assistência aos já atendidos por programas sociais. Melhorou as condições do Pronaf. Etc. Etc.

vinit@uol.com.br Da **Folha de S.Paulo** 

Durante o discurso da Srª Gleisi Hoffmam, o Sr. Randolfe Rodrigues, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Marta Suplicy, 1º Vice-Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Senador João Pedro, para uma comunicação inadiável.

Senadora Gleisi, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> será transcrito na íntegra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me informe qual é a ordem da minha inscrição pela liderança.

Gostaria de ter essa informação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª é o terceiro, sendo que o Senador Mozarildo, que não se encontra presente, é o primeiro e a Senadora Vanessa, que está aqui, é a segunda. Então, o senhor é o terceiro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É para eu saber, Srª Presidente, se a prática atual é de alternância entre liderança e comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É alternância.

Então, o primeiro...

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Eu percebo que foram chamados, na sequência, oradores para comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não, era o Senador Paulo Davim, mas ele preferiu ficar como orador inscrito. Então, dei a palavra ao Senador João Pedro.

O senhor será depois da Senadora...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB –PR) – Falou antes o Senador Paulo Paim, também para comunicação inadiável. Então, pela sequência, seria Liderança. Estou apenas querendo aprender a nova prática. Não estou questionando.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – E eu estou tentando aprender para fazer exatamente como o Regimento manda. Vamos agora consultar a Dra Cláudia para saber a ordem, porque eu tive que me ausentar por meia hora e perdi um pouco o controle. (*Pausa*.)

A Senadora Vanessa tem prioridade porque já estava presente. E nós sabemos que tem que ser um e outro: Liderança e... Houve a questão do Senador Davim, que preferiu falar, e aí houve essa confusão. Mas o senhor falará em seguida. Tem o Senador João Pedro, para uma comunicação inadiável; depois, a Senadora Ana Rita, por permuta com o Senador Suplicy; depois, a Senador Vanessa, pela Liderança; depois, o Senador Paulo Davim, como inscrito; depois, o Senador Geovani Borges, como inscrito. E aí vamos alternando, a não ser que a Senadora Vanessa troque com o senhor, porque fazendo permuta, tudo bem.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB –PR) – Agradeço as informações.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador João Pedro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Posso falar pela Liderança?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na manhã e no início da tarde de hoje, estive fazendo uma visita ao Comando do Exército Brasileiro, cujo comandante é o General Enzo. Vários Deputados e Senadores estiveram nessa visita ao Exército Brasileiro, aqui em Brasília. Estavam presentes o Senador Paulo Davim, a Senadora Vanessa Grazziotin e vários Parlamentares da Amazônia para conhecerem o projeto que o Exército Brasileiro começa a implantar e que vai até 2019, que é o Projeto conhecido como Sisfron – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, orçado em R\$10 bilhões.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, faço este registro por entender que é uma ação, uma atividade, um projeto do Exército Brasileiro e, claro, do Ministério da Defesa, inovador, por conta da exigência de novas tecnologias e de uma forma diferenciada de controlarmos a nossa fronteira com os países da América Latina e da América do Sul. São 17 mil km² de fronteira. Só ali na nossa Amazônia, Senador Geovani, temos 11 mil km² de fronteira. E os dirigentes do Exército, o General Guerra, o General Villas Bôas, e todo o Comando do Exército, nesta manhã, apresentaram de forma detalhada esse projeto.

Eu quero dizer da minha alegria por conta de uma política voltada para as nossas fronteiras, sobretudo por conta de uma vigilância mais moderna, com tecnologias principalmente por satélites, do controle desse imenso território, que é o território amazônico; dessa imensa fronteira com populações, com a presença, lamentavelmente, do tráfico de pessoas, de armas, de drogas, mas, ao mesmo tempo, de uma dinâmica social e de uma dinâmica econômica das nossas fronteiras.

Quero falar aqui das fronteiras da nossa Amazônia. Temos uma fronteira que guarda muito simbolismo, que guarda um olhar especial, que é a fronteira do Brasil com o Paraguai. Mas quero chamar a atenção para as fronteiras nossas lá no norte do Brasil com a Venezuela, lá na Cabeça do Cachorro, que é Venezuela, Colômbia e Brasil, ali no Município de São Gabriel da Cachoeira, uma região muito bonita, mas muito especial do ponto de vista estratégico militar e que merece essa nova política do Exército Brasileiro, do Ministério da Defesa.

Sabemos da liderança, Srª Presidenta, do Brasil em nível internacional, do papel estratégico do Brasil e da América Latina, do papel estratégico geopolítico do Brasil no Mercosul, mas é importante olharmos para as nossas fronteiras, com as nossas cidades, com as nossas populações, com as nossas econo-

mias e com as nossas culturas. A Amazônia merece uma política como essa, diferenciada. O Brasil merece uma política diferenciada nas suas fronteiras. Daí aplaudir, neste pronunciamento, esta iniciativa do Ministério da Defesa, esta política inovadora, oportuna, atual de nós controlarmos as nossas fronteiras com base na tecnologia.

Instituições como a Embraer, Srª Presidenta, participam desse projeto. O Exército Brasileiro, evidentemente, tem que mudar e fazer essa transição para a utilização de novas ferramentas, de tecnologias inovadoras, atuais, para que a Amazônia e o Brasil possam guardar, com muito carinho e dentro de uma nova visão, as fronteiras brasileiras e, particularmente, as fronteiras da nossa Amazônia.

Muito obrigado, Sra Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador João Pedro.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, como oradora inscrita, em permuta com o Senador Suplicy.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Lídice.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Apenas para solicitar, Sr<sup>a</sup> Presidente, a inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 163, de 2011, de nossa autoria.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tomarei as providências regimentais. Tomarei ciência do que é e encaminharei o pedido.

Pois não, Senadora.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>a</sup>s Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta tarde de hoje, para comentar sobre dois pontos que considero fundamentais.

Primeiro, lamentar um fato ocorrido em meu Estado. Um fato que demonstra o quanto a questão habitacional merece um olhar diferenciado dos gestores públicos, para que se possa garantir um dos direitos básicos que considero fundamental e mais sagrado: o acesso à moradia, em especial para as populações mais vulneráveis. Refiro-me à desocupação de 1.500 pessoas, ocorrida no Bairro Barra do Riacho, no Município de Aracruz – na verdade, cerca de 300 famílias, num total aproximado de 1.500 pessoas.

Há mais ou menos 20 dias, nosso mandato acompanha o drama dessas famílias. A ordem de reintegração de posse a favor da Prefeitura Municipal de Aracruz foi cumprida no dia de ontem. Como Vice-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa, quero lamentar aqui o conflito ocorrido durante a desocupação e registrar que, se queremos evitar situações futuras como essa, que levam sofrimento a centenas de pessoas, temos que de fato investir mais em políticas públicas na área habitacional.

As cidades precisam se preparar para atender a essa crescente demanda que é o direito de as pesso-as terem um local adequado para morar. Caso contrário, ainda veremos muitas situações extremas como a do Bairro Barra do Riacho, no Município de Aracruz, no Estado do Espírito Santo. As famílias ocuparam a área pertencente à Prefeitura de Aracruz há mais ou menos um ano e meio, claro, porque não tinham onde se instalar. Se o Município tivesse um programa habitacional adequado, possivelmente essa ocupação não teria ocorrido.

Aqui eu quero aproveitar a ocasião, ainda, para fazer um apelo aos gestores municipais no sentido de que capacitem suas equipes para se adequarem às exigências feitas pelos governos estaduais e pelo Governo Federal, para que possam participar de programas habitacionais como, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida. É preciso que os municípios não se omitam das questões habitacionais, para evitarmos novos conflitos, seja no Espírito Santo, seja em qualquer outro Município ou Estado brasileiro.

Outro fato que quero aqui registrar, Srª Presidenta – e é com muito prazer, com muita alegria que faço isto da tribuna – é uma breve saudação à minha cidade, a cidade de Vila Velha, que fica na região metropolitana da grande Vitória.

Na próxima segunda-feira, dia 23 de maio, comemora-se o aniversário da cidade, data marcada pela chegada do português Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo.

Vila Velha – fundada com o nome de Vila do Espírito Santo – foi sede da capitania até o ano de 1549, quando a capital foi transferida para Vitória e o Município passou a ter o nome atual. Mesmo não sendo a capital, é a maior cidade do Estado do Espírito Santo.

Vila Velha é a cidade que adotei e me adotou aos seis anos de idade, quando meus pais a escolheram como moradia e onde moro até hoje por opção.

Desde então, muitas mudanças aconteceram. A cidade, que à época possuía pouco mais de 50 mil habitantes, hoje é a maior cidade do Estado do Espírito Santo, com mais de 414 mil habitantes.

É em Vila Velha que encontramos um dos mais belos monumentos do Estado, o marcante Convento da Penha, do século XVI, considerado por muitos o símbolo do Espírito Santo, junto com outros patrimônios como a Igreja do Rosário, a Gruta Frei Pedro Palácios, o Forte de São Francisco Xavier e o Farol de Santa Luzia, que dão um ar especial à arquitetura da cidade.

Some-se a esse patrimônio construído o patrimônio natural da cidade: suas praias, sua área rural e suas reservas naturais.

Vila Velha, assim como a maioria das cidades brasileiras, ainda sofre com o enorme déficit de projetos e equipamentos sociais e obras de infraestrutura. Faltam creches, há problemas na área na saúde e na educação, os índices de violência são elevados, também falta moradia de qualidade, há problemas crônicos de drenagem urbana, que todos os anos ocasionam enchentes e inundações que atingem milhares de pessoas. Há carência de saneamento básico, pavimentação, entre outros problemas, fruto da falta de planejamento urbano, social e ambiental e investimentos públicos adequados.

A boa notícia é que a cidade, mais recentemente, vem recebendo investimentos tanto do Governo Federal como do Estadual. E, neste quesito, quero registrar que, este mês, tive a satisfação de participar de duas cerimônias nesse sentido. Em uma delas, foi anunciado pelo Governador Renato Casagrande e pela Prefeitura Municipal a construção de casas populares, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo da Presidenta Dilma. Na outra cerimônia, ocorreram a assinatura da ordem de serviço para reforma e ampliação do terminal rodoviário de Vila Velha e o lançamento do edital para contratação das obras da segunda etapa de construção e urbanização da ligação viária Terceira Ponte – Avenida Carlos Lindenberg via Canal Bigossi, ambas realizadas pelo Governo do Estado.

Essas são obras, Sras e Srs. Senadores, fundamentais para a população de Vila Velha. São obras que irão contribuir e muito para a melhoria da mobilidade urbana e infraestrutura da cidade e para garantir à população o direito à moradia.

Nesta comemoração do aniversário de Vila Velha, eu quero aqui fazer um destaque especial à força da nossa gente, do povo de Vila Velha, que é um povo muito bom, um povo trabalhador e batalhador, pois se trata de um povo que tem lutado por muitos e muitos anos. O resultado dessa luta é característica da sua própria cidade. O que quero aqui resgatar com isso é a resistência, a combatividade e a esperança que permeiam os moradores de Vila Velha. Resistência, pois, apesar das adversidades, se mantém de pé e insiste em lutar por uma cidade melhor.

Vila Velha possui uma tradição de movimentos sociais atuantes e organizados que marcam sua his-

tória, lutadoras e lutadores populares, entre os quais me incluo, pois a minha personalidade e valores que defendo são, em boa medida, fruto desse ambiente de luta, resistência e esperança.

Como petista, eu não poderia deixar de registrar que Vila Velha, em 1986, elegeu o terceiro prefeito petista do País e o primeiro do Estado. Vila Velha foi a primeira cidade do Estado a adotar o orçamento participativo, fruto da pressão e organização popular.

Economicamente, Vila Velha possui um polo de confecção consolidado e cresce vertiginosamente no setor de comércio exterior com seus terminais portuários.

Cerca de 90% das mercadorias que são escoadas pelo Espírito Santo passam pela cidade, além de contar com a presença da tradicional fábrica de chocolates Garoto. Quem não conhece o bombom da Garoto, o bombom Serenata de Amor, que muito é vendido pelo nosso País e também exportado.

Diante disso, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>a</sup>s Senadoras e Srs. Senadores, quero aqui parabenizar minha cidade.

Parabéns, Vila Velha! Parabéns ao povo da minha cidade! Era o que eu tinha a dizer neste momento. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, para uma comunicação de Liderança do PCdoB, pelo tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Sras Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, a semana inteira, nestes últimos dias, os jornais vêm dando como certo – isto é confirmado pelo Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloysio Mercadante – o fato de que o Governo deverá editar e publicar ainda no **Diário Oficial** desta semana – entre hoje e amanhã, portanto – uma medida provisória garantindo incentivos fiscais à produção de **tablets** no Brasil.

Para quem nos ouve, o que é **tablet**? Como muitas vezes falamos palavras com que a população não está familiarizada, quero dizer que **tablet** é aquele computador horizontal, um computador cujo teclado é embutido nele próprio. Grande parte dos comercializados no Brasil é importada, vem de outros países.

Com a recente visita da Presidente Dilma à China, ela teve a oportunidade de estar com os dirigentes da maior empresa chinesa produtora de aparelhos, de insumos para informática, que é a Foxconn. A Foxconn manifestou ao Governo brasileiro a vontade de vir ao Brasil, de investir no Brasil, passando a produzir sobretudo os **tablets**, e solicitou, para isso, incentivos fiscais.

A notícia que nós temos é que a medida provisória possivelmente incluirá os **tablets** como um tipo de computador. Portanto, estarão os **tablets** todos na nova categoria de informática – seria uma nova categoria de informática –, permitindo que eles sejam incluídos na Lei do Bem, a lei que garante uma série de incentivos para a produção desses bens, desses produtos no Brasil. Tudo indica que essa medida sairá esta semana, o que fará com que o tributo do PIS e da Cofins, de 9,5%, passe para 0%. O IPI também deve ir, de 15%, para aproximadamente 3%.

Srª Presidente, eu primeiro quero dizer que acho muito importante a vinda, o início da produção desses componentes, desses produtos no Brasil. Entretanto, eu acho que o Governo brasileiro tem que trabalhar com muito cuidado, com muito cuidado, porque todas as notícias, todas as matérias dão conta de que, possivelmente, essa indústria será instalada no Estado de São Paulo.

Ora, Sra Presidente, o Estado de São Paulo é responsável por aproximadamente 35% do PIB brasileiro. O Governo tem sido um bom governo, porque tem procurado adotar ações de desconcentração da economia brasileira e fazer com que o desenvolvimento nacional seja um desenvolvimento mais equitativo. Não podemos mais conviver, é impossível continuarmos a conviver de forma passiva com os índices que o nosso País tem: regiões Sul e Sudeste muito desenvolvidas e regiões extremamente carentes e pobres, com nível de desenvolvimento muito mais atrasado, que são as regiões Norte e Nordeste, e um pouco menos a região Centro-Oeste.

E mais: nós precisamos nos lembrar de que o Brasil tem uma zona franca, que é a Zona Franca de Manaus, que tem, do ponto de vista constitucional, os únicos incentivos fiscais garantidos na Constituição. E a Zona Franca de Manaus tem mostrado, a cada ano, que é um projeto correto não apenas porque garante essa diminuição das desigualdades entre as regiões brasileiras, mas porque tem sido a mais eficiente política ambiental do Brasil.

O Estado do Amazonas não é o Estado mais preservado por conta de que tenhamos uma política ambiental local diferenciada dos outros Estados da Região Amazônica, não. Nós temos 98% de nossas áreas preservadas graças à existência da Zona Franca de Manaus, cujo faturamento é de aproximadamente US\$36 milhões.

Então, vejamos todos...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora, mais um minuto. Já tínhamos dois de extensão na comunicação inadiável. Para encerrar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não tive dois minutos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Teve. Eu que estou fazendo. Teve, sim.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. V. Ex<sup>a</sup>...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe-me.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não há problema. Eu estou aqui concordando com V. Exª. V. Exª diz. Eu acredito no que V. Exª diz. É que, quando a gente fala, Senadora Marta, a gente não percebe que o tempo está passando.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu sei.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> sabe.

Enfim, quero aqui dizer que nós, da Bancada do Amazonas, estamos olhando com muito cuidado. Temos vários estudos que mostram que a Zona Franca de Manaus será extremamente prejudicada com essa nova medida provisória, extremamente prejudicada, porque – se não ficar todo o segmento de produção na Zona Franca de Manaus, temos o entendimento de que pelo menos parte – o **tablet** se confunde com o computador, que se confunde com o aparelho de televisão e toda a produção de televisão está na Zona Franca de Manaus. Então, começa com uma coisa pequena, essa coisa vai crescendo e o Estado vai sendo prejudicado.

Então, Senadora Marta, vamos aguardar a publicação da medida provisória. A bancada, tanto na Câmara dos Deputados quanto aqui no Senado Federal, está e estará muito atenta. E mais do que isso, precisamos discutir, as Regiões Nordeste e Norte, porque não podemos mais ver todos os grandes investimentos serem dirigidos para a Região Sudeste do Brasil. Isso não é mais possível. Não adianta dizer que não há mão de obra nas outras regiões, porque há. A mão de obra do Amazonas hoje é extremamente qualificada para esse tipo de produção. A Sony leva pessoas, a empresa Sony instalada no Amazonas leva pessoas do Japão para serem treinadas na Zona Franca de Manaus.

Então, fica aqui o meu primeiro pronunciamento e voltarei muitas vezes aqui para falar desse assunto.

Muito obrigada. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

Senador Paulo Davim, com a palavra, como orador inscrito.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fiz um pronunciamento na semana passada sobre o Código Florestal, ressaltando a importância de que a discussão se desse na forma mais harmônica e dando ouvidos às informações técnicas, deixando as posições fundamentalistas de lado a lado.

Existe uma preocupação latente em todos que nos preocupamos com a temática a respeito do desmatamento de que, em função de uma eventual perspectiva de anistia de quem cometeu crimes ambientais, isso já incrementou o desmatamento no Brasil.

O relatório publicado, ontem, pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do sistema de monitoramento por satélite Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, mostrou um aumento em 27% no desmatamento na Amazônia, de agosto do ano passado a abril deste ano, o que significa, Srs. e Sras Senadoras, 1.848 quilômetros quadrados de desmatamento. Só em março e em abril deste ano, nesses dois meses, houve um aumento do desmatamento em relação ao mesmo período do ano anterior em 473%. E vejam bem - vejam bem, os senhores -, esse período é o período de chuvas, em que o desmatamento é mais difícil, é mais trabalhoso e, mesmo assim, houve esse acréscimo em relação ao mesmo período do ano passado - 473% a mais, o que corresponde a 593 quilômetros quadrados, só nos meses de março e de abril deste ano.

No Estado de Mato Grosso, por exemplo, houve um incremento de 480 quilômetros quadrados, ou seja, houve um desmatamento de 480 quilômetros quadrados no Estado de Mato Grosso.

Mas esse sistema de monitoramento por satélite também tem umas imprecisões, uma limitações. Por exemplo, o Estado do Pará, que sempre é campeão de desmatamento no Brasil, estava com 80% do seu território coberto por nuvens, dificultando a observação pelo satélite. Portanto, não está aí contabilizado o desmatamento no Estado do Pará.

Fico imaginando se o Governo não tivesse o zelo que tem e o Brasil não tivesse a tradição que tem em

relação à comunidade internacional na preservação do meio ambiente.

Agora, vejam os senhores, se esta Casa e a Câmara Federal permitirem o desmatamento da reserva legal em até 4 módulos fiscais, isso vai ocasionar um acréscimo no desmatamento de 62 milhões de hectares no Brasil, o que configura um crime ecológico.

Não podemos aceitar, não podemos permitir que isso aconteça. E esse acréscimo de 27% no desmatamento da Amazônia, tenho absoluta certeza, deveu-se à perspectiva da anistia que consta do texto, do substitutivo do Deputado Aldo Rebelo, ao qual somos contra. Nós, do Partido Verde, somos contra, o Governo é contra, o Ministério do Meio Ambiente é contra. Tenho absoluta certeza de que a Presidenta Dilma terá um posicionamento firme, através da sua Ministra de Meio Ambiente, a Ministra Izabella Teixeira.

Agradou-me muito ler parte de sua entrevista no jornal **O Globo**, quando ela diz: "Quero dizer claramente: quem apostar no desmatamento para botar boi vai ter o seu boi apreendido e destinado ao programa Fome Zero. Quem apostar no desmatamento para plantar vai ter a sua produção apreendida e destinada ao programa Fome Zero".

Portanto, são posições firmes como as da Ministra Izabella Teixeira que vão fazer, sim, com que haja respeito às leis ambientais. Não podemos aceitar o desrespeito ao meio ambiente e ouvirmos passivamente, assistirmos de uma forma omissa, sem nenhuma reação, até porque precisamos defender o maior patrimônio deste País, que é a sua biodiversidade. O que estamos defendendo não é somente para a geração atual, mas, sobretudo, para as futuras gerações.

Não posso defender nem aceitar a anistia de quem cometeu crimes ambientais porque vamos criar no Brasil a cultura da anistia, a exemplo dos Refis.

De repente, vamos, primeiro, cometer uma injustiça a quem foi obediente à lei, que não transgrediu a legislação ambiental. Segundo, vamos estimular as pessoas que não cumpriram a legislação ambiental a continuarem descumprindo, cometendo infrações ambientais, na perspectiva de uma futura anistia. Isso não pode acontecer no Brasil. E o Brasil está sendo observado pela comunidade internacional, porque a mudança nos nossos biomas seguramente afetará o clima do planeta.

A gente precisa preservar os nossos rios. É bem verdade que a gente precisa também reconhecer a importância do agronegócio no Brasil.

O agronegócio que é responsável por 25% a 30% do PIB nacional. Mas há condição, sim, de crescermos de forma sustentável. E dei um exemplo, na semana

passada, quando, na década de 1960, a relação boi/ hectare era de 0,49 boi por hectare. Hoje, temos a relação de um boi por hectare. E veja que temos o maior rebanho do mundo. Em outros países, com rebanho menor que o do Brasil, a relação é de 2, 2,5, até 3, ou seja, precisamos otimizar o agronegócio.

Na década de 1960, a produção de grãos por hectare passava um pouco de setecentos quilos. Hoje, produzimos, por hectare, mais de três mil quilos, graças ao incremento tecnológico, graças à presença de técnicos e a uma instituição chamada Embrapa, que vem dando suporte necessário ao agronegócio, mostrando que seremos capazes de incrementar a produção, de transformar o Brasil no celeiro de alimento do mundo, sem termos, necessariamente, que desmatar, agredir a natureza.

Deixa-me triste a constatação do Ministério do Meio Ambiente e do Inpe, esse acréscimo de 27% do desmatamento da Amazônia de agosto do ano passado para abril.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso aumenta a responsabilidade desta Casa e aumenta a responsabilidade da Câmara Federal.

Peço-lhe somente dois minutos, Senador.

Precisamos discutir com seriedade, dando ouvido às informações das instituições científicas.

Com prazer, concedo o aparte ao Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Davim, nós dois que somos médicos temos, obviamente, a preocupação primordial com o ser humano. Eu fico preocupado e leio com muita atenção todas essas matérias publicadas. Recentemente li um artigo científico que mostra que, primeiro, os nossos satélites não são nossos.

Não temos satélite brasileiro cuidando realmente do monitoramento das nossas coisas, nem da mata, nem das pessoas. Segundo, é importante como se fala em mata, em boi e não se fala de gente. Eu sou da Amazônia, nasci em Roraima, e é impressionante como não existe uma preocupação nessa questão. Só há dicotomia entre agronegócio e desmatamento, preservação, mas não há uma gota de preocupação com o pequeno agricultor, com o índio, inclusive, que desmata para sobreviver, que é ser humano também. Então eu acho que, embora esse seja um assunto para a gente debater mais à frente, é muito precipitado acreditar nesses dados de desmatamento da Amazônia. Quem voa para lá voa vendo a mata, e quem anda lá não vê esse desmatamento que esses satélites duvidosos

publicam. Mas como sou, e como V. Exa, um homem de ciência, eu não quero contestar simplesmente; eu quero me convencer. E temos que ter um debate desapaixonado sobre essa questão, preocupados com os 25 milhões de habitantes da Amazônia.

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV - RN) - Obrigado, Senador Mozarildo.

Mas nós precisamos acreditar em informações oficiais, e a informação é do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Quanto ao argumento de dizer que não estamos valorizando o ser humano, claro que sim, na medida em que eu valorizo a biodiversidade, eu estou valorizando o ser humano, até porque a biodiversidade é uma prateleira de opções científicas. Nós somos médicos e sabemos. Um remedinho chamado captopril foi extraído do veneno da jararaca...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. PAULO DAVIM** (Bloco/PV – RN) – A própria digoxina, que é o remédio que trata o coração, foi extraída de duas plantas, *digitalis lanata* e *digitalis purpúrea*. Daí por que a biodiversidade é extremamente importante para a ciência e para o ser humano.

Portanto acho, eu concordo com V. Exa, o debate tem que ser um debate desapaixonado, mas dando ouvidos às informações técnico-científicas, não podemos dar ouvidos às posições fundamentalistas de lado a lado.

Era só, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiramente, comunicamos à Casa que o nosso Partido, o PSDB, acaba de protocolar duas ações diretas de inconstitucionalidade.

Uma delas diz respeito à medida provisória recentemente aprovada no Senado Federal que trata da criação da empresa para administrar o trem-bala e também de repasses para o BNDES, enfim, recursos destinados à execução do projeto do trem-bala. Essa é a primeira Ação Direta de Inconstitucionalidade que, anunciamos, o partido protocolou no dia de hoje.

A outra é aquela que está na pauta, na Ordem do Dia, inclusive com a pretensão de que seja votada no dia de hoje, a Medida Provisória nº 515, que trata de créditos extraordinários da ordem de R\$26,6 bilhões. Essa Adin tem como Relator o Ministro Ayres Britto.

Portanto, como anunciamos anteriormente já no dia em que deliberamos sobre a medida provisória que tratava do trem-bala, estamos hoje anunciando o cumprimento dos compromissos assumidos com relação a interpor ação direta de inconstitucionalidade, sobretudo na defesa desta instituição, que tem tido suas prerrogativas usurpadas pelo Poder Executivo e, acima de tudo, na proteção da Constituição do País, que não pode continuar sendo afrontada dessa maneira.

Feito esse anúncio, Srª Presidente, gostaria de registrar que hoje, 19 de maio, comemoramos o Dia Mundial do Combate às Hepatites. A Organização Mundial de Saúde estima que mais de 2 bilhões de pessoas sejam portadoras do vírus da Hepatite B. Desse total, cerca de 300 milhões evoluem para a forma crônica da doença, isto é, cirrose e câncer de fígado.

O vírus da Hepatite C atinge cerca de 170 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo três milhões somente no Brasil. No dia reservado ao combate às hepatites virais, registramos que tramita nesta Casa, Sr<sup>a</sup> Presidente, projeto de lei de nossa autoria que pretende estender aos portadores das formas crônicas de Hepatite B ou C os mesmos benefícios concedidos aos portadores da Aids.

O projeto se encontra na Comissão de Assuntos Sociais cujo Presidente, Senador Jayme Campos, designou como Relator o Senador Waldemir Moka, que, aliás, acaba de chegar a este plenário. Estamos fazendo um apelo para que se dê celeridade à apreciação desse projeto. Esperamos contar com o apoio de todas as senhoras e senhores Senadores.

Esse projeto havia sido apresentado há alguns anos pela Senadora Ana Júlia. Como foi para o Arquivo, nós o reapresentamos utilizando a justificativa que deu origem ao projeto apresentado pela Senadora do Pará.

Nosso apelo, portanto, a todos os Srs. Senadores. É um projeto que diz respeito à saúde da população. Infecções como as Hepatites tipos B ou C transformaram-se, nas duas últimas décadas, em grandes problemas de saúde pública, não só porque acometem uma importante parcela da população, mas também porque muitos pacientes não se curam e passam a apresentar a sua forma crônica.

O projeto que submetemos à apreciação do Senado tem como objetivo estender aos portadores das formas crônicas da Hepatite B ou C os mesmos benéficos concedidos pela Lei nº 7.670, de 1988, aos portadores de AIDS.

Tenho certeza, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senador Moka, que é o Relator dessa matéria, certamente com a sensibilidade que possui, dará guarida a esse pleito e determinará uma tramitação rápida para que possamos brevemente deliberar no plenário do Senado Federal até porque houve um entendimento de lideranças...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PDSB – PR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, estou concluindo.

Houve entendimento de todos os partidos da Casa com o Presidente José Sarney de que teríamos votações temáticas. E exatamente a saúde é o primeiro tema para as deliberações.

Por esta razão, desejamos que esse projeto seja, o mais rapidamente possível, votado no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Sra Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, que falou pela liderança do seu partido.

Agora, estaria inscrita a Senadora Vanessa, que já falou pela liderança.

O Senador Geovani Borges, que fez uma permuta comigo. Vou declinar e dou a palavra à Senadora Lídice da Mata.

Em seguida, teremos...

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É possível porque o Senador Geovani Borges abdicou para falar como orador inscrito. Então, o senhor está inscrito como o terceiro.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, a quem agradeço, inclusive, a gentileza do tempo, Srªs e Srs. Senadores, uso a tribuna para registrar que o dia de ontem foi muito produtivo na luta contra o abuso sexual infantojuvenil, quando transformamos a sessão ordinária do Senado numa verdadeira sessão especial, haja vista os inúmeros depoimentos e pronunciamentos das Srªs e Srs. Senadores ressaltando aquela data.

Houve também um evento de grande importância, promovido pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça

–, Unicef e Childhood, uma organização não-governamental, cuja Presidente é a rainha Sílvia, da Suécia: um seminário, que foi aberto na sede do Supremo Tribunal Federal, instalado pelo Presidente do Supremo e Presidente do Conselho Nacional de Justiça, assumindo, portanto, o compromisso de a Justiça brasileira dar tratamento especial a essa questão.

Foi o primeiro encontro nacional de experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes no Judiciário brasileiro. O seminário ocorreu durante o dia de ontem e todo o dia de hoie, debatendo questões como os mutirões da cidadania e o processo de implantação do depoimento especial no Judiciário brasileiro, a cartografia das experiências de tomada de depoimento no Judiciário brasileiro e os principais dados da pesquisa, as normativas internacionais e a legislação brasileira sobre a tomada de depoimento especial, projeto de lei do novo Código de Processo Penal e outros assuntos pertinentes a essa questão, fazendo com que questão como o projeto de lei da Câmara de depoimento sem dano, que já foi debatido neste Senado e na Câmara, fosse incorporado pelo Relator do projeto de lei do novo Código de Processo Penal, o Senador Casagrande. Porém, as entidades da área hoje reivindicam uma mudança no texto que possa refletir uma participação maior e a garantia mesmo da oitiva especial com depoimento sem dano desde o início do inquérito policial.

É um tema extremamente importante para a garantia do direito da criança e do adolescente vitimados pela violência, pelo abuso sexual, que têm necessidade de ser parte em um processo judicial criminoso contra o abusador, o violentador e assim por diante.

Creio que foi um seminário de extrema importância. Hoje, com a presença da Rainha Silvia, que se incorporou ao seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, também com a participação da Organização Childhood, e a presença de V. Ex<sup>a</sup> na Mesa daquela Casa legislativa, da Secretária Nacional dos Direitos Humanos, Maria do Rosário; com a Presidente da Comissão, Deputada Manuela, e de tantas outras organizações não-governamentais, que, junto com a chamada Rainha dos Baixinhos brasileiros, a artista e apresentadora Xuxa, que empresta o seu nome a essa causa tão importante, num Projeto de Lei da Câmara, que já foi recebido pelo Senado, pelo Senador Sarney, que já se comprometeu a levá-lo adiante o mais rápido possível, que é aquele que condena as palmadas, os castigos físicos, como medida educativa em nosso país.

Portanto, é realmente uma semana em que o movimento em defesa da criança e do adolescente e de combate à exploração e ao abuso sexual das crianças do nosso país pode comemorar, não do ponto de vista da existência desse fator tão negativo para a nossa vida nacional, para a nossa sociedade, para a vida das crianças, dos brasileiros e brasileiras, mas, principalmente, pelas conquistas, pelos avanços realizados nesta semana e pela produtividade desses encontros que nós conseguimos realizar.

Muito obrigada, Sra Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago, para uma comunicação inadiável, pelo tempo regimental de cinco minutos.

Depois, o Senador Garibaldi Alves, em permuta com a Senadora Ana Amélia; e depois o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy, demais Senadoras e demais Senadores, profissionais da imprensa, trago, Srª Presidenta, no dia de hoje, um reconhecimento.

Hoje se comemora o dia do defensor público. Não poderia deixar de vir a esta tribuna para mais uma vez enaltecer a categoria a que pertenço, com muito orgulho, e todos sabem disso. Tanto assim que, em outras oportunidades, tanto aqui no Senado Federal, quanto na Câmara dos Deputados, quando por lá passei, pude demonstrar meu apreço pela Defensoria Pública.

Em função da data, estou apresentando requerimento de voto de aplauso, que chegará às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidenta, pelo transcurso da data comemorativa do dia do defensor público, a ser encaminhado pelo Senado Federal aos órgãos representativos da categoria no País e também em todos os Estados da Federação.

Trabalhar com os chamados hipossuficientes, ou seja, com aquelas pessoas sem recursos para custear honorários de advogado e outras custas processuais sem prejuízo próprio e da família é uma missão. Todos nós reconhecemos isso. Só permanece na profissão aquele que quer estar próximo à comunidade, aquele que quer ter contato direto com a população, mais ainda, aquele que quer seguir o preceito cristão de ajudar o próximo.

No início desta semana, na abertura da programação da semana do defensor público em Minas Gerais, a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Doutora Carmem Lúcia, falando sobre o defensor público, afirmou que estes são "capazes, institucionalmente, de pensar não apenas no outro, mas também com o outro".

Assim, nada mais justo do que homenagear o Defensor Público, porque, da mesma forma, Senadora Ana Amélia, pensam todos aqueles que sabem que no exercício da defensoria pública, é através do defensor público, onde não só se reconhece legalmente os direitos dos outros como também o próprio exercício pleno da cidadania de todos os cidadãos brasileiros, independentemente de classe.

Ao observarmos o preceito constitucional de que o Estado deverá prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, podemos afirmar que a Defensoria Pública é essencial ao acesso à Justiça.

Por isso, Sr<sup>a</sup> Presidenta, sempre tenho dito, e é reconhecido por todos, que não se justificam as próprias recomendações e falácias que existem do amplo acesso à justiça sem também fortalecermos a Defensoria e darmos à população mais carente o acesso, por meio da Defensoria Pública.

Essa instituição tem o importante papel de garantir o princípio do livre acesso à Justiça, cuidando de adolescentes em conflito com a lei, defendendo mulheres vítimas da violência doméstica, exercendo muitas vezes a função de conciliador, ouvindo aqueles que tanto sofrem, entre tantas outras coisas.

Como já afirmei em outras oportunidades, ter Defensorias Públicas fortes e atuantes, com plenas condições para tal, é o mínimo que se exige de todos os estados brasileiros. A própria Constituição Federal proclama a instituição como instância essencial e insubstituível ao ato de distribuir justiça por todo o Brasil, a todos os brasileiros.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em comunicação inadiável é impossível ter apartes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Desculpe-me, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está desculpado. Depois, por questão de ordem, o Senador pode ter a palavra.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Mas Senador Aloysio Nunes Ferreira, com certeza, o pensamento de V. Ex<sup>a</sup> vai fortalecer o nosso no que se refere à necessidade do amplo fortalecimento da Defensoria Pública em todo o Brasil.

Sra Presidente...

(Interrupção do som.)

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe, Senador.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

 Para atender ao princípio democrático do acesso universal à Justiça, temos que possibilitar a todos os hipossuficientes brasileiros acesso à Defensoria Pública em seu Estado.

Sabemos que desde 2004, com o advento da Emenda Constitucional 45, a instituição tem alcançado significativos avanços na defesa dos menos favorecidos. Entretanto, isso ainda acontece de maneira desproporcional, diante de sua importância. Precisamos ter defensores públicos em todas as comarcas brasileiras.

Claro que o Brasil necessita de uma ampliação nos quadros de defensores públicos e estes precisam ser remunerados de forma mais justa, que é isso que falta em muitos Estados da Federação. Essas remunerações devem ser condizentes com a importância do trabalho que realizam em todo o território nacional.

Infelizmente, alguns administradores públicos ainda não se conscientizaram da importância da Defensoria Pública, sendo poucas, espalhada pelo território nacional, para o pleno exercício da própria cidadania. O meu Estado, a Paraíba, é um dos poucos exemplos da Federação, onde falta esse reconhecimento, a ponto e desconsiderar a autonomia do órgão para permitir que algumas demandas judiciais...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Só dois minutos para concluir, Excelência.

Algumas demandas judiciais permaneçam não só no Estado, como também aqui na Justiça nacional, nos tribunais superiores.

Por isso fazemos um apelo para que o governante reveja sua posição e atenda o pleito da própria categoria.

Portanto, não por conta do dia de hoje, mas por todos os dias do ano, parabenizo todos esses profissionais que buscam com o seu saber jurídico atender toda aquela parcela da sociedade que não tem como confiar a efetivação dos próprios direitos conquistados.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, o requerimento já está aí nas mãos de V. Ex<sup>a</sup>.

Mais uma vez, Senador Mozarildo, Senador Vicentinho, Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia, Senador Garibaldi Alves e todos que aqui estão, sei que todos nós somos conscientes disso, que sem a Defensoria Pública não há a universalização do acesso à Justiça, porque existem Estados da Federação, Senadora, em que 90% dos feitos que tramitam na

própria justiça, são de responsabilidade ou patrocinados pela Defensoria Pública. Significa ainda dizer que sem a Defensoria Pública... Imaginem como seriam os pobres nesses Estados que alcançam 90% do seu respectivo atendimento.

Sei que o tempo está esgotado. Peço desculpas a V. Exa, Sra Presidenta, mas o dia de hoje, o Dia do Defensor Público não poderia deixar de ser registrado nesta Casa e também reconhecido por todos nós e também pela sociedade brasileira, inclusive os que não precisam do defensor público.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Agradeço a tolerância. Era o que tinha a dizer, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 567, DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, requeiro votos de louvor pelo transcurso do 94º (nonagésimo quarto) ano em que se comemora o Dia Nacional do Defensor Público, nesta data de 19 de maio.

Solicito seja encaminhado o respectivo voto de louvor aos Presidentes das Associações dos Defensores Públicos elencados.

Sala das Sessões, – Senador **Wilson Santiago**. Associação Nacional dos Defensores Públicos. Presidente, **André Luis Machado de Castro**.

Associação Paraibana dos Defensores Públicos – APDP. Presidente, **Enriquimar Dutra da Silva**.

Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Defensor Público-Geral, **Vanildo Oliveira Brito**.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Garibaldi Alves, como orador inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, peço a V. Exª que me conceda o direito de falar desta tribuna, porque tenho ainda dificuldade de locomoção.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com prazer, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Sra Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu estive re-

centemente visitando o interior do meu Estado. Fiquei muito apreensivo e fui tomado por um sentimento de profunda preocupação ao ouvir os depoimentos espontâneos de alguns conterrâneos: com que rapidez estão proliferando as drogas no meio dos jovens e quanto isso vem contribuindo para o aumento dos índices de criminalidade. No interior do meu Estado e em várias cidades do Brasil, muito se tem notícia da crescente atividade criminosa relacionada ao consumo de drogas.

O Rio Grande do Norte tem o Proerd, um projeto de prevenção antigo e eficiente. Atuando desde 2002, o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) está presente hoje em 23 Municípios de meu Estado, e seus 100 policiais militares instrutores atendem anualmente uma média de 70 mil crianças, adolescentes e comunidade em geral. É certo que precisamos aumentar em muito esses números, mas estamos caminhando nessa direção.

Srª Presidente, a situação das drogas é alarmante nas grandes capitais, a mídia brasileira direciona seu foco mais para as grandes cidades. As cidades interioranas do Brasil convivem, hoje em dia, com um elevado número de ocorrências policiais ligadas às drogas e, se não forem tomadas medidas urgentes, teremos, muito em breve, problemas em escalas desastrosas.

Recentemente, o Promotor de Justiça da cidade de Mossoró falou sobre o combate às drogas no interior, relatando a situação difícil dos agentes públicos que militam na área de repressão às drogas. Fez o seguinte comentário no jornal: "Hoje a Delegacia de Narcóticos de Mossoró não tem sede própria. São cinco pessoas e um delegado, com apenas uma viatura. Assim não vamos a lugar nenhum". Sabendo-se que essa realidade exposta pelo ilustre Promotor é a realidade da maioria das cidades interioranas brasileiras, não há como ficar indiferente a essas palavras.

Só no meu Estado, Rio Grande do Norte, segundo a Polícia Federal e números do Departamento de Repressão a Entorpecentes – DRE, entre 2005 e 2011, foram apreendidos 482 quilos de **crack**, 338 quilos de cocaína e 138 quilos de pasta base de cocaína. De janeiro a abril de 2011, comparando-se aos quatro primeiros meses de 2010, houve um aumento de 587% em relação à cocaína e 23% de **crack**.

O Governo Federal vem procurando agir de forma pontual no combate às drogas, mas é necessário que sejam criados meios de combate mais eficazes, menos tímidos e que envolvam o futuro do Brasil.

Esse tema é tão importante... Cada vez mais trouxeram aqui onde podemos buscar alternativas legais e orçamentárias para marcharmos contra as drogas, esse **tsunami** social.

Sr. Presidente, peço a Deus que nos ilumine para que possamos acenar às famílias vitimadas pelas drogas com uma esperança concreta e verdadeira e que também consigamos, num esforço comum entre sociedade e o Poder Público, diminuir esta drástica realidade em que vivemos no que tange às drogas.

Muito obrigado.

Maio de 2011

#### SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIA-MENTO DO SR. SENADOR GARIBALDI AL-VES.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu estive recentemente visitando o interior do meu estado, fiquei muito apreensivo e fui tomado por um sentimento de profunda preocupação, ao ouvir os depoimentos espontâneos de alguns conterrâneos: com rapidez que está proliferando as drogas no meio dos jovens e o quanto isso vem contribuindo para o aumento dos índices de criminalidade. No interior do meu estado e em várias cidades do interior do Brasil muito se tem notícias da crescente atividade criminosa relacionadas com o consumo de drogas.

O Rio Grande do Norte tem o PROERD, um projeto de prevenção antigo e eficiente. Atuando desde 2002 o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), está presente hoje em 23 municípios de meu Estado, e seus 100 policiais militares instrutores atendem anualmente uma média de 70.000 crianças, adolescentes e comunidade em geral. É certo que precisamos aumentar em muito esses números, mas estamos caminhando nessa direção.

Sr. Presidente, a situação das drogas é alarmante nas grandes Capitais, a mídia brasileira direciona seu foco mais para as grandes metrópoles brasileiras. As cidades interioranas do Brasil convivem hoje em dia, com um elevado número de ocorrências policiais ligadas as drogas, e se não forem tomadas medidas urgentes, teremos muito em breve problemas em escalas desastrosas.

Recentemente o Promotor de Justiça da Cidade de Mossoró em meu Estado, falou sobre o combate as drogas no interior, relatando a situação difícil dos agentes públicos que militam na área de repressão as drogas. Fez o seguinte comentário destaca o jornal: "Hoje a Delegacia de Narcóticos de Mossoró não tem sede própria. São cinco pessoas e um delegado, com apenas uma viatura. Assim não vamos a lugar nenhum". Sabendo-se que essa realidade exposta pelo

Ilustríssimo Promotor é a realidade da maioria das cidades interioranas brasileiras, não se tem como ficar indiferente a essas palavras.

Só no meu Estado, segundo á Policia Federal e números do Departamento de Repressão a Entorpecente – DRE, entre 2005 e 2011 foram apreendidos 482 Kilos de **crack**, 338 kilos de cocaína e 138 kilos de pasta base de cocaína. De janeiro a abril de 2011, comparando-se os quatro primeiros meses de 2010, houve um aumento de 587% em relação à cocaína e 23% de **crack**.

O Governo Federal vem procurando agir de forma pontual no combate as drogas, mas é necessário que sejam criados meios de combate mais eficazes, menos tímidos e que envolvam cada vez mais as nossas autoridades federais e municipais, e ainda, as nossas comunidades de cada município.

O que não podemos Sr. Presidente, é ficarmos passivos quanto a esse inimigo: o consumo de drogas, que seiva a vida dos nossos jovens e destrói as famílias brasileiras e aumenta a criminalidade no País.

Acredito que podemos amenizar em muito o problema das drogas, mas precisamos da união de todos: comunidades religiosas, associações, profissionais da Saúde e profissionais de Ensino, essa tem que ser a bandeira de todos, é preciso o engajamento dos mais variados segmentos sociais nessa guerra conta as drogas.

Isso Sr. Presidente não é uma utopia. O Estado de Alagoas capacitou os professores da rede pública de ensino para o Programa de Educação para a Paz nas Escolas e obteve bons resultados na redução dos índices de violência nas escolas.

É a isso que me refiro Sr. Presidente, uma iniciativa louvável como a do Estado de Alagoas, bem como, a iniciativa da Câmara com a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas e ao **Crack** e do Senado com a criação da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "**Crack**" e Outros, que trazem ao Congresso Nacional esse tema tão importante para o futuro do Brasil, trouxeram aqui onde podemos buscar alternativas legais e orçamentárias para marcharmos contra as droga, esse **tsunami** social.

Sr. Presidente, peço a Deus que nos ilumine para que possamos acenar às famílias vitimadas pelas drogas com uma esperança concreta e verdadeira, que também consigamos num esforço comum entre sociedade e o poder público diminuirmos esta drástica realidade em que vivemos no que tange as drogas.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

#### ORDEM DO DIA

Antes, quero registrar a presença, em nossas galerias do plenário do Senado, dos alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental da Escola Nova Vida, de Luziânia, Goiás. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Bem como dos alunos dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais da Unicuritiba e da UDF.

Sejam muito bem-vindos.

Muito obrigado pela visita.

Pela ordem. Senador.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, a nossa saudação também aos visitantes.

Queria comunicar a V. Exa, até porque hoje é quinta-feira e o quórum não é significativo, que a Oposição, o PSDB pretende obstruir a votação da Medida Provisória no 515.

Comuniquei há pouco à Casa que o nosso Partido encaminhou ao Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade. O Ministro Ayres Britto será o Relator dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Entendemos que é uma medida provisória complexa, que reuniu créditos extraordinários não votados ao final do ano passado em uma medida provisória. Há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considerando a inconstitucionalidade de medidas provisórias que tratem de instituir créditos suplementares e, neste caso, créditos extraordinários.

Portanto, Sr. Presidente, em consideração aos colegas, especialmente às Lideranças do Governo, estamos comunicando à Casa que o Partido fará obstrução. Entendemos que essa matéria deveria ser deliberada na próxima semana, com casa cheia, em função da sua complexidade.

Portanto, comunico a V. Ex<sup>a</sup> que haverá, da parte do PSDB, a tentativa de obstrução.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Vou ler o enunciado da matéria e, evidente-

mente, depois, vou tomar em consideração as palavras de V. Exa.

#### Item 1:

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 515, DE 2010

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 515, de 2010, que abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de vinte e seis bilhões, seiscentos e setenta e três milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e cento e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

Transcorre hoje a 4ª sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- Foram apresentadas à medida provisória 24 emendas;
- A medida foi aprovada na Câmara dos Deputados, sendo o Deputado Fábio Trade, do PMDB, do Mato Grosso do Sul, Relator.
- O prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período, pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 7, de 2011, e se esgota no dia 1º de junho.
- A medida foi lida no plenário do Senado no dia 12 de maio.

Prestados esses esclarecimentos, passamos à apreciação da matéria.

Mas, como está ausente o Relator da matéria, Senador Jorge Viana, e, diante da evidente falta de número na sessão, transfiro para a próxima terça-feira a votação da medida provisória.

A pauta, assim, continua sobrestada.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que *altera* a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

3

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

4

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2011, tendo como primeiro

signatário o Senador José Sarney, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Parecer sob nº 255, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aécio Neves, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto em separado do Senador José Pimentel.

6

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2008

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008 (nº 696/2003, na Casa de origem, do Deputado Zezéu Ribeiro), que dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.

Parecer sob nº 232, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação do vencido.

7

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

8

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 67, DE 2010

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 2010, do Senador Flexa

Ribeiro, que autoriza a filiação do Senado Federal à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 107 e 108, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator ad hoc: Senador Sérgio Zambiasi; e Diretora, Relator: Senador João Vicente Claudino.

9

#### REQUERIMENTO Nº 384, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 384, de 2011, do Senador Paulo Davim, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2010, com o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2010, que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2009, por regularem a mesma matéria (altera a lei que trata de parcelamento do solo urbano).

10

#### REQUERIMENTO Nº 415, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 415, de 2011, da Senadora Gleisi Hoffmann, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 5, de 2003; 200, de 2004; e 314, de 2005, por regularem a mesma matéria (reajuste do salário-mínimo).

11

#### REQUERIMENTO Nº 480, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 480, de 2011, do Senador Valdir Raupp, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009, por regularem matéria correlata (contribuição de PIS/PASEP/COFINS/IPI na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim – RO).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Temos apenas um requerimento da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial a realizar-se no dia 4 de

julho, destinada a comemorar o dia da independência da Bahia. (Requerimento nº 163, de 2011).

Em votação o requerimento, de uma maneira simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência também comunica ao Plenário que a Comissão de Reforma Política apresentou como conclusão de seus trabalhos, para iniciar a tramitação, as seguintes propostas de emenda à Constituição.

Ontem tivemos oportunidade de ler os projetos de lei.

As Emendas à Constituição que alteram os arts. 46 e 56, da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular.

A outra Emenda diz respeito aos arts. 28, 29 e 82, para estabelecer um mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses;

Proposta de Emenda à Constituição nº 39, que altera o art. 14, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmos cargos, no período subsequente:

E outra Proposta de Emenda à Constituição para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias;

A outra Emenda diz respeito a dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais;

Proposta de Emenda à Constituição que altera o § 3º do art. 45, para exigir uma lei ou emenda constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor; e

Proposta de Emenda Constitucional nº 43, que altera o art. 45 da Constituição, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № 37, DE 2011

(Senador José Sarney, Senador Francisco Dornelles e outros Senadores)

Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador, vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consaguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º. Os arts. 46 e 56 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46
§ 3° Cada Senador será eleito com um suplente.
 § 4º É vedada a eleição de suplente de Senador que seja e ou parente consanguíneo ou afim do titular, até segundo a por adoção." (NR)
"Art. 56.
 § 4º Na ocorrência de vaga de Senador será ainda observado

- I se a vaga ocorrer até cento e vinte dias antes da realização de eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo titular será eleito em pleito simultâneo a essas eleições, aplicando-se o disposto no art. 46, § 3°;
- II se a vaga ocorrer dentro de cento e vinte dias antes da realização de eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo titular será eleito em pleito simultâneo às eleições gerais subsequentes, aplicando-se o disposto no art. 46, § 3°;
- III nas hipóteses previstas nos incisos I e II o Senador eleito assumirá o cargo no dia 1º de fevereiro do ano seguinte ao da sua eleição e concluirá o mandato do antecessor." (NR)
- Art. 2°. O disposto nesta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação, não se aplicando aos mandatos dos Senadores e suplentes eleitos em 2006 e 2010.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta de Emenda à Constituição destina-se a alterar as regras constitucionais referentes à suplência de Senador.

Pelas regras ora vigentes, o suplente de Senador será convocado e empossado definitivamente no mandato em caso de vaga, causada por morte, renúncia ou perda de mandato do titular.

Outrossim, será convocado e empossado temporariamente, quando o titular for investido em algum dos cargos arrolados no art. 56, I, da Lei Maior (Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, de Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou de

chefe de missão diplomática temporária), ou, ainda, quando o titular for licenciado por tempo superior a cento e vinte dias em uma mesma sessão legislativa, por motivo de doença (art. 56, § 1º da CF).

A Comissão de Reforma Política instituída pelo Ato no 24, de 2011, do Presidente José Sarney, aprovou algumas mudanças no que diz respeito ao regime jurídico do suplente de Senador.

Assim, estamos propondo que em caso de ocorrer vacância do cargo de Senador até cento e vinte dias antes da realização de eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo titular será eleito em pleito simultâneo a essas eleições. Se a vaga ocorrer dentro de cento e vinte dias antes da realização de eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo titular será eleito em pleito simultâneo às eleições gerais subsequentes.

Tal proposta pretende ampliar a legitimidade do exercício do mandato de Senado, pois prevê que em caso de vacância do cargo o sucessor seja eleito pelo voto popular.

Por outro lado, com a previsão de eleições para o provimento efetivo do cargo de Senador que vagar, não será necessário que o titular seja eleito com mais dois suplentes. Por isso, a Comissão está também propondo que haja apenas um suplente de Senador.

De outra parte, estamos propondo que não possa ocupar a suplência o cônjuge ou parente consaguíneo ou afim do titular, até segundo grau ou por adoção.

Cabe ainda consignar que as mudanças que ora estamos submetendo à Casa devem valer para o futuro, sem atingir direitos dos atuais Senadores e respectivos suplentes.

Assim, está sendo ressalvado na presente proposta que as novas regras não serão aplicadas aos mandatos dos Senadores e suplentes eleitos em 2006 e 2010, cujos mandatos permanecerão regidos pelas normas constitucionais atualmente em vigor.

Com essa proposta, acreditamos estar aperfeiçoando as normas aplicáveis à suplência de Senador e ampliando a legitimidade do Senado Federal perante o eleitorado e a sociedade brasileira.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos ilustres colegas para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

### ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011

Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consargaineo ou afim, até o segundo grau du por adoção do titular e dá outras providências

Paulo Jumi

In Miller

Trans

(ARRIONEVES)

May (EUNICIO OLIVEIRA)

TABLO BUSEALS 2018

And / Augustum

### ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011

Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consangüíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências DUERO JUAN

# LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO Seção I DO CONGRESSO NACIONAL

- Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- $\S$  1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- § 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
  - § 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

#### Seção V DOS DEPUTADOS E DOS SENADORES

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador.

- I investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;
- II licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.
- § 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.
- § 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.
- § 3º Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

## Seção VIII DO PROCESSO LEGISLATIVO

### Subseção II Da Emenda à Constituição

- Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- I de um terço, no minimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
  - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
  - § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
  - I a forma federativa de Estado;
  - II o voto direto, secreto, universal e periódico:
  - III a separação dos Poderes;
  - IV os direitos e garantias individuais.
- § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011

(Senador José Sarney, Senador Francisco Dornelles e outros Senadores)

Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

"Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador

do Estado, para mandato de 5 (cinco) anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1°. Os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

em dez	término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá e de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, osto no art. 77.
	" (NR)
	"Art. 29
cinco : País;	I - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito, para mandato de anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o
janeiro	<ul> <li>III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia dez de do ano subsequente ao da eleição;</li> </ul>
media (NR)	XV – eleição dos vereadores para mandato de quatro anos, nte pleito direto e simultâneo realizado em todo o País."
	"Art. 82. O mandato do Presidente da República é de cinco

anos e terá início em quinze de janeiro do ano seguinte ao da sua

Art. 2°. O disposto nesta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação, observado o seguinte:

eleição." (NR)

- I os mandatos do Presidente da República e dos Governadores de Estado e do Distrito Federal eleitos em 2010 terminarão em 1º de janeiro de 2015;
- $\rm II-os$  mandatos dos Prefeitos eleitos em 2008 terminarão em 1º de janeiro de 2013;

III – o mandato do Presidente da República eleito em 2014 será iniciado em 1º de janeiro de 2015 e terminará em 15 de janeiro de 2020;

IV – os mandatos dos Governadores de Estado e do Distrito Federal eleitos em 2014 serão iniciados em 1º de janeiro de 2015 e terminarão em 10 de janeiro de 2020;

V – os mandatos dos Prefeitos eleitos em 2012 serão iniciados em 1º de janeiro de 2013 terminarão em 10 de janeiro de 2018.

#### JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Reforma Política instituída pelo Ato nº 24, de 2011, do Presidente José Sarney decidiu propor a ampliação de quatro para cinco anos os mandatos do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos municipais.

Tal medida se justifica em razão de consenso formado no sentido de que um mandato de quatro anos é curto para que um programa de governo seja efetivamente implementado e também guarda relação direta com outra decisão da Comissão, a de acabar com o instituto da reeleição para os cargos de Chefe do Poder Executivo.

Desse modo, a presente proposta resgata o mandato fixado originariamente pelo Constituição de 1988 para o cargo de Presidente da República, de cinco anos e está também propondo cinco anos como prazo a ser adotado para o mandato dos Governadores e Prefeitos, mantendo assim unificados em idêntico lapso temporal os mandatos das administrações dos três níveis da Federação.

Por outro lado, até por que são tratadas nos mesmos dispositivos constitucionais estamos também propondo, por meio da presente proposição, que a data de posse do Presidente da República, dos Governadores e Prefeitos que hoje ocorre no dia 1º de janeiro seja alterada, pelas inconveniências de todos conhecidas.

Ademais, como os mandatos do Presidente da República e dos Governadores são coincidentes, é razoável que não se marque as respectivas posses para o mesmo dia, mas se estabeleça um prazo mínimo de alguns dias entre elas, para que os chefes dos governos estaduais estejam presentes na posse presidencial.

A Comissão entendeu que também deve ser levado em conta que é mais adequado que os Estados da Federação sejam representados na posse do Presidente da República já pelos seus novos Governadores. Daí a opção de se marcar a posse dos Governadores para data anterior à do Presidente da República.

Nesse sentido, optou-se por propor a posse dos Governadores para o dia 10 de janeiro e do Presidente para 15 de janeiro. A posse dos

Prefeitos ocorreria também no dia 10 de janeiro, pois os mandatos desses últimos não coincidem com os dos outros Chefes de Executivo e os respectivas posses ocorrem em anos diversos.

Por outro lado, a Comissão também levou em conta que os mandatos que estão em curso, vale dizer que já estão sendo exercidos, não devem ser prorrogados, nem reduzidos, inclusive porque prorrogação ou redução de mandatos populares se choca com a Constituição, que consagra o princípio da periodicidade das eleições (e da temporariedade dos mandatos eletivos), que é inclusive cláusula pétrea da Lei Maior (v.g. art. 60, § 4°, III).

Desse modo, a mudança das datas de posse dos Chefes do Poder Executivo de que se cogita, bem como a ampliação do mandato de quatro para cinco anos, devem ser efetuadas não mediante prorrogação (ou redução) de mandatos que já estejam em curso, para os quais a soberania popular já se manifestou, mas mediante a alteração de prazo dos mandatos futuros.

É o que a presente proposta também busca garantir por meio de regras constitucionais transitórias.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres colegas para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões,

Feur

### ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO № 38, DE 2011

Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses.

Busho Maggi Can OMERO Trap (Toão alberto saiza



### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

### TÍTULO III Da Organização do Estado

## CAPÍTULO III DOS ESTADOS FEDERADOS

\_\_\_\_\_

- Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de1997)
- § 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.(Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
- § 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.(Incluído pela Emenda Constituciona) nº 19, de 1998)

#### CAPÍTULO IV Dos Municípios

- Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois tumos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promutgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:
- I eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;
- II eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)
- III posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;
- IV para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito)
- a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

- b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (citenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constituciona) nº 58, de 2009)
- e) 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes; <u>(Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009</u>}
- f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de maís de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes; <u>(Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)</u>
- h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

- p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; <u>{Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009</u>)
- t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constitução Constitucional nº 58, de 2009)
- w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)
- V subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4°, 150, II, 153, III, e 153, § 2°, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)
- VI o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)
- a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)
- b) em Municípios de dez mil e um a cinqüenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)
- c) em Municípios de cinqüenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

- d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)
- e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderà a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluido pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)
- f) em Municipios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsidio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsidio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)
- VII o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município; (Incluido pela Emenda Constitucional nº 1. de 1992)
- VIII inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)
- IX proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa; (Renumerado do inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)
- X julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (Renumerado do inciso VIII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)
- XI organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; (Renumerado do inciso IX, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)
- XII cooperação das associações representativas no planejamento municipal; (Renumerado do inciso X, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)
- XIII iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (Renumerado do inciso XI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, par	urágrafo único. (Renumerado
do inciso XII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)	

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII DO PROCESSO LEGISLATIVO

## Subseção II Da Emenda à Constituição

- Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- I de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
  - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
  - § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
  - I a forma federativa de Estado;
  - II o voto direto, secreto, universal e periódico;
  - III a separação dos Poderes;
  - IV os direitos e garantias individuais.
- § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

#### TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

....

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

Seção | DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997.)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № 39, DE 2011

(Senador José Sarney, Senador Francisco Dornelles e outros Senadores)

Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmos cargos, no período subsequente, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º. O § 5º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

	"Art. 14
	***************************************
Est	§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período esequente, o Presidente da República, os Governadores de tado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver cedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

- Art. 2º. O disposto nesta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação, não se aplicando:
- I ao Presidente da República e aos Governadores no exercício do mandato, desde que não tenham sido reeleitos em 2010;
- II aos Prefeitos no exercício do mandato, desde que não tenham sido reeleitos em 2008;
- III a quem substituir ou suceder aos mandatários referidos nos incisos anteriores.

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de por termo ao instituto da reeleição para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito foi aprovada por expressiva maioria da Comissão de Reforma Política instituída pelo Ato nº 14, de 2011, do Presidente José Sarney.

Decidiu-se, pois, retomar a tradição republicana, que vigeu da Proclamação da República até 1997, quando mediante a Emenda Constitucional nº 16 foi facultado aos chefes de Poder Executivo candidatar-se à reeleição para o período imediatamente subsequente ao do correspondente mandato original.

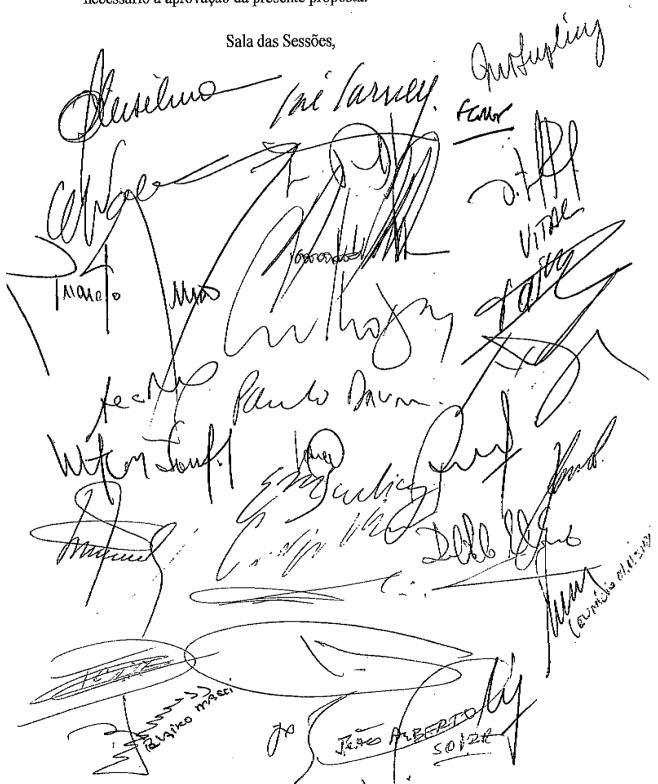
Na reunião em que o tema foi tratado inicialmente, sucederamse os depoimentos de Senadores dos diversos partidos que já exerceram o governo dos respectivos Estados, no sentido de que não há como, na prática, distinguir o administrador do candidato à reeleição.

Outros depoimentos registraram que o titular do mandato, ao acumular a condição de candidato, compete na campanha eleitoral em condições extremamente favoráveis em comparação com os demais concorrentes. Desse modo, a reeleição introduziria um viés quase insuperável no processo eleitoral em favor da continuidade da administração.

Sendo assim, a presente iniciativa propõe a recuperação do texto original do art. 14, § 5ª, da Constituição de 1988, que declara inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

Por outro lado, a Comissão procurou garantir o direito à reeleição dos atuais chefes do Poder Executivo que esteja exercendo um primeiro mandato, por meio de normas transitórias.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres colegas o apoio necessário à aprovação da presente proposta.



### ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 39, DE 2011

AJ PERM

Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmo cargos, no período subseqüente, e dá outras providências.

POMERO SUCA

Couvery St. 2 (UE)

Jamie James

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

## CADÍTULONA

DOS DIREITOS POLÍTICOS
Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
I - plebiscito;
II - referendo;
III - iniciativa popular.
§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:
I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
II - facultativos para:
a) os analfabetos;
b) os maiores de setenta anos;
c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

- § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:
  - I a nacionalidade brasileira;
  - il o pleno exercício dos direitos políticos;
  - III o alistamento eleitoral;
  - IV o domicílio eleitoral na circunscrição;
  - V a filiação partidária;
  - VI a idade mínima de:
  - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
  - d) dezoito anos para Vereador.
  - § 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- § 5º São inelegiveis para os mesmos cargos, no periodo subseqüente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.
- § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subseqüente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)
- § 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- § 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
  - § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:
  - l se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- II se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
- § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)
- § 10 O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- § 11 A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

# TÍTULO IV Da Organização dos Poderes CAPÍTULO I DO PODER I EGISLATIVO

DO PODER LEGISLATIVO	
Seção VIII DO PROCESSO LEGISLATIVO	*********
Subseção II Da Emenda à Constituição	

- Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- I de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal:
  - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
  - § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
  - I a forma federativa de Estado;
  - II o voto direto, secreto, universal e periódico;
  - III a separação dos Poderes;
  - IV os direitos e garantias individuais.
- § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № 40, DE 2011

(Senador José Sarney, Senador Francisco Dornelles e outros Senadores)

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Ms Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 17 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os atuais §§ 2º a 4º como §§ 3º a 5º:

"Art.	<b>17</b>	

- § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.
- § 2º São admitidas coligações eleitorais, exclusivamente nas eleições majoritárias, cabendo aos partidos adotar o regime e os critérios de escolha, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

......" (NR)

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Em resposta à regra do STF que impôs a verticalização nas coligações eleitorais admitidas pela Lei das Eleições, o Congresso Nacional editou a Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março de 2006, para admitir

as coligações nas eleições majoritárias e proporcionais sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

O tema passou, portanto, a ter *status* constitucional, e alterações no regramento demandam a edição de emenda constitucional.

Ocorre que a experiência brasileira revela que as coligações eleitorais nas eleições proporcionais, em geral, constituem uniões passageiras, estabelecidas apenas durante o período eleitoral por mera conveniência, sem qualquer afinidade entre os partidos coligados no tocante ao programa de governo ou ideologia.

Tais coligações objetivam sobretudo aumentar o tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão de partidos maiores e viabilizar a conquista de um maior número de cadeiras nas Casas Legislativas por partidos menores ou permitir que essas agremiações alcancem o quociente eleitoral.

Além disso, o voto dado pelo eleitor no candidato de um determinado partido ou na própria legenda pode contribuir para a eleição de candidato de outra agremiação que integre a coligação. Isso porque, diferentemente dos demais países que permitem coligação, no Brasil, as cadeiras conquistadas pela coligação não são distribuídas proporcionalmente à contribuição que cada partido deu à votação final.

Por essas razões, apresentamos a presente proposta de emenda à Constituição, que altera o art. 17 da Carta Magna para permitir as coligações apenas nas eleições majoritárias.

Acreditamos que a medida permitirá que o eleitor identifique o ideário político de cada candidato e que sejam eleitos representantes comprometidos com os programas dos respectivos partidos, contribuindo para o fortalecimento dos partidos políticos.

Sala das Sessões,

Feren

### ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011

Altera o do art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais, apenas nas eleições majoritarias. Paulo Mun  $\mathcal{M}$ NEIN Burico Massi Le (2000 MIERO SOUZO)

## ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011

Altera o do art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

majoritárias.

### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

#### CAPÍTULO V DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:
  - I caráter nacional;
- II proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
  - III prestação de contas à Justiça Eleitoral;
  - IV funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura-interna; organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.
- § 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)
- § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- § 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII DO PROCESSO LEGISLATIVO

.....

### Subseção II Da Emenda à Constituição

- Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- I de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
  - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
  - § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
  - I a forma federativa de Estado;
  - II o voto direto, secreto, universal e periódico;
  - III a separação dos Poderes;
  - IV os direitos e garantias individuais.
- § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № 41, DE 2011

Altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao inciso V do § 3º do art. 14 da Constituição Federal:

	"Art. 14.
	§ 3°
Ve	V – a filiação partidária, exceto para as eleições municipais quais será admitida a inscrição de candidatos a Prefeito e a eador não filiados a partido político, mediante o apoio de meio cento do eleitorado da circunscrição, na forma da lei;
	" (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, não sendo aplicável à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

### JUSTIFICAÇÃO

O sistema de representação política vive uma crise no mundo democrático contemporâneo. A relação entre representantes e representados, assim como o significado dos partidos enquanto canais de comunicação entre eles, está em cheque. Indicadores da crise são eloquentes: cresce no mundo inteiro o absenteísmo eleitoral, enquanto cai o percentual de cidadãos filiados a partidos políticos. Paralelamente, o financiamento dos partidos depende cada vez menos de contribuições particulares e mais dos recursos públicos.

Contudo, a ambição de prescindir por completo dos partidos, de substituí-los por relações diretas com os eleitores por meio da internet, parece irreal. A democracia demanda e sempre demandará algum grau de representação e a representação, por sua vez, exige partidos definidos.

Para responder à crise é preciso revigorar os partidos e, ao mesmo tempo, permitir a expressão eleitoral de forças que não se sentem representadas no atual sistema partidário.

Esse o objetivo da presente proposta de emenda à Constituição. Trata-se de permitir, no plano municipal, a manifestação eleitoral de interesses locais, insatisfeitos com as alternativas partidárias disponíveis. Para tanto, permite-se o registro de candidaturas sem partido nas eleições para Prefeito e para Vereador, na forma da lei. A filiação partidária é uma garantia de representatividade dos candidatos. Para compensar essa lacuna, será exigido o apoio de meio por cento do eleitorado da circunscrição, na forma da lei.

Essas as razões por que peço o apoio de meus pares para a presente proposta de emenda à Constituição.

fall

### ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 41, DE 2011

Altera o art. 14 da Constituição Federal, para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais.

DIRIKO MAGO

unn

(und casen sain)

## ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 41, DE 2011

	Altera o art. 14 da Constituição
	Federal, para dispensar da exigência de
	filiação partidária os candidatos nas
	eleições municipais.
Jest 9	Jaille
/ they	foresporter
	<del></del>
July Suff	- Reulvan F
5/N ( 1	
//////////////////////////////////////	12 West
0 1/0/00	7
Jones	fort fory
$\sim$ $(1)$	
UN post	
mon	

# LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

## CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo: III - iniciativa popular. ..... § 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira; II - o pleno exercício dos direitos políticos; III - o alistamento eleitoral; IV - o domicílio eleitoral na circunscrição; V - a filiacão partidária; VI - a idade mínima de: a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador, b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

.....

d) dezoito anos para Vereador.

Seção VIII DO PROCESSO LEGISLATIVO 

#### Subseção II Da Emenda à Constituição

- Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- I de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
  - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sitio.
- § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
  - § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir.
  - I a forma federativa de Estado;
  - II o voto direto, secreto, universal e periódico;
  - III a separação dos Poderes;
  - IV os direitos e garantias individuais.
- § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № 42, DE 2011

(Senador José Sarney, Senador Francisco Dornelles e outros Senadores)

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aprovada em referendo para entrar em vigor.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do \$ 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 45 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"AT. 45,
<u> </u>

§ 3º A entrada em vigor de lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral estabelecido no caput deste artigo dependerá de aprovação em referendo." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

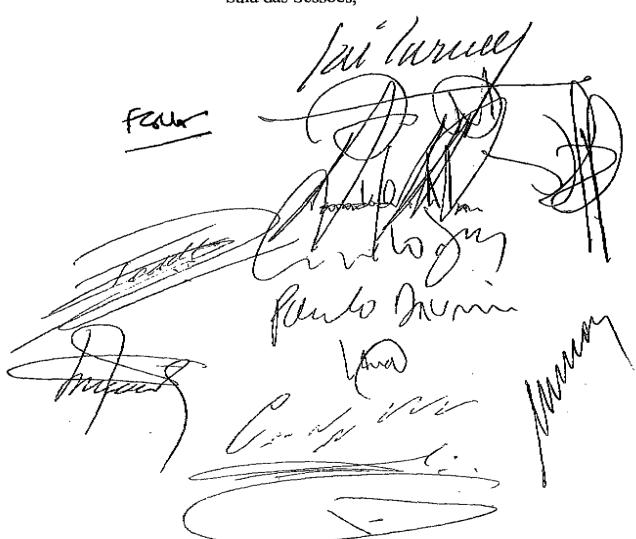
### **JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 14 da Constituição arrola as formas do exercício da soberania popular: o sufrágio universal, o voto direto e secreto, a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo. O artigo 45, por sua vez, estabelece que a Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, eleitos

pelo voto proporcional. Nos últimos anos, houve reiteradas tentativas de alteração da regra de composição da Câmara dos Deputados, com origem no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e até na Presidência da República. Propugnavam elas o fim do voto proporcional com listas abertas, em prol do voto majoritário — distrital, distrital misto —, ou do sistema proporcional com listas fechadas.

Qualquer alteração no princípio da proporcionalidade, como as diferentes modalidades de voto distrital, bem como toda tentativa de fechar e bloquear as listas partidárias importam em subtração da soberania popular. Decisões dessa ordem não podem depender apenas do rito de aprovação de emendas constitucionais, mas devem ser sancionadas pelo principal interessado: o eleitor, em referendo convocado para esse fim.

Sala das Sessões.

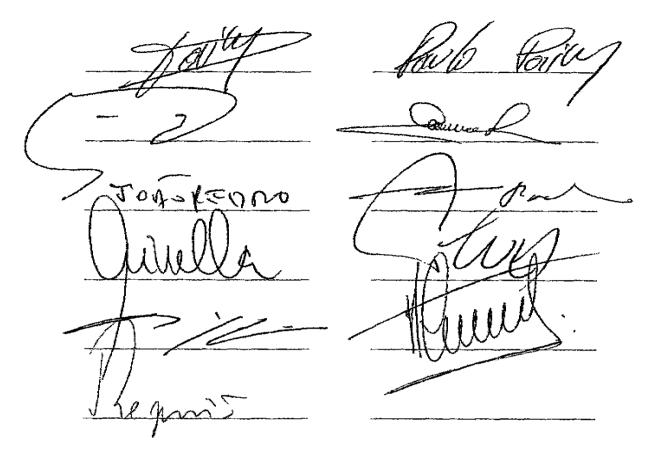


### ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 42, DE 2011

Acrescenta o § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para exigir que lei ou Emenda Constitucional que altere o sistema eleitoral seja aproyada em referendo para entrar em vigor.

ROMERO JEONS.

TOTO ALBERTO SOUZA



# LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

#### CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I plebiscito;
- II referendo;
- III iniciativa popular.
- § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

- l obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II facultativos para:
- a) os analfabetos:
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
  - § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:
  - i a nacionalidade brasileira;
  - il o pleno exercício dos direitos políticos:
  - III o alistamento eleitoral:
  - IV o domicilio eleitoral na circunscrição;
  - V a filiação partidária;
  - Vt a idade minima de:
  - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
  - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
  - d) dezoito anos para Vereador.
  - § 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- § 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subseqüente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.
- § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituido no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)
- § 6° Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- § 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

- § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:
- se contar menos de dez anos de servico, deverá afastar-se da atividade;
- II se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de protegor a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
- § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)
- § 10 O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- § 11 A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DO CONGRESSO NACIONAL

- Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- § 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendose aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.
  - § 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.
- Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- § 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- § 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3°	'- Cad	da Se	nador	será (	eleito c	om đơi:	s supler	ites.			

Seção VIII DO PROCESSO LEGISLATIVO							
Subseção II Da Emenda à Constituição							
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:							
I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;							
tl - do Presidente da República;							
III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.							
§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.							
§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.							
§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.							
§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:							
I - a forma federativa de Estado;							
II - o voto direto, secreto, universal e periódico;							
III - a separação dos Poderes;							
IV - os direitos e garantias individuais.							
§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.							

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № 43, DE 2011

(Senador José Sarney, Senador Francisco Dornelles e outros Senadores)

Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O caput do art. 45 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em listas partidárias preordenadas, respeitada a alternância de um nome de cada sexo, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, na forma da lei.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor após sua aprovação em referendo concomitante às eleições de 2012, convocado para essa finalidade.

# **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta de emenda à Constituição tem o objetivo de adotar o chamado "voto em lista fechada" nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas, Câmara de Vereadores e Câmara Legislativa do Distrito Federal, conforme proposta aprovada por esta Comissão de Reforma Política, instituída pelo Ato nº 24, de 2011, do Presidente do Senado Federal.

A opção por fazer a alteração mediante proposta de emenda à Constituição se justifica em razão de que a adoção do 'voto em lista fechada' para as referidas Casas Legislativas por projeto de lei seria inconstitucional.

Com efeito, o art. 14, *caput*, da Lei Maior, estabelece que <u>a</u> <u>soberania popular será exercida</u> pelo sufrágio universal <u>e pelo voto direto</u> e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Por outro lado, o art. 45, *caput*, também da Constituição Federal, preceitua que <u>a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.</u>

Desse modo, como visto, a Constituição Federal requer que os Deputados Federais sejam eleitos diretamente, sendo que em nossa tradição constitucional voto direto significa voto em candidatos, em pessoas concretas, vale dizer, significa que entre os eleitores e os parlamentares por eles eleitos não há intermediários.

E ocorre que o "voto em lista fechada" retira do cidadão a condição de eleitor primário definida no art. 14, caput e no art. 45, caput, da Lei Maior, pois em tal espécie de sistema eleitoral os escolhidos para compor a Câmara dos Deputados são, na verdade, votados diretamente pelas convenções dos partidos políticos e não pelos eleitores.

Por conseguinte, as convenções ou direções partidárias que elaborariam as listas preordenadas se caracterizariam como intermediários ilegítimos entre o eleitor e o eleito, frustrando a natureza direta do voto.

Como consequência, temos que a chamada "lista fechada" contraria a exigência constitucional no sentido de que a soberania popular é exercida pelo voto direto. Portanto, entendemos que não pode ser adotada mediante projeto de lei.

Propomos a lista fechada com alternância obrigatória de um nome de cada sexo. A vigência dessa regra redundará no aumento

significativo da presença feminina nas Casas Legislativas formadas a partir do voto proporcional. Vigora hoje a exigência de um mínimo de 30% das candidaturas para cada sexo. A reserva de candidaturas nas listas abertas não fez mais até o momento que garantir às mulheres algo em torno de 10% das cadeiras em disputa, percentual que deixa o Brasil nas piores posições na comparação internacional. A alternância de um para um nas listas fechadas levará, já na primeira eleição, à paridade aproximada entre os sexos.

Em face do exposto, consideramos que uma decisão sobre matéria dessa relevância deve ser cercada de todas as precauções no sentido de assegurar a maior legitimidade possível ao procedimento e ao resultado. Nessa perspectiva, propomos, em primeiro lugar, alterar o sistema eleitoral por meio de proposta de emenda à Constituição que, como é sabido, requer o voto favorável de três quintos dos membros de cada uma das Casas para que seja aprovada. Em segundo lugar, propomos submeter a proposição a referendo, de modo a aferir diretamente a posição do principal interessado na questão: o eleitor.

Como conclusão, solicitamos o apoio dos Senhores Senadores para a aprovação da presente proposição.

Salar das Sessões,

Perus

Per

### ASSINATURAS À PROPOSTA DE EMENDA À CONTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011

Altera o art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados.

•	Cämara dos Deputados.
Je ch John Mary Mary Mary Mary Mary Mary Mary Mary	Serval Poreseo res
Town Town	organo 70058)
Steinling	Stall Line
- 1/1/1/2010A	ill
TO A O PENOMO	four for

# LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

#### CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

- Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
  - I plebiscito:
  - II referendo:
  - III iniciativa popular.
  - § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:
  - I obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
  - II facultativos para;
  - a) os analfabetos;
  - b) os maiores de setenta anos;
  - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- $\S$  2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
  - § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:
  - i a nacionalidade brasileira;
  - II o pleno exercício dos direitos políticos;
  - 11 o alistamento eleitoral;
  - IV o domicílio eleitoral na circunscrição;
  - V a filiação partidária;
  - VI a idade mínima de:
  - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
  - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
  - d) dezoito anos para Vereador.
  - § 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

- § 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos o quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.
- § 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subseqüente (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)
- § 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- § 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
  - § 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:
  - I se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- II se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
- § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)
- § 10 O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- § 11 A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DO CONGRESSO NACIONAL

- Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- § 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente á população, procedendo-

se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

- § 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.
- Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio maioritário.
- § 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- § 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois tercos.
- § 3° Cada Senador será eleito com dois suplentes.

  Seção VIII

  DO PROCESSO LEGISLATIVO

  Subseção II

  Da Emenda à Constituição
  - Art. 68. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- 1 de um terço, no minimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
  - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sitio.
- § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois tumos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
  - § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abotir.
  - I a forma federativa de Estado:
  - II o voto direto, secreto, universal e periódico;
  - III a separação dos Poderes;
  - IV os direitos e garantías individuais.
- § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – As referidas propostas vão à Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, já se encontram em tramitação na Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, cumprimento V. Exa, Sr. Presidente, pela leitura das emendas, projetos de lei do Senado, que serão encaminhadas dentro do conjunto dos trabalhos da reforma política, que é resultado de uma decisão de V. Exa no trabalho coordenado pelo nosso Líder Francisco Dornelles e que já está, agora, a caminho da Comissão de Constituição e Justiça.

Então, renovo os cumprimentos e gostaria de pedir a V. Exª a possibilidade, avaliando as condições de votação, do requerimento de urgência para a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 6/2011. Trata-se de um projeto, Sr. Presidente, de grande relevância para a Justiça do Trabalho do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e também da Região Sul, criando doze cargos de juízes e melhorando, dessa forma, a prestação jurisdicional trabalhista à população do meu Estado, de Santa Catarina e também do Paraná.

Muito obrigada a V. Exa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB
 AP) – Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Srªs e Srs. Senadores, hoje, dia 19 de maio, comemora-se o Dia Nacional do Defensor Público, que foi instituído por uma lei federal de maio de 2002.

Esta data, 19 de maio, é dedicada a Santo Ivo, advogado francês cuja vida posta a serviço da Justiça foi reconhecida por todos, tornando-o padroeiro dos advogados.

Em sua lida forense, concedeu especial atenção aos pobres, como ele dizia, os preferidos do Senhor, e para eles trabalhou com tamanho empenho que também virou padroeiro dos defensores públicos. Por isso mesmo, no Brasil hoje é, oficialmente, por ato do

Congresso Nacional, instituído o dia 19 de maio como o Dia do Defensor Público.

No tempo de Santo Ivo, o serviço público era inexistente. A defesa dos necessitados, bem como seu tratamento de saúde, era uma obra de caridade. As santas casas estão aí para demonstrar o quanto era retraído o Estado na proteção ao cidadão.

Hoje, a sociedade moderna exige postura do Estado em favor dos carentes. A nossa Constituição, adjetivada muito bem de Constituição Cidadã, instituiu a Defensoria Pública como um instrumento de atuação do Estado na defesa desses desassistidos da sorte.

Eu quero, portanto, neste Dia do Defensor Público, Sr. Presidente, homenagear uma pessoa, um defensor público do meu Estado que, muito jovem, morreu num trágico acidente de trânsito. Refiro-me ao meu sobrinho, Anderson Cavalcanti de Moraes, um jovem nascido no Pará que foi para o meu Estado, até por conta de sua mãe ser também roraimense – eu sou roraimense – e lá fez concurso para a Defensoria Pública. Vinha atuando de maneira brilhante e teve, como eu disse, um fim trágico num acidente de trânsito.

A Defensoria Pública do meu Estado até hoje presta realmente homenagem, vamos dizer assim, à figura do Anderson, e eu quero ressaltar que a Defensoria de Roraima foi criada no ano de 2000. Portanto, um Estado pequeno como o meu está na frente de Estados grandes, como Santa Catarina e Goiás, que não têm Defensoria Pública.

E aí se diz com muita freqüência, a boca miúda ou na imprensa, que neste País só vai para cadeia quem não tem dinheiro. Então, de quem é a culpa? É do Governo, é do Poder Público, é do Governo Federal, dos governos estaduais que não dão advogados para o pobre, porque a Constituição Federal atual, da qual tive o prazer de ser constituinte, de ser um dos autores, manda que o Estado dê advogado a todo cidadão, não aquele advogado ad hoc que o juiz designa na hora para defender quem não tem advogado. É o Estado ter defensor pago, e bem pago, para assistir aos pobres.

O meu Estado, como disse, que é um Estado pequeno, tem cerca de quarenta defensores públicos para uma população de menos de quinhentos mil habitantes, Senador Wilson Santiago. Veja V. Exa que há uma relação muito boa, tanto que, do ano em que foi criada, quando atendeu a 43 mil pessoas, para o ano passado, quando passou a atender 247.925 pessoas, houve a evolução de 43 mil para 247 mil.

Então é um trabalho extremamente necessário que todo Estado brasileiro deveria ter. Alguns Estados inclusive, Senador Wilson Santiago, terceirizam esse servico, contratam a OAB, terceirizam outros servicos para que outros advogados prestem o serviço que o Estado tinha que prestar.

A carreira de defensor não pode ser confundida com a de advogado. Ele não pode ser aquele advogado que eventualmente também é contratado para defender o pobre. Ele tem que ter independência para de fato atuar como advogado dos mais pobres.

Então, quero aqui registrar, hoje, o Dia do Defensor Público, homenageando a Defensoria Pública do meu Estado na pessoa do Dr. Oleno Matos, que é o Defensor Chefe, e todos os componentes da Defensoria do Estado de Roraima. E dizer que lamento que ainda alguns Estados não tenham, e vou agui repetir: dois Estados importantes como Santa Catarina e Goiás não têm defensoria pública.

E a defensoria pública federal? Falei até aqui da defensoria pública dos Estados. E a defensoria pública federal?

É uma pena. Temos dados aqui, Sr. Presidente, de que enquanto existem treze mil juízes federais e trabalhistas, dois mil e quinhentos membros do Ministério Público Federal e Trabalhista, defensores públicos previstos constitucionalmente são apenas 480.

Então o Governo Federal é quem dá o pior exemplo de falta de assistência. No meu Estado, a Defensoria tem apenas três membros. Então é lamentável que o Estado brasileiro não dê atenção aos mais pobres, como tanto se apregoa.

Ora, o que é mais importante para o cidadão além da sua saúde, do seu emprego, da sua moradia? É a sua liberdade, é a defesa dos seus direitos. E se ele não tem quem o defenda quando esses direitos estão ameaçados como é que ele pode ter a segurança desse direito fundamental garantido pela Constituição?

Também quero registrar que no meu Estado a Defensoria Pública da União, que é chamada de Defensoria Pública Federal, começou em julho de 2005, portanto, alguns anos depois da Defensoria Pública Estadual. É lamentável também que um Estado como o meu, que tem grandes reservas que são federais, como são as reservas indígenas, as reservas ecológicas, numa extensa área de fronteira, e que muitos dos ilícitos estão dentro da área federal, além dos ilícitos normais, que são da alçada federal, nós tenhamos apenas essa estrutura.

Eu quero dizer que, na verdade, o meu Estado é mal assistido pela Defensoria Pública Estadual não por culpa dos que estão lá, mas por culpa realmente de uma visão maior que precisaria ter o Governo Federal, porque veja que para todo o Brasil só existem 480 defensores públicos federais.

É preciso realmente que a Presidente Dilma mude esse quadro. Ela que disse que vai eliminar a miséria, mas miséria não é só a fome, a miséria não é só a falta de moradia, a miséria não é só a falta de saúde; a miséria também é quando a pessoa é injustiçada, quando a pessoa não tem o direito de ver os seus direitos defendidos. E quero, neste dia, relembrar essa questão.

Não sou advogado, mas tenho dois filhos que são da área jurídica: um é juiz de direito lá em Roraima, outra é juíza de direito aqui no Distrito Federal. Portanto eu tenho pela área do Direito, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública uma admiração porque sei que sem eles o cidadão comum ou mesmo aqueles mais abastados não terão os seus direitos assegurados.

Ora, o que se vai dizer daqueles realmente pobres que não têm dinheiro para outras coisas imagine para pagar um advogado?!

Então é um dia que nos chama à reflexão e a cobrar do Governo Federal - que só conta com 480 defensores no Brasil todo - e dos nossos Estados mesmo o meu, que está relativamente bem assistido, mas precisa melhorar - mais equipamentos, modernização e mais valorização de seus membros.

Eu quero terminar, Sr. Presidente, registrando que hoie a Defensoria Pública do meu Estado está fazendo uma campanha nas escolas para comemorar o Dia da Defensoria Pública chamada Crianças e Adolescentes Primeiro!

A Defensoria Pública do Estado de Roraima e a Associação dos Defensores Públicos do Estado de Roraima lançam hoje, às 9 horas, a campanha Criancas e Adolescentes Primeiro!, Defensores Públicos pelos direitos da criança e do adolescente, que faz parte das comemorações pelo Dia Nacional da Defensoria Pública.

Em Roraima, a data também marca o aniversário de onze anos de criação da Defensoria Pública do Estado. Na ocasião, a Defensoria Pública e Adper vão lançar a campanha e realizar a entrega de cartilhas, cartazes e folders em sessenta escolas da capital. além de prestar orientação sobre os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes.

Além da Campanha, a Defensoria Pública e a Secretaria de Educação vão celebrar o convênio "Defensor Amigo da Escola", com o objetivo de esclarecer os alunos da rede pública de ensino quanto ao papel da Defensoria Pública na sociedade roraimense, e principalmente quanto aos direitos e garantias das crianças e adolescentes.

Segundo a Presidente da Adper, Defensora Christianne Leite, as ações em prol das crianças e adolescentes serão desenvolvidas durante todo este ano. "Nossa proposta [segundo ela] é desenvolver atividades, principalmente palestras nas escolas estaduais e municipais com o objetivo de orientar sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes, diz.

A Campanha Crianças – e Adolescentes – Primeiro! Defensores Públicos pelos direitos da criança e do adolescente é uma parceria da Anadep [Associação Nacional dos Defensores Públicos] com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais e Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

A iniciativa faz parte do Plano Nacional de Educação em Direitos, criado pela Anadep em 2009, e que visa democratizar as informações acerca dos serviços oferecidos pela Defensoria Pública e da função do Defensor Público, aliado a um trabalho de educação jurídica da população carente de recursos e de conhecimentos acerca de seus direitos e deveres perante a sociedade.

É muito oportuna, portanto, essa campanha, quando estamos vendo a toda hora, crianças e adolescentes sofrendo todo tipo de violência, seja caso de pedofilia, de **bullying**, de uso de drogas e todo tipo de aliciamento de jovens nas escolas.

Recentemente, no Rio de Janeiro, vimos aquela violência em uma escola pública.

Então, é importante que a Defensoria Pública tome a iniciativa e não fique esperando que a procurem para defender ou orientar alguém. Que vá às escolas especialmente para falar com os jovens sobre seus direitos. Proporia até que essa campanha fosse mais ampla,

abrangesse todas as camadas da sociedade, as mulheres, os mais carentes. Acho muito importante que, neste dia, possamos meditar sobre a importância do Defensor Público, até para nos contrapor a essa história de que pobre neste País vai para a cadeia porque não pode pagar um bom advogado. Se não pode, é porque o Estado não cumpre o seu papel. O Estado tem que pagar para o carente o advogado de que precisa, esse é o papel do Defensor Público.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento pedindo que autorize a transcrição de matérias sobre a Defensoria Pública do meu Estado, da Defensoria Pública da União, da Defensoria Pública Federal do meu Estado, a campanha Crianças e Adolescentes em Primeiro Lugar.

Ao finalizar, quero homenagear o meu sobrinho Anderson Cavalcanti de Moraes, Defensor Público jovem que faleceu no meu Estado, vítima de um brutal acidente de trânsito.

A todos os Defensores Públicos do Brasil e notadamente do meu Estado um abraço e a minha admiração pelo brilhante trabalho que fazem. Assim como o médico que atende aquele paciente que não tem como pagar sequer uma consulta, muito menos o remédio, o Defensor Público atende a outra vertente, a vertente da justiça, na defesa dos direitos do cidadão. Acho muito importante que todas as pessoas tenham essa noção.

Finalmente, deixo o apelo à Presidente Dilma, para que olhe para esses números tristes da Defensoria Pública da União no Brasil todo.

São 480 defensores apenas e, no meu Estado, apenas três. Precisamos aumentar não só o número desses defensores, como também dar condições para que eles trabalhem de maneira adequada. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

#### Dia Nacional da Defensoria Pública - 19 de Maio 🔠 👸 🤣

A LEI Nº 10.448, DE 9 DE MAIO DE 2002 (publicada no D.O.U. de 10.5.2002), Instituiu o Dia Nacional da **Defensoria Pública**, a ser comemorado anualmente em 19 de maio (dia de Santo Ivo).

A data já era comemorada oficialmente no Estado do RJ, onde foi instituído o "Dia do Defensor Público" pela lei estadual nº 635 de 20 de dezembro de 1982 (de autoria do Deputado Estadual Silvio Lessa, por sugestão da antiga Associação da Assistência Judiciária/RJ).

Em 19 de maio de 1983 foi pela primeira vez comemorado o "Dia do Defensor Público" no Estado do Rio de Janeiro.

Dia 19 de maio é o dia dedicado a Santo Ivo, advogado francês cuja vida posta a serviço da Igreja e da Justiça foi reconhecida por todos, tornando-se o padroeiro dos advogados.

Em sua lida forense, concedeu especial atenção aos pobres - os preferidos do Senhor - e para eles trabalhou com tamanho empenho que também virou padroeiro dos defensores públicos. Por isso mesmo, no Brasil hoje é oficialmente, por ato do Congresso Nacional, instituido o dia 19 de maio como o Dia do Defensor Público.

No tempo de Santo Ivo, o servigo público era inexistente, a defesa dos necessitados, bem como seu tratamento de saúde eram obra de caridade. As santas casas estão aí para demonstrar o quanto era retraido o Estado na proteção do cidadão.

Hoje, a sociedade moderna exige posturas do Estado em favor dos carentes. Nossa Constituição, muito bem adjetivada de "cidadã", instituiu a defensoria pública como instrumento de atuação do Estado na defesa desses infelizes.

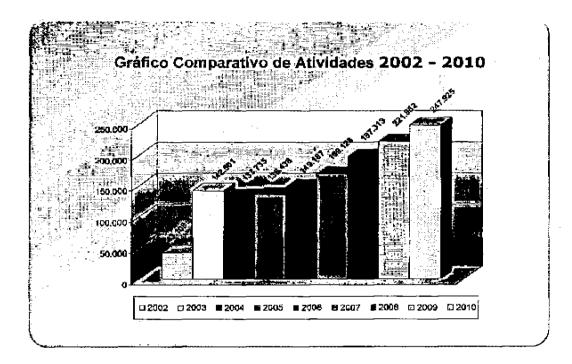
- Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assimconsiderados na forma do inciso LXXIV do 5º da Constituição. São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre i
- ✓ Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;
- ✓ Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;
- ✓ Promover, prioritariamente. solução а extrajudicial dos litigios, visando composição entre as pessoas em conflito de interesses, POL meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- ✓ Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- ✓ Justiça Especial Volante, que compreende a Justiça Móvel e a Justiça no Trânsito;
- ✓ Impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.

A Defensoria Pública do Estado de Roraima -DPE/RR, órgão essencial à atividade

- jurisdicional do Estado, foi criada mediante ato governamental, pela Lei Complementar Estadual nº 037/2000 e sendo posteriormente reorganizada, com o advento da Lei Complementar Estadual nº 164/2010, visando:
- ✓ Garantia de assistência jurídica à população carente;
- ✓ Atendimento em todos os casos de desrespeito aos direitos fundamentais, individuais ou coletivos dos juridicamente necessitados;
- ✓ Otimização do atendimento jurídico integral aos assistidos, através da modernização e adequação das instalações da sede e das unidades descentralizadas;
- ✓ Implantação de programas de informática visando maior controle e presteza no acompanhamento da eficiência do atendimento jurídico e social prestado à população carente;
- ✓ Implementação de ações de divulgação dos serviços prestados pelo órgão, por meio de cartilhas e folders de cumho explicativo, bem como a atualização da home-page institucional:
- ✓ Criação e apoio a programas de orientação e assistência jurídica para as pessoas vítimas de discriminação em razão de origem, raça, etnia, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, cor, idade, estado civil, condição econômica, filosofia ou convicção política, religião, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, cumprimento de pena, ou em razão de qualquer outra particularidade ou condição.

## Quadro Comparativo de Atividades 2002 - 2010

DEFENSOR A PÚBLICA					ANC				
DE GICOITAI GELICA	30C2	2003	2004	2005	2006	2007	200 <b>5</b>	2009	2010
Defensoria Pública de Capital	33,790	125.742	108,298	1D7,554	114.662	131,059	161.383	184,230	204.136
Defensorios Públicas do Interior	9.318	# .416.759 t.	25.437	28.854	34.505	38,089	35,930	37.652	43.789
TOTAL GERAL	43,108	142,501	133.735	136.438	149.167	169.128	197,313	221.882	247,825
(1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)									



Além da parte histórica da unidade da DPU de Roraima, a qual segue anexa ao final, se possível, da carência do número de Defensores Federais

em todo o Brasil com números: Existem cerca de 3.000 juízes federais e trabalhistas juntos, 2.500 membros do Ministério Público Federal e Trabalhista, enquanto os Defensores Públicos Federais, os quais se encontram e possuem direitos iguais previstos Constitucionalmente, e atuam em conjunto na Justiça Federal e Trabalhista, somos apenas 480 Defensores, sendo que temos a obrigação constitucional de atender toda a população carente na área federal no Brasil. Em estudo recente verificamos que o números de potenciais Defendidos gira em torno de 130 milhões (pessoas isentas de imposto de renda) e a DPU, no último ano, apenas conseguiu fazer 1.000.000 de atendimentos.

Isso reflete também nas cidades as quais a DPU está instalada. A DPU somente possui sede em 25% das cidades as quais possuem seção judiciária da Justiça Federal, ou seja, em 75% das cidades a população sequer sabem da existência da DPU e da possibilidade que esta instituição traz como informações de seus direitos, defesa judicial e extrajudicial, bem como poder para realização de mediações e evitar conflitos.

Outra grande luta da DPU é a necessidade de possuirmos independência funcional, fato já conquistado pelas defensorias estaduais. Esse fator poderia possibilitar que a DPU se organizasse sem a necessidade de depender da "boa vontade" do governo federal, podendo criar quadro próprio de funcionários (que não existe hoje), bem como realizar concursos públicos e propor projetos de lei ao Congresso para criação de mais cargos.

Segue o texto histórico:

Em Roraima a Defensoria Pública da União iniciou <u>suas atividades em julho de 2005</u>, com o Excelentíssimo Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, o qual lutou para hastear a bandeira da Defensoria e iniciar o atendimento desta população tão esquecida em terras Macuxis.

No início não tínhamos sede própria e a Defensoria começou a trabalhar em uma sala emprestada da Justiça Federal. Enquanto isso o ilustre Defensor buscou um lugar capaz de atender nossas necessidades iniciais.

O apoio do Governo Federal para instalação da primeira sede própria veio com um compromisso assinado em 23 de fevereiro de 2006 na inauguração do "Memorial Ovelário Tames", que era um índio macuxi o qual foi brutalmente espancado e torturado, vindo a falecer por múltiplas fraturas e estrangulamento em plena Delegacia do município da Normandia em 1988.

No dia desta inauguração, com a presença do ilustre Defensor então atuante Afonso e o Secretário Especial de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, devido a decisão proferida pela Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos — OEA, a qual entendeu que, o Estado Brasileiro, no Caso Ovelário Tames, foi responsável pela violação do direito à vida, à liberdade, à segurança, à integridade física e o direito à Justiça, conforme a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, da qual o Brasil é signatário, assinouse termo de compromisso o qual, dentro outras metas, seria instalada sede própria da Defensoria Pública da União neste Estado.

Dessa forma a Defensoria Pública da União em Roraima já nascia com uma responsabilidade enorme: honrar o sangue de um mártir para os Direitos Humanos.

Após um período a DPU foi instalada em sede própria na rua Coronel Pinto, 248 e la permaneceu com sérias dificuldades, devido à contínua quantidade crescente de atendimentos. Hoje possuímos mais de 5.000 procedimentos administrativos internos e 2000 processos judiciais, fora curadoria especial.

Recentemente houve inauguração (25 de fevereiro de 2011) de nova sede da DPU/RR. Estamos instalados em um prédio novo, com salas amplas e com melhores possibilidades de atendimento a população situado a Avenida Getulio Vargas, 4876.

Contudo apesar de termos hoje estrutura física boa, ainda não possuímos aparelhos de ar condicionados, mesas, cadeiras, computadores e servidores suficientes para possuirmos um atendimento com qualidade suficiente que o cidadão Roraimense merece. (mudamos de sede mas não recebemos equipamentos/mobiliários novos)

Ademais tivemos uma diminuição recente no número de Defensores atuantes na segunda categoria (grosso do atendimento na DPU/RR) de três para dois Defensores.

# DIA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA - Campanha "Crianças e Adolescentes Primeiro!" marca as comemorações

Qui, 19 de Maio de 2011 00:45 Administrador

A Defensoria Pública do Estado e a Associação dos Defensores Públicos do Estado de Roraima (Adper) lançam hoje, as 9h, a campanha "Crianças e Adolescentes Primeiro!" Defensores Públicos pelos direitos da criança e do adolescente, que faz parte das comemorações pelo Dia Nacional da Defensoria Pública — 19 de maio.

Em Roraima, a data também marca o aniversário de 11 anos de criação da Defensoria Pública do Estado. Na ocasião, Defensoria e Adper vão lançar a Campanha e realizar a entrega de cartilhas, cartazes e folders em 60 escolas da capital, e além de prestar orientação sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes.

Além da Campanha, a Defensoria Pública e a Secretaria de Educação vão celebrar o convênio "Defensor Amigo da Escola", com o objetivo de esclarecer os alunos da rede pública de ensino quanto ao papel da Defensoria Pública na Sociedade Roraimense, e principalmente quanto aos direitos e garantias das crianças e adolescentes.

Segundo a presidente da Adper, defensora Christianne Leite, as ações em prol das crianças e adolescentes serão desenvolvidas durante todo este ano. "Nossa proposta é desenvolver atividades, principalmente palestras nas escolas estaduais e municipais com o objetivo de orientar sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes", diz.

## Campanha

A Campanha Crianças - e Adolescentes - Primeiro! Defensores Públicos pelos direitos da criança e do adolescente é uma parceria da ANADEP com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais e Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

A iniciativa faz parte do Plano Nacional de Educação em Diretos, criado pela ANADEP em 2009, e que visa democratizar as informações acerca dos serviços oferecidos pela Defensoria Pública e da função do Defensor Público, aliado a um trabalho de educação jurídica da população carente de recursos e de conhecimentos acerca de seus direitos e deveres perante a sociedade.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu solicito de V. Exª inscrição para fazer uso da palavra usando o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito pelo tempo da Liderança do PR.

**O SR. VICENTINHO ALVES** (Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Geovani, que permutou com a Senadora Lídice da Mata. Depois, Senadora Ana Amélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Senador Randolfe, V. Exa... Senador Geovani, houve um equívoco da Presidência em relação... porque o Senador Randolfe estava inscrito pela Liderança do PSOL. A não ser que V. Exa permita...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, em absoluto. Por favor, Senador Geovani. Irei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Então, posteriormente V. Exa, pela Liderança, e em seguida a Senadora Ana Amélia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) - Por favor.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – A Bancada do Amapá é unida, só diverge nas votações.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, quando se trata de criticar, criticar; quando se trata de reconhecer, reconhecer. É o que venho registrar aqui com brevidade. Uma nota de louvor a mais um passo dado em favor da saúde bucal no Brasil.

Nosso País é ainda jocosamente citado como o país dos banguelas, e não é para menor: só entre a população idosa, temos o surpreendente de sete milhões de banguelas.

Um levantamento feito em 2010 pelo Ministério da Saúde apontou que os laboratórios públicos têm a

capacidade de produzir cerca de 500 mil próteses, mas a demanda, como se vê, é muito maior.

Nesse tema é comum jogar a responsabilidade para os ombros dos profissionais da odontologia, dizendo que cobram muito caro e assim inviabilizam o tratamento para as pessoas mais humildes e mesmo as de classe média. Mas isso não é verdade.

O dentista não tem culpa se o Estado não consegue distribuir a renda. O preço é alto porque o custo é alto, não poderia o dentista no caso ter prejuízo para cuidar da arcada dentária popular.

Mas eu iniciei esta fala dizendo que aquilo que é bom precisa ser comentado e eu faço aqui um registro sobre ações mais recentes do Ministério da Saúde, que, se efetivadas, vão de fato permitir que o brasileiro tenha literalmente uma razão para sorrir.

Os tratamentos de ortodontia e implante dentário passarão a fazer parte do programa de saúde bucal Brasil Sorridente. A oferta desses serviços será de responsabilidade das secretarias estaduais e municipais de Saúde.

A intenção é oferecer ainda neste ano, Senador Mozarildo Cavalcanti, 1,15 milhão de atendimento nas duas novas categorias. A verba será repassada para os estados e municípios de acordo com o ritmo de atendimento realizados.

O Programa Brasil Sorridente, que inclui tratamentos como canal e exames para detecção de câncer bucal, é oferecido em 853 centros de atendimento em todos os estados e no Distrito Federal.

Voltando ainda aos dados divulgados em 2010, na pesquisa Nacional de Saúde Bucal, vimos que 35% da nossa população precisa de tratamento ortodôntico. O número preocupa.

É verdade que demos alguns passos. O aumento da oferta de serviços públicos de saúde bucal e de ações preventivas poupou a extração de 400 mil dentes por ano no País.

A mesma pesquisa constatou, para a população adulta, redução de 30% no número de dentes cariados, queda de 45% no número de dentes perdidos por cárie, além do aumento de 70% no número de dentes tratados, entre 2003 e 2010.

O estudo também revelou crescimento de 57% nos atendimento odontológicos no SUS.

Os bons indicadores ajudaram o Brasil a ser classificado como País com baixa prevalência de cárie, segundo os parâmetros da Organização Mundial de Saúde. Mas temos a consciência de que ainda precisamos melhorar muito para garantir qualidade de atendimento à população como um todo.

A noticia de que aparelhos bucais para corrigir a posição dos dentes e a mordida, os chamados aparelhos ortodônticos, e implantes dentário passarão a ser ofertados pelo programa governamental Brasil Sorridente nos dá sinais de esperança.

Com os dois novos tratamentos, o Ministério estima um aumento de R\$ 134 milhões no orçamento total do programa. O dinheiro será repassado aos estados e municípios conforme os atendimentos.

Os centros do programa já fazem tratamento de canal, gengiva, cirurgias corretivas e estéticas, além de exames para diagnosticar o câncer bucal.

Os brasileiros também vão ganhar um reforço na assistência odontológica com a liberação de R\$ 1,37 milhão do Ministério da Saúde para construção de mais de 29 Centros de Especialidades Odontológicas em diferentes municípios.

A medida contas da Portaria nº 87, de 2011, que prevê o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde dos 29 municípios beneficiados em dez diferentes estados.

Eu lamento que desta leva o meu Amapá, o meu querido Amapá – espero que Roraima tenha sido contemplado –, ainda não tenha sido contemplado. E olha que precisa!

De qualquer forma, essas unidades integram o Programa Brasil Sorridente, que já conta com 853 Centros em todo o País. E a estratégia já proporcionou um crescimento de 6 para 25 milhões no número de atendimentos odontológicos na rede pública entre 2002 e 2010.

Então, mantenho-me otimista e vigilante, esperando que esse benefício chegue ao Amapá, porque ainda não chegou. O conceito de bem-estar é amplo e a saúde bucal conquista importantes espaços em fóruns científicos no mundo inteiro.

Pergunte a um jovem que precocemente já perdeu os dentes se ele enfrenta de cabeça erguida uma disputa qualificada por emprego. Claro que não! Pergunte a uma pessoa que se contorce de dores na madrugada usando paliativos de algodão e álcool se é possível esperar muito tempo por um tratamento. Claro que não!

O Brasil possui 200 mil graduados em odontologia e a cada ano ganha cerca de 15 mil novos. Então não é por falta de profissionais.

Que venham as novas medidas. Que venha a ampliação dos atendimentos e que no tempo mais breve possível possamos virar essa página de descaso e desprezo a um dos elementos mais importantes da saúde, da estética, da beleza, que são os cuidados com os dentes.

Um motivo para sorrir é o que muitos brasileiros – viu, Senador Randolfe! – neste exato momento estão precisando.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade quanto ao tempo. **O SR. PRESIDENTE** (Wilson Santiago. Bloco/ PMDB – PB) – Pela Liderança do PSOL, Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s Senadoras, Srs. Senadores, mais uma vez quero conversar sobre o Pacto Federativo.

A propósito, relacionado a esse tema, nos últimos dias 10, 11 e 12 de maio, recente, próximo, nós recebemos aqui em Brasília, tivemos uma ampla mobilização, inclusive aqui no Congresso Nacional, Senadora Ana Amélia, prefeitos e prefeitas de todo o País, acompanhados de vereadores e vereadoras, que realizaram a XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Bem particular e de fundamental interesse para a Federação o tema dessa XIV Marcha: Brasil, uma federação incompleta. Mais uma vez é necessário e indispensável nós travarmos aqui um debate sobre a Federação brasileira.

Na ocasião dessa marcha dos prefeitos, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário manifestaram uma vez mais o seu compromisso com as causas do municipalismo, como acontece todos os anos guando da realização da marcha.

A Confederação Nacional dos Municípios, em parceria com outras entidades, mobilizou esses prefeitos para debatermos mais uma vez o nosso modelo de Federação. E, mais uma vez, nós necessitamos... E a casa e o espaço para essa reflexão é, sem dúvida, Senador Mozarildo, a Casa da Federação brasileira, que é o Senado da República.

Nós somos de uma Federação constituída em 1889, com o advento da República, que ainda é uma Federação de um vir a ser. É uma Federação que está a se concretizar. É uma Federação que não conseguiu encontrar concretamente a sua vocação. Tentamos um modelo, de 1891 até 1930, copiando o modelo americano de federação. Mudamos para a centralização absurda após a Revolução de 30 e chegamos ao ápice, ao fim da Federação durante a ditadura do Estado Novo. quando, na prática, passamos a existir como Estado unitário. O período de exceção de 64 a 85, mais uma vez, concentrou e centralizou os Poderes em torno da União. A Constituição de 1988 tentou, buscou descentralizar a Federação, elevando o Município à condição de um ente federativo. Lamentavelmente, a marcha recente dos prefeitos dá conta de que nós continuamos a viver em uma Federação incompleta.

Senadora Ana Amélia, com muito prazer e honra, ouco V. Ex<sup>a</sup> em aparte.

A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – É uma alegria, Senador Randolfe Rodrigues, que o senhor, como eu, estreando nesta Casa, se ocupe de um

tema crucial das instituições nacionais. A Federação é mesmo incompleta e, de certo modo, injusta, porque as pessoas vivem na sua comunidade, vivem no seu Município, cobram do administrador municipal a iluminação, o transporte escolar, o buraco na rua, enfim, aquelas coisas do cotidiano do cidadão brasileiro, e têm que compartilhar responsabilidades com os Estados e com a União das quais financeiramente não têm a receita correspondente. Até a Constituição de 1988, a receita dos Municípios correspondia a 23% do que é arrecadado em todo o País sob a forma de impostos. Hoje está em menos de 15%. No entanto, de lá para cá, as responsabilidades e as competências das prefeituras municipais ou dos Municípios foi aumentada substancialmente em áreas vitais como saúde, educação e, em algum modo, segurança pública. Então, fico muito feliz, Senador Randolfe, pela abordagem desse tema. V. Exa, com conhecimento jurídico, institucional e histórico, também, como Professor de História, traz a esta Casa a necessidade urgente de discutirmos agui o Pacto Federativo. Fico muito feliz com isso e parabenizo V. Exa por essa questão, trazendo à luz, como gancho, diz o jornalista, a questão relacionada ao tema da XIV Marcha, liderada por um dos maiores líderes municipalistas, o Prefeito de Mariana Pimentel, do meu Estado do Rio Grande do Sul, Paulo Ziulkoski. Parabéns, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senadora Ana Amélia, é uma honra ser aparteado por V. Exª. Sabemos que a causa da Federação tem encontrado eco nesta Casa e o aguerrimento de V. Exª em sua defesa. Veja, Senadora, que a Alemanha e os Estados Unidos... Em especial na Alemanha, que é uma república federativa e uma federação, pelo menos no texto da lei, com menor grau de autonomia que a nossa, na prática, os entes federados alemães acabam tendo um grau de autonomia muito maior que o nosso.

Veja que um exemplo de mais um acinte à nossa Federação é o Decreto nº 7.468, de 2011, sobre os famosos restos a pagar, Senadora. Esse decreto estabelece condições de validade dos restos a pagar não processados dos exercícios financeiros de 2007/2008, estabelecendo prazo limite de execução até o dia 30 de abril de 2011. Veja, então, que esquece de obras vitais para Estados e Municípios em todo o País.

No Estado do Amapá, por exemplo, quase o conjunto das emendas parlamentares de Deputados e Senadores, fundamentais para obras de desenvolvimento do Amapá, em virtude do Decreto nº 7.468, acaba ficando comprometido. Veja ainda, Senadora, que esse decreto tem relação direta com outro publicado em dezembro de 2010. Esse outro decreto de

dezembro de 2010 estabelece um outro prazo que limita o pagamento dos restos a pagar.

O Deputado Sebastião Rocha, do Partido Democrático Trabalhista do Amapá, que honra a bancada amapaense, recentemente fez uma justificação sobre um requerimento seu, que considero central, questionando esse decreto da Presidente da República. Esse decreto seria digno, Senadoras e Senadores, de ser um ato legislativo para que fossem sustados seus efeitos, prerrogativas que temos no Congresso Nacional, no Senado da República e na Câmara dos Deputados. Esse decreto que fixa uma data limite para o empenho dos restos a pagar inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, que impõe que esses restos passem a ser cancelados, impinge também um grave prejuízo ao conjunto dos Estados e Municípios brasileiros.

Só para ilustrar esse dano, vamos diretamente aos números. Os restos a pagar ainda pendentes inscritos em 2007 somam R\$20,4 bilhões. Veja, Senador Mozarildo, retirar R\$20,4 bilhões de Estados e Municípios brasileiros. Em 2008, R\$31,7 bilhões; em 2009, R\$38,2 bilhões. Veja que esses valores são relativos a obras, bens e serviços, que, por meio de convênios, iriam beneficiar a população dessas unidades federadas.

Então, a suspensão desses investimentos, a não concretização desses investimentos não foi por culpa concreta do ente federativo, mas sim foi culpa direta da União, que em tempo oportuno não repassou os recursos necessários à realização do objeto conveniado. Então, não pode, em virtude disso, mais uma vez, a União utilizar do seu poder de arbítrio e mais uma vez penalizar Estados e Municípios brasileiros.

Senador Mozarildo, com muita honra, tenho prazer de escutar o Senador representante do irmão Estado do Amapá, que é o querido Estado de Roraima.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR) - Senador Randolfe. V. Exa aborda um tema que eu diria que é recorrente. É impressionante como todo ano, e V. Exa colocou aí, existe essa marcha dos Prefeitos a Brasília. Isso não deveria haver. Deveria haver a marcha dos Ministros aos Municípios. Deveria haver a marcha dos órgãos federais aos Municípios, e não os Municípios se deslocarem para Brasília, os Prefeitos, para trazer as suas reivindicações. Disse muito bem V. Exa. Há um modelo de federação no Brasil totalmente torto. Na verdade, só dois impostos contribuem para os recursos que vão compor o fundo de participação dos Municípios: o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados. Todos os outros impostos federais que são recolhidos nos Municípios, as contribuições federais não vão para os Municípios, não vão sequer para os Estados. Então, já começa por aí a

verdadeira extorsão que o Governo Federal - vamos falar bem claro, porque esse negócio de União fica muito vago, parece um ente sobrenatural - faz sobre Estados e Municípios. E também os Estados sobre os Municípios. Na verdade, a inversão da pirâmide é terrível. Como se diz sempre, o cidadão mora em uma rua de uma cidade ou de uma vila ou em uma vicinal de um interior X, ele não mora na União, ele não mora no Governo Federal. Lá é que estão as angústias dessas pessoas. E, no entanto, fica essa terrível rotina de pouco dinheiro para as prefeituras, pouca fiscalização no dinheiro que vai e, portanto, temos aí os Municípios mais pobres cada vez mais pobres e alguns poucos Municípios mais ricos cada vez mais ricos. E, o que é pior, o fato de existirem Municípios mais ricos faz com que pessoas migrem dos mais pobres para os mais ricos, agravando os problemas sociais. É uma questão de olhar com boa vontade e inverter essa lógica. Vamos fazer com que ministros, com que autoridades federais vão aos Municípios e dêem atenção. E que mais dinheiro vá para os Municípios. Vamos mudar essa questão, deixar aquela história de que todas as contribuições federais, como Cofins e outras, sejam uma coisa somente para o Governo Federal. Parabéns pelo enfoque que dá V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Mozarildo, faço questão de incorporar o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

De fato, estamos aqui debatendo reforma política. O Presidente Sarney ainda há pouco comunicou as propostas de emenda à Constituição que vão dar cabo ao que foi resultado do debate na Comissão de Reforma Política aqui do Senado da República. Esse tema da Federação é um tema político, é um tema das instituições políticas brasileiras. E creio que é um dever nosso, como representantes dos entes federados e representantes da República, nos preocuparmos com o tema da Federação brasileira. Na prática, não pode ser aceita a infringência dos princípios constitucionais. Porque uma cláusula sensível da nossa Constituição é a nossa proclamação como federação. E veja que a Constituição de 1988 avançou nesse aspecto muito mais do que todas as constituições anteriores. Elevou, trouxe um ente novo à condição de ente federado, que é o Município brasileiro.

Então, não pode ser aceito arbitrariamente que, em um decreto, a União retire de Estados e Municípios recursos que vão ser destinados concretamente a melhorar a qualidade de vida.

Senador Mozarildo, nós do Amapá e de Roraima sabemos o quanto nossos Estados, que outrora foram autarquias da União, no **status** de Território Federal, dependem das transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Estados, que é outro debate que vamos travar aqui, e dependem tanto das emendas parlamentares, da transferência de recursos da União.

Aliás, nossos Estados tiveram origem na doutrina nacional de que era necessário ocupar para não perder as fronteiras nacionais. Não se pode agora admitir, aceitar que a União passe a ser tão arbitrária e autoritária na utilização dos recursos. Em uma tacada, em um decreto, retirar R\$20,4 bilhões, em 2007, R\$31,7 bilhões, em 2008, e R\$38,2 bilhões, em 2009, de Estados brasileiros que precisam.

De fato, temos que aqui debater o tema da Federação. E tal qual debater esse tema, debater, por exemplo, uma ação inclusive imposta para nós, que é o Fundo de Participação dos Estados. Reitero aqui: o Supremo Tribunal Federal já proclamou que a atual repartição do FPE é inconstitucional. Temos até dezembro 2012 para fazer esse debate aqui e apresentar uma nova repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

Não tenho dúvida, Senador Mozarildo, Senadora Ana Amélia, Sras e Srs. Senadores, de que o tema da Federação é um tema que deverá ser ocupado por nós nesta legislatura. Nós temos de nos levantar contra as arbitrariedades.

Lembremos que em outros estados federados inclusive houve conflitos em virtude do tema da Federação. É essa a experiência da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Não precisamos chegar a tanto, mas precisamos nos consolidar como Federação e ter o respeito da União por parte dos entes federados.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Santiago. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra a ilustre Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Caro Presidente Wilson Santiago, Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, visitantes que acompanham esta sessão vespertina, nossos ouvintes da Rádio Senado, como já fizeram nesta tribuna os Senadores Wilson Santiago e Mozarildo Cavalcanti, também vou mencionar que hoje é o Dia Nacional da Defensoria Pública, uma instituição voltada à prestação de serviço social carente brasileira que não tem condições de arcar com os custos de um advogado para fazer valer seus direitos e a justiça, Senador Mozarildo. Somente com uma Defensoria efetiva será possível promover a dignidade humana prevista em nossa Constituição Federal como um dos fundamentos da República brasileira.

Aliás, pela importância dessa instituição, eu gostaria de lembrar e enfatizar a realização de uma sessão solene em homenagem à Defensoria Pública, agenda-

da para o dia 26 de maio, quinta-feira, neste Plenário. Não apenas o registro mas o reconhecimento dessa categoria, e endosso, Senador Mozarildo, as argumentações feitas por V. Ex<sup>a</sup> da necessidade de reforçar esse contingente de Defensores Públicos, porque é dessa forma que vamos ampliar o acesso à Justiça da população carente brasileira. Portanto, endosso suas posicões.

E queria até cumprimentar nosso colega Wilson Santiago. Talvez, dentro desta Casa, ele tenha sido o primeiro Defensor Público na sua Paraíba, saído da escola, da universidade. Durante nove anos, atuou nos júris da Paraíba com o vigor de um jovem saído da Faculdade de Direito. E graças ao empenho e à atuação dele, imagino competente, tão competente que o levou a dois mandatos na Assembleia Legislativa do seu Estado, a mais dois mandatos como Deputado Federal e agora é nosso colega aqui no Senado, com muita honra. E para representar com toda a dignidade, honra e – imagino – orgulho essa categoria dos Defensores Públicos. Parabéns pelo seu trabalho, Senador Wilson Santiago.

Também gostaria de mencionar aqui o que falou há pouco o Senador Garibaldi Alves a respeito da situação dramática que a droga está representando para o Estado do Rio Grande do Norte. De fato, eu que sou do Rio Grande do Sul, do outro extremo, também tenho acompanhado o problema com apreensão. E amanhã, dia 20, estaremos em Porto Alegre, quando haverá um ato oficial de Governo, lançando um pacto de capitalização e de fomento para o controle e a prevenção às drogas, com a presença dos Ministros da Justiça, Eduardo Cardozo, e da Saúde, Alexandre Padilha, porque essa matéria diz muito mais respeito à saúde pública do que propriamente à segurança.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Wilson Santiago.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB - PB) -Senadora Ana Amélia, V. Exa, como sempre, não só tem reconhecido o trabalho de muitas das classes que contribuem com os menos favorecidos deste País, a exemplo da Defensoria Pública, como também tem tido uma preocupação muito grande com todos os setores: o da agricultura, o da pecuária, o setor industrial, o setor empresarial... Enfim, o trabalho de V. Exa tem sido em todas as correntes e em todas as frentes, o que, de fato, faz com que V. Exa se destaque como uma das melhores - sem desmerecer as demais - representantes não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil nesta Casa. Portanto, parabenizo V. Exa pelo tema que traz hoje, mais uma vez reconhecendo a importância da Defensoria Pública no que se refere à prestação de serviço aos mais carentes, valorizando essa categoria que merece sim ser valorizada em decorrência do servico que presta à sociedade mais carente deste País. Tenho dito, Senadora, que não se justifica e até que é falácia daqueles que clamam por ampliação da Justica no Brasil, sem deixar de reconhecer que, se não estiver ao lado da Defensoria Pública, não existirá o falado acesso à Justiça, porque a Defensoria Pública é quem cuida, de fato, de permitir que o mais pobre, o mais carente tenha acesso à Justiça e, portanto, exerça sua cidadania no nível dos demais. É mais do que justo porque, assim, assegura a nossa Constituição a todos os brasileiros. Então, parabéns a V. Exa neste primeiro ponto. O segundo ponto é a questão do combate às drogas. Todos sabemos que as drogas têm incomodado todas as famílias brasileiras, especialmente o crack e tantas outras. É quando alguém se preocupa, como foi o exemplo do experiente e conhecido Senador Garibaldi Alves, apesar da sua idade - mais de 80 anos -, e clama a esta Casa e às autoridades do País a juntos ingressarem no combate a essas drogas que tanto atormentam as famílias brasileiras. E V. Exa, como profissional da imprensa, como conhecedora de perto desses problemas, que acompanhou em todos os recantos lá do seu Estado e também em todas as oportunidades que teve de debater esse assunto, nunca deixou de reconhecer a importância da permanente construção da família. Para que isso continue em pleno vigor é necessário que se combatam esses males que incomodam as famílias brasileiras. Então, parabéns a V. Exa por mais uma oportunidade de ocupar essa tribuna não só para enaltecer a prestação jurisdicional, a prestação de serviço da Defensoria Pública, como também para se preocupar com outros males, como o combate à corrupção, o combate às drogas, como o exemplo de combate à corrupção, com o qual V. Exa já se preocupa muito aqui. Então, V. Exa atua em todas as frentes. Por essa razão, foi reconhecida pela população, pelo eleitorado do Rio Grande do Sul, chegando aqui entre as mais reconhecidas popularmente por meio do voto daquele Estado. Então, V. Exa está no caminho certo. Mais do que a obrigação, nós temos o dever de reconhecer o trabalho de V. Exª e também de proclamá-lo, além de buscar correntes positivas em favor desse trabalho, porque é assim que se engrandece esta Casa e se reconhece o trabalho de uma Parlamentar, mesmo feminina, que, a cada dia, busca espaço nesta Casa e em todos os setores da sociedade. Parabéns, Senadora!

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, meu caro colega Wilson Santiago, da boa Paraíba. Obrigada pelo seu aparte.

Concedo um aparte ao Senador Waldemir Moka, do Mato Grosso do Sul.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB - MS) - Senadora Ana Amélia, vou ser objetivo. Quero prestar uma homenagem à Defensoria do meu Estado. Aliás. nós temos um orgulho muito grande da Defensoria do Mato Grosso do Sul. Em 90% dos casos, a Defensoria participa. Talvez seja um dos Estados onde a Defensoria Pública é a mais organizada, se não for a mais organizada no País. Esse mérito nós devemos à hoje servidora concursada desta Casa Dra Suely Neder. E lá no nosso Estado é claro que ela criou isso, que tem toda uma tradição, com defensores da maior competência. Quero saudar todos, porque, quando Deputado Estadual, na Constituinte do Mato Grosso do Sul, aiudei muito a Defensoria e orgulho-me muito disso, porque acho que esse órgão é o tripé da Justiça. Na Justiça, você tem o Ministério Público, você tem os juízes de Direito, mas você tem que ter a Defensoria, se não tiver uma defensoria organizada no nível de Ministério Público e da própria magistratura esse tripé do Judiciário não está equilibrado. De forma que aproveito o pronunciamento de V. Exa para, permita-me, saudar os defensores públicos do Brasil em nome da Defensoria Pública do meu querido Estado Mato Grosso do Sul.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada pelo seu aparte, que renova, eleva e confirma, aliás, exalta a importância dessa categoria para a Justica em nosso País.

Quero ainda fazer menção à questão do pronunciamento do Senador Garibaldi a respeito das drogas no Rio Grande do Norte. Isso não é exclusivo daquele Estado. Como disse, no meu Rio Grande do Sul, no outro extremo, a situação é lamentavelmente preocupante a cada dia que passa.

Ontem, na exposição que o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, fez na Comissão de Assuntos Sociais, comandada pelo nosso Presidente, que agora comanda os trabalhos, Jayme Campos, ele confirmou realmente a situação dramática que está hoje a licença médica do trabalho tirada por aqueles dependentes de crack, cocaína ou outras drogas. De 2007 a 2010, houve um aumento dessas licenças para tratamento de saúde, por causa do consumo da droga, de 24,4%. Esses dados foram levantados pelo Presidente da Sociedade Brasileira de Perícias Médicas, Jarbas Simas, e citados por mim ontem, ao pedir a atenção do Governo a esse assunto, já que ele é extremamente grave do ponto de vista do impacto que essas despesas têm sobre os gastos da Previdência e também da Assistência Social.

Esse estudo feito pelo Dr. Jarbas Simas mostra que, de um total de 27.517 viciados em álcool, maconha, cocaína, anfetamina e outras drogas, como o **crack**, licenciaram-se do trabalho por mais de quinze dias para tratamento de saúde; em 2010, o total subiu para 36.436 pessoas. Exatamente nessa medida que esse impacto sobre a Previdência pode chegar a R\$4 bilhões por ano.

Portanto, mais um detalhe da relevância do cuidado desse tema que está ocupando as atenções de uma Subcomissão, da Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Senador Wellington Dias, da qual estou participando, movimento este que envolve o interesse nacional de saúde pública e também de repressão.

O Senador Renan Calheiros, que foi Ministro da Justiça, sabe bem, porque já naquela época este era o enfrentamento que tínhamos, agora ainda mais reforçado pelo aumento do número de dependência e de novas drogas mais letais, mais perigosas e mais baratas, o que faz um acesso muito direto, sobretudo da nossa juventude.

Queria também mencionar aqui hoje a audiência que acabamos de ter e agradecer a presença do Senador Waldemir Moka como representante da Comissão de Agricultura do Senado Federal no encontro com o Ministério de Indústria e Comércio Exterior representado pelo Ministro interino Alessandro Teixeira, quando recebeu uma representação dos setores industriais gaúchos, Sr. Presidente Jayme Campos, que estão hoje duramente afetados pelas medidas protecionistas que a Argentina vem fazendo. O problema mais grave, eu já falei ontem, é a questão do arroz, mas também o impacto negativo sobre a indústria de máquinas agrícolas. O meu Estado responde por 65% da produção nacional sobre os setores de vinhos, sobre o setor coureiro calçadista. Aí são vários problemas, desde a ordem relacionada à desvalorização cambial até também os relacionados à guerra fiscal, que acaba atraindo indústrias do meu Estado para o Nordeste. por exemplo, e outras questões relacionadas a essa competição que deveria ser uma relação de complementaridade nas economias do Mercosul, mas que acaba sendo de concorrência, o que acaba agravando os problemas na integração.

E mencionar, por fim, também, o fato de hoje a Comissão de Relações Exteriores ter aprovado o relatório de minha autoria, que foi o acordo de fronteira que beneficia as pessoas que moram na região de fronteira. São seis Municípios do Rio Grande do Sul, três Municípios do Paraná e um Município em Santa Catarina que fazem fronteira direta com a Argentina. Já foi feito um acordo semelhante de fronteira com o Uruguai muito bem sucedido, apesar ainda das barreiras burocráticas. Agora, hoje, com a aprovação na Comissão de Relações Exteriores, o meu relatório, que ratifica este acordo fronteiriço, beneficia o trânsito, facilita, desburocratiza não apenas na circulação de veículos

e de pessoas, mas também em relação à cooperação na área da saúde, das questões trabalhistas, de uma harmonização de legislação previdenciária, inclusive, e educacional. É essa a forma mais correta e mais real de as comunidades entenderem o que significa um bloco de integração chamado Mercosul. De outra forma, fica apenas diluído em palavras bonitas, numa retórica diplomática e pouco real do ponto de vista das pessoas que moram tão próximas, mas tão distantes por conta das contingências burocráticas e dos entraves que essas relações representam.

Então, a aprovação desse acordo de fronteira, no âmbito do Brasil e da Argentina, irá beneficiar os moradores de seis Municípios gaúchos, três Municípios do Paraná e um Município de Santa Catarina.

Queria agradecer a presença do Senador Moka nessa audiência, agora à tarde, em que discutimos essas questões. Por iniciativa do Deputado Luiz Carlos Heinze e do Deputado Paulo Pimenta, que é o coordenador da bancada gaúcha no Congresso Nacional, teremos reuniões específicas para discutir as questões do arroz, problemas graves na comercialização, e as questões das assimetrias nessas áreas todas em que o Rio Grande do Sul tem uma força econômica muito importante, como já referi, a questão das máquinas agrícolas, a questão de vinhos, a questão de couros e calçados e outras tantas que têm um peso significativo para compor a riqueza do meu Estado.

Muito obrigada, Senador Moka, muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras Senadoras.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/ DEM – MT) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia pelo belo pronunciamento.

Na ordem de inscrição, vai falar, pelo PR, o Senador Vicentinho Alves, do Estado do Tocantins. Após Vicentinho Alves, vai falar, na ordem de inscrição, o Senador Blairo Maggi, que está inscrito. Depois, falará o ilustre Senador, meu caro e eterno Presidente, Senador Renan Calheiros.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, visitantes, hoje a nossa igreja Católica comemora o Dia de Santo Ivo. Como já disseram aqui os oradores que me antecederam, os Senadores e as Senadoras, comemoramos o patrono dos advogados e defensores. Quero, nesta oportunidade, também homenagear todos os defensores públicos e as defensoras públicas, advogados e advogadas do meu

Estado, o Tocantins, e do nosso País. Portanto, rendo aqui as minhas sinceras homenagens aos defensores e defensoras, advogados e advogadas.

Também aqui, Sr. Presidente, quero homenagear a pessoa da Dr<sup>a</sup> Leide Maria Dias Mota Amaral, indicada pelo Governador Siqueira Campos e aprovada pela unanimidade dos presentes na Assembleia Legislativa, como a nova Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

A Dr<sup>a</sup> Leide veio a substituir o Conselheiro José Jamil Fernandes.

Essa moça, essa senhora, nascida na cidade de Araguaína, cidade importante do nosso Estado, Senador Renan Calheiros, é formada em Direito, filha dos pioneiros de Araguaína, Sr. Zeca Mota e D. Hilda Mota. Olha, uma alegria geral no Estado com a indicação, a aprovação e a posse da conselheira Leide Maria.

E eu aqui, como seu amigo e amigo da família, muito grato inclusive ao povo de Araguaína, que nos deu uma votação expressiva, quero aqui homenagear Araguaína também e parabenizá-la pela nomeação dessa filha, dessa araguainense, agora como a nova conselheira do Tribunal de Contas do Estado.

Mas amanhã, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nós temos um momento importante no nosso Estado. Amanhã será o aniversário da nossa sempre bela Palmas, capital do Tocantins, cidade moderna, planejada.

E eu inicio aqui dizendo, Senador e Presidente Jayme Campos, que os palmenses, de uma forma muito generosa, me fizeram o Senador mais bem votado nessa eleição. Eu só tenho de render os meus sinceros agradecimentos, dizer que venho aqui para o Senado Federal com o mais nobre sentimento de gratidão a todos os palmenses e a todas as palmenses.

Portanto, eu quero homenagear nossa capital. Naturalmente, não dá para desassociar Tocantins e Palmas da figura mais expoente que nós temos, que é o Governador Siqueira Campos. Se temos Palmas, é porque tivemos a criação do Estado. Se tivemos a criação do Estado, é porque tivemos Siqueira Campos – e temos ainda.

Mas, na época da Assembleia Nacional Constituinte, Siqueira Campos, Deputado Federal, persistente, determinado, convenceu ali 513 Deputados Federais, 81 Senadores, e nos presenteou com o Tocantins. Naturalmente, uma luta secular, mas que teve à frente esse brilhante homem público deste País, não apenas do Tocantins.

Portanto, aqui, registro mais uma vez, com muito prazer, e homenageio Siqueira Campos, que nos trouxe o Tocantins e, como se não bastasse, nos presenteou com uma cidade planejada, bonita, que está com 200

mil habitantes, sendo, segundos os dados do IBGE, a cidade que mais cresce no Brasil.

Portanto, eu quero dizer ao Sr. Presidente, às Srªs e aos Srs. Senadores, que eu tive uma modesta participação na criação de Palmas, porque Palmas pertencia ao Município do Porto Nacional, minha terra natal. Na época, eu era um jovem prefeito da minha terra, e foram estas mãos que desmembraram o Município de Porto Nacional para criar Taquarussu do Porto e, naturalmente, a nossa bela capital Palmas.

Homenageio o idealista Siqueira Campos, com quem, ainda me lembro, há 22 anos, pude sobrevoar aquelas paragens, aquelas fazendas. Ali, junto com Siqueira Campos – ele, governador; eu, um jovem prefeito –, pudemos identificar o local onde seria implantada a futura capital.

Palmas, em seu início, parece muito com a Brasília de Juscelino. Aliás, guardando as devidas proporções naturalmente, considero também o nosso grande estadista Siqueira Campos autor de grande feito – não à altura de Juscelino, mas parecido –, na construção da nossa bela Palmas e no desenvolvimento do Estado.

Portanto, o povo tocantinense, reconhecendo o valor de Siqueira Campos, o faz retornar agora, aos 83 anos de idade, para exercer o quarto mandato de governador de Estado. Parece-me que é um dos raros no País a obter quatro mandatos de governador, eleito democraticamente pelo povo.

Com isso, quero dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, que em nossa capital amanhã teremos várias solenidades. Não poderei estar presente lá amanhã, porque terei de representar o criador do nosso Estado e de Palmas, Siqueira Campos, na capital do Pará, Belém, para que ele possa participar do evento na nossa Palmas.

Fica aqui a justificativa da minha ausência, em razão desse compromisso que terei na capital do Pará amanhã, representando o nosso Governador Siqueira Campos.

Além do Governador Siqueira Campos, tantos prefeitos importantes por ali passaram. Eu cito, por exemplo, o Senador Eduardo Siqueira Campos, que foi o primeiro prefeito eleito da nossa capital, foi vice-presidente do Senado Federal e, hoje, é Secretário de Planejamento, Senador Mozarildo, do Governo do Estado. O Senador Eduardo atravessa um momento difícil da sua vida: perdeu seu filho, e a sua esposa foi acometida por um problema de saúde.

Quero homenagear esse grande brasileiro, esse grande tocantinense, esse grande amigo e irmão. Ele foi um grande prefeito...

**O Sr. Renan Calheiros** (Bloco/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Grande Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO)
 – Um grande Senador, Senador Renan. Muito obrigado.

Ele colocou, Senador Renan, água tratada na capital – 100%, na época –, construiu o espaço cultural de Palmas, um dos mais modernos do País, e escolas. Foi uma gestão magnífica a do Senador Eduardo! Aqui, no Senado, brilhou, e eu tenho prazer de ser companheiro e amigo pessoal do Senador Eduardo.

Portanto, ficam aqui também as minhas homenagens a ele, que contribuiu para que Palmas chegasse a essa condição de uma bela capital progressista do nosso País.

Também passou a nossa Prefeita Nilmar, colega que foi Deputada Federal, e hoje, também com uma brilhante gestão, o companheiro Raul Filho, que já está no segundo mandato.

Fica, em nome de todos esses prefeitos, a minha homenagem à nossa bela e querida capital Palmas.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB - RR) - Senador Vicentinho, ouvindo V. Exa, rememorei a época da Constituinte, quando tive oportunidade de ser colega do então Deputado Sigueira Campos, que ficou famoso, inclusive, pela greve de fome que fez para obter da Constituinte a criação do Estado do Tocantins. Realmente, a Constituinte criou apenas o Estado do Tocantins e transformou Roraima e Amapá em Estados. As outras pretensões todas foram levadas a uma comissão especial para estudar a redivisão territorial. Aliás, a respeito dessa redivisão territorial, até hoje, seguer a conclusão da comissão criada constitucionalmente foi cumprida. Mas, de toda forma, eu queria justamente aproveitar o discurso de V. Exa para prestar uma homenagem ao Governador Siqueira Campos e ao ex-colega, Senador Eduardo Sigueira Campos. Realmente, o Governador, como disse V. Exa, que está no quarto mandato, só se igualou com o já falecido Governador Ottomar Pinto, que também teve quatro mandatos em Roraima e que foi também um grande lutador pela criação do Estado de Roraima. Então, digamos assim, essa garra de pessoa lutadora, de guerreiro, de amor verdadeiro por aquilo em que acredita e pela terra pela qual luta, é uma característica do Governador Sigueira Campos e também do nosso querido Eduardo Sigueira Campos. Parabéns a V. Exa pela homenagem que presta, homenagem esta que também quero anexar a essas duas figuras.

**O SR. VICENTINHO ALVES** (Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Quero dizer que me associo à luta de V. Ex<sup>a</sup>, aqui no Senado Federal, pela redivisão territorial do País.

Tenho ouvido atentamente muitos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>. O Tocantins é, sim, um exemplo; Mato Grosso também. Foi bom para Mato Grosso, para Mato Grosso do Sul, foi bom para Goiás, foi bom para o Tocantins, e será assim na redivisão territorial do País. Sou plenamente de acordo com a redivisão e associo-me à luta de V. Ex<sup>a</sup>.

O Governador Siqueira Campos vai terminar o Governo com 87 anos de idade, mas pensa muito mais jovem do que muita gente que não o conhece, que, às vezes, não o entende.

Senador Renan, o Governador Siqueira Campos é um nordestino que saiu lá da seca do Ceará, percorreu o Brasil, a Amazônia, o Rio de Janeiro e passou pela Câmara de Vereadores de Colinas; foi Deputado Federal por cinco mandatos, Governador por quatro mandatos. Olha, pense em um bravo guerreiro pelas causas em que ele está convencido de que tem de defender! Portanto, o Tocantins é a alma dele, é o dia a dia dele, é o ar que ele respira. Por isso é que ele é sempre bem aprovado pela população do nosso Estado.

Venho aqui como o primeiro Senador da República nativo, nascido e criado na minha centenária Porto Nacional. Eu tenho o prazer de ser companheiro e amigo de Siqueira Campos há muitos anos, desde jovem. Acredito que na nossa região, no nosso Estado, não tenhamos um outro Siqueira Campos. É muito prazeroso falar de Palmas, falar de Tocantins, falar de Siqueira Campos e de todos que contribuem até hoje para o sucesso da nossa capital, para o sucesso do nosso Estado. Portanto, fica registrada mais uma vez a minha gratidão a Palmas, as minhas homenagens.

Como não sou cantor – não tenho essa vocação –, vou recitar aqui uma poesia dos meus companheiros de longa data, tocantinenses, o Braguinha e a Neusinha. Eles fizeram uma música para Palmas, e a letra é muito bonita. É muito simples, mas muito bonita. E aqui homenageio o Braguinha Barroso e a Neusinha, amigos de mais de trinta, quarenta anos. Nascemos juntos, nos criamos juntos, eu ali, às margens do Tocantins, em Porto Nacional, e ele em Tocantinópolis. Somos beiradeiros do rio Tocantins. O Braguinha diz o seguinte na canção dele:

Palmas, na manhã do teu nascer

Vejo a esperança florescer num sonho lindo de viver;

Vejo o futuro no horizonte, o teu povo vem à fonte

No coração de quem quer vencer.

Tua grandeza depende dessa gente, que unida te fará maior.

Te amo, Palmas, e no seio de tuas serras Recebeste todos e os fizeste filhos da terra. [Palmas é uma cidade de todos os brasileiros, de todas as miscigenações]

Te amo, Palmas! A beleza do pôr-do-sol

[Hoje com aquele belo lago que ali temos em Palmas – parece até que estou lá]

E o berço de tua história onde vivem os girassóis.

Te amo, Palmas! Como amo o Tocantins, Que abriste os portais dessa beleza sem fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/ DEM – MT) – Cumprimento o Senador Vicentinho Alves e me associo à sua homenagem pelo aniversário da cidade de Palmas.

V. Exa foi muito claro: há uma simbiose perfeita entre o Estado de Tocantins e o Senador Siqueira Campos. Nós o admiramos e temos o maior respeito por S. Exa, que é Governador daquele grande e extraordinário Estado.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao ilustre Senador Blairo Maggi.

Após o Senador Blairo Maggi, seguindo a ordem de inscrição dos que falarão pela Liderança, concederei a palavra ao ilustre e valoroso companheiro Senador Renan Calheiros.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, do Estado do Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jayme Campos, para mim é uma satisfação falar desta tribuna quando V. Exª preside a Mesa. E falo hoje à tarde sobre um assunto que V. Exª também conhece muito bem, já que ajudou a construir nesses últimos anos a nossa agricultura, agricultura brasileira.

Neste momento, de certa forma, quero prestar contas ao Senado Federal, já que, entre o dia 30 de abril e o dia 10 de maio, eu fiz uma viagem à Ásia com o setor produtivo de algodão do Brasil, junto com a Abrapa, fui representando esta Casa. Fui acompanhado do nosso Presidente da Abrapa, Sr. Sérgio Demarco, e de uma comitiva cujos membros depois vou fazer questão de nomear.

Nessa viagem, o Brasil e os produtores de algodão, de forma extremamente organizada, muito competente, mostraram-se não só preocupados e focados em produzir em suas fazendas, nos Estados brasileiros, mas também em fazer o papel de verdadeiros caixeiros viajantes: estão andando pelo mundo afora, buscando novos mercados, porque, muitas vezes, somente produzir não é o suficiente – você fica com a sua mercadoria empacada e não tem como fazer dinheiro, não tem como apurar os dividendos disso tudo.

A Associação Brasileira de Produtores de Algodão é composta por várias entidades, de vários Estados brasileiros, e alguns de seus representantes nos acompanharam nessa viagem: o Sr. Sérgio Demarco, que é o nosso Presidente; o Sr. Eduardo Logman, que é do Rio Grande do Sul e planta algodão através de suas empresas em vários Estados da Federação - nessa viagem ele representava o Estado do Maranhão e também do Tocantins, já que produz nessas regiões -; o Sr. Carlos Augustin, que é Presidente da Ampa, a Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão; a Sra Isabel da Cunha, que é Presidente da Abapa, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão; o Sr. Inacio Carlos Urban, que é da Amipa, Associação Mineira dos Produtores de Algodão; o Sr. Marcelo Jony Swart, que é da Agopa, do Estado de Goiás; o Sr. Darci Augustinho Boff, que é Presidente da Ampasul, entidade que representa os produtores do Mato Grosso do Sul; o Sr. Fabio Pereira Júnior, a Apipa, que representa os produtores de algodão do Piauí; o Sr. Ronaldo Spirandeli, que é da Appa, a Associação Paulista dos Produtores de Algodão; ...também o Sr. Paulo Kenji Shimoira, que é o tesoureiro da nossa Associação; o Sr. Andrew MacDonald, que é nosso consultor internacional, que faz os contatos e procura os compradores fora do Brasil. Também nos acompanhou nessa viagem a esposa do Sr. Sérgio, Dona Ivete Brizote Demarco e a minha companheira, Terezinha Maggi.

Quero agradecer ao Itamaraty através do Embaixador Paulo Alberto Silveira Soares, que é o Embaixador em Cingapura e nos deu o respaldo para que nós pudéssemos fazer um bom evento naquela cidade. Agradeço também ao Cônsul-Geral – na verdade, é um Embaixador, mas em Hong Kong nós não temos embaixada, mas um consulado –; ao Dr. Antonio José Resende de Castro, que foi nosso anfitrião e que, junto com empresários de Hong Kong, organizou a nossa etapa nessa cidade.

E como nós fizemos isso? É que esses produtores, organizados através de suas associações estaduais e representados por uma associação brasileira, que é a Abrapa, além de se preocuparem em produzir bem, Senador Jayme Campos, eles têm de sair e vender seus produtos.

Por exemplo, nós chegamos a Cingapura, e eles fizeram uma reunião nessa cidade, para a qual convidaram vários empresários da indústria têxtil de vários países distantes quatro ou cinco horas de voo de Cingapura, como Bangladesh, Malásia e Vietnã; enfim, convidaram vários compradores, em torno de trinta pessoas.

Essa Associação, por ser financiada pelos produtores, hoje tem caixa suficiente para fazer o que as multinacionais faziam conosco no passado, que era nos levar a um lugar para mostrar o seu produto e fazer com que nós nos encantássemos por aquele produto e passássemos a ser seus compradores ou seus fornecedores.

Então, essa Associação pagou a passagem para esses fabricantes e um final de semana num hotel — aliás, um belíssimo hotel, o Bay lá de Cingapura, que tem aquela piscina enorme em cima. Então, os produtores brasileiros, de forma organizada, estão conquistando o mercado mundial.

Para os senhores terem uma ideia: no ano de 1996, quando foi realizado o primeiro evento que tratou da exportação de algodão na cidade de Cuiabá, o Brasil não exportava nem uma tonelada de algodão. Eu e alguns outros produtores, já formando a nossa associação, a Ampa lá de Mato Grosso, decidimos, junto com outros produtores, que nós deveríamos começar a procurar mercado internacional se quiséssemos ser fortes no algodão. Naquela oportunidade, cada um de nós tirou dinheiro do bolso e subsidiou a exportação, porque o mercado não queria comprar e não queria ver o nosso algodão, já que o Brasil tinha uma tradição muito ruim de qualidade e de não-cumprimento de contratos na época.

Agora, no ano de 2004, passados alguns anos, o Brasil já havia exportado, por ano, 331 mil toneladas de algodão, de uma produção de 1,309 milhão de toneladas. Agora, para a safra de 2011/2012, o Brasil já está prevendo uma produção em 1,456 milhão de hectares, em todos esses Estados que relatei antes, com uma produção de 2,027 milhões de toneladas. Enquanto a área aumentou 32%, a produção brasileira de algodão cresceu 54%, e cresceu com qualidade. Cresceu conquistando o mercado internacional. E esse mercado internacional, que em 96/97 era zero, em 2004 era de 331 mil toneladas, e hoje, neste ano de 2011, já indo para a safra de 2012, nós vamos exportar 851 mil toneladas. Significa, então, um aumento de 157% na exportação brasileira.

Ora, se temos tanto produto para exportar, nós temos de sair como faziam os mascates antigamente, temos que vender. E é por isso que essa Associação, de forma organizada, com apoiamento político, está fazendo viagens pelo mundo afora, não só pela Ásia, mas também pela Europa. Conquistamos vários mercados, que necessitam de produto e de regularidade de produtos.

Agora, nem tudo são flores nesse negócio. Os compradores, por exemplo, Senador Jayme Campos, Presidente desta sessão, alegam que o que limita com-

prar do Brasil não é a qualidade do produto, não é a confiança já adquirida dos produtores de honrarem os contratos e os compromissos feitos, independente se os preços sobem ou descem, porque a própria Abrapa tem uma comissão de ética e aquele que não cumprir com o seu compromisso, com o seu contrato, é tirado da associação, sofre penalidades, assim como tem em Liverpool, onde se faz a arbitragem do algodão no mundo afora.

As reclamações que temos recaem novamente na logística brasileira. Os nossos portos, as nossas rodovias e ferrovias não permitem que façamos uma exportação ao longo dos doze meses. Não temos portos preparados para estocagem de longo prazo, para fazer o estofamento dos **containers** e mandar durante os doze meses. Então, o Brasil ocupa um espaço durante dois ou três meses no ano.

Presidente Jayme Campos, a situação do algodão na exportação é a mesma do Estado do Mato Grosso, na área da soja, quando V. Exa era Governador há 17 ou 18 anos. Nós não tínhamos armazéns, não tínhamos capacidade de guardar isso, simplesmente tínhamos que colher a nossa safra, jogar em cima das carrocerias dos caminhões e mandar para o porto de Paranaguá ou para o porto de Santos, que funcionavam naquela oportunidade.

Então, em menos de quinze anos, nós saímos de país importador de algodão para um dos maiores exportadores, graças aos produtores. Não esqueço de reconhecer aqui o papel do Governo Federal, principalmente no governo do Presidente Lula e na continuidade no Governo da Presidente Dilma. Em determinados momentos, o preço da produção era menor que o custo de produção e o Governo brasileiro socorreu os produtores de algodão do Brasil inteiro, criando programas específicos para retirada desses produtos.

Então, graças à pesquisa feita, ao arrojo dos produtores, ao apoio do Governo Federal e ao apoio das políticas externas para que possamos fazer essas exportações é que estamos avançando.

Nós estamos gerando renda, gerando emprego no campo, criando condições para que as empresas nacionais – as fiações, as tecelagens, as confecções – tenham produto suficiente e de qualidade para, durante 12 meses do ano, programar a sua produção. Geramos milhares e milhares de empregos a partir do campo, a partir das lavouras de algodão.

A minha fala nesta tarde é para parabenizar a Abrapa, os seus diretores, não só o Presidente Sérgio De Marco, que está no cargo neste momento e é lá de Mato Grosso, mas também seu Vice-Presidente. Quero me congratular com todos aqueles que antecederam o Sérgio De Marco, os vários presidentes que por lá

passaram. Aliás, esse trabalho da Abrapa e da Ampa, de Mato Grosso, financiou, é bom que se diga, a demanda que o Brasil teve na OMC contra os Estados Unidos. Se não fosse a presença e os recursos dos produtores rurais para pagar advogados para assessorar o nosso Ministério, não tínhamos ganho aquela pendenga com a OMC.

Então, esse setor do algodão brasileiro é o que tem de melhor na agricultura em termos de organização, em termos de visão de futuro, de responsabilidade social e de responsabilidade ambiental. Os produtores de algodão do Mato Grosso, seguidos pelos demais produtores de outros Estados, têm o Instituto Social do Algodão. Eles mesmos fiscalizam a sua produção. Eles mesmos buscam saber se a regra ambiental está sendo seguida, se a regra social está sendo seguida, principalmente na questão trabalhista. Há anos não temos mais casos de trabalho análogo ao trabalho escravo.

Então, Sr. Presidente da sessão, Srªs e Srs. Senadores, quero deixar registrada aqui a minha alegria e a minha satisfação em prestar conta nesta Casa. Na semana em que fiquei ausente, nos dois eventos que fizemos, em Singapura e em Hong Kong, foi levado o nome do Brasil. Falei em nome do Senado Federal dando depoimento de que realmente não só os produtores, não só a associação, mas todos nós, através das políticas públicas do Brasil, somos cumpridores dos nossos contratos na área internacional.

Por isso, Presidente, o Brasil hoje consegue vender algodão para o mercado de 2011, 2012, 2013 e 2014, até cinco anos para frente. Antes de plantar, já conseguimos colocar o nosso algodão em qualquer parte do mundo.

Mais uma vez, quero cumprimentar todos da Abrapa, das associações estaduais. Vocês estão em um bom caminho, vocês estão em um ótimo caminho, representando o Brasil dignamente, abrindo espaço e buscando mercado, que é o que queremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/ DEM – MT) – Cumprimento o Senador Blairo Maggi pelo seu belo pronunciamento, sobretudo prestando esclarecimento em defesa do agronegócio brasileiro, principalmente do que representa o Brasil lá no exterior, em relação ao comércio de algodão.

Pela ordem de inscrição, falará o ilustre Senador Renan Calheiros, pela liderança.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Sr. Presidente, quero pedir a minha inscrição como Líder do PSB. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exa está inscrito pela liderança do PSB.

Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, amigo querido, é um prazer muito grande tê-lo como Presidente desta sessão, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, alguns dados bastante expressivos do vigor da economia brasileira foram obscurecidos durante esta semana.

O primeiro, e mais importante deles, demonstra a saúde da geração de empregos no País, dados de abril de 2011. E é importante ressaltá-los, reafirmá-los.

O Brasil criou 272.225 empregos formais em abril. O resultado, embora mais modesto que o mesmo mês de 2010, indica a retomada do emprego neste ano e revela um fenômeno curioso de inversão do eixo migratório interno.

Os Estados das regiões Norte e Nordeste vêm de maneira consistente ampliando a oferta de trabalho com carteira assinada. Ou seja, Sr. Presidente, o Norte e o Nordeste estão liderando as novas chances de trabalho no Brasil.

Esses dados reforçam a constante tendência de desconcentração da economia brasileira, movimento que, ao longo dos últimos anos, está beneficiando as áreas mais pobres do País. Com forte expansão, os Estados conhecidos como exportadores de mão de obra para os grandes centros urbanos passaram a atrair investimentos e muito trabalhadores estão regressando aos seus Estados de origem.

Os dados do Ministério do Trabalho, Sr. Presidente, mostram que, desde 2008, depois da crise financeira internacional, o Norte do País apresentou o maior crescimento na criação de empregos formais – foram abertas 144 mil vagas no ano passado, ante 60 mil, dois anos antes. Isso representou um aumento de 138%.

No Nordeste, a elevação foi de 90%. Saímos de 266 mil para 506 mil empregos com carteira assinada. Em sentido inverso, a abertura de vagas formais nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste cresceu em ritmo mais lento. No Sul, a subida foi de 49%; no Sudeste, 39%; e no Centro-Oeste, 30%.

No primeiro quadrimestre desde 2001, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os resultados globais para todo o Brasil também foram muito positivos: 880.717 empregos com carteira assinada. Esse desempenho foi puxado pelos setores da indústria de transformação, dos serviços e da construção civil.

O aumento do preço das **commodities** – produtos primários com cotação internacional –, depois da crise mundial, acabou beneficiando a economia de Estados com vocação agrícola, fora do eixo Rio-São Paulo.

Além da agricultura, o setor que tem mais contribuído para expansão do emprego, como todos sabem, é a construção civil.

Em Alagoas, por exemplo, esse setor segue como o maior gerador de empregos com carteira assinada. Em abril, a construção civil gerou um saldo positivo de 601 novas vagas.

O setor lidera com folga a geração de empregos, com 14.784 empregos com carteira assinada nos últimos vinte e quatro meses. Em 2010, foram 7,5 mil postos de emprego, o que representou um aumento de 37,7% no estoque formal de empregos.

A vitalidade desse setor é explicada pelos investimentos que o Governo Federal vem realizando no Estado de Alagoas. Os programas como o Minha Casa Minha Vida, as diversas obras de infraestrutura do Plano de Aceleração do Crescimento, a recuperação de rodovias, a duplicação de rodovias e a reconstrução das cidades afetadas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelas enchentes estão sendo decisivas para manter o mercado de empregos em alta no nosso Estado.

Só o investimento no Programa Mina Casa Minha Vida, de acordo com o Sinduscon de Alagoas, foi de R\$1,8 bilhão, com a contratação de cerca de 40 mil unidades – número que inclui também as 17,5 mil obras das casas destruídas pelas enchentes.

Os programas de transferência de renda do Governo Federal, como o Bolsa Família, também influem na alavancagem da atividade no interior do País. Eles aumentam a demanda da população por bens e serviços e, consequentemente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, impulsionam o mercado de trabalho. Em muitas cidades do interior, o comércio vive e sobrevive da renda de programas como o Bolsa Família, que eu tive a honra e a satisfação de relatar e aprovar aqui, no Senado Federal.

Outro dado relevante para a economia foi o recuo nos índices que monitoram o comportamento da inflação. Os dados da Fipe de São Paulo, por exemplo, sugerem uma inversão na curva de alta, Sr. Presidente e Srs. Senadores. O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pelo instituto, desacelerou para 0,56% na segunda quadrissemana de maio, depois de ter registrado alta de 0,65% na primeira prévia do mês. O indicador, portanto, ficou abaixo da média das apostas do mercado.

Dos preços pesquisados, vários setores registraram desaceleração da alta de preços em relação à primeira quadrissemana de maio. Foi o caso de habi-

tação, alimentação e transportes, que vieram de altas consecutivas e agora recuaram.

Observa-se, com esses números, que existe uma preocupação do Governo Federal permanente para manter a inflação dentro dos limites.

Certamente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, isso tudo contribuiu para esse cenário. E contribuiu também para esse cenário o recuo nos preços dos combustíveis. O preço do etanol, com o fim da entressafra, demora até chegar às bombas, mas deve cair ainda nos próximos dias.

Com números como esses, certamente bateremos um novo recorde na geração de empregos em 2011. No que depender, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do PMDB, na formulação e na aprovação de leis que desonerem a produção e estimulem o emprego, nós transformaremos 2011 no ano do pleno emprego no Brasil.

Eu quero agradecer a V. Exa pela oportunidade, agradecer também ao Senador Jayme Campos pela oportunidade e dizer, mais uma vez, da satisfação de vir a esta tribuna e colocar esses números que são satisfatórios e muito bons para a economia brasileira, indicando, Sr. Presidente, a retomada do emprego e a manutenção do crescimento, uma vocação devolvida a nosso País, que, durante muito tempo, cresceu economicamente e que precisa continuar crescendo. E, ao que tudo indica — e essas informações sugerem —, nós vamos continuar crescendo para o bem do povo brasileiro.

Muito obrigado a V. Exa.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço, Senador Renan.

Esta Presidência concorda com seu pronunciamento, uma vez que a gente sempre tem muitas notícias ruins sendo colocadas. Mas fica muito claro que os fundamentos da economia brasileira estão no caminho correto, os números estão mostrando. É claro, a gente tem problemas pontuais, mas Governo, Senado e Câmara existem para isto, para resolver os problemas. Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento!

Convido o Senador Jayme Campos, como orador inscrito, para proceder ao seu pronunciamento.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Blairo Maggi, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, serei breve, Sr. Presidente.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje é falar um pouco do uso do biodiesel em nosso País.

O uso do biodiesel, em substituição ao combustível fóssil, vem crescendo no mundo inteiro. Por ser biodegradável, não tóxica e praticamente livre de enxofre e aromáticos, essa mistura de biomassa renovável é considerada alternativa ecológica de queima limpa, em função de seu baixíssimo grau poluidor.

O biodiesel foi introduzido na matriz energética brasileira por meio da Lei nº 11.097, de 2005, com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, uma iniciativa inovadora não apenas para fomentar a produção voltada a esse tipo de energia alternativa, mas também para promover a inclusão social, estimular e gerar renda no campo.

As inúmeras vantagens da utilização desse importante recurso incluem seu caráter renovável; o adensamento das cadeias de grãos, carnes e óleos; o alto potencial de geração de empregos rurais; a inclusão de mais de 270 mil famílias na agricultura familiar; a utilização de créditos de carbono e a facilidade de transporte e armazenamento devido à sua baixa inflamabilidade.

A Lei nº 11.097 fixa em 5%, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição do biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final em qualquer parte do território nacional, estipulando o prazo de oito anos para se atingir esse percentual.

Nos últimos dois anos, a produção cresceu significativamente em consequência da obrigatoriedade das misturas. A partir de 1º de janeiro de 2010, tornouse obrigatório, em todo o território nacional, o uso de biodiesel, o óleo diesel veicular, com a adição de 5% de óleos vegetais ou gordura animal.

Em 2009, por exemplo, ano em que a mistura obrigatória passou de 3% para 4%, houve um aumento de aproximadamente 38% em relação a 2008. O setor continua em expansão e hoje a capacidade instalada anda perto de 17,5 milhões de litros por dia.

Estima-se que, neste ano, a indústria brasileira de biodiesel produza 2,5 milhões de metros cúbicos, ou seja, 40% da capacidade instalada, o que indica uma subutilização da estrutura produtiva.

Contudo, a expectativa é que aumentem os investimentos do parque produtivo, com o desenvolvimento de novos polos de matéria-prima.

Para tanto, a Agência Nacional do Petróleo – ANP – tem desempenhado importante papel, garantindo a compra e o pagamento de dado volume às indústrias, por meio de leilões públicos.

Inicialmente, tais leilões eram realizados de forma presencial. As usinas davam o preço que poderiam praticar e este se vinculava à quantia oferecida, bem como à disponibilidade do volume a ser comprado pelo Governo, de modo a atender à demanda da mistura obrigatória. Havia sistema de corte que sempre levava em conta essa relação quantitativa.

Mas agora temos um sistema predatório no qual os lances são virtuais, com itens cujo volume inviabiliza a participação das usinas de pequeno e médio porte, em virtude da incapacidade delas em adquirir o direito sobre o lote inteiro, posto que não podem ganhar parte do lote.

Com isso, as grandes usinas ganham seus lotes e podem fazer média nos lotes menores, achatando os preços destes para alijar os pequenos e médios concorrentes, os quais, importa destacar, constituem a maciça maioria das usinas instaladas em nosso País.

Destaque-se, ainda, que as usinas grandes, verticalizadas, podem sempre optar em vender o biodiesel somente quando o preço do óleo não lhes permite melhor negócio.

Essas circunstâncias injustas, que tendem à formação de cartéis e à canibalização do setor, resultam em grandes distorções, não só do ponto de vista econômico e administrativo, como também ponto de vista social, uma vez que sabotam os próprios princípios do programa governamental, cuja política se comprometeu exatamente com os pequenos e médios usineiros.

No final do mês passado, esses pequenos e médios produtores de biodiesel participaram de reuniões, no âmbito da ANP e da própria Casa Civil do Governo Federal, em que, sensibilizados pela situação, representantes das áreas governamentais envolvidas se dispuseram a buscar, junto às instâncias jurídicas cabíveis, uma solução para o legítimo pleito, que consiste em alterar a composição dos referidos leilões, mediante participação diferenciada para as usinas de pequeno e médio porte, por meio de ato licitatório exclusivo.

O uso do novo marco regulatório para viabilizar a pretendida mudança muito provavelmente pressupõe alterar a legislação ordinária, razão pela qual pretendo submeter à Comissão de Agricultura requerimento propondo a convocação de audiência pública destinada a esclarecer o assunto e instruir eventuais proposição legislativas.

Sendo esta uma situação que atinge não só os pequenos e as médias indústrias do Estado de Mato Grosso, mas que se estende a todo o País. Estou certo de que a justa reivindicação despertará motivado interesse e encontrará o necessário apoio dos demais membros desta Casa para sua própria consecução.

De tal forma, Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, é muito importante – Senador Walter Pinheiro, V. Ex<sup>a</sup> há poucos dias estava nesta mesma tribuna falando desse assunto – eu acho importante que o Governo

Federal não prejudique em hipótese alguma em relacão aos pequenos produtores de biodiesel. Lamentavelmente, Senador Antonio Carlos Valadares, quando o Governo Federal, o próprio Presidente Lula instituiu a política de biodiesel era, sobretudo, para incentivar os pequenos, principalmente no Nordeste brasileiro, a produzirem. Há a questão do pinhão-manso, outras alternativas que pudessem fazer uma energia renovável. Entretanto, o próprio Governo Federal que incentivou, agora está massacrando aqueles pequenos. Os grandes podem entrar na concorrência dos pequenos, mas os pequenos não podem participar dos lotes dos grandes. De tal forma que isso foi uma injustiça. Com isso, estamos cartelizando o setor, na medida em que o Brasil lamentavelmente, Senador Antonio Carlos, já tem três áreas que estão sendo cartelizadas, entre elas essa aqui do biodiesel, a carne e como também o etanol. Eu não posso permitir concordar que todos os dias os grandes grupos industriais, ou seja, os grandes grupos vão lá e compram as menores usinas que produzem o álcool e o açúcar do Brasil. Isso está sendo cartelizado, por isso já tivemos problemas graves nesta safra de 2010 e 2011 em relação ao etanol, que subiu de forma exagerada, permitindo que o mercado fosse desabastecido e, com isso, trazendo sério transtorno no que se diz respeito aos preços praticados no mercado.

De tal maneira, Sr. Presidente, concluindo eu quero dizer às Sras e aos Srs. Senadores que é muito importante nós também valorizarmos os pequenos no Brasil, sob pena de cartelizarmos vários setores e, com isso, prejudicando sobremaneira aqueles também que estão à procura, com certeza, também de uma perspectiva melhor para os seus estabelecimentos e atividades comerciais em todo esse imenso País.

E, concluindo, dizer ao Presidente, pelo tempo que me resta, que tivemos hoje uma audiência com o Ministro da Justiça, levando a preocupação do Governo do Estado do Mato Grosso em relação a um assunto que já vem há mais de vinte anos se arrastando no Estado de Mato Grosso, que é a questão da gleba Suiá-Missú, lá na região norte do Araguaia.

Se não for tomada uma providência, lamentavelmente vai acontecer ali uma verdadeira tragédia diante da guerra a ser travada entre brancos e índios, porque o Governo Federal, lamentavelmente, não toma as providências para, de fato, dar a garantia, a segurança jurídica às pessoas que estão há mais de vinte anos naquela localidade do norte do Araguaia.

Portanto, trago essa minha preocupação. Espero que o Ministro em exercício Luiz Paulo, que nos atendeu hoje, junto com o Governador Sinval Barbosa e outras autoridades do Mato Grosso, tome as devidas

providências e busque uma solução pacífica, sobretudo porque o Governo do Mato Grosso fez uma proposta extremamente exequível e factível de se realizar: vai permutar as terras dos índios que acham que são deles com uma área. Ou seja, em troca dos 165 mil hectares, o Governo do Mato Grosso pretende repassar cerca de 230 mil hectares com toda a vegetação. O Governo do Mato Grosso se propõe a colocar ali toda infraestrutura de escola, de apoio e de saúde.

Com isso, temos certeza de que não vamos prejudicar mais de 700 famílias que estão, ao longo de 21 anos, naquela localidade. Com isso, com certeza, estamos verdadeiramente fazendo a justiça social e, sobretudo, dando cidadania àqueles que também produzem e constroem a grandeza deste País.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo da minha alegria, do meu contentamento de ter a oportunidade não só de falar do biodiesel, mas especialmente da solução que está sendo buscada para a problemática que existe lá na gleba Suiá-Missú.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Blairo Maggi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

Passo agora a palavra, pelo tempo regimental, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, quero aqui tocar em um assunto que, eu diria, tem sido ainda, nos últimos dias, de certa forma, a pauta principal de diversos veículos de comunicação em nosso País.

Quero tratar dessa matéria exatamente vinculando-a a outra campanha que busca atacar a nova política de salário mínimo, para justificar, através desse ataque, a expectativa inflacionária, meu caro Paulo Paim.

Alguns dias atrás, o País estava sob a ameaça de uma nova espiral inflacionária. Além de superdimensionada por alguns, essa ameaça à estabilidade econômica foi politicamente explorada pela oposição aqui, no nosso plenário, numa sucessão de pronunciamentos, numa, eu diria até, verdadeira campanha de aguardar o quanto pior, melhor. Ou até estimular essa lógica do quanto pior, melhor.

É para a competência da equipe econômica que eu quero chamar a atenção aqui, meu caro Paim, em domar essa que nós poderíamos chamar escalada inflacionária, projetada por alguns, ou o dragão inflacionário, sem que fosse preciso recorrer ao samba de uma nota só, a velha e conhecida elevação da taxa de juros.

Mas a nossa equipe econômica usou o arsenal macroprudencial, e foi possível, através dele, retirar, com essa atitude da nossa equipe econômica, das manchetes dos jornais, que até de certa forma, têm, essas manchetes, silenciado sobre a espiral inflacionária que alguns levantavam, meu caro Valadares. Entre essas medidas, destacam-se a redução da mistura de álcool anidro na gasolina, e o uso da rede de postos de gasolina da Petrobras Distribuidora como, principalmente nesse caso específico da rede, verdadeiro moderador de preços ou até como braço regulatório na economia.

Sem tocar nas taxas de juros, as medidas tiveram impacto fulminante sobre o avanço dos preços dos combustíveis, que alimentavam a correção geral nos preços da economia, afinal de contas, o carro-chefe, combustível, gasolina ou álcool, termina por puxar toda essa escalada de preços que assusta a nossa equipe econômica.

O que assistimos hoje, sob pena de que sem nenhum alarde por parte da imprensa, é uma queda geral nos preços dos combustíveis e um recuo generalizado dos demais reajustes que eram potencializados em sua órbita. Isso é confirmado se analisarmos o que diz a pesquisa **Focus**, divulgada na última segundafeira pelo Banco Central, registrando, pela segunda semana consecutiva, uma queda na projeção do IPCA para 2011.

De acordo com a pesquisa **Focus**, que reflete a expectativa do mercado para a inflação, a correção do IPCA deste ano caiu de 6,33% para 6,31%. Além de superdimensionada por alguns, essa ameaça à estabilidade econômica foi politicamente explorada pela oposição aqui no nosso plenário, numa sucessão de pronunciamentos, numa, eu diria até, verdadeira campanha de aguardar o quanto pior melhor. Ou até estimular essa lógica do quanto pior, melhor.

É para a competência da equipe econômica que eu quero chamar a atenção aqui, meu caro Paim, em domar essa que nós poderíamos chamar escalada inflacionária projetada por alguns, ou o dragão inflacionário, sem que fosse preciso recorrer ao samba de uma nota só, a velha e conhecida elevação da taxa de juros.

Mas a nossa equipe econômica usou o arsenal macro-prudencial, e foi possível, através dele, retirar, com essa atitude da nossa equipe econômica, das manchetes dos jornais, que até de certa forma, têm, essas manchetes, silenciado sobre a espiral inflacionária que alguns levantavam, meu caro Valadares. Entre

essas medidas, destacam-se a redução da mistura de álcool anidro na gasolina, e o uso da rede de postos de gasolina da Petrobras Distribuidora como, principalmente nesse caso específico da rede, verdadeiro moderador de preços ou até como braço regulatório na economia.

Sem tocar nas taxas de juros, as medidas tiveram impacto fulminante sobre o avanço dos preços dos combustíveis, que alimentavam a correção geral nos preços da economia, afinal de contas o carro chefe, combustível, gasolina ou álcool, termina por puxar toda essa escalada de preços que assusta a nossa equipe econômica.

O que assistimos hoje, sob pena de que sem nenhum alarde por parte da imprensa, é uma queda geral nos preços dos combustíveis e um recuo generalizado dos demais reajustes que eram potencializados em sua órbita. Isso é confirmado se analisarmos o que diz a pesquisa **Focus** divulgada na última segundafeira pelo Banco Central, registrando, pela segunda semana consecutiva, uma queda na projeção do IPCA para 2011.

De acordo com a pesquisa **Focus**, que reflete a expectativa do mercado para a inflação, a correção do IPCA deste ano caiu de 6,33 para 6,31.

Essa redução de inflação ocorre no momento em que a nossa equipe econômica não sacrifica a atividade econômica, não adota uma postura de recuo na linha de investimentos. A produção industrial continua em alta, as vendas seguem equilibradas, e o mercado de trabalho volta a registrar recordes de novas contratações.

Agora há pouco, o líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, fazia aqui menção ao bom momento da geração de postos de trabalho no Brasil, com o aumento considerável da criação desses novos postos de trabalho e oferta de serviço em todas as áreas. A economia, mantendo o seu ritmo de crescimento de forma firme e sustentável, garantindo a manutenção do avanço paulatino das conquistas dos últimos anos.

Esses bons ventos que sopram sobre nossa economia não foram, de forma nenhuma, suficientes para acalmar os profetas do caos, aos quais se referiu o nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que ainda não se passaram sequer três meses da aprovação da nova lei que estabelece a política de manutenção do poder de compra do salário mínimo, e vozes afinadas já se levantam contra essa política, sob o argumento de que sustentar o valor do salário mínimo é uma medida que cria expectativa inflacionária.

Ora, meu caro Paulo Paim, nos últimos oito anos do Governo Lula, o Dieese nos informa que o INPC

acumulado foi da ordem de 65,93%, e o salário mínimo, nesse mesmo período, foi corrigido em 155%. Portanto, onde é que está a correlação estabelecida por esses arautos do caos? Eu diria que essa relação é completamente desconectada. Não há essa conexão com a inflação do salário mínimo, que teve um ganho real de 53,67%, obviamente levando-se em consideração esses parâmetros que nos foram apresentados pelo Dieese.

Eu quero, Sr. Presidente, dizer que isso não acontece por mágica. Isso é conseguido com uma política séria de distribuição de renda, obviamente conjugada com uma política firme de crescimento da nossa economia e com o simultâneo fortalecimento do mercado interno.

É importante que nós olhemos exatamente para essa questão, que foi o marco central para o enfrentamento do período da crise de 2009, a conhecida crise mundial. Sem causar pressão na procura sobre a oferta, nem provocar qualquer crise de superprodução. O mercado encontra-se literalmente, meu caro Paulo Paim, equilibrado, na linguagem que eles tanto vão repetindo, por diversas vezes, ao longo de toda uma história de que era fundamental o esforço para que esse equilíbrio se mantivesse. Ora, está aí o equilíbrio desse mercado.

Nos jornais do último final de semana, assistimos a um desfile de artigos de jornalistas e de economistas envolvidos, inclusive, com a formulação do Plano Real. Esses jornalistas e economistas acusam o Governo de indexar o salário mínimo com a edição da Lei nº 12.382, de 2011. Essa lei estabelece normas e critérios para a correção do salário mínimo até 2015 e foi aprovada pela Câmara dos Deputados e por nós, numa noite importante em que fizemos o verdadeiro debate sobre a política econômica, sobre o valor de salários e sobre a produção neste País. Nós não tratamos somente de uma peça, de uma parte. Nós, efetivamente, discutimos componentes fundamentais para a atuação da macroeconomia, ainda que tratando do salário mínimo.

Eu diria, Sr. Presidente, que não se trata de indexação, como querem, de forma insistente, colar essa máxima no nosso Governo. Se a indexação ainda existe em nossa economia, ela remonta às origens, inclusive, do Plano Real, com o valor dos aluguéis, tarifas de energia, telefone, água e de outros serviços.

Eu diria que essa metodologia de valorização do salário mínimo, meu caro Paulo Paim, em longo prazo deverá beneficiar a classe trabalhadora primeiro, porque estabelece uma política real, baseada principalmente nos parâmetros da macroeconomia.

É interessante, e quero encerrar, Sr. Presidente: eu fico perplexo com essas comparações porque, agora, eles partem do salário mínimo para dizer que há um processo de indexação que pode interferir na macroeconomia, causando prejuízo, reacendendo a espiral inflacionária.

Ao longo dos anos, quando a tal macroeconomia apresentava índices sólidos, ou quando eles tinham o crescimento, a lógica não era invertida: aproveitar o crescimento da economia e aí tratar de resolver um dos pontos da pirâmide dessa nossa economia com distribuição de renda. Fizemos nós isso. Partimos do princípio que, para a macroeconomia redistribuir essa renda e continuar equilibrado o mercado, era necessário que adotássemos aqui uma política associada exatamente à macroeconomia. Por que o salário mínino não pode ser um componente da macroeconomia? Que história é essa? Por que ele não pode ter como referência para ganhos, para acumulação, para essa base produtiva, esse importante crescimento da nossa economia? Aí volto a insistir em uma tese que a gente ouviu muito no passado neste País: "É necessário fazer o bolo crescer; é necessário fazer o bolo crescer!". E a classe trabalhadora e o povo, de modo geral, não viam nem a cor do glacê, como diz a história, muito menos para saborear uma fatia desse bolo! O que nós introduzimos, de forma muito clara, nessa economia é a distribuição de renda. Foi através dessa distribuição de renda, dessa política de valorização do salário mínimo, dessa política de investimento, inclusive investimento local, que a gente permitiu um crescimento equilibrado e completamente distribuído em nosso País, tanto do ponto de vista da distribuição para classes quanto do ponto de vista da distribuição espacial. O recurso circulando em várias praças, não nas velhas e conhecidas zonas metropolitanas ou centros industriais em nosso País, permitindo, dessa forma, que tivéssemos um ganho para uma população que mudou de faixa - mais de 30 milhões de brasileiros puderam migrar da faixa de renda em que estavam. Aumentamos o nível de consumo, melhoramos inclusive o acesso a bens de consumo, melhoramos as condições de vida de diversos brasileiros. Portanto, estabeleceu-se um novo patamar.

Finalmente, eu gostaria de lembrar que, ajustado a essa medida, meu caro Paim, aprovamos também nesta Casa o cadastro de bons pagadores, que vai retirar do sistema financeiro o argumento da alta inadimplência. Aliás, era com base nesse argumento da alta inadimplência que a estrutura financeira do nosso País achava argumentos para manter altas taxas de juros. "Como nós temos uma inadimplência muito alta, é necessário, inclusive, que a taxa de juros seja compatível para equilibrar as perdas". Ora, se esse argumento era utilizado no passado, com a medida de ontem à noite, com as medidas macroprudenciais, com o controle da economia, eu diria que não dá mais para ficar usando essa história de elevadas taxas de juros praticadas no mercado.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Walter Pinheiro, antes de V. Ex<sup>a</sup> concluir, eu aguardarei a hora do aparte.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) - Vou dar um aparte a V. Ex $^a$ .

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT - RS) - Senador Walter Pinheiro, quero cumprimentar V. Exa pela defesa do salário mínimo. Eu dizia que, naquela noite, o debate não era se o salário mínimo tinha que ser cinco reais a mais ou dez; o debate era entre os que queriam uma política permanente de recuperação do valor do salário mínimo e os que não queriam. Esse era o debate. Tanto que houve um movimento até de ir ao Supremo para não concordar que essa política da inflação mais o PIB fosse por mais quatro anos. Na conversa que tivemos com a Presidenta Dilma, ela disse: "Se depender de mim, é mais quatro e mais quatro". Por isso que V. Exa está coberto de razão: é a primeira vez na história do País que nós temos uma política salarial que garante a inflação e um aumento real correspondente ao PIB (Produto Interno Bruto). E V. Exa, eu não vou aqui repetir, advogou com muita competência a importância da valorização do salário mínimo para, no mínimo, eu diria, 50 milhões de brasileiros. Só na Previdência são 18 milhões, e por isso eu ficaria em torno de 50 milhões, de forma direta e indireta. Nós poderíamos dar aquele dado do Ministério do Trabalho de que contribuiu para gerar 15 milhões a mais de empregos com carteira assinada. É mais para cumprimentar V. Exa, porque está já alertando: "Não venham com esse discurso de achar que o salário mínimo é o que causa a inflação". Parabéns a V. Exa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que, diferentemente dessa cantilena de indexação do salário mínimo, o que nós fizemos foi fortalecer a base da economia e criar um ambiente propício para que nós tenhamos o controle da inflação mas tenhamos a distribuição de renda e tenhamos, daqui para frente, cada vez mais intensa a linha de investimento.

Por isso quero insistir: os bancos agora vão ter que mudar a sua orientação. Ao invés de justificarem essa história, inclusive, do cadastro, é importante que, com responsabilidade, acredito, de escolher ali os seus tomadores de empréstimos, os bancos, de agora em

diante, terão que reduzir o **spread** e dar a sua contribuição efetiva no combate à inflação. Recursos que podem ser disponibilizados, valores que devem ser emprestados, contratos e convênios, permitindo, assim, com taxas de juros mais baixas, a gente aumentar a nossa capacidade de investimento, mantendo a economia em constante crescimento e ao mesmo tempo fazendo o controle eficaz da inflação.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar nesta tarde. E pediria a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse acatar esse meu pronunciamento na íntegra, na tarde de hoje, e deixá-lo registrado nos Anais da nossa Casa.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo, como V. Exa esteve conosco também lá na Câmara, em um período bem próximo mas passado, quero dizer aqui, com alegria, que ontem o Governo reintegrou 432 servidores demitidos naquele período de 1990 a 1992. Foi uma luta que nós empreendemos desde aquele período, na Câmara dos Deputados, a Comissão dos Anistiados, a Comissão Especial. Então são trabalhadores e trabalhadoras de empresas estatais da área de telefonia, da minha gloriosa Telebahia, onde iniciei a minha atividade profissional; trabalhadores da Companhia de Energia Elétrica Chesf; da Petrobras; do BNCC; do Porto, inclusive lá da Bahia; do INSS; da CPRM; da Vale do Rio Doce. São 432 servidores que tiveram, desde o dia 18, os seus nomes publicados pelo Diário Oficial. E esses trabalhadores poderão se reapresentar à estrutura pública.

Quero, no final, fazer o registro dessa importante vitória. Ela demorou, mas ontem o nosso Governo chancelou essa importante vitória, que começou com uma luta aqui na Câmara dos Deputados. Com certeza nós ainda continuaremos, Sr. Presidente, lutando para que outros servidores daquela época possam voltar às estruturas das estatais, dos Correios, do setor elétrico, do setor telefonia, do setor aeroportuário brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIA-MENTO DO SR. SENADOR WALTER PINHEI-RO

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, alguns dias atrás o país estava sob a ameaça de uma nova espiral inflacionária. Além de superdimensionada, essa ameaça à estabilidade econômica foi politicamente explorada pela oposição numa sucessão de pronunciamentos nesta Casa, numa verdadeira torcida pelo quanto pior melhor.

A competência da equipe econômica para domar o dragão inflacionário sem que fosse preciso recorrer ao samba de uma nota da elevação da taxa de juros, mas usando seu arsenal de medidas macro prudenciais, retirou a inflação das manchetes dos jornais e silenciou a oposição.

Entre essas medidas destacam-se a redução da mistura do álcool anidro na gasolina e o uso da rede de postos da Petrobras para moderador o mercado.

Sem tocar nas taxas de juros, as medidas tiveram impacto fulminante sobre o avanço dos preços dos combustíveis, que alimentavam uma correção geral dos preços da economia.

O que assistimos hoje, pena que sem nenhum alarde por parte da imprensa, é uma queda geral nos preços dos combustíveis e um recuo generalizado dos demais reajustes que eram potencializados em sua órbita.

Isso é confirmado pela pesquisa **Focus** divulgada na última segunda-feira pelo Banco Central do Brasil, registrando pela segunda semana consecutiva uma queda na projeção do IPCA para 2011.

De acordo com a pesquisa, que reflete a expectativa do mercado para inflação, a correção do IPCA deste ano caiu de 6,33% para 6,31%.

Essa redução da expectativa da inflação ocorre sem nenhum sacrifício da atividade econômica. A produção industrial continua em alta, as vendas seguem equilibradas e o mercado de trabalho volta a registrar recordes de novas contratações.

É a economia mantendo o seu ritmo de crescimento de forma firme e sustentada, garantindo a manutenção e o avanço paulatino das conquistas dos últimos anos.

Esses bons ventos que sopram sobre nossa economia, no entanto, não foram suficientes para acalmar os "profetas do caos" aos quais se referiu recentemente o ex-presidente Lula.

Eles não conseguem entender como o Brasil conseguiu nos últimos anos equilibrar o crescimento econômico com o desenvolvimento social. Como crescer sem ceder à inflação, como dar poder de compra ao salário sem pressionar os preços.

Apesar de controlada e em queda, como confirmam os próprios agentes do mercado financeiro ouvidos pelo Banco Central, os profetas do caos não se dão por vencidos e voltam a trabalhar com a volta da inflação elevada.

Ainda não se passaram três meses da aprovação da nova lei que estabelece a política de manutenção do poder de compra do salário mínimo e vozes afinadas já se levantam contra ela, sob o argumento de que sustentar o valor do salário é uma medida que cria expectativa inflacionária.

Nos oito anos do governo Lula, informa o DIEE-SE, para um INPC acumulado no período de 65,93%, o salário mínimo foi corrigido em 155%. Descontada essa inflação, o salário mínimo teve um ganho real de 53.67%.

Isso prova que não faz sentido dizer-se que o governo indexou o salário mínimo à inflação, ou que o prévio conhecimento do seu valor para os próximos anos vai pressionar os preços.

Pelo contrário, como acabamos de demonstrar, nos governos do Partido dos Trabalhadores a inflação tem corrido atrás dos ganhos salariais. E felizmente, sem conseguir alcançá-los.

Mas isso não é mágica. É conseguido com uma política séria de distribuição de renda conjugada com uma política de crescimento e com o simultâneo fortalecimento do mercado interno.

Sem causar pressão da procura sobre a oferta, nem provocar qualquer crise de superprodução. Nosso mercado está equilibrado.

Nos jornais do último final de semana assistimos a um desfile de artigos de jornalistas e de economistas envolvidos com a formulação do Plano Real acusando o governo de indexar o salário mínimo com a edição da lei nº 12.382/2011.

Esta lei, que estabelece as normas e os critérios para a correção do salário mínimo até 2015, foi aprovada na Câmara dos Deputados e nesta Casa após intensos debates.

As oposições, que demagogicamente defendiam o valor de R\$ 600 para o salário mínimo, maior do que os R\$ 545 estipulados na proposta, recorreram ao Supremo Tribunal Federal contra essa lei sob o falso argumento de que ela precisaria ser votada anualmente pelo Congresso Nacional.

Com a publicação dos artigos dos seus porta-vozes, a máscara cai. O problema não é a periodicidade da lei, mas o estabelecimento por meio de um dispositivo legal de uma política de valorização do salário mínimo de longo prazo.

Não se trata de indexação. Se indexação ainda existe em nossa economia ela remonta às origens do próprio Plano Real, como o valor dos aluguéis e tarifas de energia, telefone e água.

Essa metodologia de valorização do salário mínimo em longo prazo deverá beneficiar a classe trabalhadora por estabelecer uma política real, baseada em parâmetros de macro política econômica.

Outra preocupação que não procede, externada em editorial do jornal **O Estado de S.Paulo**, é que a desvalorização do real que começa a acontecer afete também a perspectiva da inflação.

Neste caso, falta até mesmo coerência. A imprensa tem gasto muito papel e tinta para criticar a sobrevalorização do real. Ora, quando a atuação da equipe econômica do governo reverte essa tendência, as queixas perdem seu valor.

A desvalorização maior do real não pode vir por decreto. Ela está sujeita à conjuntura internacional e a desorganização das grandes economias, sem um horizonte de retorno à normalidade, deve retardar esse processo.

Que é bem vindo até para que não impacte de forma negativa na economia do país, reduzindo o poder de compra dos salários. Isso poderia produzir uma reação em cadeia levando à queda do consumo e da produção.

Finalmente, gostaria de lembrar que a aprovação do cadastro de bons pagadores, ocorrida ontem nesta Casa, vai retirar do sistema financeiro o argumento da alta inadimplência, usado para sustentar as elevadas taxas de juros praticadas no mercado.

Com a responsabilidade de escolher melhor seus tomadores de empréstimos, os bancos de agora em diante terão de reduzir os **spread**s e dar também a sua contribuição para a derrubada da inflação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Cumprimento o Senador Walter Pinheiro pelo seu pronunciamento. A Mesa acolhe a sua solicitação.

Quero também cumprimentar o Governo Federal pela readmissão desses 490 servidores. Participamos juntos da luta dos anistiados na Câmara dos Deputados. Desejamos que novos servidores sejam readmitidos nas próximas semanas, fazendo-se justiça.

Passo, neste momento, a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe, pelo tempo regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB - SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de parabenizar, felicitar a Presidenta Dilma por essa iniciativa que corresponde a uma luta encetada por muitos e muitos anos de servidores de estatais que reivindicavam sua anistia. O assunto veio à tribuna por intermédio da palavra abalizada de um dos grandes baianos, um dos grandes Parlamentares deste Congresso Nacional, Walter Pinheiro, do Partido dos Trabalhadores. Tive a oportunidade de me engajar nessa luta ao lado de outros tantos Senadores, como Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim, no sentido de que o Governo Federal reconhecesse os direitos, que finalmente foram reconhecidos, de forma cabal, pela Presidenta Dilma, ao assinar no dia de ontem esse decreto. Felicito a nossa Presidente, a nossa Presidenta, por esse ato histórico, que veio, sem dúvida alguma, trazer alegria e tranquilidade a

centenas de lares no Brasil, de norte a sul do País, de servidores que deram tudo de si e que, por razões injustas, foram punidos, e agora voltam ao trabalho ou pelo menos terão o direito de receber aquilo que lhes foi subtraído durante esses anos todos.

Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, tenho o prazer de vê-lo nesta Presidência do Senado Federal, V. Exa que é representante do Distrito Federal, um dos grandes representantes da capital do nosso País, que veio ainda tão jovem para ocupar um lugar de destaque no Senado Federal, agora como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, do Consumidor e do Meio Ambiente. Já começa com o pé direito, fazendo ver a homens e mulheres do Distrito Federal que os votos que V. Exa recebeu corresponderam às expectativas, estão correspondendo às expectativas.

E eu, como sergipano, já que V. Exª também é, quero felicitá-lo por esse brilho, que é reconhecido por todos aqueles que compõem o Senado Federal. Já fui vice-Presidente desta Casa e muitas vezes ocupei essa cadeira, o que é muito importante, já que ela preside os anseios e dirige a Casa Alta do nosso Congresso Nacional, que é ali presidida espiritualmente pelo inesquecível Rui Barbosa, o Patrono da nossa Instituição.

Sr. Presidente, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO, divulgou, na última quarta-feira, um estudo que aponta que 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçados anualmente no mundo. O número corresponde a aproximadamente um terço do que é produzido para o consumo humano. Esse valor, por si só, já nos provoca a reflexão. Afinal, ele nos indica que não faltam alimentos para acabar com a fome no mundo. Estará aí a saída para o problema da escassez mundial de alimentos e da alta dos precos internacionais?

De acordo com a FAO, é possível estimar que, em 2010 – no ano passado –, havia 925 milhões de pessoas subnutridas no mundo; isto é, quase um bilhão. O estado de subnutrição, decorrente da fome crônica, é aquele em que a pessoa não ingere uma quantidade de alimentos suficiente para cobrir suas necessidades energéticas mínimas. A média é de aproximadamente 1.800 quilocalorias por pessoa, segundo os especialistas, dependendo da idade, do tamanho corporal, do nível de atividade e das condições fisiológicas de cada um, entre outros fatores.

Apenas para termos uma pequena ideia do que significa a tragédia da fome e da subnutrição, basta ver que as crianças subnutridas não crescem de forma tão rápida como as crianças saudáveis e seu desenvolvimento mental pode ser mais lento.

As mães que passam fome de forma contínua dão luz a bebês débeis e com falta de peso, e elas mesmas correm maior risco de morte durante o parto. A fome debilita o sistema imunológico e nos deixa mais vulneráveis a enfermidades e infecções.

Os dados são estarrecedores: ao mesmo tempo em que 925 milhões de pessoas passam fome no mundo, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos, segundo a FAO, são desperdiçados por ano. A conta é simples: para cada pessoa que passa fome, o mundo joga fora 1 milhão e 400 mil quilos de alimentos. Isso mesmo, pelo desperdício, o mundo joga no lixo 1 milhão e 400 mil quilos de alimentos.

O estudo da FAO, a que nos referimos, mostra que há perdas e desperdício de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva e de abastecimento, ou seja, da produção agrícola inicial ao consumo doméstico final. O desperdício ocorre de forma diferenciada nos países de renda média e elevada...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço a autorização do orador para prorrogar a sessão por mais uma hora.

V. Exa tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB - SE) - Em comparação com os países de baixa renda. Nos primeiros, o desperdício se concentra nas etapas finais da cadeia de abastecimento e na fase de consumo, quando boa parte dos alimentos vai para o lixo, mesmo que ainda estejam bons para o consumo. Nos países de baixa renda, os pobres e emergentes. o desperdício é muito menor na fase de consumo e concentra-se nas etapas de produção iniciais da cadeia de abastecimento. Os problemas estão relacionados principalmente ao uso de técnicas de colheita inadequadas, a uma gestão logística pós-colheita precária e à ausência de sistemas adequados de infraestrutura, como transporte, armazenamento e processamento. A isso se soma a falta de informações para a comercialização que permita uma melhor adaptação da producão à demanda.

Há um dado, no entanto, no estudo da FAO, que nos permite concluir que a crise alimentar mundial não é um simples problema de escassez da oferta, mas principalmente de distribuição desigual e injusta da produção. Em outras palavras, não faltam alimentos no mundo, mas eles não chegam a quem mais precisa deles.

O dado é o seguinte: ao considerar o desperdício de alimentos em termos **per capita**, o estudo da FAO aponta que os países da Europa e da América do Norte desperdiçam muito mais alimentos do que os países da África, da América do Sul e do sudeste asiático. São desperdiçados de 95 a 115 quilos de alimentos,

por ano, por pessoa, nos países ricos, contra apenas 6 a 11 quilos nos países pobres e emergentes. O que os dados mostram é que o desperdício é maior onde há menos gente passando fome; logicamente, por outro lado, é menor onde há mais gente passando fome. Isso nos indica que não basta reduzir o desperdício: a questão crucial é como fazer chegar o alimento a quem mais precisa dele.

Segundo Frederic Mousseau, Diretor de Políticas do Instituto Oakland, com sede em São Francisco, autor do livro O desafio dos altos preços dos alimentos: uma revisão das respostas para combater a fome, "não se pode usar a palavra escassez se consideramos que mais de um terço dos cereais produzidos no mundo são usados como alimento para animais, e que uma parte cada vez maior é utilizada para produzir agrocombustíveis."

Em 2008, foram produzidas 2,23 bilhões de toneladas de cereais no mundo, uma cifra sem precedentes. No mesmo ano, mesmo com o crescimento da produção mundial acontecendo, tivemos uma alta dos preços internacionais dos alimentos que fez surgirem manifestações em trinta países, a maioria pobre e dependente das importações.

A alta dos alimentos se repete desde o fim de 2010. Em Moçambique, treze pessoas já morreram em revoltas populares pelo alto preço do pão. Na Tunísia, os protestos pelo aumento dos preços da farinha, do açúcar e do leite resultaram em vinte mortes. Também se verificaram manifestações, embora contidas, na China, porque é ditadura mesmo, e também na Argélia, no Egito e em outros países. Não se pode esquecer que a alta dos alimentos fez crescer a insatisfação popular contra os governos dos países do norte da África e do Oriente Médio.

Os preços internacionais dos alimentos estão, atualmente, 36% acima dos níveis de um ano atrás, segundo o Banco Mundial. Os mais afetados são, novamente, os mais pobres, que gastam a maior parte de sua remuneração na compra de alimentos. Nesse período, por causa da alta dos preços, 44 milhões de pessoas passaram a viver abaixo da linha de pobreza. Um acréscimo futuro de 10% dos preços dos alimentos poderá levar mais 10 milhões de pessoas a viverem abaixo da linha de pobreza. Esses cidadãos, dos mais variados países, vão se somar à imensa massa da população mundial que passa fome – 1,2 bilhão de pessoas (17% da população mundial) –, que vivem com, no máximo, US\$1,25 (um dólar e vinte e cinco cents) por dia.

A crise, portanto, é provocada pela alta dos preços dos alimentos, que impacta na demanda, pois grande parte da população não consegue consumir em função dos preços elevados. De acordo com o professor Walter Belik, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, os preços dos alimentos estão sendo puxados por outros fatores que estão além da produção agrícola, tais como: a alta do petróleo decorrente da instabilidade política; a especulação com as **commodities**, que faz com que os alimentos virem ativos financeiros e percam **status** de bem de uso essencial, passa a ser um elemento de troca; segundo ele, também outro fator, o fato de os países terem deixado de formar estoques reguladores, por influência do credo neoliberal de pregar a não intervenção do Estado nos mercados.

Então, como fazer o alimento chegar a quem mais precisa dele?

Esta é a grande questão.

Agir contra o desperdício é um imperativo ético e moral, já que a fome e a desnutrição são a trágica face humana desse problema. Mas é necessário, sobretudo, haver mecanismos que viabilizem uma distribuição justa e equitativa dos bens em face das necessidades. Isso passa por um maior controle internacional do preço dos alimentos, inclusive com a formação de estoques; criação de incentivos e abertura de financiamento para fortalecimento da produção em países importadores de alimentos, como os africanos, principalmente. Também precisamos de mudanças nos padrões de consumo dos países ricos, não apenas para a redução dos desperdícios, mas para que as terras agriculturáveis do sul não sirvam apenas para fornecer grãos a ração animal e ao intenso consumo de carne daqueles países. É necessário, ainda, incentivar e proteger a produção diversificada do agricultor familiar e do pequeno produtor, assim como criar mecanismos capazes de proteger os consumidores, especialmente os mais vulneráveis, que estejam em situação de insegurança alimentar.

A questão dos alimentos nos impõe uma agenda complexa e desafiadora, no nível global e no âmbito interno dos países. Para isso é fundamental que a alimentação adequada seja pautada como direito humano fundamental. Isso significa dizer que a alimentação adequada é inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos demais direitos consagrados na Constituição Federal. Ela impõe ao poder público o dever de adotar as políticas e ações para respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à segurança alimentar.

No Brasil, é preciso reconhecer que temos avançado bastante. Conseguimos incluir a alimentação no art. 6º da Constituição Federal. Que foi uma PEC da minha autoria e que teve a assinatura de tantos Se-

nadores e entre eles eu incluo como um dos primeiros o Senador Paulo Paim. Esta PEC, lá na Câmara dos Deputados, teve o apoio e o entusiasmo de tantos parlamentares e aqui está presente um deles, o nosso hoje Senador Rodrigo Rollemberg.

Por esta PEC, onde incluímos o art. 6º, da Constituição Federal, como direito fundamental à alimentação, consagrando esse direito, estamos mostrando que o Brasil está avançando, está na frente de muitos países, inclusive mais adiantados, que não têm esse dispositivo nas suas Constituições. São raros os países. Mas há uma campanha de âmbito internacional, patrocinada pela própria ONU, no sentido de que os países verifiquem a possibilidade de que os seus parlamentos consagrem o direito à alimentação, incluindo nas suas Constituições esse direito universal.

Temos o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 2006, que orienta o poder público na formulação e implementação de políticas, planos, programas e ações que, em conjunto com a sociedade civil organizada, buscam assegurar o direito humano à alimentação adequada. Realizamos conferência nacionais, regionais, estaduais e municipais sobre segurança alimentar, temos uma rede de equipamentos de combate à insegurança alimentar e, ainda, políticas específicas, entre as quais podemos citar, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o Programa de Distribuição de Alimentos, programas de acesso à água e de desenvolvimento territorial.

Temos, pois, Sr. Presidente, desde o governo do Presidente Lula, construído um modelo de política social que vem servindo de exemplo para o mundo. Nele, é fundamental a concentração de esforços públicos e privados para, de forma coordenada, fazer o País crescer distribuindo a renda, gerando empregos, tirando as pessoas da miséria e erradicando a fome.

O Governo da Presidenta Dilma Rousseff, agora, tem nos apresentado o Plano Brasil sem Miséria, que dará continuidade ao Bolsa Família, visando a acabar com a pobreza extrema no nosso País pela combinação de transferência de renda com capacitação profissional e ampliação da oferta de serviços públicos, como energia elétrica e água encanada. Até 2014, o desafio da Presidenta é tirar cerca de 16 milhões de brasileiros da miséria – são famílias que ganham até R\$ 70 **per capita** por mês.

A maioria delas é negra ou parda, jovem e vive na Região Nordeste. Infelizmente, Sr. Presidente, na nossa região, de acordo com levantamento divulgado pelo Governo a partir de dados cruzados no Censo de 2010.

Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Outra medida de extrema importância é a redução dos tributos que incidem sobre produtos que compõem a cesta básica. A carga tributária sobre alimentos é altamente regressiva, ou seja, quanto mais baixa a renda das pessoas, mais se compromete o orçamento para se alimentar. O Governo Federal já desonerou do PIS e da Cofins diversos itens, como hortaliças e frutas, ovos, leite, farinha de trigo, arroz e outros. Uma desoneração mais ampla deverá ser construída em colaboração com os Estados, no âmbito da reforma tributária, especialmente em razão do ICMS que, em média, compõe 17% dos preços dos alimentos.

Finalmente, consideramos fundamental que esta Casa debata e aprove o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, de nossa autoria, que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, cujo relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é o Senador Eduardo Suplicy. Em uma outra oportunidade, trataremos desse projeto em maior profundidade. Em síntese, ele busca estabelecer normas gerais, voltadas à gestão compartilhada e à implementação de planos, programas e ações que visem ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do País e à realização da dignidade de todos, sem distinção. Esse projeto tem o apoio de todas as federações, de todas as associações rurais e sindicatos do Brasil.

Com essas ações, temos a esperança de, em um futuro próximo, vermos o Brasil não só se alimentando três vezes ao dia, como sempre lembrava nosso inesquecível Presidente Lula em sua posse, mas um Brasil de classe média, como é o desejo de nossa Presidenta Dilma, e de todos nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar o Senador Valadares por seu brilhante pronunciamento. Dizer que V. Exª, Senador Valadares, é um orgulho não apenas para o povo de Sergipe, mas V. Exª honra o Senado Federal. Sou testemunha da sua dedicação ao interesse público. Tive a honra de trabalhar, na Câmara dos Deputados, pela aprovação da sua proposta de emenda à Constituição que torna o direito à alimentação um direito constitucional.

Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a autoridade para fazer esse brilhante pronunciamento com que nos brindou neste final de tarde de hoje.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para o seu pronunciamento.

Aproveito também para cumprimentar o nobre Senador Valadares pela bela exposição aqui sobre as políticas de combate à fome.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, prezados defensores públicos que nos honram com a sua presença hoje nesta Casa, assumo a tribuna para expressar os meus parabéns a todos os defensores públicos pelo dia de hoje, ao mesmo tempo em que quero declarar o meu total apoio à necessidade urgente de criação de cargos de defensor público da União.

Já tivemos a oportunidade de nos encontrar ali fora – Senador Paulo Paim, Senador Renan Calheiros – para manifestar às lideranças dos defensores públicos, à comissão dos defensores públicos o nosso apoio ao pleito, à necessidade urgente de criação de cargos de defensor público da União.

Saliente-se que dados do IBGE demonstram que a Defensoria Pública da União tem como público-alvo aproximadamente 130 milhões de brasileiros que não têm como arcar com um advogado particular que lhes patrocine a defesa dos seus direitos. Assim, não fosse a atuação da Defensoria Pública da União, estaria praticamente inviabilizado o acesso à Justiça desse gigantesco contingente populacional.

Todavia, militam atualmente nos quadros do órgão apenas 489 defensores públicos federais. Eu quero repetir este número, Senador Paim: apenas 489 defensores públicos federais. Tal número é absolutamente insuficiente, já que mencionados profissionais atuam perante os tribunais superiores e perante mais de três mil órgãos jurisdicionais em todo o País, dentre eles o da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar. A Defensoria Pública da União também possui competência para atuar junto à Administração Pública Federal em programas e em medidas de apoio e proteção à população carente.

Assinale-se ser ainda maior a desproporção desse ínfimo contingente de profissionais na Defensoria Pública da União quando comparado com os quase oito mil integrantes da Advocacia Pública Federal (advogados da União, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores federais).

No âmbito do Ministério Público da União, a desproporção também é gritante, eis que atualmente são quase dois mil membros em atividade. É importante frisar que ambas as carreiras, embora com finalidades diferenciadas, atuam nos mesmos juízos, com patente desigualdade entre o número de membros. O próprio Ministério Público Federal reconhece essa defasagem, haja vista que, em diversos Estados da Federação, esse órgão tem intentado ações civis públicas com o fito de obrigar a União a contratar novos defensores públicos federais.

A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB – também reconhece que a distorção entre as carreiras jurídicas federais e a Defensoria Pública da União prejudica toda a sociedade brasileira. Segundo tal entidade, "quem mais sofre com essa assimetria é o cidadão carente, que precisa de uma política pública, de acesso a direitos e à Defensoria Pública da União..."

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Rodrigo Rollemberg, V. Ex<sup>a</sup> poderia me conceder um aparte?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ouço com muito prazer V. Ex<sup>a</sup>, com muita honra, Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB -SE) – Ouso interromper o brilhante pronunciamento de V. Exa, tão bem construído, para me associar às suas palavras em homenagem à Defensoria Pública no seu dia maior. E V. Exa, da tribuna, mostra a necessidade imperiosa de que o Governo da União faça o maior esforço para colocar à disposição dos hipossuficientes, dos mais pobres, o advogado do povo, já que aqueles que não dispõem de condições financeiras para promover a sua defesa na Justiça Federal precisam de um advogado gratuito. E raramente isso, principalmente nos locais mais distantes, é encontrado com facilidade. Também conscientizar os governos estaduais de que devem aumentar o seu corpo de defensores públicos, vez que também, em muitos Estados, há uma deficiência notória de profissionais nessa área. No dia 26, estaremos todos aqui homenageando a Defensoria Pública, tanto a federal, a Defensoria Pública da União, como as defensorias públicas estaduais, no requerimento que foi assinado por mim e pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exa e o Senador Paulo Paim já se inscreveram como oradores. Então, eu quero ratificar as minhas felicitações por esse pronunciamento bastante oportuno, enfatizando a importância de, cada vez mais, as autoridades se conscientizarem do papel importante e relevante da Defensoria Pública na defesa de uma sociedade ainda desigual e injusta, como, infelizmente, é a sociedade brasileira. Enquanto nós formos desiguais, haverá necessidade de implementarmos políticas públicas em que a cidadania seja atendida em todos os seus mais variados segmentos. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Meus parabéns!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valadares, e a acolho como parte do meu pronunciamento.

Dizia que a Associação dos Magistrados Brasileiros também reconhece que a distorção entre as carreiras jurídicas federais e a Defensoria Pública da União prejudica toda a sociedade brasileira. Segundo a entidade:

Quem mais sofre com essa assimetria é o cidadão carente, que precisa de uma política pública de acesso a direitos e a Defensoria Pública da União, sem autonomia, continuará a sofrer com a falta de estrutura e um número insuficiente de defensores públicos federais, o que ocasiona prejuízos à sociedade.

Ademais, no que tange à Justiça Federal, a Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal divulgou o calendário de instalação de novas varas federais para 2011. As varas, que fazem parte de um total de 230 criadas pela Lei nº 12.011, de 2009, são distribuídas nas cinco regiões da Justiça Federal. Por derradeiro, essas novas varas federais não contarão com a presença da Defensoria Pública da União por razões óbvias: a falta de defensores públicos federais.

O Tribunal de Contas da União, por sua vez, órgão de controle externo estritamente técnico, em decisão oficial exarada em 2 de março deste ano – portanto, uma decisão muito recente –, nos autos do Processo de Monitoramento nº 020416/2010-5, apontou expressamente que ainda existe um déficit estimado de, pelo menos, 807 defensores públicos federais. No relatório da referida decisão, o Tribunal de Contas da União destacou que a implementação das recomendações para a melhoria do atendimento depende especialmente do andamento dos anteprojetos que cuidam da criação de cargos de defensor público federal e da carreira de apoio no âmbito desse órgão.

Em 2009, quando da celebração do II Pacto Republicano, subscrito pelos presidentes dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, assinalou-se que, dentre os objetivos perseguidos para um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, consta o acesso

universal à Justiça, especialmente dos mais necessitados. O acesso universal à Justiça passa necessariamente pelo fortalecimento da Defensoria Pública e dos mecanismos destinados a garantir assistência jurídica integral aos mais necessitados. Todavia, tal pacto ainda não foi implementado no que concerne ao fortalecimento da Defensoria Pública da União, justamente o órgão responsável por defender os direitos das pessoas carentes na esfera federal.

Deve-se, ainda, observar que o esforço do Governo Federal pela erradicação da pobreza, prioridade do Governo da Presidenta Dilma, matéria considerada de fundamental importância, tem estreita ligação, também, com a ampliação e o reforço da Defensoria Pública da União, um dos órgãos responsáveis pela promoção da dignidade a essa camada da população brasileira.

Portanto, os serviços prestados pela Defensoria Pública da União podem atualmente ser considerados serviços essenciais diante de um modelo estatal que privilegia os mais necessitados.

Embora evidenciada a extrema necessidade do aumento do quantitativo dos quadros da Defensoria, infelizmente, aguardam nomeação para o cargo em torno de 180 profissionais qualificados e já devidamente aprovados em concurso público (homologado em 30/06/2010), que esperam a criação de mais vagas para serem nomeados.

Encontra-se ainda, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proposta de anteprojeto de lei destinado à criação de seiscentas vagas para o cargo de Defensor Público Federal de Segunda Categoria, como mais uma medida destinada a buscar o crescimento e o melhor funcionamento da Defensoria Pública da União no território nacional.

Quero chamar a atenção para o fato de que, com os 180 servidores já aprovados em concurso público, se houver a criação de mais seiscentas vagas, como prevê o anteprojeto que se encontra no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nós ainda teremos um número de defensores inferior ao que considera necessário o Tribunal de Contas da União.

Todavia, o projeto não avançou ainda dentro do referido Ministério e encontra-se em uma de suas comissões de avaliação.

E eu quero aqui fazer um apelo à Presidenta Dilma e à Ministra do Planejamento, pessoas extremamente sensíveis que já explicitaram o compromisso com a redução da pobreza e com a redução das desigualdades sociais: que compreendam a importância de abrir essa exceção. Compreendemos a necessidade da redução de despesas do Governo Federal, mas estamos tratando de uma questão fundamental, indispensável para promover a justiça em nosso País.

Portanto, em que pesem as recentes medidas de austeridade adotadas pelo Governo Federal, as circunstâncias acima enumeradas apontam para a necessidade de conferir-se tratamento diferenciado à questão em comento, já que se trata de demanda eminentemente social e urgente, que pode ser tratada como uma das exceções aos contingenciamentos financeiros do Governo Federal.

Por fim, quero registrar que, em comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública, o Distrito Federal e mais treze Estados brasileiros prepararam o Mutirão de Orientação Jurídica. No Distrito Federal, o mutirão começou às 8h e foi até as 18h, na plataforma superior da rodoviária do Plano Piloto, com as orientações e assistências jurídicas feitas pelos defensores públicos, servidores e estagiários do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu quero aqui conclamar todo o Senado Federal. Tenho convicção absoluta de que o Senado todo, unanimemente, é sensível a essa causa em razão de sua importância, de seu alcance, da justeza que representa. E V. Exa, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, como uma referência nesta Casa na luta pelos direitos humanos, na defesa dos direitos humanos, na defesa do direito de acesso pleno à Justiça, já vem contribuindo na Comissão. V. Exa abriu espaço hoje na Comissão de Direitos Humanos para que esta questão fosse colocada.

Nós devemos unificar o Senado Federal para solicitar que o Governo Federal, com a sensibilidade que vem demonstrando no enfrentamento das questões sociais, no enfrentamento da redução da pobreza, na busca da redução da pobreza, na redução das desigualdades sociais, que possa determinar ao Ministério do Planejamento que chame imediatamente os 180 concursados e possa enviar rapidamente ao Congresso Nacional o projeto que cria mais seiscentas vagas de defensores públicos da União. Faço esse apelo pela importância social desse projeto para a Nação brasileira, especialmente para os mais necessitados e para os mais pobres.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isso que eu queria registrar na tarde de hoje, mais uma vez cumprimentando os Defensores Públicos de todo o Brasil, de todos os Estados e do Distrito Federal – alguns deles nos honram com sua presença hoje nesta Casa

neste dia tão significativo e de tanto simbolismo para a Defensoria Pública do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg, por seu pronunciamento.

De fato, hoje pela manhã, nós abrimos espaço na Comissão de Direitos Humanos para que o representante dos concursados da Defensoria Pública da União tivesse oportunidade de fazer esse apelo, que V. Exª aqui reforçou com muita competência, para que cerca de oitocentos Defensores sejam contratados, entre aqueles que já fizeram o concurso e aqueles que deverão ser encaminhados mediante projeto de lei a esta Casa.

Meus cumprimentos às lideranças que estão aqui. Não se esqueçam do compromisso do churrasco! Isso é para descontrair, eu acho que vai dar tudo certo.

Meu amigo que presidia a sessão até minutos atrás, Rodrigo Rollemberg, quero reafirmar a importância do que houve, hoje pela manhã, no Auditório Petrônio Portela: a instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Já assinaram o documento para essa Frente 185 Deputados e 27 Senadores.

Quero cumprimentar a Deputada Federal Jô Moraes, que presidiu a sessão. No final, a Deputada Jô Moraes foi consagrada como coordenadora dessa Frente na Câmara dos Deputados e coube a mim assumir, Senador Rollemberg, a coordenação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres no Senado da República.

Quero cumprimentar todos os que estiveram lá, entre eles, os sindicalistas Omar José Gomes; José Augusto da Silva; Calixto Ramos; Vanderlei Furtado; Nazareno Afonso; Vagner Farjado; Eliane da Costa, única caminhoneira presente, de Osasco; e Débora Silva, motorista de ônibus. Cumprimento, ainda, o Procurador do Trabalho Adélio Justino de Lucas, que fez um belo pronunciamento.

Eu usei a palavra no encerramento, fazendo um apelo aos empresários para que estabeleçam uma política de diálogo permanente com os trabalhadores, para que possamos, fazendo coro com as centrais, confederações e entidades de trabalhadores que lá estavam, aprovar o Estatuto dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, de nossa autoria, que está pronto para a deliberação final após os encontros que fizemos.

As contribuições estão vindo de todo o País, mas é preciso que os empresários também, na mesma li-

nha das propostas que estão chegando, nos ajudem a construir rapidamente um entendimento.

Feito este registro, passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro e convidar V. Exa, os demais Senadores e Senadoras desta Casa e todos os interessados que nos vêm neste momento pela TV Senado e nos escutam pela Rádio Senado para visitarem a Agrobrasília, uma grande exposição de tecnologia voltada para a agricultura que está acontecendo no Distrito Federal, no Padef, que se iniciou na terça-feira e se encerrará no sábado.

Sr. Presidente, a maioria das pessoas conhecem Brasília apenas por seu lado administrativo, por ser a Capital da qual nos orgulhamos tanto, que tem a Esplanada dos Ministérios – talvez uma das paisagens mais exibidas pelas televisões de todo o Brasil. Mas existe uma outra Brasília que o Brasil não conhece, ou que parte do Brasil não conhece: uma Brasília que, hoje, embora tenha uma área rural das menores do País, dispõe de uma das maiores, senão a maior, produtividade na produção de vários produtos agrícolas. Essa feira já é uma das grandes feiras, parece-me que só perde em tamanho para a grande feira de Ribeirão Preto, a Agrishow.

Amanhã a Comissão de Agricultura realizará, a partir das 14 horas, uma audiência pública com a presença do Secretário de Agricultura do Distrito Federal, com a presença do Secretário de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com a presença do Presidente da Emater e de representantes da Embrapa para discutir a difusão de tecnologias para o melhoramento da agricultura brasileira, da agricultura familiar e o fortalecimento das instituições e empresas de assistência técnica e extensão rural. Vale a pena!

No sábado, o Governador Agnelo entregará os primeiros títulos de concessão de direito real de uso com opção de compra para os produtores rurais, a partir de uma lei aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo ex-Presidente Lula.

Tive a honra de ter sido o autor desta lei que garante a titulação direta das áreas rurais do Distrito Federal para os legítimos ocupantes. Uma lei que vem fazer justiça, Presidente Paim, porque temos produtores rurais que vieram para o Distrito Federal há mais de trinta anos, quando o cerrado ainda era muito inóspito para a produção agrícola e para a pecuária. Mas

eles acreditaram, trouxeram suas famílias, passaram muitas dificuldades no início, investiram em tecnologia, e hoje conseguimos ter uma das maiores produções do Brasil.

Essas pessoas viviam uma grande insegurança jurídica. Como grande parte das terras do Distrito Federal são terras públicas, elas tiveram uma concessão no início de Brasília. Mas, a partir de um determinado momento, os bancos — o Banco do Brasil e o BRB — deixaram de financiar a atividade agrícola no Distrito Federal, pelo fato de os produtores rurais não terem o título da terra para dar em garantia.

O Distrito Federal teve uma grande ocupação irregular de áreas rurais que se transformaram em áreas urbanas. O Supremo Tribunal Federal entendeu que o Governo do Distrito Federal poderia fazer a venda direta desses condomínios constituídos irregularmente em áreas rurais.

Portanto, seria uma injustiça muito grande não dar o mesmo direito aos produtores rurais, o direito de comprar diretamente as suas terras, de ter o título das suas terras. Ao longo de todos esses anos, mantiveram a destinação rural das suas terras, respeitaram a lei, mas viviam um processo de grande insegurança jurídica e de dificuldade de acesso ao crédito.

Se nós já conseguimos ter uma das agriculturas mais produtivas e com mais tecnologia do Brasil, certamente com o título de propriedade dessas terras, que começam a ser entregues pelo Governador Agnelo neste sábado na Agrobrasília, nós vamos mudar, isso vai fazer com que sejamos ainda mais produtivos.

Mas vale a pena conhecer a exposição. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup> gosta de ficar em Brasília nos finais de semana. V. Ex<sup>a</sup> encontrará muitos conterrâneos lá, muitos gaúchos que vieram para cá no início de Brasília e que fazem hoje uma feira de altíssima tecnologia, com muita eletrônica embarcada, mostrando assim a fronteira da tecnologia agrícola que acontece aqui no Distrito Federal na região do Padef.

Um grande abraço a V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estarei lá, Senador Rollemberg, porque V. Ex<sup>a</sup> sabe da minha simpatia pela atividade dos nossos trabalhadores, principalmente, nesse caso, dos agricultores, como também de todos da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO № 568, DE 2011

Nos termos do art. 71, da Constituição Federal, combinado com o art, 90, incisos IX, X e XI, e o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizadas pelo Tribunal de Contas da União auditoria especial no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação.

### JUSTIFICATIVA

A partir de matéria produzida pelo Fantástico, da Rede Globo de Televisão o Brasil assistiu estarrecido aos descalabros cometidos contra os estudantes das escolas públicas em diversas cidades do País. A merenda escolar, que em muitas localidades funciona como um mecanismo de retenção dos alunos na escola, sendo tratada como lixo. Sem qualidade, sem supervisão, sem punição. Nas imagens impressionantes o retrato do descaso com o dinheiro público e, sobretudo com as crianças. Que não têm porta-voz, não fazem lobby, nem atuam junto às prefeituras para serem consideradas cidadãs. E fica no ar a pergunta onde está o Estado, que deveria garantir o atendimento das necessidades básicas da sua população? Onde estão os responsáveis pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos governos federal, estaduais e municipais. Onde estão os Conselhos de Alimentação Escolar? Onde estão os nutricionistas responsáveis? Na legislação editada pelo MEC todos são responsáveis, então que o TCU promova uma auditoria no Programa que permita aos Senhores Senadores darem respostas à população sobre os fatos apresentados.

Sala das Comissões, de maio de 2011

Senadora MARISA SERRANO

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

## ASSINAM O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO NA REUNIÃO DE 101051 2011, OS SENHORES SENADORES:

ANGELA PORTELA WELLINGTON DIAS ANA RITA PAULO PAIM WALTER PINHEIRO (VAGO) MAGNO MALTA CRISTOVAM BUARQUE	1-DELCÍDIO DO AMARAL  2-ANIBAL DÍNIZ  3-MARTA SUPLICY  4-GLEISI HOFFMANN  5-CLÉSIO ANDRADE  6-VICENTINHO ALVES		
ANA RITA PAULO PAIM WALTER PINHEIRO (VAGO) MAGNO MALTA	3-MARTA SUPLICY 4-GLEISI HOFFMANN 5-CLÉSIO ANDRADE 6-VICENTINHO ALVES		
PAULO PAIM WALTER PINHEIRO (VAGO) MAGNO MALTA	4-GLEISI HOFFMANN 5-CLÉSIO ANDRADE 6-VICENTINHO ALVES		
PAULO PAIM WALTER PINHEIRO (VAGO) MAGNO MALTA	5-CLÉSIO ANDRADE 6-VICENTINHO ALVES		
(VAGO) MAGNO MALTA	6-VICENTINHO ALVES		
MAGNO MALTA	ļ- <del></del>		
CRISTOVAM BUARQUE	7-PEDRO TAQUES		
	8-ANTONIO CARLOS VALADARES		
LÍDICE DA MATA Quescero	9-(VAGO)		
INÁCIO ARRUDA // LA	10-(VAGO)		
→ J Bloco Parlamentar (	PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
ROBERTO REQUIÃO / / 1 / 1/200	1-(VAGO)		
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP		
(VAGO)	3-LUIZ HENRIQUE		
GARIBALDI ALVES	4-WALDEMIR MOKA		
JOÃO ALBERTO	5-VITAL DO RÊGO		
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO (VILVA)		
RICARDO FERRAÇO	7-CIRO NOGUEIRA \ \		
BENEDITO DE LIRA	8-(VAGO)		
ANA AMÉLIA Terras	9-(VAGO)		
Bloco Parlam	nentar (PSDB, DEM)		
CYRO MIRANDA	1-ALVARO DÍAS COLOT ST		
MARISA SERRANO	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA		
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO		
MARIA DO CARMO ALVES	4-JAYME CAMPOS // //		
JOSÉ AGRIPÍNO	5-DEMÓSTENES TORRES		
(PTB)			
ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTE		
JOÃO VÍCENTE CLAUDINO	2-(VAGO)		
(PSOL)			
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES		

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler. É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 569, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 276, de 2007, nº 565, de 2007, e nº 641, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2011. – Senador **Álvaro Dias**. Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 570, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado voto de Congratulações à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, pelo transcurso dos 35 anos de sua fundação, que ocorrerá em 24-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, deverá ser encaminhada ao seu Presidente Vilmar Perin Zanchin, no seguinte endereço: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre – RS – CEP 90130-000.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

### REQUERIMENTO Nº 571, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 (**caput** e parágrafos 1º, 2º e 3º), seja aprovado "voto de aplauso" à instituição "Desafio Jovem", voltada ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos, no Bairro de Parangaba, em Fortaleza, Ceará, legado de filantropia, humanitarismo, amor ao próximo e solidariedade do seu saudoso fundador, o médico benemérito Silas Munguba.

Solicito, também, que depois de aprovada a presente proposição, seja o voto comunicado à atual presidente da entidade, Sr<sup>a</sup> Cristina Munguba, e ao seu diretor-geral, Sr. Eudson Matias.

### Justificação

Acabo de apresentar requerimento de "voto de aplauso" com a finalidade de homenagear a organização não governamental "Desafio Jovem", um posto

avançado da luta contra as drogas e os seus efeitos trágicos e desagregadores na vida da juventude de Fortaleza, no meu Estado do Ceará.

Em 1975, quando, mesmo nos maiores centros metropolitanos do País, havia pouquíssimos serviços especializados para o tratamento de dependentes químicos, o saudoso médico Silas Munguba, falecido há cerca de dois anos, fundou a instituição na chácara situada na Avenida Dedé Brasil, 565, onde o "Desafio Jovem" funciona até hoje, atendendo agora, principalmente, pessoas com a vida devastada pelo **crack**.

Ela é presidida pela filha do seu fundador, Cristina Munguba, que recorda: "No início, cerca de 35 anos atrás, o público-alvo da nossa ação assistencial era constituído pelos usuários de maconha e dependentes do álcool". A casa foi montada graças a doações de alimentos, móveis e roupas.

Ainda nos dias de hoje, a maior parte dos recursos que sustentam o "Desafio Jovem" provém de doações da sociedade: de cidadãos, empresários, famílias, pessoas comuns que conhecem e reverenciam a saga humanitária de um médico e de seus seguidores, cuja vida foi e é inteiramente devotada a salvar outras vidas. Uma parte menor consiste em dotações do Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

Com isso, o "Desafio Jovem" desenvolve dois tipos de trabalho: o ambulatorial e o internamento. No primeiro caso, são de 800 a mil homens e mulheres atendidos todo mês, com a meta de chegar a 2 mil atendimentos. Afinal, mesmo depois de receber tratamento mais intensivo, os pacientes precisam de acompanhamento contínuo.

No segundo caso, a instituição teria teoricamente capacidade para atender 40 indivíduos do sexo masculino, mas, na prática, em razão da escassez de recursos e de pessoal, só é possível manter 11 internos, para um período de tratamento que oscila entre sete e nove meses.

Para a prestação desses serviços, há 20 profissionais de várias áreas (assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais), e a Secretaria Estadual de Educação disponibiliza três professores que ministram cursos supletivos para os pacientes que querem retomar seus estudos como aspecto importante de sua reintegração à sociedade.

Infelizmente, porém, a escassez de recursos governamentais e oriundos de doações não permite a contratação de médicos psiquiatras.

O custo de um interno sai em média por R\$1,2 mil a R\$2 mil mês.

A atual carência também se reflete na degradação física das instalações, que clamam por reformas urgentes, conforme assinala o diretor-geral, Eudson Matias.

Para inúmeros jovens como o artista e ex-viciado em **crack** Jonny Chaves o "Desafio Jovem" significou

o resgate do seu futuro e da sua própria vida, ele que, durante as sessões de terapia ocupacional ali ministradas, descobriu seu talento para retratar paisagens magníficas, usando pedaços de madeira, parcas ferramentas e muita imaginação.

A iniciativa do meu requerimento, a par de prestar uma justíssima homenagem, tem também por objetivo chamar a atenção de Fortaleza, do Estado do Ceará e de todo o País para a difícil situação oconômico-financeira do "Desafio Jovem", apostando no despertar da solidariedade de todos nós em prol dessa obra benemérita, que merece todo o apoio para seguir distribuindo amor ao próximo, esperança renovada e fé na vida, entre os

dependentes químicos e suas famílias, sem recursos para sua reabilitação em clínicas particulares.

Por todas essas razões, não hesito em solicitar aos meus nobres pares seu voto favorável ao presente requerimento.

Sala das Sessões, Senador **Eunício Oliveira**, (PMDB/CE).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 572, DE 2011

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal solicito que sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Secretaria de Avião Civil da Presidência da República, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil - as seguintes informações:

A maioria dos aeroportos e aeródromos dos municipios do estado do Amazonas vem acumulando problema de infraestrutura e segurança. Muitos deles sequer sabemos quem os administra.

Diante do exposto, solicito as seguintes informações:

- Relacionar os aeroportos ou aeródromos, existentes no estado do Amazonas, especificando:
- a) Por município;
- b) Os responsáveis pela administração.
- A situação atual de funcionamento desses aeródromos ou aeroportos:
- a) Relacionar os que estão em pleno funcionamento;
- b) Relacionar os que estão fechados. Nesse caso, informar os motivos;
- c) E as providências para a sua imediata regularização.

### JUSTIFICAÇÃO

O caos na aviação nas cidades do estado do Amazonas é resultado da falta de infraestrutura dos aeródromos e aeroportos existentes nesses municípios. A Portaria 115/2009, que decidiu enquadrar todos os aeroportos nos padrões internacionais de segurança, expôs isso de forma clara.

Recentemente uma resolução da ANAC estabeleceu que os aeródromos com movimento anual de até 100 mil pessoas têm até 31 de dezembro de 2011 para se enquadrar nos critérios regulatórios quanto à implantação, operação e manutenção do Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio na região. Além disso, a Medida Provisória 527 de 2011, vem estabelecer competência para esta Secretária transferir, se for o caso, as administrações desses aeródromos e aeroportos para os estados e municípios.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2011 Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## REQUERIMENTO № 573, DE 2011

(REQUERIMENTO № 7, DE 2011 - CRE)

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme o art. 3º do Ato nº 2, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente a situação extraordinária, seja consignado VOTO DE SOLIDARIEDADE ao Governo Brasileiro, em razão da declaração de 1º de abril de 2011, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, a qual solicita às autoridades brasileiras que "se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas".

### **JUSTIFICAÇÃO**

Já se completaram doze anos de estudos e negociações, ouvidos vários segmentos da sociedade brasileira, para que se chegasse à decisão de que fossem iniciadas as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, iniciativa que certamente trará grandes benefícios à região. Nesse sentido, além da consulta aos distintos grupos interessados no projeto, foram realizados estudos de impacto socioambiental, dentro da tradição brasileira na construção de grandes obras de engenharia, e em conformidade com a legislação brasileira.

Em documento de 1º de abril, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos solicitou que "se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas". Entre essas condições, registra o documento, estão uma nova consulta às comunidades indígenas locais, para que "tenham acesso a um estudo do impacto socioambiental da obra", bem como a adoção de "medidas vigorosas para impedir a disseminação de doenças" entre os índios.

No dia 4 de abril, organizações não-governamentais que se opõem à hidrelétrica, realizaram ampla divulgação do documento assinado por Santiago Canton, secretário-executivo da comissão de direitos humanos.

Em nota divulgada no mesmo dia, o Itamaraty assinalou que as solicitações da OEA são "precipitadas e injustificáveis", afirmando que os aspectos socioambientais estão sendo observados com "rigor absoluto", que a obra cumpre as leis brasileiras e que foi submetida a avaliação técnica.

Certamente, o Governo Brasileiro mostra-se atento a todas essas questões sociais e de meio ambiente, às disposições legais e às particularidades e necessidades das populações que habitam a região onde será construída Belo Monte. Entendemos que a Organização dos Estados Americanos precipitou-se em sua manifestação, chegando mesmo a envolverse em assuntos internos do Brasil, o que vai de encontro a princípios basilares do Direito Internacional.

Diante desses acontecimentos vimos manifestar nosso voto de solidariedade ao Governo Brasileiro em sua condução do processo de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2011.

Senador FERNANDO COLLOR

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

## REQUERIMENTO N° 7, DE 2011 - CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 07/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR (TALL)			
TITULARES	SUPLENTES		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO			
ANIBAL DINIZ (PT) Anim finit	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)		
EDUARDO SUPLICY (PT) EM SUNICY	2 - JORGE VIANA (PT)		
GLEISI HOFFMANN (PT) Cheisilium	3 - WALTER PINHEIRO (PT)		
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)		
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)		
CRISTOVAM BUARQUE (FDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)		
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		
BLOCO PARLAMENTAR	(PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
JARBAS VASCONCELOS (PMOB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)		
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)		
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)		
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)		
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)		
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)		
BLOCO PARLAME	NTAR (PSDB, DEM)		
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)		
PAULO BAUER (PSDB)	2-CYRO MIRANDA (PSDB) Affront Jer		
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)		
P	TB		
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI		
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)		
PSOL			
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO		

## REQUERIMENTO № 574, DE 2011

(REQUERIMENTO № 8, DE 2011 - CRE)

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme o art. 3º do Ato nº 2, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente a situação extraordinária, seja consignado VOTO DE CENSURA à declaração assinada pelo Secretário-Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, Santiago Canton, no dia 1º de abril de 2011, em que é solicitado às autoridades brasileiras que "se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas".

## **JUSTIFICAÇÃO**

Já se completaram doze anos de estudos e negociações, ouvidos vários segmentos da sociedade brasileira, para que se chegasse à decisão de que fossem iniciadas as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, iniciativa que certamente trará grandes beneficios à região. Nesse sentido, além da consulta aos distintos grupos interessados no projeto, foram realizados estudos de impacto socioambiental, dentro da tradição brasileira na construção de grandes obras de engenharia, e em conformidade com a legislação brasileira.

Em documento de 1º de abril, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos solicitou que "se impeça qualquer obra de execução até que sejam observadas condições mínimas". Entre essas condições, registra o documento, estão uma nova consulta às comunidades indígenas locais, para que "tenham acesso a um estudo do impacto socioambiental da obra", bem como a adoção de "medidas vigorosas para impedir a disseminação de doenças" entre os índios.

No dia 4 de abril, organizações não-governamentais que se opõem à hidrelétrica, realizaram ampla divulgação do documento assinado por Santiago Canton, secretário-executivo da comissão de direitos humanos.

Em nota divulgada no mesmo dia, o Itamaraty assinalou que as solicitações da OEA são "precipitadas e injustificáveis", afirmando que os aspectos socioambientais estão sendo observados com "rigor absoluto", que a obra cumpre as leis brasileiras e que foi submetida a avaliação técnica.

Certamente, o Governo Brasileiro mostra-se atento a todas essas questões sociais e de meio ambiente, às disposições legais e às particularidades e necessidades das populações que habitam a região onde será construída Belo Monte. Entendemos que a Organização dos Estados Americanos precipitou-se em sua manifestação, chegando mesmo a envolver-se em assuntos internos do Brasil, o que vai de encontro a princípios basilares do Direito Internacional.

Diante desses acontecimentos vimos manifestar nosso voto de censura à declaração assinada pelo Secretário-Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, Santiago Canton, em que se critica o Governo Brasileiro pela condução do processo de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2011.

Senador FERNANDO COLLOR

tzul

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

## REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011 - CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 07/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR			
TITULARES BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SUPLENTES O (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)		
ANIBAL DINIZ (PT) Amball Digit	: - DELCIDIO DO AMARAL (PT)		
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)		
GLEISI HOFFMANN (PT) CHUSULUS			
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)		
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)		
GRISTOVAM BUARQUE (PDP)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)		
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)		
BLOCO PARLAMENTAR	(PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)		
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)		
VALDER RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (BD) - Romencos -		
VIT'AL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)		
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)		
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)		
BLOCO PARLAME	NTAR (PSDB, DEM)		
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)		
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)		
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)		
PTB			
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI		
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B) / The		
PSOL /			
RANDOLFE RODRIGUES -(CONTRO	VAGO /		

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS)

- Sobre a mesa requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 575, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Tramontina S/A Indústria Metalúrgica pelo transcurso dos 100 anos de sua fundação ocorrido em 1º-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários, deverá ser encaminhada ao Senhor Clóvis Tramontina, no seguinte endereço: Rua Maurício Cardoso, 193 – Centro – Carlos Barbosa-RS – CEP 95185-000.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

### REQUERIMENTO Nº 576, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulação ao **Jornal do Comércio** pelo transcurso dos 78 anos de sua fundação.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários, deverá ser encaminhada ao Senhor Mércio Tumeleiro, no seguinte endereço: Av. João Pessoa, 1282 – Porto Alegre – RS – CEP 90040-001.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

### REQUERIMENTO Nº 577, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações à Tramontina Farroupilha S/A Indústria Metalúrgica pelo transcurso dos 40 anos de sua fundação, que ocorrerá em 25-5-2011.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva aos seus funcionários, deverá ser encaminhada ao Senhor Mário Biancchi, no seguinte endereço: Rodovia RS 122 Km 61– Farroupilha – RS – CEP 95180-000.

Sala das Sessões, de maio de 2011. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Líder do PP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № 44, DE 2011

Altera a redação do § 4º do art. 18 e o inciso VI do art. 29 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1° O art. 18, § 4°, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municipios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, se farão por lei estadual, até doze meses antes da realização das eleições municipais, nos termos de Lei Complementar Estadual, que deverá determinar os seguintes requisitos mínimos essenciais, além daqueles que cada Unidade da Federação definir:

- I área minima do Município emancipando, desde que o Município de origem mantenha pelo menos esta área, de duzentos quilómetros quadrados, se estiver situado nas regiões Norte e Centro-Oeste, e nunca inferior a cem quilômetros quadrados se estiver situado nas demais regiões do país
- II aprovação por consulta prévia apenas à população da área emancipada, mediante plebiscito;
- III elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade do Municipio emancipando a serem apresentados atendendo a:
  - a) população total estimada do Município emancipando nunca inferior a cinco mil habitantes se estiver situado nas regiões Norte e Centro-Oeste e nunca inferior a seis mil habitantes se estiver situado nas demais regiões do pais;
  - b) a população total estimada a que se refere a alínea a terá por base a última contagem de população e moradias realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE) na área delimitada para o novo Município;
  - c) a área e a distância mencionadas serão confirmadas pelo IBGE;
  - d) a Assembléia Legislativa terá competência para verificar o preenchimento dos requisitos exigidos, a veracidade de seu conteúdo e sua aprovação."

Art. 2º O inciso VI do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da alínea g, com a seguinte redação:

rt.									29.
VI		*******							**********
	g)	em	Municípios	com	atė	oito	anos	de	emancipação,
	inde	epend	entemente do	númer	o de i	habitan	tes, o s	ubsia	lio máximo dos
	wer	eadon	es correspond	erá du	rante	esse n	eriodo.	a do	is nor cento do

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os direitos dos municípios criados após 1996.

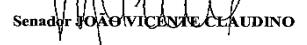
subsidio dos deputados estaduais.

## JUSTIFICAÇÃO

Projeto original de autoria do ex-Senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS), PEC 13/2003, a presente Proposta de Emenda à Constituição pretende devolver aos Estados a competência para a tomada de decisão quanto à criação de municípios e quanto os procedimentos envolvidos.

Reafirma a importância de estabelecer, no texto constitucional, critérios e parâmetros gerais para esses procedimentos, para evitar uma nova proliferação desordenada de municípios, como ocorria antes da Emenda Constitucional nº 15, de 1996. Acrescenta que compete à esfera federal a definição de normas de caráter geral, e aos Estados, no que lhes couber, a definição de normas complementares a suas constituições.

Sala das Sessões,



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2011

Altera a redação do § 4º do art. 18 e o inciso VI do art. 29 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

or	ganização de Municípios.
Assinatura	Nome
1.	MozAniLDO
Four	FERNANSO COLLOR PTB-AL
Muny	EUNIEC DIVERA
us welfel!	Ungero Contra
mulluser 1	sevimi Bue jes
b lestamono	Jan Pinnert
D wans	VANIESS KY GREATTIOTIN
Toris	falo R Josep
Dedelimos	PEDRU SMON
Spran L	ANA AMERIA (PP/RS)
Klarko Khumi	Pero Parin
Hunlerto Cota	HUMBOND COSTA
And Thisiz	Auditioniz - AT AZ
- Williadius	EOURED SUP/ICY
Assinatura	Nome
/ Misekino	6/EIRE HOMMEN
Cot 10/2	ESUARD BRACES.
Liste Children	Loice sa Mann
Child Miles	Apac Dras
and the single	Fro Rem
Ekapetin	6. CAGETEIRA
The state of the s	Gim Orgetto
64/1/4	Royeno tren
exergely -	AUSTAUJO MONDEINO
A Minus	Meia GURGACZ
	WELLINGEN DIM
Change Marine	Them & des der
EANTH	LINDSERON
	GAIRIBALDI ALVES
	~

## LEGISLAÇÃO CITADA

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

### Título III - Da Organização do Estado

### Capítulo I - Da Organização Político-Administrativa

- Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
- § 1º Brasília é a Capital Federal.
- § 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

### Capítulo IV - Dos Municípios

- VI o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:
- a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;
- b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;
- c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsidio máximo dos Vercadores corresponderá a quarenta por cento do subsidio dos Deputados Estaduais;
- d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;
- e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais:
- f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2011

Altera a redação do § 2º e acresce os §§ 3º a 7º ao art. 61 da Constituição Federal, para conferir nova disciplina à apresentação e à tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 61 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61	 •	 ,

- § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, meio por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por três Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- § 3º Será assegurada a defesa de projeto de lei de iniciativa popular por representante indicado pelos subscritores perante as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pelas quais tramitar.
- § 4º Se o projeto de lei de iniciativa popular não for apreciado em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando, com exceção daquelas que tenham prazo constitucional determinado.
- § 5º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no § 4º.
- § 6º Os prazos dos §§ 4º e 5º não correm nos periodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 7º Os projetos de lei de iniciativa popular, quando rejeitados pelo Congresso Nacional, serão submetidos a referendo se, no prazo de um ano, cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, o requerer."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A crise de representação política tem sido apontada de forma recorrente em quase todas as análises que se fazem sobre a situação brasileira atual como uma das mais importantes a serem enfrentadas pelos Poderes constituídos com vistas a um desenvolvimento nacional sustentável e inclusivo.

O afastamento dos eleitos, sejam membros do Poder Legislativo, sejam os Chefes do Poder Executivo, em todos os níveis da Federação, de seus eleitores, a incapacidade de compreender as demandas populares e de incluí-las com prioridade na agenda política nacional, e a desconsideração, na atuação cotidiana no Parlamento ou nos Governos, das promessas e plataformas eleitorais que acabam não se convertendo em políticas públicas, são vetores significativos dessa crise.

Contraparte necessária dessa realidade é a impossibilidade de vocalização das demandas represadas e de efetivação dos direitos fundamentais de amplos segmentos da população nacional, especialmente daqueles que se situam na base da pirâmide da distribuição de renda, além daqueles que integram os segmentos minoritários da sociedade, não em termos numéricos, mas em função da inacessibilidade aos espaços de poder, como negros, indios, mulheres, homossexuais, sem-terra, moradores de favelas, e tantos outros, objeto do preconceito e da discriminação de muitos e da apatia dos gestores públicos e privados.

Ciente das limitações históricas da democracia representativa, o legislador constituinte fez constar do texto da Constituição Federal (CF), ao lado dos tradicionais elementos da democracia representativa, mecanismos de participação direta da população nos destinos do país. Era a materialização de ousada fórmula de democracia semidireta.

Esses mecanismos – o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de projeto de lei – estão previstos nos incisos do art. 14, e, esse último, a iniciativa popular, também está disciplinada no § 2º do art. 61, todos da Constituição Federal.

Representaram, quando da promulgação do novo texto constitucional, e ainda representam profunda esperança de oxigenação do modo de se fazer política no Brasil. São desdobramentos lógicos do princípio fundamental insculpido no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

A efetivação desse modelo híbrido de exercício da soberania popular foi, contudo, atingida por alguns percalços ao longo do tempo.

O primeiro problema foi a demora na regulamentação do *caput* do art. 14 da Constituição Federal, que somente ocorreu dez anos após a promulgação da Constituição de 1988, com a publicação da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

A Lei que aparentemente eliminaria os gargalos à efetiva implementação do direito constitucionalmente assegurado de participação direta do cidadão na vida do país, demonstrou-se insuficiente para tanto.

Na verdade, no caso da iniciativa popular de projeto de lei, tanto as exigências quanto ao número de subscritores, quanto às limitações operacionais, acabaram por minar um dos principais avanços da Carta de 1988.

Um por cento do eleitorado nacional atual, algo em tomo de um milhão e trezentos mil eleitores, distribuídos por pelo menos cinco Estados, com não menos do que três décimos por cento de eleitores de cada um deles é, sem dúvida, requisito quantitativo de difícil cumprimento.

Importante descritor dessas limitações é o número reduzido de projetos de lei de iniciativa popular apresentados ao longo dos últimos vinte e três anos, dos quais apenas quatro lograram ser transformados em Lei.

Esse é o substrato fático, essa é a realidade, que está a nos desafiar, legisladores constituintes derivados que somos, para que reservemos à iniciativa popular dos projetos de lei o tratamento cogitado pelo constituinte originário.

Nesse sentido, estamos propondo a redução dos requisitos quantitativos referentes ao apoiamento de um por cento do eleitorado nacional (algo em torno de um milhão e trezentas mil subscrições) para meio por cento (cerca de seiscentos e cinquenta mil subscrições), distribuído em pelo menos três Estados e não mais em cinco, como previsto no texto atual, com não menos do que dois décimos por cento do eleitorado de cada Estado, e não mais três décimos por cento.

A essência da proposta é, pois, a redução da ordem de cinquenta por cento do número de eleitores que deve subscrever o projeto de iniciativa popular.

Segundo dados disponíveis no sítio do Tribunal Superior Eleitoral na rede mundial de computadores referentes a março de 2011, o número de seiscentos e cinqüenta mil eleitores exigido pela presente PEC para tornar possível a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular é superior ao eleitorado do Estado do Acre, do Amapá e, também, do de Roraima. Significa três vezes o número de eleitores brasileiros residentes no exterior.

Representa, ainda, cerca de 65% (sessenta e cinco por cento) do eleitorado do Estado de Tocantins e do Estado de Rondônia; de 50% (cinquenta por cento) do eleitorado do Estado de Sergipe; de 10% (dez por cento) do eleitorado do Estado de Pernambuco; de 6,5% (seis e meio por cento) do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro; e de 2,5 % (dois e meio por cento) do eleitorado do Estado de São Paulo.

Continua sendo, sem sombra de dúvida, um número significativo, de dificil obtenção, que legitima politicamente a tramitar no Congresso Nacional qualquer projeto que tenha alcançado esses patamares.

A alteração proposta longe está de banalizar o instituto da iniciativa popular de projeto de lei, ao contrário, confere-lhe concretude sem eliminar critérios e exigências significativas, já que os critérios atuais,

conforme os dados fáticos mencionados anteriormente nesta justificação, servem mais para obstar o exercício desse direito fundamental do que para discipliná-lo.

É ressabido, na doutrina e jurisprudência constitucional, que dispositivos constitucionais que veiculem direitos fundamentais não podem ser transmudados em mera declaração de vontade irrealizável.

Para Paulo Bonavides, a iniciativa popular de projeto de lei contribui para a conformação do que denomina "direito constitucional de resistência".

Não é possível que o Congresso Nacional assista inerte à verdadeira eliminação, na prática, de direito dessa magnitude, que se constitui em sustentáculo do princípio democrático.

Além da alteração proposta ao § 2°, a presente PEC intenciona acrescer os §§ 3° a 7° ao art. 61 da Constituição Federal, com o intuito de: i) assegurar a defesa do projeto perante as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por representante dos subscritores; ii) conferir maior celeridade à tramitação do projeto de lei de iniciativa popular nas Casas do Congresso Nacional; e iii) prever a realização de referendo no caso de rejeição do projeto de lei de iniciativa popular pelo Congresso Nacional.

A redação do § 3º inspira-se no contido no item 1 do § 3º do art. 24 da Constituição do Estado de São Paulo e no parágrafo único do art. 5º - C da Constituição do Estado do Amapá, e tem o objetivo de assegurar a defesa do projeto de lei, em todas as comissões pelas quais ele tramitará no Congresso Nacional, por representante dos subscritores populares.

O objetivo de conferir maior celeridade à tramitação é equacionado com a adoção, nos §§ 4° a 6° que se pretende acrescer ao art. 61 da CF, do rito aplicável às medidas provisórias pelo § 6° do art. 62 da Constituição Federal, que prevê o sobrestamento das deliberações legislativas da Casa em que o projeto de lei de iniciativa popular estiver tramitando, caso ele não seja apreciado em até quarenta e cinco dias; e, também, do rito aplicável aos projetos de lei para os quais o Presidente da República tenha solicitado a urgência, consoante os §§ 1° a 4° do art. 64 da Constituição Federal.

Algumas Constituições Estaduais no Brasil prevêem mecanismos similares com o objetivo de conferir maior celeridade à tramitação de projeto de lei de iniciativa popular (v.g. o art. 6°, § 1°, da Constituição do Estado do Ceará e o parágrafo único do art. 5°-C da Constituição do Estado do Amapá).

É importante registrar, também, em reforço à razoabilidade da proposta de se conferir tramitação urgente aos projetos de lei de iniciativa popular, que tanto o Regimento Interno da Câmara dos Deputados como o Regimento Interno do Senado Federal (arts. 336 a 353) prevêem a tramitação urgente de outras matérias, mediante aprovação de requerimento, com a supressão de prazos, interstícios e outras formalidades regimentais, o que pode resultar, até, em apreciação e deliberação sobre projetos de lei em questão de pouquíssimos dias.

Objetiva-se, então, a equiparação, no texto constitucional, da tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular, imantados pelo apoio popular de cerca de seiscentos e cinqüenta mil eleitores, à tramitação daqueles projetos considerados urgentes pelo Presidente da República e à das medidas provisórias.

Quanto ao § 7º que se pretende acrescentar ao art. 61 da Constituição Federal, há que se registrar que ele adota como paradigma o § 3º do art. 68 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que prevê a realização de referendo quando há a rejeição de projeto de iniciativa popular pela Assembléia Legislativa.

Dessa forma, obedecidos os requisitos postos, a população terá a oportunidade de se manifestar, em referendo, quanto à deliberação do Congresso Nacional sobre o projeto de lei de iniciativa popular, concordando ou não com sua rejeição.

Há que se exigir número maior de eleitores – cinco por cento do eleitorado nacional é a proposta – em respeito à atuação do Congresso Nacional, para requerer a realização de referendo que irá decidir sobre a manutenção ou não da rejeição do projeto de lei de iniciativa popular.

Trata-se de engenhoso mecanismo que reconhece e homenageia a importância da participação direta da população na elaboração das leis.

São essas as alterações que levo ao escrutínio dos Srs. Senadores e das Sr<sup>a</sup>s Senadoras, com o objetivo de tornar concreto e efetivo o direito fundamental de iniciativa popular de projetos de lei, para as quais espero merecer a atenção, as críticas e, ao final, a aprovação de Vossas Excelências.

Sala das Sessões,

Senador RANDONFE RODRIGUES

insalt

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2011

Altera a redação do § 2º e acresce os §§ 3º a 7º ao art. 61 da Constituição Federal, para conferir nova disciplina à apresentação e à tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular.

ASSINATURA	SENADOR(A)
107	GIM ARGECCU
1 Del	DONLUEL
9MI WICO	TENDARDO SUPLIN
2 3	WELLINGTON DIAS
Conce of	ANA AMELIA
DIX bAm I breek	DELCIDIO DO AMPRAL
1 Jenano	HARISA SCRAND
Marino suit	meant
WAS NO SEE SE	They are
PEDRO GIEVEL	Client
evero promon	Jan
Saule the Fourt	7/01112
Copies of DI	
Tutusay!	WILSON SANTINGO
fusouse	MACGIDA MATA
1.82	PUCO PAVIA
00000	
no	TINHERO
177	Augs Ven
7	
Inion	VANESSA BRAZZIOTIN
- Autitud	Besvam Br Jes
	WALDENIR MOKE
I hunted In	RICARDO GERRACO
	JOSÉ AGRIPINO MATA
	MILITALLE HOLL
- James	GUEISI HOFFMANN

## Título IV Da Organização dos Poderes

Capitulo I Do Poder Legislativo

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção III

Das Lais

- Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
- § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:
  - I fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
  - II disponham sobre:
- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art.
   84. VI:
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.
- § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes nos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justica e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

## MENSAGEM № 75, DE 2011 (nº 130, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, înciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

Os méritos do Senhor José Jorge Alcazar Almeida que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2011.

Demosef.

EM No 00190 MRE

00001.004071/2011-32

Brasília, 2 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

### EM Nº 0019/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasilia, 02 de MAIO de 2011

Excelentissima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respertosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

**CURRICULUM VITAE** 

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA

Embaixada em Abu Dhabi, Segundo-Secretário

CPF.: 374.219.647-20 ID.: 7261 MRE

1984-87

1952	Filho de Jorge de Sá Almeida e Carmen María Alcazar de Almeida nasce em 29 de novembro, cidade de Buenos Aires, Argentina (brasileiro conforme Art. 129, inciso II, Capitulo I da Constituição de 1946)
Dados Ace	idemicos: A 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
1969	Economia e Política Social e Literatura Inglesa, Nível A e Nível O, Malvern College, Reino Unido
1971	Relações Econômicas Internacionais, Universidade Georgetown, Washington-DC/EUA
1982	Mestrado em "International Economic Relations" pela London School of Economics, Londres, Relno Unido
Cargos:	
1977	CPCD - IRBi
1978	Terceiro-Secretário
1980	Segundo-Secretário
1989	Primeiro-Secretário
2000	Conselheiro, do Quadro Especial
2010	Ministro de Segunda Classe, do Quadro Especial
Funções:	
1978-79	Divisão da Europa II, Assistente
1979	Embaixada em Dacca, Terceiro-Secretário, em missão transitória
1979-81	Secretaria de Assuntos Legislativos, Assistente
1981-84	Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Adjunto

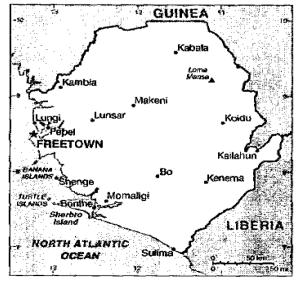
1987-90	Embaixada em Atenas, Segundo e Primeiro-Secretário
1990-92	Presidência da República, Centro Brasileiro da Chança e Juventude, Ministério da Ação Social, Assessor
1992-93	Divisão de Fronteiras, Chefe, substituto
1993-95	Embalvada em Riade, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios
1995-00	Embaixada Viena, Primeiro-Secretário
1997	G-77 e China em assuntos da UNIDO, Viena, Presidente do GT
1999	GT para a América Latine e Caribe (GRULAC), Viena, Presidente
2000-02	Embaixada em Beirute, Primeiro-Secretário, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2002	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2003-04	Embaixada em Nairobi, Conselheiro e Encarregado de Negócios (14 meses)
2004	Secretaria de Estado das Relações Exteriores
2005	Embaixada em Bissau, Conselheiro em missão transitória
2005	Embaixada em laundê, Conselheiro e Encarregado de Negócios, em missão transitória
2007	Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro, Setor Consular, Subchefe
2010-11	Embaixada em Malabo, Encarregado de Negócios, em missão transitória
Condecora	
1992	Ordem do Fênix, Grécia, Cavaleiro
2000	Cavaleiro da Graça da Soberana Ordem de São João de Jerusalém, Cavaleiro da Ordem de Malta, Malta
	•

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR Diretor do Departamento do Serviço Exterior

### MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III DEPARTAMENTO DA ÁFRICA DIVISÃO DA ÁFRICA – I

### Informação ao Senado Federal

### SERRA LEOA





2 de maio de 2011

Ostensivo

## ÍNDICE DADOS BÁSICOS PERFIS BIOGRÁFICOS ERNEST BAI KOROMA JOSEPH BANDABLA DAUDA RELAÇÕES COM O BRASIL CONSELHO DE SEGURANCA DA ONU..... COMÉRCIO E INVESTIMENTO BILATERAIS COOPERAÇÃO TÉCNICA Comissões Mistas ASSUNTOS CONSULARES..... EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS ATOS BILATERAIS..... ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS..... AGRICULTURA, PESCA E PECUÁRIA ..... INDÚSTRIA O SISTEMA DE ENERGIA O SISTEMA FINANCEIRO O SISTEMA DE TRANSPORTES E DE COMUNICAÇÕES ..... A POLÍTICA ECONÔMICA ..... O TURISMO COMÉRCIO EXTERIOR OS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS ..... A DÍVIDA EXTERNA POLÍTICA INTERNA..... CORTE ESPECIAL DE SERRA LEOA PARTIDOS POLÍTICOS..... POLÍTICA EXTERNA..... DOAÇÕES INTERNACIONAIS..... BLOCOS MULTILATERAIS ..... AS RELAÇÕES COM A ÁSIA ..... AS RELAÇÕES COM OS EUA..... AS RELAÇÕES COM O REINO UNIDO AS RELAÇÕES COM OS PAÍSES VIZINHOS: GUINÉ ..... AS RELAÇÕES COM OS PAÍSES VIZINHOS: LIBÉRIA..... UNIPSIL ..... REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS..... CRONOLOGIA HISTÓRICA..... CRONOLOGIA DO RELACIONAMENTO BILATERAL..... INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS .....

DADOS	BASICOS
NOME OFICIAL:	República de Serra Leoa.
CAPITAL:	Freetown.
MAIORES CIDADES:	Freetown, Bo, Kenema.
ÁREA:	71.740 km² (metade do tamanho do Estado do Ceará).
POPULAÇÃO (EST. 2010):	5,8 milhões.
IDIOMAS:	Inglês (oficial); krio (crioulo), mende, limba, temne.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo 45,9%, crenças tradicionais 40,1%, cristianismo 11,7%.
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Ernest Bai Koroma (desde setembro de 2007).
MNE:	Zainab Hawa Bangura (desde outubro de 2007).
EMBAIXADOR SERRA-LEONÊS EM BRASÍLIA:	Não há (cumulativa com os EUA).
EMBAIXADOR BRASILEIRO NO	O governo local concedeu agrément ao
PAÍS:	Ministro José Jorge Alcazar Almeida.
PIB REAL (2010):	US\$ 1,9 bilhão.
PIB PPP (2010, FMI):	US\$ 4,8 bilhões.
PIB PER CAPITA (2010):	US\$ 328
PIB PER CAPITA PPP (2010, FMI):	US\$ 780
UNIDADE MONETÁRIA:	Leone (SLL).
VISITAS BILATERAIS (DESDE 2003):	VISITAS AO BRASIL: Presidente Ernest Koroma: agosto/2009. Ministra Zainab Bangura: maio/2008 e agosto/2009.

BALANCA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL F.O.B.) fonte: MDIC

Brasił – Serra Leoa	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	3.194	4.363	7.201	7.860	9.897	17.201	19.820	15.329	14.281
Exportações	3.194	4.362	7.186	7.860	9.850	16.947	19.504	15.117	14.215
Importações	0	1	15	0	47	254	316	212	66
Saldo brasileiro	3.194	4.361	7.171	7.860	9.803	16.693	19.188	14.905	14.149



# Ernest Bai Koroma Presidente

O atual presidente de Serra Leoa nasceu em Makeni, cidade ao norte do país, em 2 de outubro de 1953. Nascido de pais cristãos em uma região predominantemente muçulmana, é casado e tem dois filhos. Em 1976, se formou no *Fourah Bay College* em Freetown, capital do país, e começou a lecionar e trabalhar com seguros.

Filiado ao partido All People's Congress (APC), Koroma foi eleito líder da legenda em março de 2002. No mesmo ano, concorreu à Presidência da República pelo APC, perdendo para Ahmad Tejan Kabbah. Não obstante, nas eleições parlamentares, Koroma conseguiu um assento pelo distrito de Bombali, sua região natal.

Nas eleições de 2007, Koroma conseguiu 44,3% dos votos, contra 38,3% do candidato do governo, Solomon Berewa. No segundo turno, Koroma foi eleito com 54,6% dos votos.

Após sua eleição, Koroma buscou aproximação com países que não haviam figurado entre as prioridades de seus antecessores, entre os quais o Brasil. Em 20 de abril de 2008, encontrou-se com o Presidente Lula à margem da XII UNCTAD. Na ocasião, o mandatário serra-leonês manifestou sua determinação em promover as reformas necessárias para o desenvolvimento do país, contando, para tanto, com relações sólidas com o Brasil, inclusive mediante a abertura de Embaixada em Brasília.

Em agosto de 2009, tornou-se o primeiro Chefe de Estado serra-leonês a visitar o Brasil, estando no Rio de Janeiro e em Brasília, onde foi recebido pelo Presidente Lula.

#### Joseph Bandabla Dauda

#### Ministro dos Negócios Estrangeiros

Cursou graduação em História no Fourah Bay College em Freetown, capital do país, de 1964 a 1967. De 1968 a 1969, frequentou o King's CollegeLondon, da Universidade de Londres, onde também estudou História. Trabalhou como advogado, no setor privado, de 1972 a 1986. Neste ano, nas eleições parlamentares, Koroma conseguiu um assento pelo distrito de Kenema, sua região natal. Ocupou o cargo de Ministro do Comércio de novembro de 1988 a setembro de 1991. De novembro de 1991 a abril de 1992, serviu como Segundo Vice-Presidente, Procurador-Geral e Ministro da Justiça. Afastado após o golpe militar liderado por Valentine Strasser, Dauda retorna à política sob a Presidência de Ahmed Tejan Kabbah, em 1999, como Ministro do Desenvolvimento Rural e Governo Local, cargo que exerceu até junho de 2002, quando foi nomeado Ministro das Finanças.

Em dezembro de 2010, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, substituindo Zainab Bangura.

# RELAÇÕESCOM O BRASIL 14

As relações bilaterais com o Brasil tiveram grande impulso nos últimos três anos, particularmente com a vinda da Chanceler Bangura, em maio de 2008, e do Presidente Koroma, em agosto do ano seguinte, e com a ida de missão interministerial a Serra Leoa em outubro de 2009, liderada pelo MDIC. O processo de abertura de Embaixadas residentes em Brasília e Freetown segue em curso, bem como a criação de uma Comissão Mista bilateral.

Historicamente, há contatos entre os dois países desde o século XIX, quando muitos escravos brasileiros libertos aportaram onde hoje se localiza Serra Leoa. Juntamente com exescravos alforriados pelos britânicos, estes brasileiros ajudaram a construir o embrião do atual país. Em 1847, o Brasil abriu um Vice-Consulado Honorário em Freetown, que funcionou até 1871.

No período mais recente, os primeiros contatos oficiais entre os governos de Brasil e Serra Leoa remontam a 1961, quando uma missão parlamentar brasileira participa, em nome do país, dos festejos da independência serra-leonesa.

As relações diplomáticas entre os dois países foram oficialmente estabelecidas em 1974, com a abertura da Embaixada do Brasil em Freetown (em caráter cumulativo com Acra, Gana) e da representação de Serra Leoa em Brasília, com sede em Washington (EUA). As relações com o Brasil nos anos posteriores, no entanto, foram bastante modestas, em virtude, principalmente, dos onze anos de guerra civil que afligiu o país africano (1991 a 2002). Durante a guerra, cabe observar, alguns refugiados serra-leoneses vieram para o Brasil, aqui residindo até hoje.

No início de 2000, a cumulatividade de Serra Leoa foi transferida de Acra para a Embaixada em Abidjã, Costa do Marfim. Em 2 de abril de 2008, nova transferência de cumulatividade — desta vez para Conacri, capital da Guiné.

O Decreto Presidencial 7.076/2010, de 26 de janeiro de 2010, oficializou a abertura de Embaixada brasileira em Freetown, que está em processo de instalação.

No que se refere a encontros bilaterais de alto nível, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente de Serra Leoa, Ernest Koroma, mantiveram encontro à margem da XII UNCTAD, em 20 de abril de 2008. Na ocasião, os mandatários conversaram sobre a possibilidade de cooperação bilateral nos setores de energia, biocombustíveis e de infraestrutura, bem como sobre a eventual atuação do setor privado brasileiro em Serra Leoa.

Em maio de 2008, a Ministra de Negócios Estrangeiros, Zainab Hawa Bangura, visitou o Brasil, ocasião em que foi assinado Acordo Básico de Cooperação Técnica, cuja negociação fora iniciada em 2004. Tendo anunciado o interesse de seu governo na abertura da representação permanente em Brasília, Bangura visitou áreas no Setor de Embaixadas Norte, a fim de conhecer algumas das demais Embaixadas africanas na capital.

O Presidente Koroma esteve no Brasil em agosto de 2009, ocasião em que foi recebido pelo Presidente Lula. Foi indicado ao presidente africano, na ocasião, estar o País disposto a trabalhar conjuntamente para o desenvolvimento, entre outros, dos setores de saúde, biocombustíveis, educação e agricultura de Serra Leoa.

Dando seguimento da visita do Presidente Koroma ao Brasil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) enviou missão multidisciplinar a Serra Leoa, em outubro de 2009, a qual foi recebida pelo Presidente Koroma e pela Ministra Bangura. Como resultado da visita brasileira ao pais, ficou acertado a organização pelo MDIC, em São Paulo, do seminário "Oportunidades de Investimento em Serra Leoa", realizado na sede da FIESP, em 30 de março de 2010.

#### Conselho de Segurança da ONU

Serra Leoa é um dos mais importantes interlocutores africanos sobre o tema da reforma da CSNU, pois o Presidente Koroma é o coordenador do Comitê dos Dez (C-10), grupo de países estabelecido pela União Africana (UA) para examinar o tema e facilitar a consolidação da posição africana sobre o assunto. O país já se pronunciou em favor da aproximação entre o G-4 e a UA.

Nos dias 4 e 5 de março de 2010, durante reunião nas Nações Unidas para discutir a reforma do CSNU e o poder de veto do Conselho, Serra Leoa pronunciou-se em nome do Grupo Africano. Na intervenção, reiterou os termos do Consenso de Ezulwini — nome dado à posição africana comum frente ao tema. Afirmou que o *status quo* é inaceitável, e qualquer reforma que não resolva o problema da ausência de representação permanente africana será injusta e afetará a legitimidade do Conselho. Quanto ao poder de veto, disse que deve ser extinto, mas, enquanto permanecer, deve poder ser exercido por todos os membros permanentes do CSNU, atuais e futuros.

Durante a visita da Chanceler Bangura ao Brasil, em maio de 2008, o Chanceler Celso Amorim levantou a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, reconhecendo a sensibilidade do assunto para Serra Leoa.

Por ocasião de intervenção proferida no Debate Geral da 65ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 24/09/2010, o Presidente de Serra Leoa afirmou que embora as Nações Unidas continuem a ser o "hub" para a manutenção da paz e da segurança, deveria ter havido, anos atrás, uma reforma do Conselho de Segurança, sobretudo no que respeita à sua transparência e à igualdade de representação no órgão.

#### Comércio e investimento bilaterais

O comércio entre o Brasil e Serra Leoa é bastante modesto, com trocas amplamente superavitárias para o Brasil.

Em 2010, o comércio bilateral atingiu US\$ 14,28 milhões. O Brasil exportou US\$ 14,21 milhões e importou US\$ 66 mil de Serra Leoa (em sua maioria, móveis, mobiliário médico-cirúrgico e colchões).

Por ocasião da visita do Presidente Koroma ao Brasil, em agosto de 2009, a delegação serra-leonesa manifestou grande expectativa quanto à participação da Petrobras na exploração petrolífera daquele país. A empresa brasileira não demonstrou interesse em atividades específicas de exploração, mas aventou possibilidade de engajamento em outras vertentes de cooperação com Serra Leoa, como produção de biocombustíveis e aconselhamento sobre a regulamentação do setor petrolífero do país. Para tanto, a Petrobras sugeriu, na ocasião, o envio de missão exploratória a Serra Leoa, possibilidade que não se concretizou até o momento.

Nenhuma empresa brasileira está atualmente presente em Serra Leoa. Por ocasião da missão multissetorial brasileira ao país, em outubro de 2009, chefiada pelo então Secretário Executivo do MDIC, Senhor Ivan Ramalho, foram examinadas as possibilidades de investimentos e de cooperação governamental com o país, mas não prosperaram as discussões sobre a eventual participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura, como a remodelação do porto de Freetown e a construção de novo aeroporto para atender o sul do país.

#### Cooperação técnica

O Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Serra Leoa foi assinado em 07 de maio de 2008. O Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo n.º 212, de 7 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial da União n.º 66, de 8 de abril de 2010.

Em missão de prospecção na área de saúde a Freetown, realizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em fevereiro de 2009, Serra Leoa apresentou demandas de cooperação técnica para prevenção e tratamento de pessoas vivendo com HIV/AIDS e em saúde materno-infantil. Em decorrência, a ABC realizou, em 2010, as seguintes atividades isoladas com Serra Leoa:

- Capacitação de Especialistas Serra-Leonenses em Prevenção à DST/AIDS no período de 04 a 08 de outubro de 2010, a ABC apoiou a vinda ao Brasil de 9 técnicos e gestores do Ministério da Saúde de Serra Leoa com objetivo de participar de uma missão de capacitação e intercâmbio técnico com o Programa Nacional de prevenção e tratamento do HIV-AIDS.
- 2. Missão de Capacitação de Técnicos Serra-Leonenses em Atenção à Mulher e a Gestante no período de 23 a 27 de agosto, a ABC apoiou a vinda de cinco enfermeiras de Serra Leoa para participar de uma missão de intercâmbio técnico junto ao programa de saúde materno-infantil da FIOCRUZ.

No âmbito das referidas missões foram realizadas tratativas no sentido da realização de novas missões de avaliação, planejamento e capacitação em programas e políticas de

HIV/AIDS e Saúde Materna Infantil em Serra Leoa, em princípio a serem realizadas no primeiro semestre de 2011.

Por fim, cabe destacar que existe, igualmente, interesse do governo de Serra Leoa em retornar as negociações para a realização de cooperação técnica na área de agricultura familiar, com capacitação de técnicos serra-leonenses nas áreas de processamento de mandioca, irrigação e piscicultura.

#### Comissões Mistas

Durante a visita do Presidente Ernest Bai Koroma ao Brasil, em agosto de 2009, foi assinado Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista entre Brasil e Serra Leoa. Não estão definidas, no entanto, data e local da realização da I Reunião da Comista Brasil-Serra Leoa.

#### **Assuntos Consulares**

Não há Consulados Honorários em Serra Leoa, tampouco registro de brasileiros no país africano.

#### Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de operações com créditos oficiais brasileiros para Serra Leoa.

#### Atos Bilaterais

Titulo	Data de	Entrada em	Promulgação		
Memorando para a Criação de 10/09/2000		Vigor	Decreto n.º	Data	
cordo de Cooperação Técnica. 07/05/2008		Em ratificação.	212	07/04/2010	
Memorando para a Criação de uma Comissão Mista.	19/08/2009	19/08/2009	-		
Memorando de Consultas Políticas.	19/08/2009	19/08/2009	*	-	
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	19/08/2009	Em ratificação.	-	-	
Acordo de Cooperação Cultural.	19/08/2009	Em tramitação.	N/A	N/A	

# EGONOMIA; COMÉRGIO E INVESTIMENTOS E

O anúncio da descoberta de petróleo na costa de Serra Leone, em setembro de 2009, mudou as perspectivas econômicas do país, antes confinadas à agricultura e à mineração. A descoberta foi anunciada por consórcio liderado pela empresa norte-americana de petróleo Anadarko segundo a qual as jazidas petrolíferas na costa de Serra Leoa indicariam, potencialmente, uma das maiores bacias de petróleo do mundo. A Anadarko seria dona de 40% da nova descoberta, enquanto que o restante ficaria nas mãos de companhias australianas, espanholas e britânicas.

Não obstante essa perspectiva positiva para o futuro da economia local, o alto nível de desemprego permanece como grave problema. Em dezembro de 2009, o Parlamento instituiu a Comissão Nacional da Juventude, com o objetivo de fomentar medidas para o combate ao desemprego entre jovens e coordenar ações relacionadas à juventude. Estima-se que 600 mil jovens estejam desempregados no país. Foi criado grupo setorial, com a participação da ONU, do Banco Mundial, da agência de cooperação alemã (GtZ), e do Ministério do Emprego, Juventude e Esportes, para fazer frente ao problema. O Banco Mundial comprometeu-se a alocar US\$ 20 milhões para ações no setor.

O atual Governo encoraja o investimento de capital privado na agricultura e na criação de novas empresas. Há legislação favorável à repatriação de capitais e lucros, bem como proteção legal contra a nacionalização, além de isenção fiscal de até cinco anos para o estabelecimento de empresas. O Presidente Koroma tem frequentemente afirmado que busca administrar o país "like a business", aproveitando-se de sua experiência anterior no setor privado. De fato, durante sua gestão, Serra Leoa galgou 20 lugares na classificação "Doing Business" do Banco Mundial, além de se posicionar como um dos cinco melhores países da África subsaariana em termos de proteção de investimentos e facilidade para realizar negócios.

O Governo tem ressaltado o que entende como vantagens comparativas para atração de investimentos, entre elas o segundo maior índice de precipitação pluviométrica do mundo; a subutilização de seu potencial agricola; o terceiro maior porto natural do mundo; grande quantidade de recursos minerais; estoque de peixes; e, finalmente, acesso privilegiado aos mercados da UE, USA, União do Rio Mano e CEDEAO. No tocante a minerais, Serra Leoa é um dos dez maiores produtores mundiais de diamantes de alta qualidade, além de possuir as maiores reservas mundiais de rutila. São significativos ainda os depósitos de bauxita e ferro (embora de qualidade inferior às reservas da vizinha Guiné), ouro, cromita, platina e columbita. Tem ocorrido significativo afluxo de investimentos internacionais, e países doadores se mostram, em geral, otimistas com relação ao país.

Embora dotado de recursos naturais, o país permanece como um dos mais pobres do mundo, classificado em 180º lugar entre 182 países, segundo indicadores de desenvolvimento humano do PNUD (2007). Denúncias de corrupção alcançam todos os poderes do Estado, o que levou o Governo a aprovar uma das mais duras leis anticorrupção de que se tem notícia na África Ocidental.

#### Agricultura, pesca e pecuária

A longa guerra civil serra-leonesa teve reflexos fortes sobre a agricultura, meio de subsistência da maioria da população, especialmente na região leste do país, onde havia cultivos economicamente importantes, tais como os de café, cacau e palmeiras. A irradiação do conflito em direção ao norte também afetou a produção de arroz, o alimento mais consumido internamente. Ao fim do conflito, em conseqüência, a maior parte da população dependia de ajuda externa para a sua sobrevivência.

O governo tem investido de forma considerável para conseguir reverter este quadro, e tem obtido sucesso notável. A agricultura tem melhorado significativamente, tanto em termos de agricultura de subsistência quanto em termos de agricultura para exportação.

Como reflexo desse avanço, em março de 2009, foi assinado acordo com a companhia suíça Addax Bioenergia para a produção de biocombustíveis no país.

A atividade pesqueira seguiu padrão semelhante à agrícola. Após um período conturbado, a pesca artesanal cresceu 30% ao ano até 2004, quando o crescimento atingiu 60%.

#### Indústria

A mineração é uma das principais atividades em Serra Leoa, país rico em diamantes. Além da produção diamantina, também há grandes reservas de bauxita, cromita (usada na fabricação de vidros e cimento) e rutilo (aplicado em produtos que necessitam de coloração branca brilhante, tais como papeis, tintas e plásticos). Ao sul do país, há reservas de ouro, platina e columbita.

A aprovação de nova legislação mineradora, em dezembro de 2009, mudou os termos de negociação de Serra Leoa nessa área. Foram aumentados os "royalties" para a exploração mineral e estabelecidos o direito de participação governamental em grandes projetos e a exigência de que as grandes empresas contribuam para fundos comunitários locais.

O setor de manufaturas serra-leonês é limitado, com a maior parte das companhias locais dedicadas à indústria leve, produzindo bens para consumo imediato no mercado doméstico. O crescimento da indústria tem sido afetado negativamente por uma série de fatores, incluindo a carência de moeda estrangeira para a compra de insumos, o fornecimento intermitente de eletricidade, a competição com importações de baixo custo, a falta de mão-de-obra especializada, a ausência de investimentos estrangeiros e as frequentes falhas técnicas nas indústrias — uma vez que o maquinário não recebe manutenção regular e se torna obsoleto.

#### O sistema de energia

O suprimento de eletricidade do pais não é confiável, e há frequentes quedas de energia. A capital, Freetown, recebe energia elétrica da estação geradora King Tom, cuja matriz energética é baseada no petróleo. Devido às constantes quedas no fornecimento da

energia elétrica, no entanto, muitas residências e entidades utilizam geradores de energia movidos a diesel. Algumas regiões do país, exceto Bo e Kenema, estão sem energia elétrica.

A capacidade da King Tom tem melhorado ao longo dos últimos anos, mas a solução dos problemas de suprimento de energia que afligem Freetown depende, em grande medida, da conclusão do projeto hidrelétrico de Bumbuna, no Distrito de Tonkolili, na Província do Norte. O projeto consiste em uma barragem e uma linha de transmissão de 200 quilômetros ligando a usina a Freetown. Inicialmente prevista para gerar 50 mW na estação das chuvas e 18 mW na época das secas, planejam-se outras quatro fases de construção que elevariam a capacidade total de Bumbuna para 275 mW, energia que seria utilizada para suprir o resto do país.

#### O sistema financeiro

O esfacelamento do Banco Central serra-leonês, em 1997, no contexto da guerra civil, levou a um êxodo de capitais do país. Os bancos britânicos Barclays e Standard Chartered, que respondiam por cerca de 80% do mercado doméstico, fecharam suas portas.

Os bancos controlados pelo governo — Banco Comercial de Serra Leoa (SLCB) e Banco Comercial Rokel (RCB) — têm sido essenciais para gerar novos negócios e, desde então, tem crescido o número de bancos comerciais abertos no país.

Contudo, o setor financeiro do país permanece pequeno, e muitas pessoas não têm acesso a serviços bancários, especialmente nas áreas rurais. Uma dificuldade a mais é a ausência, da parte de clientes em potencial, de dados de crédito ou quaisquer formas de garantias. A alta taxa de juros do país complica ainda mais o acesso a capital em Serra Leoa. Desta forma, os bancos preferem fazer empréstimos ao governo.

#### O sistema de transportes e de comunicações

Os sistemas de transporte no país são precários, o que dificulta o comércio interno e externo. Não há praticamente ferrovias, à exceção de extensão particular, de cerca de 80 quilômetros, ainda em uso, mas carente de manutenção e reparos. O porto de Freetown, que se beneficia de um excelente atracadouro natural, encontra-se muito mal-conservado. Há, no entanto, recursos do Banco Mundial disponíveis para financiar sua reconstrução.

As ruas em Freetown, bem como as estradas que margeiam a cidade e a autoestrada que liga a Capital a Kenema, no Leste do país, tem precária conservação. Já a estrada que liga Freetown a Makeni e Kabala, no Norte do país, está em bom estado. Várias estradas estão sendo reconstruídas com ajuda do Banco Mundial.

Quanto ao transporte aéreo, não há companhia nacional desde a falência da Sierra National Airlines. O Aeroporto Internacional de Lungi serve Freetown, conectando-a regularmente a nove destinos internacionais (Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria, Quênia, Reino Unido e Senegal). Há planos para a construção de um novo aeroporto na Ilha de Sherbro, próxima a Bo, para atender ao Sul do País.

A Companhia Nacional de Difusão, que deverá substituir a Rádio ONU (o maior veículo de comunicação do país), encontra-se em fase de estruturação.

#### A politica econômica

A má gestão da economía têm sido problemas persistentes na economia serra-leonesa. Durante a Guerra Civil, o Governo adotou poucos e inconsistentes programas de política econômica, e mais de três quartos do orçamento foram gastos com recursos para a guerra. A Estratégia de Recuperação Nacional foi pensada pelo Governo serra-leonês em 2002 como forma de formecer estruturas para implementar uma política econômica no período pós-guerra.

Desde o começo do processo de paz, muito tem sido feito com relação à estabilidade econômica, à recuperação de vários setores da economía e à consolidação da paz. O atual Governo adota políticas econômicas que estão, em sua maioria, em sintonia com os programas de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP) ou a iniciativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) de Redução da Pobreza e Facilitação do Crescimento (PRGF). Uma missão do FMI esteve no país em 2008 e críticou o PRGF em Serra Leoa, destacando o fracasso do país em fazer crescer sua arrecadação interna e em cobrir o déficit fiscal, mas reconheceu, também, que houve grande progresso em outras áreas da política econômica.

#### O turismo

O turismo em Serra Leoa, que desapareceu durante a Guerra Civil, tem tido um pequeno ressurgimento. As praias na parte da Peninsula de Freetown voltadas para o Oceano Atlântico, e mesmo algumas mais próximas ao Golfo da Guiné, são relativamente limpas. O popular Santuário Natural da Ilha Tiwai, no rio Moa, foi reaberto em 2006. O Santuário teve uma área de 75 mil hectares declarada área de preservação ambiental no ano passado, transformando-o no segundo parque nacional do país. Essa medida integra o projeto do Governo de explorar áreas florestais de forma sustentada, promovendo o ecoturismo, mas esbarra na falta de infraestrutura hoteleira e de transportes no país.

Após um crescimento no fluxo de turistas com o fim da guerra, as estatisticas do Banco Central de Serra Leoa mostram números decrescentes desde 2004, atribuídos à retirada das tropas da ONU, à dificuldade em se conseguir vistos para Serra Leoa e os altos custos com hospedagem no país.

#### Comércio exterior

O comércio exterior serra-leonês, como os demais setores do país, sofreu bastante com a Guerra Civil, mas vem se recuperando firmemente desde a assinatura do cessar-fogo, em 2002. A exportação de diamantes puxou o comércio exterior do país — embora boa parte das exportações feitas pelo país fosse ilegal, uma vez que as Nações Unidas proibiram a compra de diamantes serra-leoneses entre 2002 e 2003.

A maior parte do comércio exterior serra-leonês é feito de maneira informal com seus países vizinhos (Guiné e Libéria), uma vez que o controle de fronteiras no país ainda não é muito rígido. Em termos oficiais, no entanto, a Europa tem sido o principal comprador das exportações de Serra Leoa. As vendas de diamantes tiveram como destinos principais Alemanha e Bélgica. Em termos de importações, a lista de parceiros comerciais de Serra Leoa

é mais diversificada, incluindo, além da Alemanha, o Reino Unido, os EUA, Costa do Marfim, China e África do Sul.

#### Os investimentos estrangeiros

A Guerra Civil e a má gestão econômica do país afastaram por muito tempo investimentos estrangeiros do país — exceto no setor de mineração, sempre ativo e crescente. Um exemplo é a empresa canadense Cream Minerals, que explorava somente diamantes mas que obteve a ampliação de sua licença de prospecção, passando a incluir ouro em suas atividades.

Em novembro de 2009, o governo de Serra Leoa e seus parceiros internacionais participaram do 6º encontro do Grupo Consultivo em Londres, com o objetivo de expandir a base de doadores e incrementar a assistência concedida a Serra Leoa. O Grupo endossou a criação do fundo fiduciário multidoadores das Nações Unidas, com foco na capacitação local, e do fundo fiduciário multidoadores do Banco Mundial, voltado para a infraestrutura. O Grupo também aprovou documento sobre o aprimoramento da coordenação da ajuda externa.

#### A dívida externa

Em fins de 2006, o perdão quase que total da divida externa de Serra Leoa abriu novas perspectivas de transferência dos recursos internos para as prioridades do desenvolvimento. Em termos nominais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que, devido ao perdão quase completo da divida externa serra-leonesa, a divida do país tenha passado de US\$ 1,7 bilhão, em junho de 2006, para US\$ 110 milhões ao final do mesmo ano.

# POLITIGATINTERNA AL ANCARA SE

Serra Leoa encontra-se ainda em processo de recuperação da guerra civil que assolou o país entre 1991 e 2002. O país tem logrado passos importantes quanto à consolidação da democracia, da boa governança e da reconstrução econômica, especialmente através do programa "Agenda para a Mudança" do Presidente Ernest Bai Koroma. As Nações Unidas continuam a contribuir para o fortalecimento institucional do país, por meio de cooperação técnica do UNIPSIL e do PNUD, bem como de aportes do Fundo de Construção da Paz.

Apenas cinco anos depois da Guerra Civil, em 8 de setembro de 2007, em eleições tidas como livres pelos observadores internacionais, Ernest Bai Koroma elegeu-se Presidente da República pelo partido da oposição Congresso de Todo o Povo (APC), derrotando Solomon Berewa, candidato do Partido do Povo de Serra Leoa (SLPP).

O presidente Koroma elencou a questão energética como prioridade de sua administração, e o tema foi objeto de videoconferência organizada em novembro de 2007 pela Comissão de Construção da Paz da ONU. Comprometeu-se também a reduzir os altos índices de subdesenvolvimento de Serra Leoa e a extinguir a corrupção, muito presente na cultura política do país.

Em dezembro de 2008, o Presidente Koroma lançou a "Agenda para Mudança", que estabeleceu as principais linhas de seu programa de governo para os três anos seguintes, tendo por prioridades o fornecimento de eletricidade de forma contínua; a promoção do crescimento econômico, particularmente mediante incentivo à agricultura e à pesca; a melhora na infraestrutura; o aprimoramento dos serviços públicos básicos, sobretudo em educação e saúde; e a prevenção do HIV/AIDS. O programa também assinala três desafios iminentes para a consolidação da paz e da estabilidade no país, a saber: a corrupção; o crescente tráfico de drogas; e o desemprego entre jovens.

### Corte Especial de Serra Leoa

A instalação de um tribunal especial para julgar os crimes de guerra ocorridos no conflito civil serra-leonês é um fator essencial para evitar o retorno da Guerra Civil. A expectativa da ONU é que o tribunal ajude a terminar com a cultura da impunidade que persiste em todo o país, fazendo com que os líderes da Guerra Civil paguem por seus atos.

A Corte Especial de Serra Leoa definiu a estratégia de conclusão de seus trabalhos, prevista para 2011. A Corte já efetuou todos os julgamentos de seus casos, exceto as apelações de membros da Frente Unidade Revolucionária (RUF) e o julgamento de Charles Taylor, que está sendo conduzido na sede do Tribunal Penal Internacional, na Haia. A Corte Especial está realizando ainda atividades de capacitação das instituições judiciais locais.

#### Evolução da situação política

A evolução do quadro político do país é acompanhada pela Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas. Em recente relatório sobre as atividades do Escritório Integrado de Construção da Paz em Serra Leoa (UNIPSIL), de março de 2010, o Secretário-Geral da ONU indicou que a situação política permanecia "estável e positiva".

A realização de eleições locais tribais (chieftaincy) em 37 regiões do país, demonstrara, na avaliação do SGNU, os avanços alcançados na consolidação da democracia no país. Embora as eleições tenham sido realizadas de maneira pacífica e transparente, observadores eleitorais realçaram dificuldades decorrentes do pouco conhecimento por parte da população da Lei Tribal (Chieftaincy Act), da alegada interferência indevida de partidos políticos na aplicação da legislação eleitoral e do limitado acesso das mulheres às candidaturas.

Não obstante, faz-se necessária a criação de um mecanismo amplo de consultas para discutir o processo de revisão constitucional. O governo ainda não deu seguimento ao relatório preparado pela Comissão de Revisão Constitucional.

#### Partidos políticos

São três os principais partidos políticos em Serra Leoa: o APC, governista, o SLPP, de oposição, e o Movimento Popular para a Mudança Democrática (PMDC).

Apesar das iniciativas internacionais com vistas ao favorecimento do diálogo interno, as relações entre os diversos atores políticos, sobretudo entre o partido do Governo (APC), de maior implantação no norte, e a mais representativa agremiação oposicionista (SLPP), de grande influência no sul, continuam caracterizadas pela falta de confiança mútua, evidenciando dificuldades para o fomento de uma cultura de tolerância política. Esse quadro, agravado pelos fatores étnico-tribais ainda prevalecemes nas relações de poder do país, estiveram no centro de violentas confrontações ocorridas em março de 2010, em Freetown e no interior do país, e que se encontram ainda latentes na atual configuração política de Serra Leoa.

#### Reforma Ministerial

A política serra-leonesa é tradicionalmente marcada por acentuados fatores étnicos e regionais, particularmente entre o norte (base do APC do Presidente Koroma) e o sul do país (reduto da agremiação oposicionista SLPP).

O incremento da tensão política no ano passado levou o Presidente Koroma a promover ampla reforma ministerial, em dezembro último, que incluiu remanejamentos e inclusão de líderes oposicionistas no gabinete de governo. Além de tentativa para aliviar tensões políticas entre o norte e o sul, a manobra de Koroma visava a pavimentar o caminho para sua reeleição em 2012, bem como a favorecer uma feição de inclusão e coesão política no ano em que Serra Leoa comemora o 50° aniversário de sua independência.

A reforma ministerial încluiu o remanejamento da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Zainab Bangura, para a pasta da Saúde, sendo substituída por Joseph Duada, do partido oposicionista SLPP. A reforma contemplou ainda a substituíção dos atuais Ministros da Justiça e do Comércio, além da criação de dois novos ministérios, todos eles também agora ocupados por membros da oposição. Porta-voz da Presidência afirmou que a reforma ministerial obedece à necessidade de um Governo mais inclusivo e representativo.



#### Doações internacionais

Ajuda internacional é assunto que ocupa boa parte da pauta da política externa de Serra Leoa. Os doadores têm demonstrado considerável engajamento no comprometimento com o desenvolvimento de Serra Leoa, particularmente o Reino Unido, que mantém com o país uma relação muito próxima — refletida no alto nivel de comércio, investimentos e doações humanitárias —, através de estreitos laços diplomáticos.

O fluxo de doações internacionais está condicionado à implementação, pelo novo governo, das metas definidas nas reformas estruturais previamente acordadas. Essas e outras particularidades levaram Serra Leoa a ser tratada como um "caso-teste" pela Comissão de Construção da Paz (CCP) da ONU, que visa tentar impedir que países egressos de conflitos venham a recair na violência generalizada.

Serra Leoa está na agenda da CCP ao lado de Guiné-Bissau e Burundi. Os Países Baixos são responsáveis pela coordenação da configuração estratégica do país. Houve ênfase, nessa configuração, no setor de Justiça, inclusive com o estabelecimento de uma "Comissão de Reconciliação e Verdade". Nas reuniões da CCP, os representantes de Serra Leoa têm se ressentido, no entanto, da falta de atenção conferida a questões prioritárias para o Governo serra-leonês, como a necessídade de investimentos em infraestrutura e energia.

No plano das relações com os demais Estados africanos, vale destacar que o Presidente Koroma tem visitado os demais líderes do continente. A convite do Presidente Gbagbo, Koroma efetuou visita a Costa do Marfim de 3 a 4 de março de 2008. Nos dias 26 e 27 de agosto de 2008, o Presidente Ernest Koroma realizou visita oficial à Guiné Equatorial. Nos dias 18 e 19 de abril deste ano, o mandatário serra-leonês participou da II "Dakar Agricole", evento organizado pelo governo do Senegal para discutir a questão da segurança alimentar no mundo.

#### Blocos multilaterais

Além de doações internacionais, Serra Leoa também vem pautando sua política externa em torno da inserção em blocos multilaterais locais. O país é membro da União Africana (UA), da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS) e da União do Rio Mano (Mano River Union — MRU), união aduancira fundada em 1973, juntamente com a Libéria e a Guiné. Serta Leoa também é parte do Acordo de Cotonou, sucessor do Acordo de Lomé que facilita o comércio entre a União Europeia e os Estados da África, do Caribe e do Pacífico.

### As relações com a Ásia

#### China

A China tem ampliado sua presença no país desde o término da guerra civil. Diante do quadro de abertura econômica e encorajamento de investimentos que o fim do conflito possibilitou, a China tem financiado projetos de infra-estrutura governamental, como a construção de edificios públicos e quartéis militares, além de usina de processamento de arroz e fábrica de tratores. Na área de turismo, o "Beijing Urban Construction Group" comprou e restaurou o maior hotel de Freetown, o Bitumani, ao custo de US\$ 10 milhões, enquanto que o "Henon Guoji Group" planeja construir grande complexo hoteleiro, em Lumley Beach, orçado em US\$ 200 milhões. Em meados do ano passado, o "Shandong Iron and Steel Group" adquiriu do grupo inglês "African Minerals" 25% dos ativos da mina de ferro Tonkolili, ao preço de US\$ 1,5 bilhão, investimento que prevê ainda a construção de ferrovia de escoamento, para exportação de 10 milhões de toneladas de minério de ferro. Mais recentemente, delegação do "China Kingho Group" visitou Freetown para iniciar negociações com vistas a novos investimentos nas áreas de mineração, turismo, bancos e agricultura. Atualmente, a China é o primeiro destino das exportações de Serra Leoa (10,5% do total) e o 5º importador (3% do total). Ambos os países mantém Embaixadas nas respectivas capitais e o Presidente Koroma já visitou a China em duas ocasiões, a última delas quando da inauguração da Feira de Xangai.

#### Japão

As relações com o Japão também são intensas, datando da época da independência de Serra Leoa. Em maio de 2008, o Presidente Koroma visitou o Japão juntamente com a Ministra de Negócios Estrangeiros, Zainab Bangura.

#### As relações com os EUA

No século XX, os EUA se configuraram em um dos maiores doadores internacionais para Serra Leoa, país tradicionalmente dependente de recursos externos. Em 1959, o Governo norte-americano abriu um Consulado em Freetown, elevando-o a Embaixada permanente em 1961, quando o país africano tornou-se independente.

Em várias ocasiões durante as guerras civis em Serra Leoa, o governo norte-americano teve de promover a retirada de emergência de seus cidadãos. A Embaixada dos EUA em Freetown foi completamente evacuada em 1997, passando a operar, à época, da representação permanente norte-americana em Conacri. Os EUA foram, ainda, o país que mais forneceu apoio, tanto financeiro quanto logístico, à UNAMSIL.

#### As relações com o Reino Unido

Com o começo da Guerra Civil serra-leonesa, as relações entre os dois países foram se deteriorando. Em 1993, o Reino Unido cortou a ajuda econômica que fornecia a Serra Leoa, como represália ao governo de Valentine Strasser. Além disso, o Governo britânico auxiliou a redigir o projeto da Resolução das Nações Unidas sobre o embargo de venda de armas, após o golpe militar de maio de 1997. No final da Guerra Civil serra-leonesa, o Reino Unido envolveu-se de forma mais direta, enviando soldados para o país africano.

Atualmente, o Reino Unido ajuda na reconstrução do país africano e contribui financeiramente para a manutenção do Tribunal Especial para Serra Leoa (SCSL). Estão sujeitos a julgamento pelo SCSL todos os nacionais serra-leoneses indiciados por crimes na guerra civil.

#### As relações com os países vizinhos: Guiné

Nos anos 1990, as Forças Armadas da Guiné participaram das guerras civis serraleonesas, em apoio ao Governo de Valentine Strasser. O país foi também tradicional reduto de exilados durante os combates em Serra Leoa. Mais de 250 mil serra-leoneses residiram na Guiné durante o período, com especial destaque para os presidentes depostos Valentine Strasser, em 1996, e Ahmed Teja Kabbah, no ano seguinte.

Os dois países têm uma disputa fronteiriça pela cidade de Yenga, ocupada por tropas guineenses durante o conflito civil. Apesar disso, as relações entre Guiné e Serra Leoa desenvolvem-se, na maioria das vezes, em clima de franca amizade.

Em setembro de 2007, logo após ser eleito, o Presidente de Serra Leoa, Ernest Koroma, visitou Conacri, encontrando-se com o então Presidente da Guiné, Lansana Conté. A visita teve a duração de apenas um dia e terminou com a divulgação, ao final do encontro, de comunicado de imprensa. Os dois Chefes de Estado reafirmaram sua firme vontade e total determinação no sentido de contribuir para o reforço da paz, da segurança, da estabilidade e da boa-vizinhança no âmbito da União do Rio Mano, com vistas a uma melhor integração econômica sub-regional.

#### As relações com os países vizinhos: Libéria

Os dois países envolveram-se em guerras civis durante a década de 1990, o que facilitou o intercâmbio e a livre movimentação de combatentes de diversas facções por ambos os lados. Após o fim das hostilidades, Libéria e Serra Leoa encontram desafios parecidos, os quais procuram resolver com auxílio da ONU.

A participação do ex-Presidente da Libéria, Charles Taylor, na Guerra Civil de Serra Leoa, no entanto, é uma questão delicada no relacionamento bilateral. Taylor permaneceu preso em Freetown até o começo de seu julgamento pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) em 2006, acusado de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, cometidos durante o conflito serra-leonês.

### UNIPSIL (Escritório Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz em Serra Leoa)

Os diversos anos de guerra civil que assolaram Serra Leoa foram motivo de contínua atuação das Nações Unidas no país. A Organização iniciou sua presença no terreno, em 1998, com a criação da Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa (UNOMSIL), substituída, no ano seguinte, pela Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL). A UNAMSIL tinha como mandato auxiliar na restauração da autoridade governamental no país.

A guerra civil foi encerrada em janeiro de 2002, na sequência da implementação dos Acordos de Paz de Abuja (novembro de 2000 e maio de 2001), quando o governo gradualmente retomou o controle sobre o território do país. Em novembro de 2002, a UNAMSIL, que chegou a contar com 20 mil homens, começou a ser gradualmente reduzida, até ser substituída, em dezembro de 2005, por um Escritório Integrado das Nações Unidas (UNIOSIL), sem a presença de tropas. Em 2008, o Escritório Integrado passou a chamar-se Escritório Integrado das Nações Unidas para Construção da Paz em Serra Leoa (UNIPSIL), missão política que permanece hoje no país.

O UNIPSIL atua de acordo com estratégia de coordenação entre as diversas agências, fundos e programas das Nações Unidas no país, em apoio à consolidação da paz no país. Em setembro de 2010, o CSNU renovou o mandato do UNIPSIL por um ano. O mandato ressalta a importância de o UNIPSIL, em coordenação com o sistema ONU no país, apoiar o governo na realização das eleições gerais de 2012; prover assistência em mediação e reconciliação nacional; auxiliar governo no combate ao desemprego entre jovens; e apoiar nas áreas de estado de direito e combate ao tráfico de drogas.

Ademais da presença do UNIPSIL, Serra Leoa também foi o primeiro país, junto com Burundi, a ser incluído na agenda da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) das Nações Unidas, em junho de 2006.

O processo de estabilização e reconstrução de Serra Leoa tem tido expressivos resultados, sendo considerado um dos mais bem-sucedidos exemplos de apoio das Nações Unidas à consolidação da paz em países africanos. O engajamento da CCP e a sólida presença das Nações Unidas no terreno permitiram a manutenção do apoio da comunidade internacional após Serra Leoa ter deixado de ser uma ameaça imediata à paz e segurança internacionais na África Ocidental e tem contribuído para que o país realize transição estável, embora repleta de desafios institucionais, políticos e socioeconômicos, rumo à paz duradoura. O grande teste político para Serra Leoa será a realização de eleições pacíficas, livres e justas em 2012, de maneira a consolidar o processo de fortalecimento das instituições democráticas no país.

Com o apoio da comunidade internacional, Serra Leoa concluiu programa de desmobilização, desarmamento, reintegração, repatriamento e reassentamento (DDRRR) de 52.000 ex-combatentes e tem feito progressos no que tange à boa governança e à promoção do desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, a criação da Comissão Anti-Corrupção tem contribuído para fortalecer a boa governança, dar mais confiança aos principais atores nacionais e para melhorar a posição e a imagem do país na esfera internacional.

Em setembro de 2010, o CSNU adotou resolução levantando as sanções impostas a Serra Leoa desde 1997. A decisão do Conselho de Segurança traduz o reconhecimento internacional aos progressos obtidos pelo governo serra-leonês no fortalecimento do controle do Estado sobre seu território e no desarmamento e desmobilização de ex-combatentes.

#### Representações diplomáticas

Existem doze Embaixadas estrangeiras em Freetown, a maioria de países africanos: China, Egito, EUA, Gâmbia, Gana, Guiné, Líbano, Libéria, Líbia, Nigéria e Reino Unido. Serra Leoa possui dezesseis Embaixadas no exterior. Além da reciprocidade às representações instaladas em Freetown (exceto Egito e Líbano), há Embaixadas serra-leonesas na Alemanha, Arábia Saudita, Bélgica, Etiópia, Irã e Rússia.

#### CRONOLOGIA HISTÓRICA

- **Século XV** Chegada dos portugueses à região com Pedro de Sintra (data estimada entre 1460 e 1464).
- **Século XVIII** Ingleses estabeleceram a "Provincia da Liberdade" na península de Serra Leoa, para os assim chamados "negros pobres" de seu país.
- Século XIX Envio de ex-escravos norte-americanos para a região.
- 1896 Estabelecimento do protetorado britânico em Freetown.
- 1961 Independência de Serra Leoa.
- 1967 Siaka Stevens sobe ao poder.
- 1978 Nova Constituição torna o APC, de Stevens, o único partido do país.
- 1985 O general Saidu Momoh é eleito presidente.
- 1991 Eclosão da Guerra Civil, em março.
- 1992 "Golpe branco" depõe Momoh, instaurando-se um novo regime militar, o NPRC, sob o comando do capitão Valentine Strasser.
- 1996 O general Julius Maada Bio depõe Strasser e torna Ahmed Tejan Kabbah, do SLPP, presidente do país.
- 1997 O major Julius Koroma sobe ao poder.
- 1998 Kabbah volta ao poder.
- 2002 Kabbah é reeleito.
- 2007 Eleito Ernest Bai Koroma (APC), derrotando o candidato de Kabbah, Solomon Berewa.

# CRONOLOGIA DO RELACIONAMENTO BILATERAL

- 1961 Envio de missão parlamentar brasileira para os festejos da independência serraleonesa.
- 1974 Brasil e Serra Leoa estabelecem relações diplomáticas, com Embaixada do Brasil em Acra respondendo pelo país africano e representação serra-leonesa em Brasilia (com sede em Washington).
- 2000 Cumulatividade de Serra Leoa é transferida de Acra para a Embaixada em Abidjã, Costa do Marfim; em abril de 2008, ela passaria para Conacri, na Guiné.
- 2007 Embaixador do Brasil em Gana, Luís Fernando Serra, é recebido pelo Presidente de Serra Leoa, Ernest Koroma, que se encontrava em Acra, em visita oficial.
- 2008 Os presidentes Lula e Koroma se encontram à margem da XII UNCTAD, em 20 de abril; em maio, a Chanceler Zainab Bangura visita o Brasil.
- 2009 O Presidente Ernest Bai Koroma visita o Brasil (agosto). Em outubro, missão multidisciplinar chefiada pelo MDIC visita Serra Leoa.

### INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS

DADOS BASICOS							
Nome oficial	Serra Leta						
Superficie	71.740 Km²						
Localização	Costa peste da África						
Capital	[Freetown						
Principals cidades	Freetown, Bo, Kenema, Makeni, Koidu						
Moma oficial	Inglés, Krio, Mende e outros dialetos locais						
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US\$ 1,9 bihāo						
PIB "per capita" (2010)	US\$ 328						
Moeda	Leane						

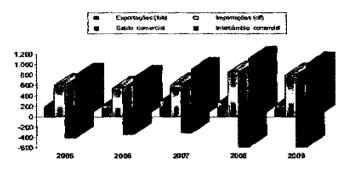
Sebarado pelo MRECPROIC-Divisão de Inferireção Centrolal, findo por base en decos de The Economist Infelioperce Line, Country Report March 2011

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009 2	0 1 0(1)
População (em milhões de habitantes)	5,3	5,4	5,6	5,7	5,8
Densidade demográfica (hab/Km²)	73,9	75,3	78,1	79,5	80,8
PIB Nominal (US\$ bijhōes)	1.4	1,7	2,0[	1.9	1,9
Crescimento real do PIB (%)	7.3	6,4	5,5	4.0	4,6
Variação anual do indice de preços ao consumidor (%)	9,5	11,7	12,8	9,3	16,5
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	154,7	185.8 <sup>1</sup>	189,7	215,3	144,1
Cámbio (Bufr / US\$)	2,961,9	2.985,2	2.981,5	3.385,7	4,000,0

#### Comércio Exterior (2005-2010)

COMERCIO EXTERIOR <sup>(1)</sup> ( US\$ milhões )	2005	2006	2007	2098	2009	2 0 1 0 <sup>121</sup>
Exporteções (fob)	196	208	304	272	216	213
Importações (cif)	606	550	817	855	801	584
Saldo comercial	-410	-342	-313	-583	-585	-371
Intercâmbio comercial	802	768	921	1.127	1.017	797

#### US\$ militides



Direção do Comércio Exterior (2007-2010)

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007	%	2008	*	2009(1)	*	2010[1(2)	*
(US\$ milhões)	<u> </u>	no total		no total		no total	ناتتا	no total
EXPORTAÇÕES								
Bèlgica	132	43,3%	93	34,2%	58	26,9%	72	34,01
Estados Unidos	55	18,0%	53	19,3%	261	12,0%	17,	8,29
Países Baixos	12	4,0%	10	3,6%	17	8.0%	19	8.79
Reino Unido	6.		7		. 16.	7.5%	12	
Costa do Marlim	35	11,4%	17	6.1%	15	6,8%	OI.	
China	o		O.		13	6.2%		
Grécia	i o'		3		9	4,1%	9 2	1.1
França	2,		13		61	3.7%	l i	0.4
Alemanha	2	0.7%	3		, ž	3,0%	3	
Brasif	مره ا	0,0%	0,3	0,1%	0,2	0,1%		0,0%
SUBTOTAL	243	79,9%	198	72,8%	169	78,4%	135	63,4
DEMAIS PAÍSES	61	20,1%	74	27.2%	47	21.6%	78	36.6
TOTAL GERAL	304	100,0%	272	100,0%	216	100,0%	213	700,0
MPORTAÇÕES							1	
drica do Sul	23	3,8%	14	1,6%	117	14.6%	9	1,6
China	64	10,4%	85		60	7,5%	68	11,7
Malásia	22	3,6%	30	3,5%	53	6,7%	43	7,3
slados Unidos	61	9,9%	65	7.6%	47	5.9%	43	7,3
Costa do Marfim	46	7.4%	58	6.8%	45	5.6%	39	6.7
rança	17	2.8%	26	3,1%	41	5.1%	23	3,9
ndia	31	5.0%	55	6.4%	38	4.7%	34	5.9
Reino Linido	40	6.4%	55	6.4%	36	4,5%	45	7,7
Paises Baixos	32	5.3%	30	3.6%	33	4.1%	28	4.8
Japáo	3		10		26	3.2%	7	1,2
Paquistão	15	2.4%	17		24	3.0%	16	
Bélgica "	17	2.8%	56	6.6%	18	2,3%	19	
Turquia	12	1,9%	17		17	2.1%	20	3.4
spanha	5	0.8%:	12		17		17	
Vemanha	20)	3.3%	17	1.9%	16:	2.0%	10	1.8
Brasii	l õi	0.0%	25		15	2,0%	13	2,3
ailândia	Š	0.8%	43		15	1.9%	7	
long Kong	12	1.9%	10		ជា	1.4%	1 4	0.7
Senega!	[ 'á	13%	5	0.5%	9	1,1%	7	
, béria	}		10	1.2%	ا 9:	1,1%	7	
Suécia	111	1,7%	6.		9	1,1%	'7	1,1
succea Suiça	2	0.3%	1		8	1,0%	1	0,2
SUBTOTAL	455	73,7%	652	76.2%	665	83,0%	468	80,1
DEMAIS PAÍSES	,					- 1	116	
TOTAL GERAL	162	26,3%	203	23,8%	136	17,0%		19,9
TOTAL GERAL	617	100,0%	855	100,0%	801	100,0%	584	100,0

# Composição do Comércio Exterior (2009)

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 <sup>(1)</sup>	Part. % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)		; <del></del> ;
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	72.662	25,0%
Minérios, escorias e cinzas	59.156	20,4%
Cacau e suas preparações	25.223	8.7%
Veicutos automóveis, tratores, cictos	21.921	7,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	17.011	5,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	12.989	4,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	10.584	3,69
Café, chá, mate e especiarias	9.235]	3,2%
Embarcações e estruturas flutuantes	6.802	2,3%
Ferro fundido, ferro ou aço	4.734	1,6%
Subtotal	240.317	82,8%
Demais Produtos	49.912	17,2%
Total Geral	290.229	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ mil)		
Máquinas, aparelhos e material elétricos	90.674	15,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	58.273	9,65
Combustíveis, ôfeos e ceras minerais	56.116	9,3%
Velculos automóveis, tratores, suas partes e acessónos	52,319	8,6%
Produtos farmacêuticos	40,944	6,8%
Cereais	36.180	6,0%
Plásticos e suas obras	14,937 <sub>i</sub>	2,39
Bebidas, liquidos alcoólicos e vinagres	13.484	2,2%
Embarcações e estruturas flutuantes	13.470	2,2%
Preparações à base de cereais, familias, amidos	13,102	2,29
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	12.549	2,1%
Ferro fundido, ferro e aço	12,472	2,1%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	11,917	2,0%
Outros artefatos têxteis confeccionados	11.546	1,9%
Preparações afmenticias diversas	10.529	1,79
Açúcares e produtos de confeitaria	10.252	1,79
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	8.865	1,5%
Instrumentos e parelhos de ótica, fotografía, etc	8.580	1,49
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	7,522	1,29
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	5.934	1,1%
Subtotal	489.765	80.89
Demals Produtos	116,559	19,2%
Total Geral	606.324	100,09

Elaborado pub IMRE/DPRANC - Divisão de Informeção Computal, tendo por base os dejos da UNICTACIAT CATrademop. Seme Lesa não informes dedos comerciais so bases de elabora Trademop. Postente, os dedos são baseados em informações de peños empedadoras lex perfedoras, o que pode causar divergências nos dedos estatisfacos.

<sup>(1)</sup> Útimo posição dispostrat em 09/04/2011.

# Intercâmbio Comercial Brasil-Serra Leoa (2006-2010)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SERRA LEGA <sup>(I)</sup> (USS mil - 10b)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (fob)	9.850	16.947	19.504	15.117	14.215
Variação em relação ao ano anterior	25,3%	72.1%	15,1% <sup>[</sup>	-22,5%	-6,0%
Part. (%) no lotal das exportações brasileiras para a África	0.1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0.0%	0,0%	9,0%
Importações (fob)	47	254	316	212	66
Variação em relação ao ano anterior	n.a.	440,4%	24,4%	-32,9%	-68,9%
Part. (%) no lotal das importações brasileiras da África	0.0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0.0%	0,9%(	0,0%	0,0%
intercâmbio comercial	9.897	17.281	19.820	15.329	14.281
Variação em relação ao ano anterior	25,9%	73,6%	15,2%	-22,7%	-6,8%
Part. (%) no total de intercambio brasilaire com a África	0,1%	0.1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total de intercambio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,09
Balança comercial	9,803	16,693	15.185	14.905	14,149

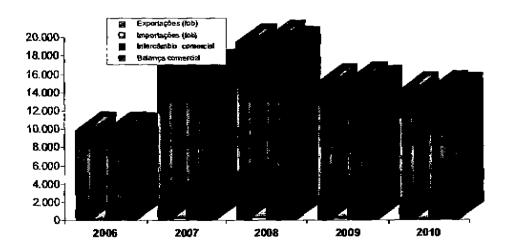
Elaborado por inflicio (Chinala de Informação Camplicia), tendo por la tre as aprim do MENERECENDA mente

(ff) As discreptivities and that were about the cost defend astall food as a reportuging the existing and an exceptional and the party of the experimental production and discreptive and the party of the experiment of the experim

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SERRA LEGA <sup>RI</sup>		2010	2011
ioriações riação em retação ao mesmo período do ano anterior art. (%) no total das exportações brasileiras para a Africa art. (%) no total das exportações brasileiras octações riação em retação ao mesmo período do ano anterior art. (%) no total das importações brasileiras da África art. (%) no total das importações brasileiras da África art. (%) no total das importações brasileiras reâmbio Comercia.) riação em retação ao mesmo período do ano anterior	(US\$ mil, fob)	jan-mar)	(jan-mar)
Exportações		1.560	1.465
Variação em relação ao mesmo período do ano antarior		-35,1%	-5,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Africa	<u> </u>	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	<b>.</b>	0,0%	0,0%
knportações	1	27	16
Variação em relação ao mesmo pariodo do ano anterior	<b>.</b>	-83,9%	-40,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,09
Intercâmbio Comercia)	•	1.587	1.46
Variação em relação ao mesmo periodo do ano anterior	il .	-38,3%	-6,49
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil - África	<b>.</b>	0.0%	0,09
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,03
Balança Comercial		1.533	1.45

Endorado pelo NRECERCIC - Chisto de Informação Comercial, com base en dedos do MOJCIGECE MARINAS.

(US\$ mil)



# Composição do intercâmbio comercial Brasil-Serra Leoa (2008-2011\*) \* jan-mar

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMISIO COMERCIAL BRASIL - SERRA LEGA	2008	*	2009	*	2010	*	
(US\$ mā -fab)		ne total j		ne telai		no tetal	
EXPORTAÇÕES (por principals produtos e grupos de produtos)							
Açúcares e produtos de conteitaria	6.153	31,5%	5,437	36,0%	5.446	38,3%	
Cereais	a,	0,0%	6	0,0%	3,582	25,2%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	827	4.2%	720	4,8%	1.397	9,8%	
Produtos cerámicos	479	2,5%	398	2,6%	666	4,7%	
Carnes e miudezas comestiveis	1,332	6,8%	731	4,8%	637	4,5%	
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	452	2,3%	594	3,9%	611	4,3%	
Veículos automóveis, tratores suas partes e acessórios	0	0,0%	45	0,3%	564	4,0%	
Extratos lanantes e lintoriais, taninos e derivados, etc	218	1,1%	49	0,3%	146	1,0%	
Obras de feiro fundido, ferro e aço	26	0,1%	68:	0,4%	131	0,9%	
Ferro fundido, terro e aço	0	P.0,0	이	0,0%	122	0,9%	
Subiotal	9,489	48,7%	8.042	53,2%	13,302	93,6%	
Demais Produtos	10,045	51,3%	7.075	46,8%	913	6,4%	
TOTAL GERAL	19,504	190,0%	15.117	900,6%	14,216	#00.0%	

Elektrick yn b MESO/NOC - Dyddio ale belgeneg in Capraire int, hante pro began yn dechae de WOC/IECE KRECe

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SERRA LEOA (US\$ mill-fob)	2008	% no total	2009	%, no letal	2010	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos a grupos de produtos)			<del></del>			
Móveis, mobilário médico-cirúrgico, colchões	66	27,2%	38	17.9%	30	45,5%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	10	3,2%	7	3,3%	22	33,3%
Velculos autombreis, tratores, suas paries/acessónios	0	0,0%	Ð	0.0%	9	13,6%
Obras de lerro funcido, ferro ou aço	66	20,9%	11	5,2%	4	5,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	44	20,8%	0	0,0%
Minérios, eschilas e circas	152	48,1%	112	52,8%	٩	0,0%
Subsolut	3(4	99,4%	212	100,0%	65	98,5%
Demais Produtes	2	0,0%	0	0.0%	- 1	0,0%
TOTAL GERAL	316	100,0%	212	100.0%	66	100,0%

Columbia pris MCCCCCCC - Debrio de Interreção Comor las, brais par incor es plotas de AQCCCCCCCCA comb

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SERRA LEGA	2010	*	2011	%
(US\$ mil -	(jan-mar)	do total	(jan-mar)	do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	328	21.0%	401	27,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	198	13,5%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	45	2,9%	178	12,1%
Preparações à base de cereais, fariohas, amidos, etc	203	13,0%	167	11,4%
Carnes e miudezas, comestiveis	114	7.3%	107	7,3%
Produtos cerámicos	86	5.5%	107	7,3%
Preparações alimenticias diversas	- F	0,0%	65	4,4%
Produtos farmacēuticos	77	4,9%	65	4,4%
Açúcares e produtos de confeitaria	548	35,1%	51	3,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	18	1.2%	47	3,2%
Subtotal	1.419	91,0%	1.386	94,3%
Demais Produtos	141	9,0%	63	5,7%
TOTAL GERAL	1.560	100,0%	1.469	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Môveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	17	63,0%	10	62,5%
Máguinas, aparelhos e material elétricos	6	22,2%	4]	25,0%
Veiculos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	2	7.4%	1,	6,3%
Subtotal		92,6%	15	93,8%
Demais Produtos	] 2	7,4%	1	6,3%
TOTAL GERAL	27	100,0%	16	100,0%

Emborado emb MESIDERLOC Directo de Internação Cermonial, com haco em dados do MONISECE/Miscome.

Aviso nº 195 - C. Civil.

Em 16 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor Senador CÍCERO LUCENA Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ JORGE ALCAZAR ALMEIDA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI FILHO Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

# MENSAGEM № 76, DE 2011 (nº 131, na origem)

#### Senhores Membrós do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.

Os méritos do Senhor Paulo Americo Veiga Wolowski que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2011.

EM No 00191 MRE

00001.004067/2011-74

Brasília, 2 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.

 Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

#### EM Nº0191/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasilia, 02 de Mato de 2011

Excelentissima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE ÁGUIAR PATRIOTA Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

#### **CURRICULUM VITAE**

#### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI

CPF.: 295.577.397-20 ID.: 5135 MRE

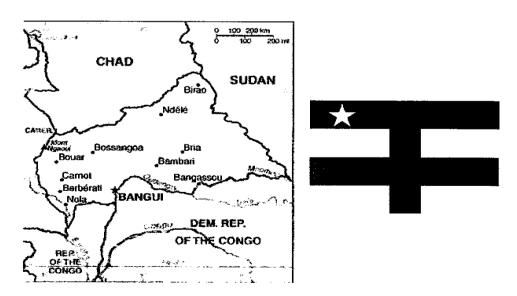
1946	Filho de Vitoldo Zeroslau Wolowski e Justina Veiga Wolowski, nasce em 10 de outubro, em Curitiba/PR
Dados Acad	lêmicos:
1972	Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1989	CAD, IRBr
1996	CAE, IRBr, O novo Brasil e o novo Moçambique: a busca dos parâmetros de uma parceria sustentável
Cargos:	
1971	CPCD - IRBr
1973	Terceiro-Secretário
1977	Segundo-Secretário
1980	Primeiro Secretário
1989	Conselheiro
1998	Ministro de Segunda Classe
2005	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1973-75	Serviço de Privilégios e Imunidades, Cerimonial, Assistente e Chefe
1975-77	Embaixada em Quito, Terceiro e Segundo-Secretário
1977-79	Embaixada em Ottawa, Segundo-Secretário

1979-83	inspetoria-Geral de Finanças, Assessor e Inspetor, substituto
1983-86	Embaixada em Bagdá, Primeiro-Secretário
1986-88	Embaixada em Varsóvia, Primeiro-Secretário
1988	Divisão do Oriente Próximo-I, Subchefe e Chefe, substituto
1988-90	Departamento do Oriente Próximo, Assessor
1990	Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto
1993-98	Embaixada em Maputo, Conselheiro
1998-06	Embaixada em Acra, Embaixador
2002	Embaixada junto à Lomé, Embaixador Cumulativo
2003	Embeixada junto à Burkina Faso, Embaixador Cumulativo
2006-10	Embaixada em Sófia, Embaixador
2006	Embalxada junto à República da Macedônia, Embalxador Cumulativo
2007	Embaixada junto à República de Bósnia-Herzegovina, Embaixador Cumulativo
2010	Embaixada em Brazzaville, Embaixador
Condecora	
1974	Ordem Nacional do Mérito, Paraguai, Cavaleiro
1978	Ordem Nacional do Mérito, Equador, Oficial
1991	Medalha do Pacificador, Brasil
2004	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grā-Cruz
2010	Ordem Stara Planina, Bulgária, Primeiro Grau

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA III DEPARTAMENTO DE ÁFRICA DIVISÃO DE ÁFRICA I

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR Diretor do Departamento do Serviço Exterior

#### REPÚBLICA CENTROAFRICANA



INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

OSTENSIVO

Março de 2011

# KUITO

DADOS BÁSICOS
PERFIS BIOGRÁFICOS
François Bozizé Yangouvonda
FAUSTIN-ARCHANGE TOUADÉRA
ANTOINE GAMBI
RELAÇÕES BILATERAIS
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS
POLÍTICA INTERNA
POLÍTICA EXTERNA
ECONOMIA
ANEXOS
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS
CRONOLOGIA HISTÓRICA
ATOS BILATERAIS
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

# DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República Centroafricana
Capital:	Bangui
Área:	622.984 km²
População (est. ONU 2009):	4,42 milhões
Idiomas:	Francês e sangô (oficiais)
Principais religiões:	Cristianismo 50%, crenças tradicionais 35%, islamismo 15%
Sistema político:	República
Chefe de Estado:	Presidente François Bozizé (desde março de 2003)
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Faustin-Archange Touadéra (desde janeiro de 2008)
Chanceler:	Antoine Gambi (desde janeiro de 2009)
PIB real (cst. 2010, FMI): PIB PPP (cst. 2010, FMI):	US\$ 2,1 bilhões US\$ 3,4 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est. 2010, FMI): PIB per capita PPP (est. 2010, FMI):	US\$ 469 US\$ 764
Unidade monetária:	Franco CFA da África Central (XAF).
Comunidade Brasileira Estimada	Não há registro da presença de brasileiros no país

#### 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2003 Brasil - RCA 2002 12.206 1.910 10.096 Intercâmbio 387 844 684 2.233 4.752 863 12.117 2.126 4,413 810 847 9.874 313 800 440 Exportações 89 222 107 339 53 1.063 74 44 244 **Importações** 197 2.019 4.074 757 -216 12.028 9.652 Saldo Brasileiro 239 756

#### BALANCA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL F.O.B.)

Fonte: MDIC.

# AGRASHIO GRANTEOS

#### François Bozizé Yangouvonda

#### Presidente

O quinto presidente da República Centroafricana nasceu no Gabão, na cidade de Mouila (Sudoeste do país), em 14 de outubro de 1946. Estudou em um colégio militar em Bouar, no oeste da República Centroafricana. Foi promovido a Tenente em 1969 e a Capitão em 1975.

Em 1978 foi promovido a Brigadeiro-General pelo Chefe de Estado do então Império Centroafricano, Jean-Bedél Bokassa. Com a queda de Bokassa, a volta da república e o retorno de David Dacko à presidência, em 1979, Bozizé foi nomeado Ministro da Defesa. Após a deposição de Dacko e a ascensão de André Kolingba, em 1981, Bozizé recebeu o cargo de Ministro das Comunicações, mas teve que fugir para o norte do país após envolverse no fracassado golpe de março de 1982, liderado por Ange-Felix Patassé. Refugiou-se posteriormente na França.

Preso no Benim, em 1989, Bozizé foi julgado por suposto envolvimento no golpe de Estado. Considerado inocente, em setembro de 1991, saiu da prisão em dezembro do mesmo ano. Retornou à Franca, onde morou por dois anos.

Candidatou-se à presidência nas eleições de 1993, recebendo apenas 1,5% dos votos. Patassé foi eleito e nomeou Bozizó como Chefe do Gabinete Militar, cargo que ocupou até 2001. Entre 2001 e 2003, facções políticas rivais se enfrentaram militarmente no país. Em março de 2003, Bozizé foi conduzido à presidência, eleito Presidente em 2005 e reeleito no início de 2011.

#### Faustin-Archange Touadéra

#### Primeiro-ministro

Faustin-Archange Touadéra nasceu em Bangui, em 21 de abril de 1957. Sua familia tem origem na região de Damara, cidade localizada ao Norte do País.

Fez seus estudos secundários no Colégio Barthélemy Boganda, em Bangui, antes de entrar na Universidade de Bangui para cursar Matemática. Estudou ainda na Universidade de Abidjã, na Costa do Marfim, e obteve PhD em sua área na Universidade de Ciência e Tecnologia de Lille, na França, e outro na Universidade de Iaundê I, em Camarões.

Touaderá foi nomeado professor assistente de Matemática na Universidade de Bangui, em 1987, e foi o Vice-Reitor das instalações científicas da Universidade entre 1989 e 1992. Nesse último ano, assumiu a diretoria do colégio de formação dos professores. Tomou-se Vice-Reitor da Universidade de Bangui em 2004, sendo posteriormente escolhido Reitor. Foi nomeado Primeiro-Ministro da República Centroafricana em janeiro de 2008.

#### Antoine Gambi

# Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Integração Regional e da Francofonia

O Brigadeiro-General Antoine Gambi ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros desde 2009. No período de 2003-2009 exerceu a função de Chefe do Estado-Maior do Exercito centroafricano (2003-2009).

# <u>RELACOES BILATERAIS</u>

O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Centroafricana é bastante recente, tendo ocorrido no dia 27 de abril de 2010.

#### Assuntos consulares

Não há rede consular brasileira; tampouco, há registros de brasileiros residentes na República Centroafricana.

#### Atos bilaterais

Tendo em vista o recente estabelecimento de relações diplomáticas, há apenas um único ato bilateral assinado, o "Comunicado Conjunto do Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a República Centroafriana".

#### Comércio e investimentos bilaterais

O comércio bilateral entre os países é, ainda, bastante incipiente, embora nossas exportações tenham mais que dobrado desde 2006, e o Brasil já seja o sexto principal fornecedor do mercado Centroafricano. O Brasil exportou, em 2010, US\$ 9,8 milhões, o que representa 1,8% das importações centroafricanas e apenas 0,1% das exportações totais do Brasil para a África. Açúcares e produtos de confeitaria são dominantes (95%) na pauta exportadora. As importações brasileiras são modestas, tendo atingido, em 2010, a marca de US\$ 222 mil.

#### Operações de empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações de financiamentos e empréstimos oficiais entre os países

# 

A República Centroafricana (RCA), que integrou a África Equatorial Francesa, foi elevada, em 1958, à categoria de república no âmbito da Comunidade Francesa e, em 1960, adquiriu a independência.

A história do país independente tem sido marcada pela instabilidade política. David Dacko, o primeiro presidente, foi deposto em 31 de dezembro de 1965, pelo então comandante do exército, Jean Bedel Bokassa. Em 1972, Bokassa proclamou-se Presidente perpétuo e, em 1977, Imperador do "Império Centroafricano". Em setembro de 1979, em meio a grave crise institucional, Dacko foi reconduzido ao poder. Dois anos depois, em setembro de 1981, foi entretanto deposto pelo General André Kolingba. Teve início um regime ditatorial de partido único e apenas em 1993 foram realizadas eleições presidenciais, das quais emergiu Ange-Felix Patassé como vencedor.

Patassé foi reeleito em 1999, e deposto em 2003. Assumiu então a presidência o General François Bozizé, ex-Chefe do Gabinete Militar que, em 2005, foi reconfirmado no cargo pelo voto popular.

Em janeiro de 2011 realizaram-se novas eleições presidenciais e parlamentares, para renovação de um terço do Congresso. A organização do escrutínio representou grande desafio, devido à precariedade das estradas e à insegurança causada pelo ativismo de grupos armados em várias regiões do país.

No dia 13 de fevereiro de 2011, a Corte Constitucional da RCA publicou o resultado definitivo das eleições presidenciais, declarando General François Bozizé eleito no primeiro turno com 64,67% dos votos. A oposição, agrupada no "Collectif des Forces du Changement" ("Coletivo de Forças da Mudança"), após recorrer, sem sucesso à Corte Constitucional, criou a "Frente para a anulação e nova realização das eleições de janeiro 2011". De acordo com informações do periódico *Jeune Afrique*, relatório da União Européia apontou que, para além dos problemas logísticos, haveria indícios de fraudes e irregularidades praticadas pelo governo. Líder da oposição, o ex-presidente Ange-Félix Patasse morreu em 05 de abril de 2011, em virtude de complicações de quadro de diabetes. Especula-se em que medida sua morte poderá afetar a mobilização do movimento opositor.

Em seu discurso de posse, realizada no dia 15 de março, o General François Bozizé afirmou que o objetivo fundamental de seu mandato, de 5 anos, será o de "consolidar o processo de unidade nacional iniciado em 2003, de forma a retomar o crescimento da economia, promover a transparência na gestão pública, combater a corrupção e a pobreza, lutar contra o desemprego e proteger os direitos humanos fundamentais na RCA".

As eleições parlamentares para preencher os outros dois terços das cadeiras da Assembléia Nacional foram realizadas no dia 27 de fevereiro. O pleito realizou-se em clima de tranquilidade, e o partido governista conquistou a grande maioria das cadeiras. O "Collectif des Forces du Changement" boicotou as eleições.

# POLITICALEXTERNA

O estreito relacionamento bilateral com a França é ainda o principal eixo da política externa da RCA e se projeta nos campos político, econômico e militar. A presença francesa destaca-se na cooperação para o desenvolvimento e nas relações econômicas: a França é o principal exportador para o mercado centroafricano, além de importante investidor no país.

Na área militar, a presença francesa tem sido uma constante desde a independência do país. A partir do final dos anos 1990, contudo, a França deu início à retirada da maioria das forças que mantinha na RCA. Atualmente, além de oferecer contingente significativo para a Missão de Paz da União Européia no país, mantém tropas em Bangui. Em 2010 foi assinado novo acordo de defesa entre as duas nações.

A República Centroafricana é um país dependente de assistência humanitária internacional e da atuação de ONGs em numerosas. A França ainda se mantém como o principal parceiro na cooperação para o desenvolvimento, embora venha reduzindo, nos últimos anos, substancialmente os recursos que destina à assistência para o desenvolvimento social do país africano. Organizações como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, agências das Nações Unidas, a União Européia e o Banco para o Desenvolvimento Africano – bem como doadores bilaterais como a Alemanha, Japão, União Européia, China e Estados Unidos – são importantes parceiros para o desenvolvimento da RCA.

A instabilidade política e militar da região, com a ação de grupos armados na divisa entre o Chade oriental, o nordeste da RCA e o Sudão ocidental, aliada à situação de carência das populações, deu origem à organização, em 2007, pelas as Nações Unidas e pela União Européia, de missões internacionais — respectivamente MINURCAT e EUFOR — com mandatos de segurança, mediação política, proteção civil e humanitária. O Brasil participou da MINURCAT com dois observadores militares.

A MINURCAT encerrou suas atividades em dezembro de 2010, a pedido do Governo do Chade, que assumiu a responsabilidade plena pela proteção dos civis em seu território. A EUFOR, por sua vez, mantém suas atividades no país e é uma das principais fornecedoras dos recursos que complementam o orçamento governamental. Foi, ademais, a principal financiadora das eleições presidenciais e legislativas realizadas neste ano.

As relações com a China também têm sido intensificadas. Os centroafricanos manifestam o desejo de receber cooperação técnica e de fortalecer as relações comerciais com o país asiático, que já é o segundo principal destino das exportações centroafricanas. Bélgica, Estados Unidos, Camarões, Marrocos e a República Democrática do Congo são outros importantes parceiros comerciais.

No âmbito regional, a República Centroafricana, além de membro da União Africana, integra a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), bem como a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC).

Iniciativa integracionista de caráter econômico e político, a CEMAC possui mocda c Banco Central comuns, além de ter recentemente instalado um Parlamento. Além da República Centroafricana, fazem parte da CEMAC Camarões, Guiné Equatorial, Chade, República do Congo e Gabão. Outras medidas recentes que podem impulsionar o processo de integração regional foram a criação do passaporte CEMAC, que dispensará a necessidade de visto para deslocamentos intra-regionais, e o estabelecimento de uma companhia área para melhorar as possibilidades de transporte entre os países. No contexto de denúncias de corrupção, foram anunciadas também reformas no Banco Central regional (Banco dos Estados da África Central), que, buscando diminuir as influências políticas na condução da política monetária, concederam maior autonomia para essa instituição. No entanto, o maior problema de ordem monetária da região - a paridade do Franco FCA com o Euro e a conseqüente ausência de uma política monetária verdadeiramente autônoma - não foram devidamente enfrentados nessa onda de reformas.

A CEEAC, por sua vez, é formada pelos membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Ruanda e Burundi . Um dos principais objetivos dessa organização é formar um mercado único na África Central. Esse objetivo, contudo, está longe de ser alcançado. Interesses econômicos diversificados, desavenças políticas e o engajamento dos países membros em diferentes organizações regionais impõem, segundo diversos analistas, baixa eficiência às atividades da organização.

# **ECONOMIA**

A RCA é reconhecida como um dos países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo. A população é esparsa e rural, a economia é prioritariamente agrícula, com a maior parte da população dedicada à agricultura de subsistência. 55% do PIB do país é produto da agricultura. As principais culturas são algodão, culturas de subsistência, além de café e tabaco. Apesar do caráter agrícula da economia, as crises alimentares são recorrentes.

As exportações do país estão concentradas em produtos intensivos em recursos naturais. Madeira e diamante são responsáveis por aproximadamente 95% da pauta exportadora, que é complementada, marginalmente, pelas exportações de café. As importações, por sua vez, concentram-se na compras de combustíveis e de insumos relacionados ao programa de investimento do governo. O país possui um déficit estrutural na balança comercial e na balança de serviços.

Já na balança de rendas, o déficit é pequeno, pois o país renegociou recentemente sua dívida e paga, por isso, poucos juros. No entanto, a República Centroafricana apresenta saldo positivo na balança de transações correntes, pois as transferências unilaterais, influenciadas pelo resultado das contribuições dos países doadores, são geralmente maiores do que os déficits nas outras rubricas.

Essas mesmas doações, aliadas à melhoria do sistema de arrecadação de impostos, que possibilitou um aumento significativo na ainda baixa carga tributária (10,7% do PIB), vêm permitindo ao país, nos últimos dois anos, obter superávits nas contas públicas da ordem de 3,6% do PIB. Nesse mesmo período, a inflação foi pequena, próxima de 2% aa. Além dos superávits fiscais, concorreu para esses resultados a política monetária do BEAC, cujo principal objetivo, além de manter a paridade da moeda regional com o Euro, é controlar a inflação. Ainda sobre a política econômica, cabe destacar que, desde 2007, a República Centroafricana possui acordo com o FMI. No final do ano passado, o acordo, o primeiro com o Fundo que pôde ser completado sem interrupção, expirou; no entanto, o país já requisitou novos créditos.

Embora boa parte dos indicadores macroeconômicos seja positiva, a economia em si não tem apresentado o dinamismo necessário para um país com renda *per capita* de apenas US\$ 469. Desde 2006, a média do crescimento do PIB foi de 2,9%.

#### ANEXOS

#### Cronologia das relações bilaterais

2010- Estabelecimento de relações diplomáticas.

#### Cronologia histórica

- 1960- A República Centroafricana torna-se independente da França;
- 1965- O presidente David Dacko é derrubado por golpe de estado liderado por Jean Bedel Bokassa:
- 1972- Bokassa proclama-se Presidente perpétuo;
- 1977- Bokassa proclama-se Imperador do então criado "Império Centroafricano";
- 1979- David Dacko é reconduzido ao poder;
- 1981- Dacko é deposto pelos militares, sendo substituído pelo General André Kolingba;
- 1993- Realização de eleições presidenciais, sendo vitorioso Ange-Felix Patassé;
- 1999- Recileição de Ange-Felix Patassé;
- 2003- Assunção do poder pelo General François Bozizé;
- 2005- Bozizé é eleito Presidente;
- 2011-Bozizé é reeleito Presidente.

#### Atos Bilaterais

Título			Data de	Entrada em vigor	Decreto nº Data	āo
Timio		celebração	Etter acta cui vigor	Decreto nº	Data	
Comunicado Estabelecimento	Conjunto					
Diplomáticas	entre a	República	27/04/2010	27/04/2010		
Federativa do Centroafricana	Brasii e a	керионса				

#### Dados econômico-comerciais

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2 0 0 9 <sup>th</sup>	2 0 1 0 <sup>(1)</sup>
População (em milhões de habitantes) <sup>(1),(2)</sup>	4,18	4,26	4,34	4,45	4,5
Densidade demográfica (hab/Km²)	6,7	6,8	7,0	7,1	7,:
PIB Neminal (US\$ bilhões)	1,6	1,8	2,1	2,1	2,
Crescimento real do PIB (%)	4,0	3,2	2	1,4	3,:
Variação anual do índice de preços ao consumidor(%) <sup>23</sup>	6.7	0.9	9,3	3,5	1,9
Reservas internacionais, exclusive ouro(US\$ milhões) [2]	125,4	82,6	121,8	210,6	178,
Cámbio (CFAfr / US\$)(3)	522,9	479,3	447,8	472,2	495,

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do El-U-Economist Intelligence Unit, Country Report March 2041

(1) Estimativo EIU. (2) 2009: dado met

(2) 2009 : dedo real (3) 2009 e 2010: dedos reals.

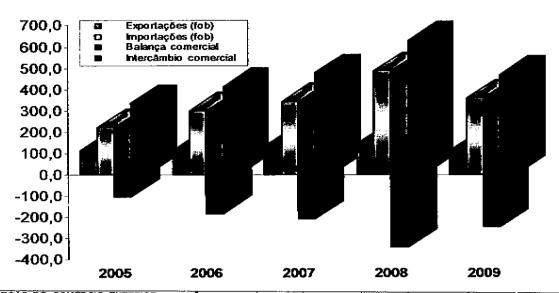
COMÉRCIO EXTERIOR ( US\$ milhões )	2005	2006	2007	2008	2009	2 0 1 0 <sup>14X24</sup>
						L
Exportações (fob)	114,2	1 13,7	133,3	144,5	110,9	91,2
Importações (fob)	221,8	299,0	343,4	487,7	358,9	
Balança comercial	-107,6	-185,3	-210,1	-343,2	-248,0	-279,3
Intercâmbio comercial	336,0	412,7	476,7	632,2	469,8	461,7

Elaborado puls MR EIDPRADIC - Dirásão de Informeção Comorcial, com base em dados do FMA - Direction el Trade Statistica, April 201

I) jereko setenbe.

(2) Office posição dispositariom 04/01/2011

### Comércio Exterior da República Centroafricana



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões )	2007	% do total	2008	do total	2009	% do total	2 0 1 0 1 KZ	% do total
EXPORTAÇÕES: (fob)		- <u>- 11 17 17 1</u>					7.777	
Bélgica	28,0	21,0%	23,3	16,1%	39,6	35,7%	27,8	30,4%
China	6.0	4,5%	19.5	13,5%	13,3	12,0%		
Мантосся	12,5	9,3%	14.2	9,8%	12.4			9.9%
República Democrática do Congo	8,4	6,3%	9,5	6,6%	8,3 <sup>1</sup>	7,5%	6.4	7,1%
França	8,7	6.6%	10.4	7,2%	7.0	6,3%		5.8%
Indonésia	23,8	17.8%	13,4	9,3%	4.1	3,7%	3.1	3.4%
Estados Unidos	2,9	2,2%	8.3	5,7%	3.3	3,0%		4.7%
Turquia	5.8	4.3%	8.1	5,6%	3,2	2,9%		3.7%
Itália	9,5	7,1%	9.7	6,7%	2.8	2,5%		1,0%
Brasil .	0,0	0,0%	1,1	0,8%	0,1	0,1%	0.1	0,1%
Subtotal	105,4	79,1%	117,4	81,3%	94,2	85,0%	76,2	83,5%
Demais países	27,9	20,9%	27,1	18,7%	15,7	15,0%	15,0	16.5%
Total	133,3	100,0%	144,5	100,0%	110,9	100.0%	91.2	100.0%

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milho	2007	do total	2008	do total	2009	% de total	2 0 1 0 <sup>(f)(2)</sup>	% do total
IMPORTAÇÕES: (cif)			<del></del>					
França	56.8	16,5%	66.4	13,6%	53,4	14,9%	44,2	11,9%
Eslados Unidos	21,7	6,3%	25,9	5,3%	34,8	9,7%	10.0	2,7%
Camarões	33,0	9,6%	37,7	7,7%	33.0	9.2%	25.4	6,9%
Paises Baixos	44.4	12,9%	28,1	5,8%	30,2	8,4%	125,7	33,9%
China	9.8	2,8%	12.4	2,5%	14,0	3,9%	22,7	
Bras 🛚	0,0	0,0%	1,5	0,3%		3,7%	6,8	1,8%
Bélgica	9.6	2,8%	12,6	2,6%	12,9	3,6%	5,9	1,6%
Chade	7,6	2,2%	8,7	1,8%	7.6	2,1%	5.9	1,6%
Itālia	2.7	0,8%	3,1	0,6%		1,8%	5.6	1,5%
República Democrática do Congo	5,4	1,6%	6,2	1,3%	5.4	1,5%	1.2	1,1%
Alemanha	5.5	1,6%	4,1	0.8%	4,9	1,4%	4.3	1,2%
Libano	3,8		4.4	0.9%	3,6	1.1%	2.9	0,8%
República Dominicana	0.1	0.0%	8,0	1,6%			2.5	0,7%
Tailândia	1,1	0,3%	0,1	0.0%	3,1	0.9%	0.2	0,1%
Espanha	1,4	.0,4%	14,9	3,0%		0,8%	1,7	0,5%
Hong Kong	2,7		8,4	1,7%	2,9	0,8%	1,4	0,4%
África do Sul	8,5		3,0	0,6%	2,7	0,7%	2.6	0.7%
República Democrática da Coréia	2,1		2,5	0,5%	2,1	0,6%	1.7	0,4%
İndia	1.7	0,5%	2,2	0.4%	2,1	0,6%	5,6	1,5%
Japão	1,6	0,5%	2.0	0.4%	1.9	0,5%	1.6	0.4%
	- 1	1,47,67	. '	. 16.4			11-	•, • •
Subtotal	219,6	64,0%	252,0	51,7%	240,8	67,1%	280,9	75,8%
Demais países	123,8	36,0%	235,7	48,3%		32,9%	89,6	24,2%
Total	343,4	100,0%	487,7	100.0%	358.9		370,5	100,0%

Elaborado pelo MESOPRADO - Dificiale de informação Comortial, oeto base em deebo elo FAU - Chredicio el Fante Statistica, April 2015.
Pedina situada em proton increscente, la toda como base as selones spresionitados em 2009.

(1) Formán sestimbre.

(3) Eliborado pueda dispersionit em 0.004/2015.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de informeção Comercial, com base em dados do UNCTAD/Comirado.

A República Centro Atricana não informou diados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores expertadores, que pada causar divergências aos diados establisticos.

(1) Última posição avos	disponivel em	04/04/2011
I I CHEMIC PROJECT BACO	- conspicuous con con	

NTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP, CENTRO AFRICANA <sup>(1)</sup> (US\$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	4.413	810	847	12.117	9,874
Variação em relação ao ano anterior	107,6%	-81,6%	4,6%	1330.6%	-18.5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	0.1%	0.0%:	0,0%	0.1%	0.19
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0.0%	0.0%	0,0%
Importações	339	53	1,063	89	222
Variação em relação ao ano anterior	216,8%	-84,4%	1905,7%	-91,6%	149,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da África	0,0%	0,0%	0,0%	0.0%	0.09
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0.0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	4.752	863	1.910	12.206	10.096
Variação em relação ao ano anterior	112,8%	-81,8%	121,3%	539.1%	-17,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-África	0.0%	0,0%	0.0%	0.1%	0.09
Part. (%) no total de intercâmbio brasileiro	0.0%	0.0%	0,0%	0.0%	0.0%
Balança Comercial	4.074	757	-215	12.028	9.65

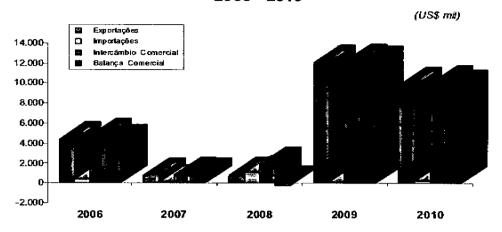
Elaborado pelo MPS/EPRIDIC - Divisão de Asternação Comercial com tesa nas returniçãos do MOIC/ISSC EXISTRAMA.

[1] As discreptivides observed as non-districtive das supertopides traditation de des Augustopides per de vice-nersa produce per aplacator per de Archive establishes e families establishes e

NTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP. CENTRO-AFRICAÑA		2010	2011
	(US\$ mil, fob)	(jan-fev)	(jan-fev)
Exportações		76	
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	<b>I</b>	-52,2%	-98,79
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a África	<b>I</b>	0,0%	0,05
Part. (%) no total das exportações brasileiras	<b>I</b>	0.0%	0.09
importações	<b>I</b>	0	•
Variação em retação ao mesmo período do ano anterior	<b>I</b>	n.a.	n,a
Part. (%) no total das importações brasileiras da África		0.0%	0.0
Part. (%) no total das importações brasileiras	<b>I</b>	0,0%	0,01
Intercambio Comercial	<b>I</b>	76	
Variação em retação ao mesmo período do ano anterior	<b>I</b>	-61,0%	-98,65
Part. (%) no total do intercambio Brasil-África	1	0.0%	0.05
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1	0,0%	0.01
Balança Comercial		76	

Elaborado pois MRENAMOS - Decisão de Intercesção Comos el com base nos informações de MOIC SEC EXAMement. (a.e.) Crática não apicidad.

#### INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA 2006 - 2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SEC EL/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INT. COM. BRASIL - REP. CENTRO-AFRICANA (US\$ Inti	l - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtes)					<u> </u>		
Açécares e produtos de confeitaria		- o	0.0%	11.510	95.0%	9.298	94,2%
Carnes e miudezas comestiveis		129 <sup>1</sup>	15.2%	162	1.3%	150	1,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		98	11.6%	92	0,8%	99	1,0%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		23	2.7%	61	0.5%	56	0,5%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc	1	231	2.7%	111	0,9%	28	0,3%
Instrumentos e apareihos de ótica, folografía		57	6,7%	8	0.1%	16	0,2%
Máquinas, aparelhos e material elétricos		294	34.7%	60	0,5%	15	0,2%
Extralos tanantes e tintoriais, taninos e derivados		40	4,7%	ō	0,0%	8	0,1%
Subtotal		664	70,4%	12.004	99,1%	9,670	97,9%
Demais Produtos		183	21.6%	113	0,9%	204	2.1%
TOTAL GERAL	[	847	100,0%	12,117	104.0%	9,874	100.0%

 $Gapsed de producto del ados care atalan de Care an <math>k_{\rm s}$  in the commission on reducing a constitute and 2010.

COMPOSIÇÃO DO INT. COM. BRASIL - REP. CENTRO-AFRICANA (US	\$ mill - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
MPORTAÇÕES: (por principais grapos de produtos)						•	====
Ferro fundido, ferro e aço	I	o o	0,0%	14	15,7%	171	77,0%
Produtos cerámicos		o l	0,0%	o	0.0%	26	11,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		25	2,4%	52	58,4%	9	4,19
Máquinas, aparefhos e material elétricos		o	0,0%	21	23,6%	7	3,2%
Plásticos e suas obras		845	79,5%	o	0.0%	o	0.09
Minérios, escórias e cinzas		192	18,1%	o¦	0,0%	0	0.0%
Subtotal		1.062	99,9%	87	97,8%	213	95,9%
Cemais Produtos		1	0,1%	2	2,2%	9	4.1%
TOTAL GERAL		1.063	100,0%	89	100.0%	222	100.0%

Cristiana però sur sturmi acci. Amesso de anordes; se comercia com asse cas cas conseques de seur, ass Grupes de produtos éstatos em orden distribuciente, femdo touno base de velores expertentedos em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - REP.CENTRO-AFRIC	ANA	2010	%	2011	7.
	(US\$ mil - fob)	(jan-fev)	no total	(jan-fev)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Borracha e suas obras		0	0,0%	1	100,0%
Produtos cerámicos		61	80,3%	0.	0,0%
Môveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc	ļ	1	0,9%	Oį.	0.0%
Produtos químicos inorgânicos	f	14	18,4%	0	0.0%
Subtotal	<u>-</u>	76	99,6%		100,0%
Oemais Produtos		ol	0,4%	ol	0,0%
TOTAL GERAL		76	100,0%	1	100,0%
MPORTAÇÕES: (Principals grupos de produtos)					
NÃO FORAM REGISTRADAS IMPORTAÇÕES ACIMA DE MIL DÓLARES NO PERÍODO	ľ		İ		
Subtotal					
Demais Produtos	1		ļ		
TOTAL GERAL	ŀ				
The second secon					

Efetorado pelo MR.E/OPR/OIC - Divisão de Informação Comercial com Jesa nas intermedêns do MDIC/SECEX/Alicensis

Orupeo de produtos fistacion em ordos discrescimin, lando como lintre os valores apastevidos em jan-few2011.

Aviso nº 196 - C. Civil.

Em 16 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor Senador CÍCERO LUCENA Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO AMERICO VEIGA WOLOWSKI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Congo, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Centroafricana.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCCI EILHO Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

# MENSAGEM Nº 77, DE 2011 (nº 132, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.

Os méritos do Senhor Francisco Carlos Soares Luz que me induziram a escolhêlo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de maio de 2011.

EM No 197 MRE

Blasília, 6 de maio de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

#### EM Nº 197 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 6 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o pais e curriculum vitae de FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA Ministro das Relações Exteriores

#### INFORMAÇÃO

#### **CURRICULUM VITAE**

### MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ

CPF.: 239.791.271-68

ID.: 8457 MRE

1962	Filho de Francisco Luz e Eunice Soares Luz, nasce em 11 de março, em Poços de Caldas/MG
Dados Ac	adêmicos:
1983	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1990	Pós-graduação, Course on International Negotiation, organizado pelo PNUD e pelo Instituto Torcuato di Tella, Buenos Aires
1993	CAD, IRBr
2006	CAE - IRBr. A Questão da Aids na África Austral: Realidade e Perspectivas da Cooperação Brasileira com os Países da Região para o Combate à Pandemia.
Cargos:	
1983	CPCD - IRBr
1984	Terceiro-Secretário
1989	Segundo-Secretário
1996	Primeiro-Secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1985-87	Divisão de Formação e Treinamento, assistente
1987-88	Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal, assistente
1988-92	Embaixada em Buenos Aires, Terceiro e Segundo-Secretário
1992-95	Embaixada em Havana, Segundo-Secretário
1995-98	Departamento de Comunicações e Documentação, Coordenador-Executivo
1998-01	Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
2001-04	Embaixada em Pretória, Primeiro-Secretário
2007	Embaixada em Harare, Encarregado de Negócios em missão transitória
2004-09	Embaixada em Maputo, Encarregado de Negócios
2009	Embaixada em Dar es Salam, Embaixador
Condecora	ações;
1997	Ordem do Mérito da República Italiana, Itália, Oficial
Publicação	
2002	Brazil in Brief (quinta edição), Editora da Universidade da África do Sul (UNISA), Editora

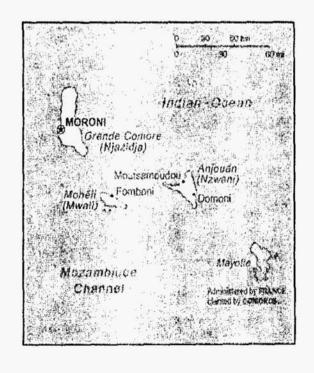
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR Diretor do Departamento do Serviço Exterior

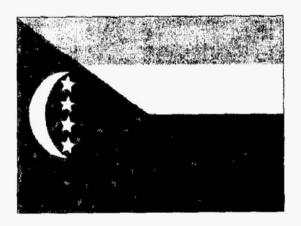
# MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA PARA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO DEPARTAMENTO DA ÁFRICA DIVISÃO DA ÁFRICA- JU

#### UNIÃO DE COMORES

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

MAIO DE 2011





# UNIÃO DE COMORES: DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Moroni
ÁREA:	2.171 km2
POPULAÇÃO (est. FMI 2009):	773.407
IDIOMA:	Árabe, francês e shikomor
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica sunita (98%) e Católica Romana
SISTEMA POLÍTICO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Ahmed Abdallah Sambi Presidente-eleito Ikilinou Dhoinine
CHANCELER:	Fahmi Said Ibrahim El Maceli
PIB PPP:	US\$ 789 milhões (2010)
PIB NOMINAL:	US\$ 557 milhões (2010)
PIB PER CAPITA:	US\$ 788 (nominal), US\$ 1.162 (PPP 2010)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco comorense
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS:	Embaixador-Designado: Francisco Carlos Soares Luz, acreditado em Dar es Salam.

# INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) - Fonte: MDIC

Intercambio Comercial Brasil Comores (USS mil)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações (A)	1.562	1.158	1.740	2.233:	3.013	2.481	1.746	1.173
Importações(B)	2.7	1001	19,3	1,5	81,8		15.7	5,67
Intercâmbio (A+B)	1.565	1.258	1.759	2.235	3.011	2.482	1.762	1.178
Balança Comercial (A-B)	1.559	11058	11.720	2.232	3.015	22481	1.730	11167

#### PERFIS BIOGRÁFICOS

#### Presidente Ahmed Abdallah Mohamed Sambi

Nascido em 5 de junho de 1958, na ilha de Anjouan, Ahmed Abdallah Mohamed Sambi é um bem-sucedido empresário, cujos negócios incluem a manufatura de colchões e de perfumes, além de um canal de televisão (TV Ulezi). Estudou em escolas islâmicas na Arábia Saudita, no Irã e no Sudão e foi um dos fundadores do Partido Frente Nacional para a Justiça, apesar de ter sido considerado candidato independente às eleições presidenciais, sendo relativamente novo na política quando se candidatou por Anjouan. Protagonizou a primeira transição de poder democrática e pacífica em Comores. Venceu as eleições de maio de 2006 com 58% dos votos, após comprometer-se, em campanha, a lutar contra o desemprego e a corrupção no país, além de prometer construir moradias para a população carente. Sua candidatura abriu o debate sobre o papel da religião no país e, apesar de ser de origem sunita, como a maioria da população comorense, foi acusado, por seus adversários, de tentar disseminar o xiismo no país e de querer impor a lei islâmica. No entanto, desde sua eleição, Sambi vem tentando demonstrar sua oposição ao extremismo religioso e salientar suas credenciais democráticas, além de passar uma imagem de austeridade administrativa, com iniciativas como, por exemplo, a redução do número de Ministérios.

#### Presidente-Eleito Ikilinou Dhoinine

Nascido em 14 de agosto de 1962, na ilha de Moheli. Dhoinine é farmacêutico de formação e foi o Vice-Presidente de Ahmed Abdallah Mohamed Sambi ao longo dos últimos quatro anos. Presume-se que deva dar continuidade às políticas de seu antecessor. Eleições Gerais. Em dezembro de 2010, é eleito com 61% dos votos, no segundo turno, pelo partido "Mouvance Présidentielle", mesmo de Ahmed Abdallah Mohamed Sambi. Dhoinine tomará posse em 26 de maio de 2011.

# Ministro das Relações Exteriores Fahmi Said Ibrahim El Maceli

Fahmi Said Ibrahim El Maceli ocupa o cargo de Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação, encarregado da Diáspora, da Francofonia e do Mundo Árabe desde maio de 2010.

#### POLÍTICA INTERNA

A politica comorense tem sido particularmente turbulenta, com 21 tentativas de golpe desde que o país obteve a independência da França, cm 1975. O sistema federativo (a União), estabelecido pelo Acordo de Fomboni, em 2000, prevê uma federação, com relativa autonomia para as suas três ilhas (a ilha de Mayotte manteve a administração francesa). Dessa forma, Grande Comore, Anjouan e Mohéli elegeram parlamentos próprios. A presidência da União é rotativa, sendo assumida por uma das ilhas a cada quatro anos. Embora esse sistema tenha significado avanço e propiciado a passagem pacífica do poder do Coronel Azali Assoumane (representando a ilha de Grande Comore) para Ahmed Abdallah Sambi, que representa a ilha de Anjouan, os impasses entre os governos locais e a União são constantes.

Em referendo realizado em 1974, 96% dos eleitores das ilhas de Grande Comore, Anjouan e Mohéli optaram pela independência, enquanto na ilha de Mayotte, 64% dos votos foram contra. A França tentou acomodar a divergência propondo uma Constituição altamente descentralizada, o que foi rejeitado pelo líder do movimento independentista, Ahmed Abdallah Abdérémane. Em 1975, a Câmara dos Deputados local decidiu proclamar uma declaração unilateral de independência, elegendo Abdallah como primeiro Presidente. A França manteve o controle sobre Mayotte, o que nunca foi aceito pelos governos comorenses. Graças a fortes subsídios franceses a ilha de Mayotte tem desenvolvimento econômico bastante superior ao restante do arquipélago.

Em um cenário de instabilidade crônica, as ilhas de Anjouan, cuja economia é mais desenvolvida, e Mohéli, menor e menos expressiva economicamente, anunciaram sua secessão em 1997, o que foi seguido pelo pedido de reanexação pela França, como territórios dependentes. A França prontamente recusou-se a atender ao apelo dos insurretos, mas as várias tentativas do exército comorense para controlar as duas ilhas fracassaram.

Por iniciativa da Organização da Unidade Africana (OUA), delegados das três ilhas se reuniram em Madagascar, em abril de 1999. Os representantes de Grande Comore e Mohéli alcançaram o Acordo de Antananarivo, sob o qual cada ilha deveria ter seu parlamento e governo local, enquanto a presidência da Federação obedeceria a um rodízio trienal. A delegação de Anjouan, porém, recusou-se a aceitar o acordo, o que originou protestos violentos em Grande Comore. Em 30 de abril, o exército comorense depôs o governo de Abbas Djoussouf e suspendeu a Constituição. Azali Assoumane proclamou-se presidente, primeiro-ministro e ministro da defesa.

A situação em Anjouan tornou-se altamente polarizada e os separatistas venceram as eleições de agosto de 1999 para a Assembléia local, em um pleito marcado pelo comparecimento de apenas 15% dos eleitores. Quando as forças da OUA já se preparavam para uma intervenção militar, o Coronel Assoumane logrou, surpreendentemente, alcançar um acordo com os separatistas de Anjouan. Pelo Acordo de Fomboni, assinado em Mohéli, em agosto de 2000, Anjouan não poderia ter uma relação com a França como a de Mayotte e tampouco obteria independência. O pacto baseou-se na idéia de uma nova Comunidade Comorense e

reinstituiu a Federação, com o apoio da OUA e dos doadores internacionais. Apesar do tumultuoso período inicial, em que ocorreram novo golpe e contragolpe, o acordo abriu caminho para as eleições de abril de 2002. O coronel Assoumane obteve cerca de 75% dos votos para a Presidência da União, embora com um comparecimento de apenas 25% dos eleitores, depois que dois outros candidatos pediram o boicote ao pleito. Seguiu-se um impasse que durou 18 meses, período no qual o Coronel Assoumane e os presidentes das três ilhas disputaram o controle de recursos políticos e econômicos, principalmente as receitas da alfândega.

Em dezembro de 2003, a troika da União Africana (África do Sul, Tanzânia e Zâmbia) intermediaram o Acordo de Beit-Salam, assinado pelo Coronel Assoumane e pelos presidentes das três ilhas, que estabeleceu a realização de eleições legislativas, em 2004. Embora as eleições tenham sido consideradas livres e justas, não resolveram as divisões fundamentais do país. O partido do Coronel Assoumane, a Convenção pela Renovação de Comores (CRC), foi o grande perdedor, e seus opositores dominaram as três Assembléias locais, cujo propósito deveria ser os estabelecimento de governos separados, mas harmônicos. Dominaram, também, a Assembléia Federal da União e a luta pela divisão de responsabilidades e de receita persistiu ao longo do mandato de Assoumane.

Ao abrigo do o Acordo de Fomboni, coube a Anjouan escolher os candidatos à Presidência da União no pleito de 2006, o que ocorreu sem incidentes. Ahmed Abdallah Sambi, um dos fundadores do partido islâmico, a Frente Nacional de Justiça (FNJ), venceu com 58% dos votos, o que conferiu legitimidade a seu mandato. No entanto, Sambi ainda enfrenta oposição tanto em Grande Comore, devido à perda da hegemonia política por parte da ilha, quanto na própria Anjouan, onde Mohamed Bacar, seu rival político, é bastante influente.

Em março de 2008, uma intervenção das forças da União, com apoio da UA, depôs Bacar, onze meses depois de ele haver anunciado que havia sido reeleito em uma eleição que não foi reconhecida nem pelo Governo Federal, nem pela comunidade internacional.

A invasão só ocorreu após um processo de mediação que durou nove meses e que incluiu sanções econômicas e um bloqueio naval e aéreo contra Anjouan. Em comunicado oficial a respeito da decisão de invadir a ilha, o governo comorense ressaltou que teria tomado a medida após o esgotamento das tentativas de mediação pacífica da crise pela África do Sul e por delegação internacional composta de representantes dos EUA, França, UA e Liga dos Estados Árabes. Apoiado por Sambi, Moussa Toybou foi eleito para suceder Bacar.

A política comorense caracteriza-se por um grande número de facções e de partidos políticos, em grande medida baseados em lealdades pessoais ou comunitárias e interesses econômicos.

O Exército constitui a principal força política em Comores, mas sua reputação foi abalada pela derrota frente às forças anjouanesas, em 2007. A subsequente vitória, em março de 2008, na operação que depôs o presidente de Anjouan, recuperou um pouco do prestígio da instituição, embora tenha sido alcançada com a decisiva ajuda das tropas da União Africana.

Em 2009, o Islã foi declarado religião estatal após referendo popular. De fato, a lei penal proibe ofender o Islamismo. Contudo, do ponto de vista formal, a Constituição de 2001 assegura o direito à liberdade de religião.

Em dezembro de 2010, Ikilinou Dhoinine é eleito com 61% dos votos, no segundo turno, pelo partido "Mouvance Présidentielle", mesmo do Presidente Ahmed Abdallah Mohamed Sambi, e deve tomar posse em 26 de maio de 2011. Dos 384.358 eleitores, compareceram às urnas somente 195.867, pouco mais de 50% do eleitorado.

#### POLÍTICA EXTERNA

A União de Comores é um dos países mais pobres do mundo, com forte dependência de ajuda externa. Seus principais parceiros internacionais são a União Européia e países africanos, com destaque à África do Sul. A União Africana e a África do Sul têm prestado contribuição importante no processo de estabilização política do país. A África do Sul liderou missão de tropas da União Africana para assegurar a realização pacífica do pleito presidencial em maio de 2006.

No âmbito multilateral, o país é membro da União Africana, da Organização Internacional da Francofonia, da Organização da Conferência Islâmica, da Liga Árabe e da Comissão do Oceano Índico.

A cooperação internacional de Comores vem sendo diversificada. Neste particular, cite-se a China, a exemplo do que ocorre na maior parte do continente africano. O mandatário comorense realizou visita recente àquele país, o qual deverá financiar a construção de um cabo submarino de fibra ótica, que ligará o leste da África à África do Sul. Em 2007, equipe de cientistas do Instituto de Medicina Tropical de Guangzhou, no sul da China, iniciou projeto experimental de combate à malária na ilha de Mohéli.

Quanto à França, em que pese o contencioso acerca de Mayotte, deve-se ressaltar que o franco comorense é garantido pelo Tesouro francês e que a França está entre os principais doadores ao orçamento de Comores. Neste sentido, em 2006, a França assinou com as autoridades comorenses acordo para doar cerca de US\$ 115 milhões, destinados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, para os cinco anos seguintes. A França também agiu de modo determinante para que o Banco Africano de Desenvolvimento conferisse a Comores o status de país pósconflito, o que facilita a negociação da dívida externa.

Em março de 2009, o Governo francês organizou um referendo na ilha de Mayotte e 95% dos votantes escolheram que a ilha se transformasse em departamento ultramarino da França, processo que deve se completar em 2011. O Governo comoriano classifica Mayotte como território ocupado e declarou o referendo nulo de pleno direito. No passado, a ONU já votou resolução reconhecendo Mayotte como parte de Comores, com o voto favorável do Brasil.

A questão de Mayotte encontra-se na agenda das Nações Unidas desde a década de 1970. A AGNU, nas Resoluções que aprovou sobre o processo de descolonização do arquipélago de Comores (Res. 3161 XXVIII, de 1973, e seguintes), afirmou a necessidade de se respeitar a unidade e a integridade territorial comorense. Ao aprovar o ingresso de Comores como membro da ONU,

em 1975, pela Res. 3385 (XXX), a AGNU reafirmou essa necessidade e expressamente descreveu o Arquipélago como composto pelas ilhas de "Anjouan, Grande-Comore, Mayotte e Mohéli".

Comores sustenta, ainda, que sua ex-metrópole colonial assumira o compromisso de respeitar os resultados dos referendos no Arquipélago como um todo, e não ilha por ilha.

O Plano de ação aprovado em agosto de 2009 durante Assembléia da UA reafirma o apoio à integridade territorial de Comores, observando, em alusão implícita ao referendo no qual as ilhas Mayotte optaram por se tornar um departamento francês de ultramar, que a "integridade territorial da África não pode ser afetada por referendos conduzidos por potências estrangeiras".

Coerente em sua política externa, Comores já declarou seu apoio à posição marroquina em relação à questão do Saara Ocidental, reiterando, em outubro/2010 seu apoio incondicional à integridade territorial do Marrocos. O Presidente Sambi, ademais, aderiu à proposta marroquina de conceder autonomia ao Saara Ocidental como forma de se chegar a uma solução pacífica e final para o diferendo.

#### RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e União de Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005 (em Marrakesh, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória para Cúpula ASPA). Há, no entanto, potencial para o desenvolvimento de cooperação. A relativa estabilização política alcançada recentemente em Comores e posições convergentes dos dois países em foros multilaterais evidenciam o potencial de adensamento do relacionamento bilateral.

As autoridades comorenses têm dado sinais de interesse na aproximação com o Brasil. Como exemplo, pode-se citar o convite e comparecimento do Brasil à Conferência Internacional de Doadores de Comores, realizada nas Ilhas Maurício, em dezembro de 2005. Registre-se ainda que, logo após sua eleição, o Presidente Ahmed Abdallah Mohamed Sambi comunicou ao Presidente do Brasil sua vitória no pleito, tendo indicado disposição de desenvolver atividades de cooperação com o Brasil. O Presidente Lula manifestou a receptividade brasileira à proposta.

Após encontro bilateral com o Presidente Lula, à margem da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África (Isla Margarita, 26-27/09/09), o Presidente Ahmed Sambi expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em Nota recebida em novembro de 2009, Comores confirmou seu apoio à candidatura brasileira ao Conselho Executivo da UNESCO, nas eleições a se realizarem na 36ª Sessão da Conferência Geral, em 2011.

Em julho 2010, a cumulatividade da Embaixada em Comores foi transferida da Embaixada em Pretória para a Embaixada em Dar es Salam, consoante o Decreto 7.241, de 26/07/2010, do Senhor Presidente da República. O Embaixador em Dar es Salam ainda não apresentou cartas credenciais ao Governo comorense.

#### Atos Bilaterais

Não há atos bilaterais firmados entre os países.

#### Assuntos Consulares

Não há Consulados Honorários em Comores, nem há registro de brasileiros residentes nas ilhas.

#### Empréstimos e Financiamentos Oficiais

#### **ECONOMIA**

A economia de Comores concentra seu potencial nas áreas agrícola, da pesca e do turismo. Esse potencial não tem sido, contudo, explorado. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, Comores necessita de apoio internacional para resolver problemas relacionados à debilidade institucional e de infraestrutura (transportes, saneamento básico, etc), bem como à alta dependência externa.

O Banco Mundial posiciona Comores como o 147º lugar mais dificil para se fazer negócios, num total de 178 países. Para o BIRD, Comores tem baixa competitividade em razão da dificuldade de acesso ao crédito, rígidas regras trabalhistas e dispendiosa burocracia para a abertura de empresas.

Ainda de acordo com o BIRD, o desenvolvimento do setor privado tem sido prejudicado por um ambiente comercial desfavorável, infra-estrutura inadequada, carência crônica de mão-de-obra qualificada, setor financeiro desorganizado e altos custos de energia, telecomunicações e transportes.

O crescimento econômico de Comores teve média de 2,5% por cento de 1999 a 2006. Em 2007 e 2008, o percentual caiu para 0,5%. Em 2009 e 2010 flutuou em trono de 2%. A economia não é diversificada, sendo muito dependente do setor primário, com forte concentração em relação a poucos produtos, como a baunilha e o cravo. A agricultura representa cerca de 40% do PIB e emprega aproximadamente 80 por cento da mão-de-obra. Por volta de 90% da receita das exportações provém do setor agrícola. O setor de serviços contribui, por sua vez, com contribui com aproximadamente metade do PIB e o setor industrial com 10%. O país depende de transferências da diáspora comorense no exterior, que envia ao país, anualmente, somas equivalentes a cerca de 18,5% do PIB. A dívida pública representa quase 60% do PIB e mais de 250 % das exportações.

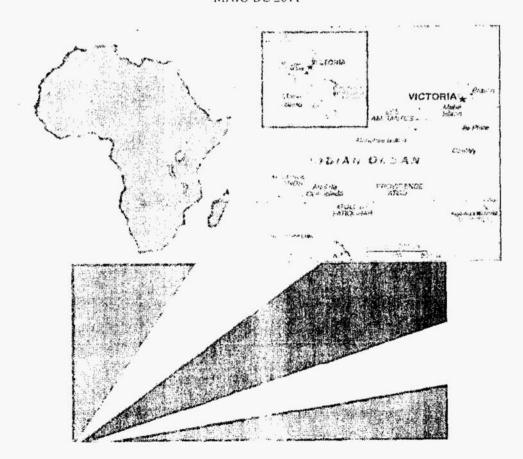
O comércio bilateral é inexpressivo, limitando-se a US\$ 1,17 milhões (2010), soma correspondente, em sua quase totalidade, às exportações do Brasil.

# MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA PARA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO DEPARTAMENTO DA ÁFRICA DIVISÃO DA ÁFRICA- III

# SEICHELES

INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

MAIO DE 2011



	DADOS BÁSICOS
CAPITAL:	Vitória
ÁREA:	455 km²
POPULAÇÃO:	88.188 (est. 2011)
IDIOMA:	Inglês, francês (oficiais) e crioulo
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	James A. Michel (Presidente, desde 04/2004)
CHANCELER:	Jean-Paul Adam
PIB (2010):	US\$ 919 milhões (nominal) US\$ 1.9 bilhões (PPP)
PIB PER CAPITA (2007):	US\$ 11.000,00 (nominal) US\$ 21.600,00 (PPP)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia seichelense
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL:	Ronald Jean Jumeau (desde Nova Iorque), cumulativamente com Estados Unidos e Canadá.
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS:	Francisco Carlos Soares Luz (não apresentou credenciais), cumulativamente com Dar es Salam.

### INTERCÂMBIO BILATERAL (USS MIL FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → SEICHELLES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
COMÉRCIO TOTAL	426,66		303,19	747,52	9	2.168,94	7.817,71	54.789,10	
EXPORTAÇÕES	1 1		297.01		24.595,74	1.705,33	2.954,30	54.679,65	•
IMPORTAÇÕES	1 2	5,90	6,18	1,49	1	463,61	4.863,41	1	1.190,6
SALDO	424,99		290,82	744,52	24.502,68	1.241,72	-1.909,10	54.570,21	

#### PERFIS BIOGRÁFICOS

Nasceu na capital do país. Vitória, em 1944. Em 1974 torna-se membro do Comitê Executivo do Seicheles People's United Party (SPUP) e, até 1977, é também o editor do jornal do partido (The People). Entre 1977 e 79, assume o Ministério da Administração e da Informação. Entre 1979 e 89 assume a pasta da Educação, Informação, Cultura & Telecomunicações. Vem atuando como Ministro da Fazenda, do Planejamento, da Tecnologia da Informação e Telecomunicações desde 1989 (entre 1993 e 96, acumulou também a pasta da Defesa). Em 1996, foi indicado como o primeiro Vice-Presidente do país, cargo para o qual foi eleito em 1998. Com a renúncia de René Albert em abril de 2004, assumiu a Presidência, cargo para o qual foi re-eleito em agosto de 2006, para mandato de 5 anos.

# James Alix Michel PRESIDENTE

Nasceu em 12 de junho de 1977, em Brighton. Reino Unido. É casado e tem duas filhas. Foi atleta internacional (natação), tendo representando Selcheles nos Jogos Olimpicos de Barcelona (1992) e em diversos campeonatos mundiais da modalidade. Trabalhou no Ministério de Negócios Estrangeiros de Seicheles, como funcionário do ceremonial, entre 1996 e 1997. Graduou-se em Literatura Inglesa e em Francês pela Universidade de Sheffield (Reino Unido) em 2001, quando retornou à Chancelaria de Scicheles, para desempenhar a função de Segundo Secretário. É Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade de Manchester (2004). Em 2005, foi designado Diretor dos Negócios Presidenciais, pelo Presidente James Michel. Um ano depois, foi promovido a Diretor Geral dos Negócios Presidenciais. Em 2007, foi nomeado Secretário Principal do Gabinete do Presidente. Em 2009, tornou-se Secretário de Estado no Gabinete do Presidente (equivalente a Ministro de Negócios Estrangeiros).

#### Jean-Paul Adam CHANCELER

#### POLÍTICA INTERNA

Durante Congresso Extraordinário da Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), em 4 de dezembro de 1991, o Presidente Francis Albert René anunciou o retorno ao sistema multipartidário de governo após quase 16 anos de regime de partido único. Em 27 de dezembro de 1991, a Constituição do país foi emendada para permitir o registro de partidos políticos. James Mancham retorna do exílio em abril de 1992 para recriar seu Partido Democrata (DP). Oito partidos políticos registraram-se no primeiro estágio do processo de transição: o das eleições para a Comissão Constituinte, realizadas em julho de 1992. O texto foi aprovado em maio de 1993 e referendado pelo voto popular entre 15 e 18 de junho daquele ano, com 73,9% de votos favoráveis.

Seicheles é, portanto, uma democracia parlamentar-presidencial. O poder executivo é exercido pelo presidente, que exerce as funções de Chefe de Estado e de Governo, sendo eleito por sufrágio universal para um período máximo de três mandatos consecutivos, de cinco anos cada.

Em julho de 1993, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição, que resultaram em indiscutível vitória do Presidente René. Os resultados eleitorais foram considerados justos e legitimos pelos partidos participantes e pelos observadores internacionais. Três candidatos disputaram as eleições presidenciais de

março de 1998 - Albert René, pelo SPPF; James Mancham, pelo DP; e Wavel Ramkalawan – com nova vitória do Presidente René por larga margern. Sua votação, inclusive, subiu dos 59,5% recebidos em 1993 para 66,6% em 1998. com o SPPF obtendo 61,7% dos votos para a Assembléia Nacional (contra 56,5% em 1993).

As eleições presidenciais previstas para 2003 foram antecipadas para agosto-setembro de 2001, com nova vitória do SPPF. Contudo, o principal partido de oposição, o Partido Nacional de Seicheles (SNP) — o antigo UO, liderado por Wavel Ramkalawan — demonstrou força e obteve 46% dos votos. O Presidente Albert René, que governava o país de 1977, decidiu renunciar em abril de 2004, quando foi substituído por seu vice-Presidente James Michel. René continua, contudo, como líder do SPPF. Michel foi re-eleito em julho de 2006 para novo mandato de 5 anos, com mais de 53% dos votos, novamente vencendo Ramkalawan, por pequena margem.

O Partido Nacional de Seicheles (SNP) é um partido político com ideário liberal, que tem defendido e aplicado reformas liberalizantes. Possui como objetivos maiores tornar o funcionamento do poder público mais eficiente e econômico e valorizar a iniciativa privada.

Em 2009, sob a liderança de Ralph Dolccre, o Partido Democrático, antigo aliado do partido governista Partido Nacional de Seicheles, adotou o nome Novo Partido Democrático. Na convenção partidária, Dolcere defendeu que a diáspora seichelense deveria trazer seu capital, avaliado em US\$ 2,5 bilhões, de volta ao país.

O Governo de Seicheles tem dado continuidade às reformas no serviço público, que tencionariam adequar o país a padrões de eficiência estabelecidos pelo FMI e pelo Banco Mundial. Entre as ações empreendidas, encontram-se: instituição de comissão de ética dos serviços públicos e promulgação da Lei Anti-Corrupção. Em 2009, foi adotado novo Plano de Ação de reforma do setor público, como anunciou o Ministro das Finanças, Danny Faure. Seu objetivo principal seria redefinir o papel do funcionalismo público, reduzindo seu tamanho e assegurando que os recursos serão usados da maneira mais eficiente, com ações mais eficientes, transparentes e viáveis. Os objetivos específicos são: reduzir o papel do Governo como agente econômico; estabelecer mecanismo de boa governança, com simplificação das estruturas administrativas e regulatórias; separar o desenvolvimento de políticas de sua implementação; eliminar a duplicação nos serviços governamentais; assegurar a adoção de soluções tecnológicas que facilitem o trabalho; e revisar planos de carreiras e de salários.

Por ocasião da cerimônia de posse do novo Gabinete, cujos nomes foram propostos "com o espírito de dar maior dinamismo ao país, na nova fase de seu desenvolvimento", em junho de 2010, o Presidente afirmou, em referência à crise econômica enfrentada por Scicheles desde finais de 2008, que o país passou por mudanças profundas nos últimos dois anos e que "as transformações foram um sucesso". Sublinhou que o novo Gabinete daria continuação ao capítulo da "grande transformação", de modo a aproximar mais o Governo do povo seichelense, alcançando, dessa maneira, as comunidades e os distritos, com serviços públicos de melhor qualidade.

Na nova estrutura, James Michel mantéra sob seu comando direto as pastas da Defesa, dos Assuntos Jurídicos e da Informação e do Turismo. Foi criado o Ministério do Interior para prover melhor resposta aos assuntos relacionados à segurança nacional. A pasta incluirá os temas

de imigração, polícia e estabelecimentos prisionais, além de coordenar os esforços de defesa contra a pirataria. Joel Morgan, que também ocupa a posição de Ministro do Meio Ambiente e dos Transportes, será o encarregado da pasta. Outro Ministério recém-criado é o de Investimentos. Recursos Naturais e Indústria, a ser chefiado por Peter Sinon, que ocupava posto de Diretor-Executivo no Banco Africano de Desenvolvimento.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros deixa de estar sob a responsabilidade direta do Presidente James Michel. A posição foi ocupada pelo Senhor Jean-Paul Adam, que era o Secretário de Estado no Gabinete do Presidente. O Senhor Barry Faure, antigo Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros, foi nomeado como o novo Secretário de Estado no Gabinete do Presidente.

#### POLÍTICA EXTERNA

São os seguintes os objetivos da política externa de Seicheles: ser um formador de consenso ativo, mas não intrusivo no cenário internacional; desempenhar um papel construtivo no âmbito das Nações Unidas, particularmente no que se refere ao processo de reformas da organização; reforçar os laços regionais, especialmente com os países da Comissão do Oceano Índico, COMESA e SADC; fortalecer o relacionamento com os parceiros tradicionais, bem como com as potências emergentes; consolidar e expandir a imagem do país como um destino turístico único e seguro; estabelecer a posição de Seicheles como líder na defesa do meio ambiente; promover e desenvolver o arquipélago como um "hub" regional em relação aos serviços de transportes e comunicações; e criar um clima favorável aos investimentos externos.

Destaca-se, ainda, a ênfase dada ao relacionamento com os países do Índico e o apoio renovado aos organismos internacionais que reconheçam as especificidades dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento ("small island developing states – SIDS"). A propósito, por ocasião da Cúpula do Milênio e da abertura da 60ª Sessão da AGNU, em 2005, o Presidente Michel procurou defender os interesses desses países insulares. Afirmou que o status de país de renda média que muitos dos SIDS têm camuflam as vulnerabilidades e provocam perdas de preferências comerciais que, por sua vez, apresentam impactos negativos sobre suas capacidades de exportação, o que requer a atenção dos países desenvolvidos. Vale citar que o último relatório do PNUD sobre desenvolvimento humano aponta Seicheles como o país africano de melhor desempenho, em 51º lugar, à frente das Ilhas Maurício (65°).

Deve-se também registrar o discurso do Presidente Michel durante a 64 Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2009, quando assinalou a importância da tomada de ações contra o aquecimento global. Para Seicheles, esse tema seria muito mais significativo que a crise econômica global, uma vez que, para pequenos Estados insulares, a mudança climática estaria relacionada à sua própria existência e representaria enorme desafio às frágeis economias locais, tendo como pessíveis repercussões o deslocamento forçado de seus habitantes. Por fim, conclamou todos os líderes a assumirem responsabilidades globais em relação à proteção do meio ambiente.

Seicheles foi um dos países signatários de Acordo Provisório de Parceria Econômica entre a União Europeia e o Mercado Comum para África Oriental e Austral, em agosto de 2009. O documento assegura acesso integral ao mercado europeu, com exceções temporárias para leite,

carne, vegetais, açúcar, produtos têxteis, calçados e roupas, ao mesmo tempo que os países africanos garantirão acesso parcial e em fases (nos próximos 15 anos, com redução entre 80 e 98% das tarifas) a seus mercados. Países como Djibuti, Etiópia, Eritréia, Maláui e Sudão estão envolvidos na negociação de acordo regional mais amplo.

Em agosto de 2009, China assinou acordo no valor de US\$ 900 mil para treinamento militar e para manutenção de equipamentos. Na ocasião, o representante chinês afirmou que seu Governo tenciona incrementar a ajuda militar a Seicheles, que já ocorre com educação e treinamento gratuitos na China, além de assistência logística. Ademais, ambos os Governos firmaram instrumento para a construção da sede do Judiciário local, mais uma doação feita por Pequim.

Juntamente com o Quênia, Seicheles tem recebido o reconhecimento internacional por seu compromisso na luta contra a pirataria no Oceano Índico. Exemplo disso foi a decisão da "South Asia and Africa Regional Port Stability Cooperative" (SAARPSCO) de instalar, em 2010, a sua sede mundial na capital do país, Vitória. Da mesma maneira, a decisão de Seicheles de julgar os piratas em seus tribunais foi saudada pelo Conselho de Segurança da ONU no início de setembro de 2010. A Suprema Corte do país, em 07/10, condenou 11 piratas somalis a dez anos de prisão.

Em novembro de 2010, o Chanceler Jean-Paul Adam visitou o Reino Unido para discutir os esforços anti-pirataria que vem sendo levados a cabo pelo país e por seus parceiros, bem como os esforços para estabilizar a Somália. Com uma economia extremamente dependente do setor pesqueiro e do turismo, Seicheles não tem outra opção a não ser dar prioridade máxima ao combate à pirataria em sua zona econômica exclusiva.

#### **RELAÇÕES BILATERAIS**

A República de Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. Em setembro de 1987, o Embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais junto ao governo de Vitória. Com o fechamento da Embaixada na capital da Tanzânia, transferiu-se para a Embaixada do Brasil em Maputo a cumulatividade com Seicheles. A cumulatividade foi transferida de volta para a Embaixada em Dar es Salam em 2010 (Decreto 7.241, de 26/07/2010, do Senhor Presidente da República).

As relações com o Brasil são cordiais, mas pouco intensas. Após o tsunami de dezembro de 2004, a então Embaixadora em Maputo, Leda Lúcia Camargo, realizou visita de solidariedade ao país, mas o Brasil não chegou a prestar, na ocasião, ajuda humanitária a Seicheles. Nos foros internacionais, Seicheles abraça as mesmas posições brasileiras de redução da pobreza e da desigualdade, de um comércio internacional mais justo, de desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente.

#### Atos Bilaterais

Em setembro de 2008, foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, encaminhado ao Congresso Nacional, para apreciação, em abril de 2010.

Assuntos Consulares

Não há Consulados Honorários em Seicheles, nem registro de brasileiros residentes nas ilhas.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

#### **ECONOMIA**

O PIB per capita é um dos mais altos da África, e o Arquipélago é classificado, pelo Banco Mundial, como país de renda média alta, o que limita o influxo de doações internacionais. No entanto, a economia de Seicheles é bastante vulnerável a choques externos, devido a sua pequena dimensão e pouca diversidade de setores.

O setor de serviços, incluindo transportes, comunicações, comércio e turismo, domina a economia de Seicheles, e responde por mais de 25% do PIB e é o setor que mais emprega mão-de-obra no país. Produtos manufaturados (principalmente atum enlatado) respondem por cerca de 10% do PIB, embora flutuações anuais sejam comuns, devido a mudanças na produtividade da empresa Indian Ocean Tuna. Investimento público em infra-estrutura manteve o setor de construção em nível satisfatório. Devido à falta de terra arável, a agricultura, o extrativismo vegetal e a pesca (excluindo a do atum) contribuem pouco para a produção nacional.

Em 2010, o PIB nominal de Seicheles foi estimado em US\$ 919 milhões (aproximadamente US\$ 10 mil per capita). O país tem apresentado taxas de crescimento consideráveis nos últimos anos, até 2008: média de 6% (dados do Banco Mundial). Em 2008, houve crescimento de 2,8% e. em 2009, retração de 7,4%, segundo o Economist Intelligence Unity.

Em 2010, houve retomada de crescimento econômico, com a taxa de 6,2%. As autoridades seichelenses declararam terem conseguido, em 2010, atingir a estabilização macroeconômica, após os sérios impactos da crise de 2008 sobre a economia do país. Em termos de política fiscal, o desempenho de Seicheles em 2010 superou todas as expectativas: foi obtido superávit primário de 9,4% do PIB, acima dos 7,0% projetados. A arrecadação fiscal superou a meta de 18%, tendo em vista o forte crescimento econômico no período.

O crescimento econômico foi impulsionado pelo setor turístico e da construção civil, que cresceram 11% e 18%, respectivamente. Afetado pela pirataria, o setor pesqueiro cresceu somente 2%.

No que se refere à política monetária, a inflação esteve próxima de zero durante todo o ano de 2010, tendo chegado a ocorrer deflação de até 0,2% em alguns meses. A taxa de câmbio manteve-se estável no período, com a rúpia seichelense permanecendo em torno de 12 unidades por dólar norteamericano. As reservas internacionais cresceram 25% em relação a 2009, tendo atingido, em novembro de 2010, US\$ 211 milhões, o que equivale a cerca de dois meses de importações. Tendo em vista o superávit fiscal, o Banco de Seicheles decidiu baixar a taxa de juros de referência ("T-Bills rate")de 4% em 2009, para 2% no final do ano passado. A expansão do crédito atingiu 11% em 2010, beneficiando principalmente os investimentos no setor de turismo, de serviços e as hipotecas.

As perspectivas para 2011, contudo, não são tão boas. Tendo em vista o grau de abertura e a dependência excessiva do setor turístico, a economia de Seicheles permanece muito vulnerável a choques externos, em especial à situação na zona do euro, de onde provém a maioria dos turistas que visitam o arquipélago. De toda maneira, o Governo trabalha com estimativas de crescimento de 4% para o corrente ano e de 5% para 2012 e 2013.

A meta de inflação para 2011 foi definida entre 2-3%, considerada suficiente para estimular a economia. As metas para o superávit primário, conforme definidas na Lei do Orçamento para 2011, também estão sendo revistas para baixo: 5% em 2011 e 4,7% em 2012.

Em ano de eleição, o governo pretende intensificar os investimentos em infraestrutura e em um programa social, que irão representar 32.5 e 52% das despesas correntes para 2011, respectivamente. Com o ambiente econômico mais favorável a médio prazo, o Banco Central espera elevar as reservas ao valor equivalente para cobrir 3 meses de importações no final de 2012.

Seicheles conseguiu, ainda, renegociar o estoque e alongar o perfil de repagamento de sua dívida externa. Em 2008, essa dívida atingiu níveis claramente insustentáveis: US\$ 789 milhões, quase 150% do PIB projetado para o ano seguinte. Em dois anos, o Governo conseguiu, mediante negociações com o Clube de Paris e diretamente com os credores bilaterais, multilaterais e privados, diminuir o estoque da dívida para U\$ 449 milhões e obter melhores prazos para o seu pagamento. O Ministério da Fazenda pretende continuar renegociando a dívida até atingir a meta de reduzi- la a 70% do PIB em 2012 e a 50% em 2018.

O combate à pirataria no oceano Índico continua sendo uma das principais prioridades do Governo, que estimou perdas da ordem de US\$ 17 milhões em 2010, pelos efeitos negativos sobre o setor turístico, pesqueiro e pelo aumento do frete e dos seguros para cargas destinadas ao porto de Vitória, que afeta diretamente o custo das importações.

Por fim, o Governo de Seicheles anunciou, recentemente, que foram iniciados os estudos sísmicos para a prospecção de petróleo e gás em suas águas territoriais. Tratar-se-ia de estudo preliminar que irá permitir a licitação de blocos de exploração ainda este ano. Entretanto, duas empresas de pequeno porte já assinaram acordos de produção compartilhada e anunciaram que deverão iniciar testes de perfuração em Seicheles no ano que vem: a PetroQuest International Inc (EUA) e a East African Exploration (Dubai). No final de 2010, uma missão técnica do Governo norteamericano ofereceu cooperação técnica para a capacitação de funcionários da estatal de petróleo de Seicheles, SEYPEC, nas áreas de regulação e administração da nascente indústria de óleo e gás. O país, em larga medida importador, é ainda extremamente suscetível aos preços internacionais do petróleo e das commodities.

Seicheles conta com uma zona de processamento de exportação, a "Seychelles International Trade Zone (SITZ)", com cerca de 25 empresas participantes.

#### Comércio bilateral

Segundo o MDIC, o comércio bilateral com o Brasil foi de U\$ 7,35 milhões em 2010, com superávit de US\$ 4,97 milhões para o Brasil. Os principais produtos exportados foram gêneros alimentícios (carnes, preparações de carnes, peixes e crustáceos e preparações alimentícias diversas (quase 70% do total). Os principais itens importados pelo Brasil no período foram máquinas, aparelhos e material elétricos (cerca de 84% da pauta). Em que pese o fato de o intercâmbio bilateral ser marcado por fortes flutuações, a tendência geral é de claro crescimento: o comércio Brasil-Seicheles, em 2010. foi 17 vezes maior do que intercâmbio comercial em 2002 entre os dois países.

Aviso nº 197 - C. Civil.

17614 Sexta-feira 20

Em 16 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor Senador CÍCERO LUCENA Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à União de Comores e a Seicheles.

Atenciosamente,

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

# MENSAGEM Nº 78, DE 2011 (nº 133, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinídad e Tobago.

Os méritos do Senhor Paulo Sérgio Traballi Bozzi que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasilia, 16 de maio de 2011.

EMº 202 MRE

Brasília, 10 de maio de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 202 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasilia, 10 de mato de 2011

Excelentissima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA Ministro das Relações Exteriores

#### INFORMAÇÃO

#### **CURRICULUM VITAE**

#### MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI

CPF.: 103.208.227-53 ID.: 6524 MRE

1947	Filho de Mário Bozzi e Francisca Traballi Bozzi, nasce em 24 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acad	lêmicos:
1969	Ciências Econômicas pela Cândido Mendes/RJ
1981	CAD - IRBr
2003	CAE - IRBr, O Estudo do Acesso das Frutas Tropicais Brasileiras no Mercado Japonês. Perspectivas de entendimentos entre o Brasil e o Japão em matéria de liberafização comercial
Cargos:	
1976	CPCD - IRBr
1977	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário, por merecimento
1987	Primeiro-Secretário, por merecimento
1995	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1977-80	Divisão do Orçamento e Programação Financeira, assistente
1980-83	Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Adjunto
1983-84	Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário
1985-87	Divisão de Política Financeira, assistente e Chefe, substituto
1987-90	Embaixada em Tóquio, Segundo e Primeiro Secretário
1991-94	Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário e Conselheiro
1995-97	Divisão do Mercado Comum do Sul, Subchefe
1997-01	Embaixada em Bema, Conselheiro
1998	Reunião do Comitê do Codex Alimentarius sobre Águas Minerais Naturais e sobre Produtos à base de Manteiga de Cacau e Produtos de chocolate, Chefe de delegação
2000	Reunião do Comitê do Codex Alimentarius sobre Produtos à base de Manteiga de Cacau e de Produtos de Chocolate, Chefe de detegação
2001-03	Embaixada em Tóquio, Conselheiro
2003	Conferência de Tóquio para a Reconstrução e o Desenvolvimento do Sri Lanka, Chefe de delegação
2003-05	Consulado-Geral em Caiena, Cônsul-Geral
2005-08	Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-Geral Adjunto
2008	Escritório de Representação em São Paulo, Chefe
Condecora	ções;
1982	Orden de Mayo, Argentina, Oficial

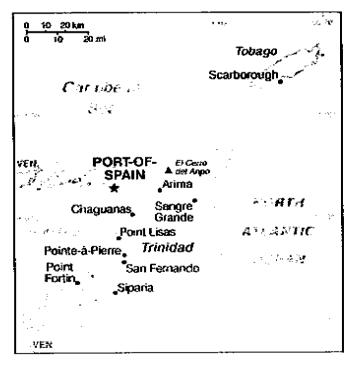
JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR Diretor do Departamento do Serviço Exterior

# MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS)

# INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL

# REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO





Maio de 2011

# ÍNDIGE

DADOS BÁSICOS
PERFIS BIOGRÁFICOS
RELAÇÕES BILATERAIS
POLÍTICA INTERNA
ECONOMIA
POLÍTICA EXTERNA
ANEXOS
CRONOLOGIA HISTÓRICA
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS
ATOS BILATERAIS
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS
DADOS BÁSICOS E INDICADORES ECONÔMICO-
COMERCIAIS

# DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Trinidad e Tobago
CAPITAL	Port-of-Spain
ÅREA	5.128 km2 (Trinidad:4.828km2 e
	Tobago: 300 km2)
POPULAÇÃO	1,3 milhão de habitantes (2009)
IDIOMAS	Inglês
ETNIAS	Indianos (40%), afrodescendentes
	(37,5%), mestiços (20,5%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (26%), hindus (22.5%),
	anglicanos (7.8%), batistas (7,2%),
	pentecostais (6,8%), muçulmanos (5,8%)
SISTEMA POLÍTICO	República Parlamentar
CHEFE DE ESTADO	Pres. George Maxwell Richards
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Kamla Persad-
	Bissessar
MNE	Surujrattan Rambachan
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Hamza Rafeeq
COMUNIDADE BRASILEIRA	101 pessoas (2011 est.)
PIB REAL (2010 est.)	US\$ 21,2 bilhões
PIB PPP (2010 est.)	US\$ 27,1 bilhões
PIB per capita (2010 est.)	US\$ 17.200
PIB PPP per capita (2010 est.)	US\$ 22.100
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar de Trinidad e Tobago

# INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES FOB) - Fonte: MDIC

Brasil → Trinidad e Tobago	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan - mar)
Intercâmbio	170,4	267,8	587,1	786,2	663,7	803,6	1.025	500,5	935,0	203,2
Exportações	144,7	223,2	538,4	690,7	555,2	690,4	745,4	319,9	539,0	122,0
Importações	25,7	44,6	48,7	95,5	108,5	113,2	279,7	180,6	396,0	81,2
Saldo	119,0	178,6	489,7	595,2	446,7	577,2	465,7	139,3	143,0	40,8



#### KAMLA PERSAD-BISSESSAR

#### Primeira-Ministra

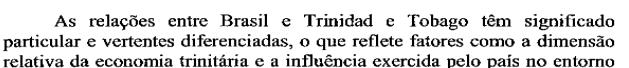
- Nascida em 4 abril de 1952.
- Recebeu o título de Bacharel em Artes (1974) e diploma de pósgraduação em Educação (1976) pela Universidade das Índias Ocidentais. Foi professora de Língua e Linguística na mesma instituição, além de professora no Lakshmi Girls' Hindu College.
- Em 1985, ingressou na Hugh Wooding Law School.
- Nomeada Senadora da oposição parlamentar em 1994.
- A partir de 1995 serviu como Representante Parlamentar de Siparia.
- Em novembro de 1995, foi formalmente escolhida a primeira mulher Advogada-Geral (*Attorney General*) do país, acumulando o cargo de Ministra de Negócios Jurídicos (*Minister of Legal Affairs*) em fevereiro de 1996, posto no qual permaneceria até outubro de 1999.
- No ano de 2000, assumiu o cargo de Ministra da Educação.
- Torna-se a primeira mulher a ser eleita Primeira-Ministra em Trinidad e Tobago, após a vitória da coalizão de oposição por ela liderada nas eleições de 24 de maio de 2010.

#### SURUJRATTAN RAMBACHAN

#### Ministro dos Negócios Estrangeiros

- Foi membro fundador do Organization for National Reconstruction, (ONR) em 1980, atuando como vice-líder político do partido.
- Exerceu a função de Embaixador no Brasil, no período de 1987 a 1990.
- Em 1990, foi eleito Senador e nomeado Ministro da Indústria, Empreendimento e Turismo.
- De 2003 a 2009, foi prefeito de Chaguanas.
- Designado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 28 de maio de 2010. Também é Membro do Parlamento, pela região de Tabaquite.

#### RELAÇÕES BILATERAIS



caribenho.

As relações entre o Brasil e Trinidad e Tobago têm início antes mesmo da independência trinitária, com a criação, em 1942, do Vice-Consulado do Brasil em Port-of-Spain. A representação brasileira foi elevada à categoria de Embaixada em 1965, três anos após a independência de Trinidad e Tobago, que se tornou o primeiro país do Caribe anglófono a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil.

As relações bilaterais observam intensificação ao longo dos últimos anos, o que reflete, em parte, o processo mais geral de aproximação política e econômica entre o Brasil e a região do Caribe, com base em avanços progressivos: i) organização da I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada em Salvador no mês de dezembro de 2008; ii) realização subseqüente da II CALC (Cancun, fevereiro de 2010); iii) decisão relativa à criação da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), também tomada por ocasião da "Cúpula da Unidade" (Cancun, fevereiro de 2010).

O relacionamento político tem como marco recente a realização em Brasília, no dia 26 de abril de 2010, da I Cúpula Brasil – CARICOM, com a presença do Secretário-Geral da Comunidade e de 10 dos 14 Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (Trinidad e Tobago foi representado pela então Embaixadora em Brasília). Entre outras decisões, a Cúpula resultou na assinatura de 48 acordos e instrumentos entre Brasil, CARICOM, Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO) e diversos países membros da Comunidade, em diferentes áreas, a exemplo de cooperação técnica, cooperação cultural, cooperação em educação e saúde, isenção de vistos em passaportes diplomáticos, entre outros.

A aproximação política é complementada por relacionamento mais intenso também no plano econômico. São observados crescimento e diversificação expressivos nas relações comerciais do Brasil com os países do Caribe. A corrente de comércio entre 2002 e 2010 aumentou quase sete vezes, passando de US\$ 657 milhões a US\$ 5,2 bilhões, resultado que muito se beneficiou do dinamismo das relações comerciais entre Brasil e Trinidad e Tobago. Também são observados avanços no campo financeiro, com o processo de adesão, como membro não-tomador de empréstimos, do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, autorizado pelo Decreto Legislativo 801, de 2010.

A aproximação específica entre Brasil e Trinidad e Tobago reflete-se na diversificação da agenda bilateral, com expressão concreta nos planos das relações econômicas e da cooperação técnica. Trinidad e Tobago tem demonstrado significativo interesse na cooperação técnica e educacional brasileira, compreendendo as seguintes áreas: i) agricultura, principalmente no que tange à cooperação da EMBRAPA em culturas como soja, milho e mandioca; ii) educação (Chanceler trinitário tem interesse em cooperação do Instituto Rio Branco, com vistas ao estabelecimento de instituto diplomático em Trinidad e Tobago, com possível atuação regional); iii) energia; iv) pequenas e médias empresas. O país também demonstra interesse no estabelecimento de conexão aérea direta com o Brasil e na coordenação de posições no âmbito de foros multilaterais.

Atualmente, Brasil e Trinidad e Tobago apresentam 9 acordos bilaterais em vigor: i) Acordo sobre a Supressão de Visto em Passaportes; ii) Acordo Relativo à Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial; iii) Convênio Cultural; iv) Acordo sobre Transportes Aéreos; v) Acordo sobre Pesca de Camarão Brasil-Trinidad Tobago de 1975; vi) Acordo, por Troca de Notas, sobre Empreendimentos Conjuntos no Setor da Pesca; vii) Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia; viii) Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais; ix) Acordo de Cooperação Técnica. Ademais, encontra-se em tramitação Acordo sobre Serviços Aéreos bilaterais.

#### Visitas oficiais

A realização de visitas de alto nível reflete a maior aproximação bilateral. Do lado brasileiro, destacam-se a visita do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Port-of-Spain, em 2009, para participar da V Cúpula das Américas, além de visita do ex-Chanceler Celso Amorim a Trinidad e Tobago (2005).

Do lado trinitário, o então Primeiro-Ministro Patrick Manning realizou, em julho de 2008, a primeira visita de Chefe de Governo daquele país ao Brasil. Durante a visita, foram firmados os seguintes atos bilaterais: i) Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Energia; ii) Acordo de Serviços Aéreos; iii) Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal; e iv) Acordo Básico de Cooperação Técnica bilateral.

Em abril de 2011, a Primeira-Ministra Kamla Persad-Bissessar realizou sua primeira visita ao Brasil. A visita ocorreu no contexto de sua participação no Fórum Econômico Mundial para a América Latina (Rio de Janeiro, 28 e 29 de abril), além de contemplar visita a Brasília (onde

manteve encontro com o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, interino, e participou de cerimônia de inauguração da pedra fundamental da Embaixada de Trinidad e Tobago).

Em sua visita ao Brasil, a Primeira-Ministra foi acompanhada por altas autoridades — Ministros das Relações Exteriores, Energia, Indústria e Comércio — e empresários trinitários. A presença de significativo componente empresarial na delegação trinitária evidenciou a importância conferida pelo país ao estabelecimento de parcerias com o Brasil em matéria de comércio e investimentos, com foco específico no setor de energia.

#### Energia

Trinidad e Tobago é o único exportador líquido de energia do Caribe e o quinto maior exportador de energia da América Latina e Caribe. Ocupa, ainda, a posição de maior produtor *per capita* de energia do subcontinente, principalmente devido à produção de gás natural, a qual alcançou aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos diários em 2009, sendo metade destinada ao comércio com o exterior. O país é, também, o quinto exportador mundial de gás natural liquefeito e lidera o fornecimento ao mercado norte-americano. Existe a expectativa da redução da exportação do GNL aos EUA no médio prazo, em decorrência do desenvolvimento da nova tecnologia de produção de gás não convencional por empresas norte-americanas, a partir de acumulações de xisto.

A produção de petróleo em 2009 atingiu 149 mil barris diários, dos quais 109 mil foram destinados à exportação, principalmente para os Estados Unidos (cerca de 73 mil barris/dia). As estatais "Petroleum Company of Trinidad and Tobago" (Petrotrin) e "National Energy Corporation" (NEC) dominam a operação no setor, no qual também participam filiais de companhias estrangeiras como a "British Petroleum Trinidad and Tobago" (BTPTT) e a "BHP Billiton Trinidad and Tobago".

O setor industrial trinitário atende por 79% do consumo energético interno, com destaque para o setor petroquímico, cuja produção é destinada em grande parte ao mercado exterior. Trinidad e Tobago possui pólo petroquímico localizado na cidade de Point Fortin, que conta com capacidade de processamento de 140 mil barris diários de petróleo e de 100 mil metros cúbicos diários de gás natural liquefeito. O consórcio "The Atlantic LN Company", formado pelas empresas "British Gas", "GDF Suez" e "Repsol-YPF" opera quatro estações de liquefação de gás no complexo.

A energia não-renovável responde por considerável parcela da pauta comercial bilateral. Enquanto o GNL é responsável por 60% das vendas de

Trinidad e Tobago, o minério de ferro e óleo bruto de petróleo respondem por quase 80% do total das exportações brasileiras.

A Petrotrin tem interesse em diversificar os "players" que atuam no setor energético trinitário e em ter a Petrobras como parceira, com vistas a estabelecer uma relação que inclua aumento da capacitação das empresas trinitárias do setor. Em 2007, as estatais Petrobras e Petrotrin assinaram protocolo de intenções que previa expansão da refinaria de Point Fortin, cooperação para a exportação de óleo "marlin" e para prospecção conjunta de petróleo em águas profundas. Em 2008, foi firmado Memorando de Entendimento sobre cooperação bilateral na área energética.

Em fevereiro de 2011, missão da Petrobras participou da Conferência "Energia e Desenvolvimento", promovida pelo Ministério da Energia trinitário. À margem do evento, foi realizada reunião com executivos da Petrotrin e da NEC para retomar conversações sobre cooperação bilateral. A parte brasileira apresentou algumas possibilidades de parceria, como a cooperação para a produção de amônia, uréia e outros insumos utilizados pela indústria de fertilizantes, bem como para produção de "ultra low sulphur diesel" (ULSD) a partir do óleo pesado Marlin, abundante no Brasil, com vistas à comercialização nos países do Caribe e América Latina. De modo similar, o desenvolvimento do setor energético brasileiro constituiria oportunidade para a participação de empresas trinitárias, as quais dispõem de tecnologia e porte industrial para a prestação de serviços à Petrobras e a outras operadoras.

#### Relações econômicas

Em função de sua densidade e potencial, as relações econômicas entre Brasil e Trinidad e Tobago têm importância central no relacionamento bilateral, com implicações em matéria de comércio e investimentos.

#### Relações comerciais

Trinidad e Tobago é o segundo principal parceiro comercial do Brasil no âmbito da CARICOM. A partir de 2007, Santa Lúcia tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil na região, em função de operações da Petrobrás centradas na reexportação de óleos brutos de petróleo.

O intercâmbio bilateral superou US\$ 1 bilhão no ano de 2008. Após retração observada em 2009, o intercâmbio recuperou seu dinamismo e chegou a US\$ 935 milhões em 2010. Entre 2003 e 2010, o intercâmbio comercial registrou crescimento de 249%.

O saldo comercial tem sido positivo para o Brasil, o que reflete o dinamismo das exportações brasileiras para o mercado trinitário. Em 2010, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 539 milhões, com crescimento de 68% em relação ao ano anterior.

O Brasil é a segunda principal origem das importações trinitárias, com participação que tem oscilado entre 11% (2008) e 8% (2010) do total importado por aquele país. Ao mesmo tempo, as exportações brasileiras para o país apresentam perfil relativamente concentrado, na medida em que os grupos "minérios, escórias e cinzas", "combustíveis, óleos e ceras minerais" e "bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres" têm apresentado participação próxima de 80% na pauta exportadora.

Em contraste com o padrão de comércio observado entre o Brasil e os demais países caribenhos, as importações de Trinidad direcionadas ao mercado brasileiro também têm apresentado dinamismo significativo. As importações brasileiras de produtos trinitários cresceram 788% entre 2003 e 2010, ano em que alcançaram o montante de US\$ 396 milhões.

O Brasil é o oitavo principal mercado para as exportações de Trinidad e Tobago, com participação de 2% (2010) no total exportado por aquele país. Estados Unidos, Espanha e Jamaica têm sido os principais mercados para os produtos trinitários.

O perfil das exportações de Trinidad para o mercado brasileiro também é relativamente concentrado, na medida em que os grupos "combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais", "produtos químicos inorgânicos" e "ferro fundido, ferro e aço" registram participação superior a 90% na pauta.

Em termos sintéticos, o comércio bilateral apresenta: i) padrões de simetria, com a presença de exportações e importações significativas; ii) forte participação de recursos energéticos não-renováveis, com exportações trinitárias de gás natural liquefeito e exportações brasileiras de minério de ferro e óleo bruto de petróleo; iii) potencial de crescimento, o que se relaciona à dimensão e ao grau de diversificação da economia trinitária, com implicações práticas no que tange à presença de oferta exportadora significativa (no ano de 2008, as exportações totais de Trinidad e Tobago alcançaram o volume inédito de US\$ 28,6 bilhões).

#### Acesso de carne bovina ao mercado trinitário

À exceção de países listados na Norma 18 do Regulamento do Controle de Importação de Animais, a exportação de carne bovina "in natura" a Trinidad e Tobago está condicionada a obtenção de autorização expressa por parte do "Chief Technical Officer". Esse é o caso do Brasil, cujas exportações de carne bovina não estão amparadas pela referida Norma.

O "Chief Technical Officer" seria autoridade, relacionada ao Ministério da Agricultura, com competência para permitir o ingresso de carne no país. Do ponto de vista técnico, são importantes mais informações acerca dos critérios sanitários adotados por Trinidad e Tobago para a construção de lista de países aptos a exportar carne bovina "in natura" ao país. Dessa lista, que não inclui o Brasil, fazem parte países como Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e Irlanda, além dos membros da "Commonwealth Caribbean Territories".

#### Promoção comercial

Em dezembro de 2010 foi concluído o estudo "Oportunidades no Mercado Brasileiro para Produtos da Oferta Exportadora da CARICOM", por parte da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX). O estudo busca identificar produtos de países caribenhos com maior potencial de acesso ao mercado brasileiro, com base na consideração de três requisitos por produto: i) volume total significativo de exportações do país caribenho; ii) volume total significativo de importações brasileiras; iii) volume reduzido ou nulo de exportações do país caribenho ao mercado brasileiro.

No caso de Trinidad e Tobago, o cruzamento de tais informações permite a identificação de 18 produtos (sobretudo nas indústrias petrolífera, química e alimentícia) com forte potencial de acesso ao mercado brasileiro. Quatro produtos têm destaque particular:

.Amoníaco anidro – a exportação média de Trinidad no período 2007 - 2009 alcançou US\$ 1,1 bilhão, dos quais US\$ apenas 59,2 milhões destinados ao mercado brasileiro (Trinidad é o principal fornecedor deste produto para o Brasil);

.Gás natural liquefeito - a exportação média de Trinidad no período 2007 - 2009 alcançou US\$ 4,2 bilhões, dos quais apenas US\$ 40 milhões destinados ao mercado brasileiro (Trinidad é o principal fornecedor do produto ao Brasil e há tendência de crescimento das importações brasileiras, em vista da instalação de plantas de regaseificação de gás liquefeito no país);

.Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos, e preparações - a exportação média de Trinidad no período 2007 - 2009 alcançou US\$ 3,1 bilhões, ao passo que as importações totais do Brasil alcançaram 6,7 bilhões (os principais fornecedores do produto para o Brasil foram Argentina, Índia e Estados Unidos);

.Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos - a exportação média de Trinidad no período 2007 - 2009 alcançou US\$ 1,6 bilhão, ao passo que

as importações totais do Brasil alcançaram US\$ 12,6 bilhões (os principais fornecedores do produto para o Brasil foram Nigéria, Arábia Saudita e Argélia).

O potencial do relacionamento comercial também se reflete no interesse e participação brasileira na Feira Internacional de Trinidad e Tobago ("Trade and Investment Convention" — TIC). Organizado pela Associação de Manufatureiros de Trinidad e Tobago (TTMA), o evento consiste na principal feira de negócios do Caribe insular. Desde 2005, mais de 75 empresas brasileiras participaram da feira (21 empresas participaram da edição de 2010).

O Ministro da Indústria e Comércio de Trinidad e Tobago encaminhou convite ao Governo brasileiro para participação na Semana de Investimentos de Trinidad e Tobago, que se realizará em Port-of-Spain entre os dias 13 e 18 de junho. A Semana compreenderá dois eventos regionais: i) a própria edição de 2011 da Feira Internacional de Trinidad e Tobago (15 a 18 de junho); ii) o Fórum Caribenho de Investimentos (13 e 14 de junho), que terá como tema "Criando Parcerias com Trinidad e Tobago para alcançar os mercados da Commonwealth e das Américas".

#### Investimentos

Em janeiro de 2011, o Ministro do Trabalho e Transporte de Trinidad e Tobago anunciou a concessão oficial de contrato à construtora brasileira OAS, para construção de 33 quilômetros de extensão da rodovia "Solomon Hochoy".

Localizado ao sul da ilha de Trinidad, o novo trecho ligará as cidades de San Fernando e Point Fortin. Além de expandir a limitada rede nacional de transporte viário, a obra também contribuirá para a geração de postos de trabalho, na medida em que a OAS deverá empregar ao menos 40% de mão-de-obra local na execução do projeto. As obras deverão concluir-se em 2015.

#### Finanças

O relacionamento entre Brasil e Trinidad e Tobago também apresenta vertente financeira, em vista do processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe e da participação dos dois países no âmbito do mesmo grupo regional do Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional.

Tem importância particular o processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), impulsionado com a recente

(20.12.10) promulgação do Decreto Legislativo nº 801, por parte do Senado Federal. Com a autorização do Congresso Nacional, o Brasil concluiu o processo interno necessário para tornar-se membro da instituição financeira regional, habilitando-se a assinar o Instrumento de Adesão e a realizar os aportes de capital já negociados com o Banco. A aprovação da entrada do Brasil no BDC abre a possibilidade de presença mais efetiva no Caribe, por meio da colaboração com projetos que visem ao desenvolvimento regional.

Juntamente com a Jamaica, Trinidad e Tobago é o principal sócio regional do Banco de Desenvolvimento do Caribe. Subscreveu 19.342 ações do BDC, o que corresponde a 17,77% do capital social do Banco e lhe confere poder de voto correspondente a 17,3% do total.

## Cooperação Técnica

A exemplo do que ocorre no padrão de relacionamento do Brasil com outros países caribenhos, a cooperação técnica também tem importância estratégica nas relações com Trinidad e Tobago. A recente entrada em vigor do Acordo de Cooperação Técnica (agosto de 2010), firmado em 2008, permitirá a implementação de projetos de maior alcance, em contraste com a realização de ações isoladas que tem caracterizado a cooperação bilateral.

Trinidad demonstra interesse particular em cooperação na área agrícola, com destaque à possibilidade de introdução da cultura da soja no país e à cooperação em técnicas de cultivo de milho e mandioca. Entre as razões para tal interesse, destacam-se o volume de divisas utilizadas na importação de milho e soja, para consumo humano e alimentação de aves, e o aumento dos custos de alimentos no país.

Em 2010, foram realizadas as seguintes atividades com Trinidad e Tobago, no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com a EMBRAPA: i) missão para identificação e elaboração de projetos de cooperação técnica na área agrícola; ii) capacitação em produção em cultivo protegido de hortaliças; iii) capacitação em tecnologia de irrigação e manejo de água em pequenas propriedades.

Em 2011, estão previstas outras três atividades, em resposta a solicitações do Governo trinitário: i) missão da ABC/EMBRAPA a Trinidad e Tobago para diagnóstico da situação fitossanitária da cultura de coco (9 a 13 de maio); ii) missão da ABC/EMBRAPA a Trinidad e Tobago para realização de diagnóstico em peste de palmeiras (9 a 13 de maio); iii) realização de estágio, no Brasil, de 4 técnicos trinitários na área apícola (3 a 13 de maio).

A cooperação bilateral também se beneficiará com o programa para a região caribenha, relativo a 2011, anunciado pelo Governo brasileiro na mais recente Cúpula da CARICOM (Granada, 25 e 26 de fevereiro de 2011). Para execução no ano de 2011, o Governo brasileiro elaborou programa que contempla dez atividades de capacitação nas áreas de desenvolvimento agropecuário e de segurança alimentar. Os treinamentos serão organizados pelas três principais instituições brasileiras na área agrícola: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O programa prevê a realização, no Brasil, de cursos de curta duração (em média, duas semanas), para os quais são previstas a participação de dois representantes de cada país membro da CARICOM.

## Cooperação em Serviços Aéreos

Em 1972, o Brasil assinou Acordo sobre Serviços Aéreos (ASA) com Trinidad e Tobago. Em 2008, novo ASA foi firmado, o qual se encontra em tramitação. O Governo trinitário tem demonstrado crescente interesse no estabelecimento de conexão aérea direta com o Brasil, sobretudo após o início da operação de voo comercial da GOL entre São Paulo e Bridgetown (Barbados), em 2010.

## Cooperação educacional e cultural

O Itamaraty mantém, desde 1986, Leitorado junto à Universidade das Índias Ocidentais (UWI), em Trinidad e Tobago. O prazo de permanência do atual Leitor naquele país se encerrará em julho de 2011, estando sob análise a inclusão de vaga para substituto em futuro edital de seleção de candidatos. Inaugurada em 2000, a instituição educacional "Brazil High School" também tem exercido atividades de promoção da cultura brasileira.

Por ocasião da visita do Senhor Ministro das Relações Exteriores a Granada, para participar da 22ª Reunião Intersessional da Conferência de Chefes de Governo da CARICOM (25 a 26 de fevereiro), foi anunciada iniciativa para promover o conhecimento de elementos comuns na formação da identidade nacional do Brasil e dos países membros da CARICOM, resultando no livro "A Herança Africana no Brasil e no Caribe".

A publicação reúne artigos de um estudioso por país membro da CARICOM, bem como do Brasil, centrados na avaliação do impacto das raízes africanas na formação da identidade nacional de cada país da região, compreendendo vertentes demográficas, religiosas, linguísticas e

geográficas. O livro conta com a contribuição de dois autores de Trinidad e Tobago (Maureen Warner-Lewis e Selwyn R. Cudjoe).

O Chanceler trinitário manifestou a intenção de apresentar convite ao Governo brasileiro para a visita de grupo cultural da Bahia ao país, no contexto das comemorações do 50º aniversário de independência do país, em 2012.

## Candidatura à Direção-Geral da FAO

Ao final da 22ª Reunião Intersessional da Conferência de Chefes de Governo da CARICOM (Granada 25 a 26 de fevereiro de 2011), os quatorze países da Comunidade decidiram apoiar coletivamente a candidatura do Professor José Graziano da Silva à Direção-Geral da FAO. Para tal resultado, foi importante o apoio de Trinidad e Tobago, já antecipado pelo Chanceler trinitário por ocasião de gestão de Enviado Especial a Port-of-Spain, no mês de fevereiro.

Por sua vez, o Governo brasileiro comprometeu-se a apoiar a candidatura à reeleição do Magistrado trinitário Anthony Amos Lucky como membro do Tribunal Internacional do Direito do Mar (mandato conclui-se no mês de setembro).

#### Temas consulares

De acordo com os registros da Embaixada do Brasil em Port-of-Spain, a comunidade brasileira residente em Trinidad e Tobago compreende 101 indivíduos, dos quais 79 são adultos (37 mulheres e 42 homens) e 22 são menores de idade. Entre os membros da comunidade brasileira, a Embaixada identificou: i) 29 executivos de grandes empresas (Construtora OAS, Arcelor Mittal, Ericsson, British American Tobacco, Ferrostaal, entre outras; ii) 9 senhoras casadas com que estrangeiros (executivos ou empresários); iii) 1 funcionária internacional, Chefe do Escritório do PNUD e líder regional do Sistema das Nações Unidas); iv) 9 missionários; v) 1 professor na Universidade das Índias Ocidentais.

A Embaixada não tem conhecimento da existência de eventual associação de brasileiros no território da sua jurisdição consular.

A jurisdição consular da Embaixada em Port-of-Spain também compreende o território das ex-Antilhas Holandesas, as atuais municipalidades holandesas de Bonaire, Saaba e Sint Eustatius, e as unidades autônomas (do Reino dos Países Baixos) de Aruba, Curação e Sint Maarten. Nessa área do sudeste do Caribe, existe um Consulado Honorário do Brasil (em Curação).

De acordo com os registros da Embaixada em Port-of-Spain, a comunidade brasileira residente nessa região compreende 78 indivíduos (24

homens, 33 mulheres e 21 menores de idade), com a seguinte distribuição geográfica: i) Aruba: 32 indivíduos; ii) Bonaire: 17 indivíduos; iii) Curação: 25 indivíduos; iv) Saint Maarten: 4 indivíduos.

## POLÍTICA INTERNA

O Governo de Trinidad e Tobago é parlamentarista. O Presidente da República é eleito, por período de cinco anos, por um colégio eleitoral composto por membros do Senado e da Câmara. O Presidente eleito designa como Primeiro-Ministro o líder do partido que obteve maioria no Parlamento.

Entre dezembro de 2001 e maio de 2010, o Movimento Nacional Popular (PNM) esteve à frente do poder Executivo, sob a liderança do ex-PM Patrick Manning, ao passo que o Congresso Nacional Unido (UNC) constituiu a principal força oposicionista, sob a liderança de Kamla-Persad Bissessar. A política partidária em Trinidad e Tobago apresenta elementos étnicos, na medida em que o PNM conta com significativa base de apoio afrodescendente, ao passo que o UNC tende a contar com os votos da população de origem indiana.

Após a vitória da coalizão de oposição nas eleições de 24 de maio de 2010, Kamla Persad-Bissessar tornou-se a primeira mulher a ser eleita Primeira-Ministra na República de Trinidad e Tobago. Nas eleições de maio de 2010, a coalizão oposicionista "People's Parnership" (PP) — integrada pelo UNC, pelo Congresso Popular (COP) e mais 3 partidos - obteve 29 dos 41 assentos parlamentares. Nas mais recentes eleições locais, realizadas em julho de 2010, o PP obteve 11 das 14 prefeituras em disputa.

A coalizão foi eleita com base em plataforma de combate à criminalidade – problema que atinge proporções significativas em Trinidad e Tobago -, de combate à corrupção e de retomada do crescimento econômico – o que implica desafios simultâneos em matéria de diversificação da economia trinitária e de promoção do setor intensivo em recursos naturais.

Logo após a vitória eleitoral, o PP apresentou o "Manifesto 2010", contendo programa de governo para a atual gestão. O documento ressalta a necessidade de reformas governamentais, direcionadas aos seguintes objetivos: i) promoção do desenvolvimento sustentável, com ênfase em políticas educacionais; ii) erradicação da pobreza e apoio a minorias em situação de vulnerabilidade; iii) fortalecimento da segurança nacional e pessoal; iv) desenvolvimento das redes de tecnologia de comunicação e informação internas; v) promoção de diversificação da economia; vi)

adoção de princípios de boa governança; vii) fortalecimento de parcerias multilaterais e bilaterais de Trinidad e Tobago no âmbito internacional.

O Governo trinitário enfrenta o desafio de apresentar resultados rápidos, sobretudo em matéria de recuperação econômica e de combate à criminalidade. Beneficia-se, ao mesmo tempo, de significativa maioria parlamentar — em comparação com os 12 assentos parlamentares controlados pela oposição (PNM) -, o que deve evitar maiores dificuldades na implementação de sua agenda legislativa no período 2011 — 2012.

## **ECONOMIA**

五溢 美野!

Trinidad e Tobago é a maior economia no âmbito da CARICOM, apresentando PIB correspondente a US\$ 21 bilhões. Também consiste na economia mais diversificada e industrializada da região, beneficiando-se de reservas significativas de petróleo e de gás natural, além dos maiores depósitos de asfalto natural do mundo. Embora o setor de petróleo e gás tenha importância fundamental na economia local (participação de 40% do PIB), são importantes as atividades industriais, sobretudo nos setores de alimentos, bebidas e cimento. O país também é importante destino de investimentos externos e centro financeiro regional.

Trinidad e Tobago é importante exportador de energia entre os países da América Latina e do Caribe. O país também é o maior exportador de gás natural líquido para os Estados Unidos, fornecendo cerca de dois terços de todo o GNL importado pelo país desde 2002. Ao mesmo tempo, o desempenho futuro do setor de energia da economia trinitária é objeto de atenção, em função da identificação de determinadas tendências: i) aumento do custo de produção do gás natural em Trinidad e Tobago, em função tanto de maiores custos de exploração como de esgotamento dos campos de gás natural com baixo custo de produção; ii) possível redução, a médio prazo, na importação norte-americana de GNL trinitário, em decorrência do desenvolvimento de nova tecnologia de produção do gás não convencional nos EUA.

A economia trinitária registrou elevada taxa média de crescimento entre 2000 e 2007 (8%, superior à média regional de 3,7%). Embora registrando significativa retração de 3,5% em 2009, o PIB trinitário registrou leve recuperação em 2010, com crescimento de 1,2%. O FMI projeta crescimento de 2,5% do país, em 2011.

Com vistas a promover a reativação e a diversificação da economia nacional, o Governo trinitário tem apoiado investimentos e parcerias tanto no setor de energia (inclusive alternativa) como nos setores de

processamento e produção de alimentos, manufaturas têxteis de alta tecnologia, fármacos e serviços.

Além de priorizar o dispêndio na área social — considerada fundamental para o desempenho econômico nacional - a nova administração também tem promovido investimentos em infra-estrutura. No final de 2010 foram anunciadas novos projetos de construção e iniciativas, com destaque à extensão da rodovia "Solomon Hochoy" (obra a ser executada pela construtora OAS) e ao desenvolvimento da represa "Mamoral".

O Governo trinitário tem anunciado novos projetos na área de energia. A Ministra da Energia salientou a implementação de complexo de produção de derivados de amônia, de indústria de poliolefínicos e de projetos nas áreas de produção de melamina e de energia alternativa (painéis fotovoltaicos).

Tem destaque a recente inauguração de planta produtora de melamina, na cidade de Point Lisas. A planta consiste na sétima e última unidade de projeto com custo estimado de US\$ 1,7 bilhão, considerado o principal investimento direto externo já realizado em Trinidad e Tobago. A planta permitirá a ampliação da gama de produtos petroquímicos ofertados pelo país.

## POLÍTICA EXTERNA

Dotado de população e PIB de destaque entre seus vizinhos caribenhos, Trinidad e Tobago exerce significativa liderança regional, inclusive no âmbito da Comunidade do Caribe – CARICOM –, da Associação dos Estados Caribenhos (AEC) e da Organização dos Estados Americanos - OEA. O país é importante origem de assistência humanitária na região, sobretudo em episódios de desastres naturais.

No âmbito da CARICOM, o país exerce papel importante na implementação do "Mercado e Economia Únicos" (Caribbean Single Market and Economy - CSME). A implementação do CSME teve início em 2006, com processo de liberalização comercial. Ainda no plano regional, cabe destacar que, em abril de 2010, Trinidad e Tobago e Granada colocaram fim a diferendo territorial que persistia há mais de 17 anos, com a assinatura de acordo bilateral de delimitação de fronteiras marítimas.

O país mantém relacionamento próximo com parceiros tradicionais (EUA, Reino Unido e Canadá), em função de elementos como idioma comum, presença de diáspora trinitária (sobretudo nos Estados Unidos e no Canadá) e relevância econômica (inclusive no que tange à importância do mercado norte-americano para o setor de energia). A Primeira-Ministra

Kamla Persad-Bissessar já realizou três visitas aos Estados Unidos e uma visita ao Reino Unido.

O Governo trinitário demonstra interesse significativo em relacionamento mais estreito com a América do Sul, em especial no que se refere ao Brasil. Trinidad e Tobago mantém relacionamento intenso com a Venezuela, inclusive em função de sua proximidade geográfica — os dois países assinaram tratado, em agosto de 2010, que permite a exploração conjunta das reservas de gás ao longo da fronteira marítima.

Também são importantes as relações com Índia (origem importante de fluxos de imigração para Trinidad) e com a China (nos planos comercial e de investimentos, com a presença de firmas chinesas sobretudo no setor de construção).

O atual processo de abertura de embaixada trinitária em Pequim retrata a crescente importância do relacionamento bilateral. Diversos acordos têm sido firmados entre os dois Governos, incluindo o Acordo de Cooperação Técnica e Econômica (2005), que tem permitido a Trinidad e Tobago receber ajuda financeira, além de financiamentos no setor de construção civil (que registra presença significativa de firmas de origem chinesa). O Governo chinês tem oferecido a Trinidad e Tobago treinamento nas áreas de ciências agrárias, energia solar, informática e diplomacia, entre outras. A China também fornece máquinas agrícolas e presta assistência tecnológica em setores como cultivo de bambu e criação de camarões em cativeiro.

No âmbito multilateral, Trinidad e Tobago tem manifestado o interesse no fortalecimento da ONU e no estabelecimento de canais que facilitem a comunicação entre as Nações Unidas e foros de composição mais restrita, como o G20. O país participa da Aliança dos Pequenos Estados Insulares, uma coalizão de pequenos países insulares que compartilham desafios de desenvolvimento similares e que apresentam como preocupação central os efeitos adversos da mudança climática global.

O Governo trinitário também tem demonstrado sensibilidade ao tratamento de questões de gênero no âmbito multilateral. Brasil e Trinidad e Tobago foram eleitos para integrar o Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM). Os dois países participaram da I Reunião do Comitê Diretor (Washington, 7 e 8 de abril), bem como do Fórum Hemisférico "Liderança das Mulheres para uma Democracia Cidadã" (Washington, 4 a 6 de abril). A PM Kamla Persad-Bissessar participou do Fórum Hemisférico, ocasião em que realizou apresentação sobre "Os desafios do sistema democrático para a igualdade das mulheres na América Latina e Caribe". Os eventos em Washington contaram com a participação da Senhora Ministra Iriny Lopes (SPM).





## CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1498 Cristóvão Colombo descobre a ilha de Trinidad.
- 1592 Início da colonização espanhola.
- 1792 Conquista britânica de Tobago.
- 1797 Conquista britânica de Trinidad.
- 1889 União administrativa das ilhas de Trinidad e Tobago.
- 1925 Primeiras eleições legislativas no país, ainda sob domínio britânico.
- 1834 Abolição da escravatura no Império Britânico.
- 1844 Início da importação de mão-de-obra indiana.
- 1958 Ingresso na Federação das Índias Ocidentais.
- 1962 Independência de Trinidad e Tobago.
- 1973 Trinidad e Tobago, Barbados, Jamaica e Guiana estabelecem a CARICOM, por meio do Tratado de Chaguaramas.
- 1976 Adoção da Constituição republicana.
- 1994 O país, junto com mais 24 Estados, assinou a convenção que estabeleceu a Associação dos Estados do Caribe.
- 2009 Realização da Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago.
  - 2010 Início do governo da Primeira-Ministra Kamla-Persad Bissessar.

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1942 Criação do Vice-Consulado do Brasil em Port-of-Spain.
- 1965 Criação da Embaixada do Brasil, pelo Decreto Nº 56616, de 27 de julho.
- 1971 Visita do Chanceler Mário Gibson Barboza a Port-of-Spain.
- 2005 Visita do Chanceler Celso Amorim a Port-of-Spain.
- 2008 (julho) Visita do Primeiro-Ministro Patrick Manning ao Brasil. São assinados quatro acordos, dentre os quais o Memorando de Entendimento para Cooperação no Campo da Energia.
- 2008 (dezembro) Presença da Chanceler trinitária na I Cúpula da CALC, em Sauípe.
- 2009 (março) Segunda visita do Primeiro-Ministro Patrick Manning ao Brasil, no âmbito da preparação da V Cúpula das Américas.
- 2009 (abril) Presidente Lula e Ministro Celso Amorim visitam Trinidad e Tobago, por ocasião da V Cúpula das Américas.
- 2010 (abril) Então Embaixadora de Trinidad e Tobago junto ao Brasil, Monica Clement, participa da I Cúpula Brasil CARICOM.
- 2011 (abril) Visita da Primeira-Ministra Kamla Persad-Bissessar ao Brasil.

## **ATOS BILATERAIS**

Título	Data de	Vigência
	Celebração	
Acordo sobre a Supressão de Visto em	07/04/1971	Em vigor
Passaportes.		
Acordo Relativo à Criação de uma	09/11/1971	Em vigor
Comissão Mista de Cooperação Técnica,		
Econômica e Comercial.		
Convênio Cultural.	09/11/1971	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	05/10/1972	Em vigor
Acordo sobre Pesca de Camarão Brasil-	28/02/1975	Em vigor
Trinidad Tobago de 1975.		
Acordo, por Troca de Notas, sobre	08/05/1978	Em vigor
Empreendimentos Conjuntos no Setor da		
Pesca.		
Memorando de Entendimento para	23/07/2008	Em vigor
Cooperação no Campo da Energia		
Acordo sobre Serviços Aéreos Bilaterais	23/07/2008	Em
		tramitação
Convenção para Evitar a Dupla	23/07/2008	Em vigor
Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em		
Matéria de Imposto sobre a Renda e para		
Incentivar o Comércio e o Investimento		
Bilaterais		
Acordo de Cooperação Técnica	25/07/2008	Em vigor

## **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS**

O Brasil não concedeu nenhum crédito oficial a tomador soberano de Trinidad e Tobago.

## DADOS BÁSICOS E INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

# DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS TRINIDAD E TOBAGO

Nome oficial	República de Trinidad e Tobago
Superficie	5.128 km²
Localização	Sudeste da América Central, mar do Caribe
Capital	Port of Spain
Principals cidades	Port of Spain, San Fernando, Arima
ldioma oficial	Inglês
PIB Nominal (2010 - estimativa EIU)	US\$ 28 bilhões
PIB Nominal "per capita" (2010)	US\$ 21.569
PIB PPP (2010 - estimativa EIU)	US\$ 18 bilhões
PIB PPP "per capita" (2010)	US\$ 13.851
Moeda	Dálar Triniting

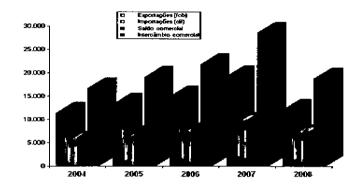
Elaborado pelo MRE/DPR/OIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de The Economist Intelligence Unit, Country Report March 201

					<b></b>
INDICADORES SOCIOECONÓMICOS	2005 2	006 2	007 21	) 0 8 <sup>   </sup>   2 (	1091
População (em milhões de habitantes)	1,3	1,3	1,3	1,3	1,
Densidade demográfica (hab#Km²)	6,3	0,3	0,3	0,3	Q
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	19,3	21,7	24,2	25,3	26
Crescimento real do PIB (%)	12,2	5,5	3,5	-3.2	1
/ariação anual do índice de preços ao consumidor (%)	9,1	7.6	14,5	1,3	13
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	6,6	6,7	9,5	9,2	9
Divida Externa Total (US\$ bilhões) <sup>(1)</sup>	2,6	3,6	3,9	3,9	4
Câmbio (TT\$ / US\$)	6,31	6,34	6,30	6,37	6.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report March 2011. (1) Estimativa ERU.

COMERCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005	2996	2907	2009	2009	2010 <sup>(1)2</sup>
Exportações (fob)	11.430	13.353	15.002	19.282	12.128	10.267
Importações (cif)	5.253	5.803	6.836	9.335	6.706	5.227
Saldo comercial	6.177	7.550	8.166	9.947	5,422	5,040
Intercâmbio comercial	16,683	19.156	21.636	28.617	18.834	15,494

Elaborado pelo MREIDPR/DIC - Divisão de Informação Cornercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, April 2011.
(1) janeiro-setembro.
(2) Útima posição disponível em 05/04/2011.



#### DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS TRINIDAD E TOBAGO

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2007	*	2008	5.	2009	- %	2010 <sup>(1)(2)</sup>	•
	US1 milliöesk		de total		do total		do total	10.0	do total
EXPORTAÇÕES:									
Estados Unidos		8.492	56,614	8.610	44,7%	5.113	42,2%	4.852	47,39
Espanha		580	3,9%	1.505	7,8%	919	7,6%	615	6,09
Jamaica		963	6 4 44	1.343	7,0%	580	4 8%	447	4,49
Reino Unido		223	1,5%	304	1,6%	471	3,9%	332	3,29
Barbados	1	413	2,814	472	2,4%	413	3,4%	305	3,09
República da Coréia	1	164	1,13%	410	2,1%	375	3,1%	287	2,89
Países Baixos	1	154]	1,0%	1.338	6,9%	338	2,8%	96	0,89
França	1	271	1,8%	266	1,4%	322	2,7%	209	2,09
República Dominicana		334	2,2%	356	1,8%	312	2,6%	252	2,5%
Canadá		393	2.6%	325	1,7%	282		344	3,39
Guiana		240	1,6%	274	1,4%	240	2,096	t85	
Argentina		15	D,1%	246	1,3%	212	1,7%	157	1,59
México	- 1	528	3,5%	945	4,9%	192	1,6%	140	1,49
Brasil	1	113	0,8%	320	1,7°a	176	1,5%	212	2,1**
SUBTOTAL	-	12.243	81,6%	15.451	80,1%	9,576	79,0%	8.070	78,67
DEMAIS PAÍSES		2,759	18,4%	3.831	19.9%	2.552	21,0%	2.197	21,67
TOTAL GERAL		15,002	100,0%	19.282	100.0%	12.128	100.0%	10.267	100,0%
IMPORTAÇÕES:									
Estados Unidos		1.957	28.6%	2.476	26,5%	2.188	32,6%	1.540	29,5%
Rússia		2	0,0%	502	5,4%	669	10,0%	425	8,1%
Colombia		376	5.5%	575	6.24	417	6,2%	311	5,9%
Brasil .		760	11,1%	1.040	11,1**	392	5,8%	427	8,2%
China		290	4,2%	381	4,1%	268	4,0%	254	4,9%
Canadá		233	3,4%	286	3,1%	263	3,9%	235	4,5%
Alemanha		185	2,7%	346	3,7%	261	3,9%	142	2,79
Gabão		282	4,1%	370		251	3,7%	235	
Índia		142	2,1%	416		211	3,1%	153	
Reino Unido		261	3,816	232	2.5%	181	2,7%	115	
Japão	1	247	3,614	359	3,9%	125	1,9%	129	2,5%
México		64	0,9%	76		104	1,6%	7.6	1,4%
Venezuela		562	B.2%	262		98	1,5%	92	
Angola		104]	1,5%	136		92	1,4%	B7	
Itália		146	2,1%	200	2,1%	86	1,3%	71	1,49
SUBTOTAL		5,612	82,1%	7.657	82,0%	5,606	83,6%	4.291	82.15
DEMAIS PAÍSES		1.224	17.9%	1,578	18,0%	1.100	16.4%	936	17,9%
TOTAL GERAL		6,636	100,0%	9,335	100.0%	6,706	100.0%	5.227	100,0%

DOTAL GERRAL

10.100 | 5.336 | 100.074 | 5.336 | 100.074 |

Elaborado pelo MREDPRICK - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de FRIO, Direction di Trade Statistica, April 2011.

Países fatedos em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(2) Última posição disponheri em 05/08/2011.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009(1)	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)		-
Combustíveis, áleos e ceras minerais	6.936	76,0%
Produtos químicos inorgânicos	339	3,7%
Ferro fundido, ferro e aço	318	3,5%
Produtos químicos orgânicos	300	3,3%
Minérios, escórias e cinzas	240	2.6%
Subtotal	8.133	89,1%
Demais Produtos	993	10,9%
Total Geral	9.126	100.0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.291	32,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.174	18,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	413	5,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	356	5,1%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	274	3,9%
Plásticos e suas obras	169	2.4%
Minérios, escórias e cinzas	143	2,1%
Produtos farmacêuticos	113	1,6%
Produtos diversos das indústrias químicas	112	1,6%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	95	1.4%
Ferro fundido, ferro e aço	93	1,3%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	91	1,3%
Cereais	83	1,2%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	77	1,1%
Subtotal	5.484	78,8%
Demais Produtos	1.471	21,2%
Total Geral	6.955	100.0%

Eleborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Cornercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap. Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes. (1) Última posição anual disponêvel em 22/02/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TRINIDAD E TOBAGO <sup>(1)</sup> (US\$ mil. fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Ехропаções	555,290	690.454	745.450	319.901	539.042
Variação em relação ao ano anterior	-19,6%	24,3%	8,0%	-57,1%	68,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	23,6%	28,2%	15,5%	10.1%	14,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,4%	0,4%	0,4%	0.2%	0,3%
Importações	108.498	113.221	279.737	180,654	396,000
Variação em relação ao ano anterior	13.6%	4,4%	n.a.	-35,4%	119,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	72,8%	64,994	74,1%	92,1%	74,8%
Part, (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
Intercambio Comercial	663,788	803,675	1,025,187	500,555	935,042
Variação em relação ao ano anterior	- 15,6%	21,1%	27,6%	-51,2%	86,8 <b>%</b>
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	26,5%	30,7%	19,8%	14,8%	22,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0.3%	0,3%	0,3%	0.0%	0,2%
Saldo Comercial	446.792	577.233	465,713	139.247	143.042

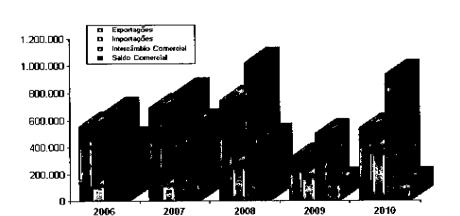
Elaborado pelo MREJOPRI/DIC - Dinisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicemeti.

Al la decembra el consider en dados entelectos dos perspectos facilitates das insertanços do nos entelectos en entelectos entelectos entelectos de perspectos de perspectos de perspectos de como de considerar o unidados entelectos | INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TRINIDAD E TOBAGO                |                  | 2010      | 2011      |
|---|------------------|-----------|-----------|
|   | (US\$ mill, feb) | (jan-mar) | (jan-mar) |
| Exportações   | <u> </u>         | 73,657    | 122.04    |
| Variação em relação ao mesmo periodo do ano anterior          | 1                | -1D.4%    | 65,79     |
| Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM |                  | 7.0%      | 17,85     |
| Part. (%) no total das exportações brasileiras                |                  | 0.2%      | 0,25      |
| Importações   |                  | 38,523    | 81.22     |
| Variação em relação ao mesmo periodo do ano anterior          |                  | 113,2%    | 122,45    |
| Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM     |                  | 61,0%     | 99,0      |
| Part. (%) no total das importações brasileiras                |                  | 0.1%      | 0,21      |
| Intercâmbio Comerciali  |                  | 110.180   | 203.27    |
| Variação em relação ao mesmo período do ano anterior          |                  | 10,9%     | 84,5      |
| Part. (%) no total do intercámbio Brasil-CARICOM              |                  | 9,9%      | 26,4      |
| Part, (%) no total do intercâmbio brasileiro                  |                  | 0,1%      | 0,2       |
| Saldo Comercial   |                  | 37.134    | 40,61     |

Elaborado pelo MPE/DPRICIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alicemeb.

## INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TRINIDAD E TOBAGO 2006 - 2010

(US\$ mil)



Elaborado pelo MESE/LIPERCICO Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MERCASECE/Allorento

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL -TRINIDAD E TOBAGO	2000	%	2000	%	2040	*
[US\$ mil - fob]	2008	do total	2009	do total	2010	do total
EXPORTAÇÕES: (por principais grapes de produtes)						
Minérios, escórias e cinzas	367.143	49,3%	120,479	37,7%	392,927	72,9%
Combustiveis, óleos e ceras minerais	138.726	18,6%	41.467	13,0%	33.920	6,3%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	18.717	2,5%	14.695	4,6%	17,893	3,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	15,306	2,1%	11.092	3,5%	11.262	2,1%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.121	0,3%	9.614	3.0%	10,194	1,9%
Produtos cerâmicos	7.848	1,1%	8.114	2,5%	7.438	1,4%
Acúcares e produtos de confeitaria	10.583	1,4%	13,189	4,1%	6.751	1,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecánicos	9.907	1,2%	5.887	1,8%	5.927	1,1%
Lege e lagicings, ovos de aves, mel natural	5.649	0,8%	4.027	1,3%	5.096	0,9%
Ferro fundido, ferro e aço	15,405	2,1%	2.980	0,9%	4.384	0,8%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	3.516	0,5%	3.750	1,2%	4.279	0,8%
Bebidas, liquidos alcodicos e vinagres	99,109	13,3%	48.286	15,1%	3.833	0,7%
Furno (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	6.161	0,8%	6.158	1,9%	3,474	0,6%
Subtotal	699.191	93,8%	289,628	90,5%	507.368	94,1%
Demais Produtos	46.259	6,2%	30.273	9,5%	31.674	5,9%
TOTAL GERAL	745,450	100,0%	319,901	100,0%	539,042	100,0%

Eleborado pelo MRE/DPPDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceveb. Grupos de produtos kistados em outem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TRINIDAD E	TOBAGO (US\$ mil-feb)	2008	% do total	2009	% do total	2010	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais grapes de produtes)							
Combustiveis minerais, ôleos minerais e ceras minerais		26.279	9,4%	80.730	44,7%	231.B9B	58,6%
Produtos químicos inorgânicos		192,873	68,9%	83,625	46,3%	134,992	34,1%
Ferro fundido, terro e aço		58.809	21,0%	3.314	1,8%	25.525	6,4%
Subtotal		277.961	99.4%	167.669	92.8%	392,415	99,1%
Demais Produtos		1.776	0,6%	12.985	7,2%	3,585	0,9%
TOTAL GERAL		279 ] 37	100,0%	180,654	100,0%	396,000	100,0%

Elaborado pelo MRETOPRIDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MEXOSECEXIAliceveb. Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valures apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÁMBIO COMERCIAL BRASIL - TRINIDAD E TOBAGO	)	2010	%	2010	%
	- fob)	(jan-mar)	no total	(jan-mar)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					_
Minérios, escórias e cinzas	Т	50,861	69,1%	99.179	81,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		3.131	4,3%	4.159	3,4%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose		3.844	5,2%	3.723	3,1%
Produtos cerâmicos	- 1	1.348	1,8%	1.936	1,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	- [	733	1,0%	1.614	1,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos		1,103	1.5%	1.424	1,2%
Furno (tabaco) e seus sucedáneos manufaturados	1	582	0,8%	1.228	1,0%
Subtotal		61.602	83,6%	113,263	92,8%
Demais Produtos	- 1	12,055	16.4%	8.782	7.2%
TOTAL GERAL		73.657	100,0%	122.045	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grapos de produtos)					
Produtos químicos inorgânicos	T	35.5 <b>8</b> 4	97,4%	42.128	51,9%
Combustiveis, óleos e ceras minerais	- 1	23	0,1%	25,375	31,2%
Ferro fundido, ferro e aço		O	0,0%	12.952	15,9%
Subtotal		35,607	97.5%	80,455	99.0%
Demais Produtos		916	2.5%	772	1,0%
TOTAL GERAL		36.523	100,0%	81.227	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceveb. Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-mari2010,

Aviso nº 198 - C. Civil.

> Em 16 de maio de 2011.

A Sua Excelência o Senhor Senador CÍCERO LUCENA Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO SÉRGIO TRABALLI BOZZI, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Atenciosamente,

ANTONIO PALOCO∤FILHO Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Senador Ataídes Oliveira, para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em vaga cedida pelo PSOL, nos termos dos Ofícios nºs 118/2011, da Liderança do PSDB e 213/2011, da Liderança do PSOL, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 118/11-GLPSDB

Brasília de maio de 2011

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, indico o Senador Ataídes de Oliveira, para integrar a composição do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em vaga cedida pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente. – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB.

Ofício SF/GSMB/nº 213/2011

Brasília, 18 de maio de 2011

Assunto: Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido Socialista e Liberdade – PSOL, a concessão ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB da vaga que temos direito ao Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senadora **Marinor Brito**, Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o Ofício nº 0319/2011-H, do Senador Jayme Campos, Líder da Minoria no Congresso Nacional, indicando, nos termos do § 5º do art. 4º do Regimento Comum, a Senadora Maria do Carmo Alves para a função de Vice-Líder da Minoria no Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

OFGSJAYM nº 319/2011-H

Brasília, 18 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho à presença de V. Exa. para indicar a Senadora Maria do Carmo

Alves (DEM-SE) para ocupar uma das vagas de Vice-Líder da Minoria no Congresso Nacional.

Sendo que se apresenta para o momento, renovo-lhe na oportunidade, expressões de consideração e apreço.

- Senador Jayme Campos, Líder da Minoria no Congresso Nacional.
- O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT RS) Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273, DE 2011

Estabelece isenção de tarifa de embarque em voos domésticos para passageiros idosos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 7º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido de alínea h com a seguinte redação:

"Art. 7°	
L)	
<ul> <li>h) os passageiros com idade igual ou perior a sessenta anos em voo doméstico</li> </ul>	
	NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

De acordo com a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, compete à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o estabelecimento do regime tarifário da exploração da infraestrutura aeroportuária. Uma das tarifas afetas a essa competência é a de embarque, suportada pelos passageiros por força dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.

O Brasil tem uma das legislações mais avançadas do mundo no que respeita à política do idoso, reconhecendo e assegurando aos maiores de sessenta anos todos os direitos essenciais e proteção integral, além de todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social.

No bojo dessa política, emerge como das mais importantes a questão da mobilidade do idoso, principalmente o de baixa renda. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) assegura transporte coletivo urbano gratuito e quotas de assentos gratuitos em transporte coletivo interestadual.

No momento, a demanda do transporte de passageiros de longa distância, graças ao desenvolvimento da economia, tem se deslocado do transporte coletivo terrestre para o aéreo. Demanda essa que contempla em grande medida os idosos, cujas viagens de lazer e turismo o próprio Governo Federal tem procurado incentivar por diversas maneiras.

Nesse contexto, nada mais justo e coerente que proporcionar aos idosos a isenção da tarifa de embarque em voos domésticos, estendendo ao setor aéreo, em proporção mínima, a política já vigente para o transporte coletivo terrestre doméstico.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares.** 

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.009, DE 26 DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os aeroportos e suas instalações serão projetados, construídos, mantidos, operados e explorados diretamente pela União ou por entidades da Administração Federal Indireta, especialmente constituídas para aquelas finalidades, ou ainda, mediante concessão ou autorização obedecidas as condições nelas estabelecidas.

Art. 2º A efetiva utilização de áreas, edifícios, instalações, equipamentos, facilidades e serviços de um aeroporto está sujeita ao pagamento referente aos precos que incidirem sobre a parte utilizada.

Parágrafo único. Os preços de que trata este artigo serão pagos ao Ministério da Aeronáutica ou às entidades de Administração Federal Indireta responsáveis pela administração dos aeroportos, e serão representados:

- a) por tarifas aeroportuárias, aprovadas pela Agência Nacional de Aviação Civil, para aplicação em todo o território nacional; (Redação dada pela Lei nº 11.182, de 2005)
- **b)** por preços específicos estabelecidos, para as áreas civis de cada aeroporto, pelo órgão ou entidade responsável pela administração do aeroporto.

Art. 3º As tarifas aeroportuárias a que se refere o artigo anterior, são assim denominadas e caracterizadas:

- I Tarifa de embarque devida pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da Estação de Passageiros; incide sobre o passageiro do transporte aéreo;
- II Tarifa de pouso devida pela utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de

pouso, rolagem e estacionamento da aeronave até três horas após o pouso; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave;

III – Tarifa de permanência – devida pelo estacionamento da aeronave, além das três primeiras horas após o pouso; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave:

IV – Tarifa de Armazenagem – devida pelo armazenamento, guarda e controle das mercadorias nos Armazéns de Carga Aérea dos Aeroportos; incide sobre consignatário ou transportador no caso de carga aérea em trânsito. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 2.060, de 1983)

V – Tarifa de Capatazia – devida pela movimentação e manuseio das mercadorias a que se refere o item anterior; incide sobre o consignatário, ou o transportador no caso de carga aérea em trânsito. (Incluído pelo Decreto Lei nº 2.060, de 1983)

Art. 4º Os preços específicos a que se refere a letra **b**, do parágrafo único, do artigo 2º, são devidos pela utilização de áreas, edifícios, instalações, equipamentos, facilidades e serviços, não abrangidos pelas tarifas aeroportuárias; incide sobre o usuário ou concessionário dos mesmos.

Art. 5º Os recursos provenientes dos pagamentos a que se refere o artigo 2º desta Lei, inclusive de multas contratuais, correção monetária e juros de mora, constituirão receita própria:

I – do Fundo Aeronáutico, nos casos dos aeroportos diretamente administrados pelo Comando da Aeronáutica; ou (Redação dada pela Lei nº 11.182, de 2005)

II – Das entidades da Administração Federal Indireta, no caso dos aeroportos por estas administradas.

Art. 6º O atraso no pagamento das tarifas aeroportuárias, depois de efetuada a cobrança, acarretará a aplicação cumulativa, por quem de direito, das sequintes sanções:

I – após trinta dias, cobrança de correção monetária e juros de mora de um por cento ao mês;

II – após cento e vinte dias, suspensão *ex officio* das concessões ou autorizações;

III – após cento e oitenta dias, cancelamento sumário das concessões ou autorizações.

Art. 7º Ficam isentos de pagamento:

- I Da Tarifa de Embarque
- a) os passageiros de aeronaves militares e de aeronaves públicas brasileiras da Administração Federal Direta;
- **b)** os passageiros de aeronaves em vôo de retorno, por motivos de ordem técnica ou meteorológica ou, ainda, em caso de acidente, por ocasião do reembarque;
  - c) os passageiros em trânsito;

- **d)** os passageiros de menos de dois anos de idade:
- **e)** os inspetores de Aviação Civil, quando no exercício de suas funções;
- f) os passageiros de aeronaves militares ou públicas estrangeiras, quando em atendimento à reciprocidade de tratamento;
- **g)** os passageiros, quando convidados do Governo brasileiro.
  - II Da Tarifa de Pouso
- a) as aeronaves militares e as aeronaves públicas brasileiras da Administração Federal Direta;
- **b)** as aeronaves em vôo de experiência ou de instrução;
- **c)** as aeronaves em vôo de retorno por motivo de ordem técnica ou meteorológica;
- **d)** as aeronaves militares ou públicas estrangeiras, quando em atendimento à reciprocidade de tratamento.
  - III Da Tarifa de Permanência
- a) as aeronaves militares e as aeronaves públicas brasileiras da Administração Federal Direta;
- **b)** as aeronaves militares e públicas estrangeiras, quando em atendimento à reciprocidade de tratamento:
  - c) as demais aeronaves:
- 1 por motivo de ordem meteorológica, pelo prazo do impedimento;
- 2 em caso de acidente, pelo prazo que durar a investigação do acidente;
- 3 em caso de estacionamento em áreas arrendadas pelo proprietário ou explorador da aeronave.
- IV Da Tarifa de Armazenagem: (Redação dada pelo Decreto Lei nº 2.060, de 1983)
- a) as mercadorias e materiais destinados a entidades privadas ou públicas da Administração Direta ou Indireta, quando ocorrerem circunstâncias especiais criadas pelo Governo Federal, por motivos independentes da vontade dos destinatários; por prazo inferior a trinta dias e mediante despacho concessivo da isenção do Ministro da Aeronáutica; (Redação dada pelo Decreto Lei nº 2.060, de 1983)
- **b)** as mercadorias e materiais destinados a serviços necessários á segurança nacional ou por comprovada exigência do bem comum; por prazo inferior a trinta dias e mediante despacho concessivo da isenção do Ministro da Aeronáutica. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 2.060, de 1983)
- § 1º Poderão ser isentas de pagamento de Tarifa de Capatazia as mercadorias e materiais destinados a serviços necessários à segurança nacional ou por comprovada exigência do bem comum; por prazo inferior a trinta dias e mediante despacho concessivo

- da isenção do Ministro da Aeronáutica. (Incluído pelo Decreto Lei nº 2.060, de 1983)
- § 2º O despacho do Ministro da Aeronáutica, concessivo da isenção, poderá referir-se ao total ou parte da importância correspondente ao valor da tarifa. (Incluído pelo Decreto Lei nº 2.060, de 1983)
- Art. 8º A utilização das instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, proporcionadas pelo Ministério da Aeronáutica, está sujeita ao pagamento da tarifa de uso das comunicações e dos auxílios a navegação aérea em rota.

Parágrafo único. A tarifa de que trata este artigo será aprovada pelo Ministro da Aeronáutica, mediante proposta do órgão competente do Ministério da Aeronáutica, para aplicação geral em todo o território nacional.

- Art. 9º O atraso no pagamento da tarifa de uso das facilidades à navegação aérea em rota implicará na aplicação das mesmas sanções previstas no artigo 6º desta Lei.
- Art. 10. Ficam isentas do pagamento da tarifa de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota:
- I as aeronaves militares e as aeronaves públicas brasileiras da Administração Federal Direta;
- II as aeronaves em vôo de experiência ou de instrução;
- III as aeronaves em vôo de retorno por motivo de ordem técnica ou meteorológica;
- IV as aeronaves militares e públicas estrangeiras, quando em atendimento à reciprocidade de tratamento.
- Art. 11. O produto de arrecadação da tarifa a que se refere o art. 8º desta Lei constituirá receita do Fundo Aeronáutico. (Redação dada pela Lei nº 11.182, de 2005)
- Art. 12. O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, regulamentará a presente Lei.
- Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os <u>artigos 6º, 7º, 8º</u>, o <u>parágrafo único, do artigo 11</u>, e os parágrafos <u>1º e 2º</u>, <u>do artigo 12</u>, <u>do Decreto-lei nº 270</u>, <u>de 28 de fevereiro de 1967</u>, e o <u>Decreto-lei nº 683</u>, <u>de 15 de julho de 1969</u>, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República. – **EMÍLIO G. MÉDICI** – **J. Araripe Macedo.** 

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 28.12.1973

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.) O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez que já se encontram instruídos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Projetos de Resolução nºs 5, de 2007; e 74, de 2009, serão encaminhados à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Eu termino agradecendo muito ao Senador Clésio

Andrade, ligado à área dos transportes, que esteve conosco na coordenação dos trabalhos com a Deputada Jô, defendendo aposentadorias especiais, defendendo a carga horária limitada, porque há um abuso e, por isso, existem os acidentes de trabalho.

Com esse registro, eu encerro a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

## REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, I, do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
184-M	Anibal Diniz	13	19.05	Atividade Parlamentar
185-M	Valdir Raupp	13	19.05	Atividade Parlamentar
186-M	Marcelo Crivella	13	19.05	Atividade Parlamentar
187-M	Roberto Requião	13	23 a 27.05	Atividade Parlamentar
188-M	Kátia Abreu	13	19.05	Atividade Parlamentar
189-M	Luiz Henrique	43, I	18.05	Licença Saúde
190-M	Lídice da Mata	13	07.04	Atividade Parlamentar

## RETIRADA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

(Artigo 256 do Regimento Interno)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
170-M	Renan Calheiros	13	11.05	Retirado pelo Requerimento nº 191, de 2011-M.
174-M	Renan Calheiros	13	12.05	Retirado pelo Requerimento nº 192, de 2011-M.

## Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney 19/05/2011 quinta-feira

11h30 Recebe a Rainha Silvia Renate Sommerlath, da Suécia Sala de Audiências

12h Recebe a apresentadora Xuxa Meneguel Sala de Audiências

16h Ordem do Dia Plenário

#### SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove de maio de dois mil e onze, quinta-feira, às quatorze horas, na sala número 02, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 06, de 2011,** aposto ao PLN nº 59 de 2010 (MSG nº 531, de 2010, na origem), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.", sem a presença de membros, *a reunião não foi realizada*.

E para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim. Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2011.

SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

#### TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezenove do mês de maio do ano de dois mil e onze, quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número dois Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 533**, adotada no dia 10 de maio de 2011 e publicada no dia 11 do mesmo mês, que "Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências.", com as presenças dos Senhores Senadores Gim Argello e Aloysio Nunes, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2011.

P SERGIO DA FONSECA BRAGA

Diretor

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

#### Bahia

Bloco-PDT - João Durval\* Bloco-PSB - Lídice da Mata\*\* Bloco-PT - Walter Pinheiro\*\*

#### Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles\* **Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\* Bloco-PRB - Marcelo Crivella\*\*

## Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira\* Bloco-PMDB - João Alberto Souza\*\* Bloco-PMDB - Lobão Filho\*\* (S)

## Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto\* Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro\*\* PSOL - Marinor Brito\*\*

#### Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos\* PTB - Armando Monteiro\*\*

Bloco-PT - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy\* Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira\*\* Bloco-PT - Marta Suplicy\*\*

## **Minas Gerais**

Bloco-PR - Clésio Andrade\* (S) Bloco-PSDB - Aécio Neves\*\* PPS - Itamar Franco\*\*

### Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda\* (S) Bloco-DEM - Demóstenes Torres\*\* Bloco-PSDB - Lúcia Vânia\*\*

## Mato Grosso

Bloco-DEM - Javme Campos\* Bloco-PR - Blairo Maggi\*\* Bloco-PDT - Pedro Taques\*\*

## Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon\* Bloco-PP - Ana Amélia\*\* Bloco-PT - Paulo Paim\*\*

#### Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda\* Bloco-PMDB - Eunício Oliveira\*\* Bloco-PT - José Pimentel\*\*

## Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena\* Bloco-PMDB - Vital do Rêgo\*\* Bloco-PMDB - Wilson Santiago\*\*

## Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita\* (S) Bloco-PR - Magno Malta\*\* Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço\*\*

#### Piauí

PTB - João Vicente Claudino\* Bloco-PP - Ciro Nogueira\*\* Bloco-PT - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves\* (S) Bloco-DEM - José Agripino\*\* Bloco-PV - Paulo Davim\*\* (S)

## Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner\* (S) Bloco-PMDB - Luiz Henrique\*\* Bloco-PSDB - Paulo Bauer\*\*

#### Alagoas

PTB - Fernando Collor\* Bloco-PP - Benedito de Lira\*\* Bloco-PMDB - Renan Calheiros\*\*

## Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves\* Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares\*\*

Bloco-PSC - Eduardo Amorim\*\*

#### Amazonas

Bloco-PT - João Pedro\* (S) Bloco-PMDB - Eduardo Braga\*\* Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin\*\*

#### Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias\* Bloco-PT - Gleisi Hoffmann\*\* Bloco-PMDB - Roberto Requião\*\*

#### Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz\* (S) Bloco-PT - Jorge Viana\*\* Bloco-PMN - Sérgio Petecão\*\*

## Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano\* Bloco-PT - Delcídio do Amaral\*\* Bloco-PMDB - Waldemir Moka\*\*

## Distrito Federal

PTB - Gim Argello\* (S) Bloco-PDT - Cristovam Buarque\*\* Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz\* Bloco-PP - Ivo Cassol\*\* Bloco-PMDB - Valdir Raupp\*\*

## **Tocantins**

Bloco-DEM - Kátia Abreu\* Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira\*\* (S) Bloco-PR - Vicentinho Alves\*\*

#### Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney\* Bloco-PMDB - Geovani Borges\*\* (S) PSOL - Randolfe Rodrigues\*\*

## Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti\* Bloco-PT - Angela Portela\*\* Bloco-PMDB - Romero Jucá\*\*

## **Mandatos**

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

## 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (5)

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6)		
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)		
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)			
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )			
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)		
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)		
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )			
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.		
PTB			
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)			

#### Notas:

- 1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
- 2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 GLDBAG).
- 3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Oficios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
- 4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 GLDBAG).
- 5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 GLDBAG).
- 7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 GLDBAG).

## 2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

**Número de membros:** 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 17/05/2011

Ecturu. 17/05/2011			
TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )			
	1.		
	2.		
Bloco Parlamentar ( PM	DB, PP, PSC, PMN, PV)		
	1.		
	2.		
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )			
	1.		
P	ГВ		
	1.		

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

## 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008) (Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO VICE-PRESIDENTE: VAGO RELATOR: VAGO

> Leitura: 05/03/2008 Instalação: 06/11/2008 Prazo prorrogado: 30/06/2009 Prazo prorrogado: 31/08/2009 Prazo prorrogado: 22/12/2009 Prazo prorrogado: 17/07/2010 Prazo final prorrogado: 22/12/2010

#### **MEMBROS**

## Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

## Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

## Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

#### Membro da Comissão Diretora

#### Notas:

- 1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 GLDBAG).
- 2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

## 2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

**Finalidade:** Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

## **MEMBROS**

## Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Anibal Diniz (PT) (2)

Senador Jorge Viana (PT) (1)

## Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)

Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)

## Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

#### Notas:

- 1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 GLDBAG)
- 2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 GLDBAG)
- 3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 GLPMDB)
- 4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 GLPMDB)
- 5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

## 3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

**Finalidade:** Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup> **VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (5)

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )			
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (4,6)		
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)		
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)		
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)		
Bloco Parlamentar (	PMDB, PP, PSC, PMN, PV)		
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)		
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)		
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3. Senador Benedito de Lira (PP) (7)		
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.		
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )			
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)		
	2.		
PTB			
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)		

#### Notas:

- 1. Em 1°.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 GLPSDB)
- 2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 GLPTB)
- 3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
- 4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
- 5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
- 6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
- 7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

## 4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

**Finalidade:** Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Senador Lindbergh Farias (PT) (2)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)		
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)		
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )			
Senador Lobão Filho (PMDB) (1) 1.			
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.		
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )			
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (4)		

#### Notas:

- 1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 GLPMDB).
- 2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 GLDBAG).
- 3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 GLDBAG).
- 4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 GLPSDB).
- 5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 GLDBAG).
- 6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/SC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 GLPMDB)
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 GLDBAG).
- 8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 GLPSDB).
- 9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 GLDBAG).

## **REFORMA POLÍTICA - 2011**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

## 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)	
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)	
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)	
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)	
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)	
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)	
João Ribeiro (PR) (7)	7. Vicentinho Alves (PR)	
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)	
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)	
Bloco Parlamentar ( PM	DB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)	
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)	
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)	
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)	
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) (4,8)	
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)	
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)	
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)	
Bloco Parlamentar M	inoria ( PSDB, DEM )	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Alvaro Dias (PSDB)	
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)	
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) (5)	
P	ГВ	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor	
João Vicente Claudino	2. Gim Argello	

PSOL		
Marinor Brito	Randolfe Rodrigues	

#### Notas

- \*. Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- \*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme ROS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

**Fax:** 3303-4344 **E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516 Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)	
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)	
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)	

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516 Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

## 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)	
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Cyro Miranda (PSDB) (1)	1. Aécio Neves (PSDB) (2)	

#### Notas:

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516 Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

## 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516 Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

<sup>1.</sup> Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).

<sup>2.</sup> Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES		
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )			
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)		
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)		
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)		
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)		
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)		
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)		
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)		
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)		
Bloco Parlamentar ( PM	DB, PP, PSC, PMN, PV)		
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)		
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)		
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)		
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)		
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)		
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)		
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)		
Bloco Parlamentar M	inoria ( PSDB, DEM )		
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)		
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)		
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)		
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)		
P	ГВ		
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro		
João Vicente Claudino (1,6)	2. Gim Argello		

#### Notas:

<sup>\*.</sup> Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

<sup>\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

<sup>\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

<sup>\*\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
- 2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 GLPMDB).
- 3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 GLPMDB)
- 6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515 **Fax:** 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (3)

#### Notas

- 1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
- 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
- 3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo Telefone(s): 3303-3515 Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

#### Notas:

Secretário(a): Gildete Leite de Melo Telefone(s): 3303-3515 Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

<sup>1.</sup> Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

<sup>2.</sup> Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

# 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)	
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)	

### Notas:

- 1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
- 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo Telefone(s): 3303-3515 Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

# 2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) (2) **VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)	
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
VAGO (3)	1. Cícero Lucena (PSDB)	

#### Notas

- 1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.
- 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
- 3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 PRESIDÊNCIA/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo Telefone(s): 3303-3515 Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

# 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1) **VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)	
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)	
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)	
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT)	
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR) (20)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)	
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)	
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) (3,5,16,21)	
Pedro Simon (PMDB) (2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,16)	
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,16)	
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,16)	
Renan Calheiros (PMDB) (21)	5. Lobão Filho (PMDB)	
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)	
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)	
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)	
Bloco Parlamentar Mi	inoria ( PSDB, DEM )	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)	
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)	
Demóstenes Torres (DEM) (18)	4. José Agripino (DEM) (19)	
PTB		
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)	
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)	
PSG	OL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito	

#### Notas:

<sup>\*.</sup> Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

<sup>\*\*.</sup> Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

- \*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
- \*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- \*\*\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
- 1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
- 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
- 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
- 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
- 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Oficios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
- 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
- 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Oficio nº 011/2011-GLDBAG).
- 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Oficio nº 011/2011-GLDBAG).
- 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
- 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Officio nº 011/2011-GLDBAG).
- 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
- 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
- 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
- 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme ROS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 GLPMDB).
- 17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
- 18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
- 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).

### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Telefone(s): 3303-3972 Fax: 3303-4315 E-mail: scomccj@senado.gov.br

## 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Telefone(s): 3303-3972 Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

# 3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (3) **RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (2)

TITULARES  Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
		Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Vital do Rêgo (PMDB)		
Ricardo Ferraço (PMDB)		
Benedito de Lira (PP) (1)		
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Cícero Lucena (PSDB)		

#### Notas

- 1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 Presidência CCJ)
- 2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 Presidência da CCJ).
- 3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira Telefone(s): 3303-3972 Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

# 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (3)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( P)	r, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)	
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)	
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)	
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)	
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)	
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)	
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)	
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)	
Lídice da Mata (PSB)	9.	
Inácio Arruda (PC DO B)	10.	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)	
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)	
Geovani Borges (PMDB) (7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)	
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)	
Benedito de Lira (PP)	8.	
Ana Amélia (PP)	9.	
Bloco Parlamentar N	Minoria ( PSDB, DEM )	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Alvaro Dias (PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (4)	
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)	
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)	
РТВ		
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti	
João Vicente Claudino	2. (1)	
PSOL		
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues	

#### Notas:

- \*. Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
- 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 GLDBAG)
- 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Oficio nº 123/2011-GLPMDB)
- 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

> Telefone(s): 3303-4604 Fax: 3303-3121 E-mail: julioric@senado.gov.br

# 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 3303-4604 Fax: 3303-3121 E-mail: julioric@senado.gov.br

### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 3303-4604 Fax: 3303-3121 E-mail: julioric@senado.gov.br

### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 3303-4604 Fax: 3303-3121 E-mail: julioric@senado.gov.br

# 4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

### Notas:

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Oficio nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares Telefone(s): 3303-4604 Fax: 3303-3121 E-mail: julioric@senado.gov.br

# 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3) **VICE-PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)	
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)	
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)	
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)	
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)	
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)	
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)	
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)	
Ivo Cassol (PP)	6.	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)	
PTB		
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)	
	PSOL	
	1. Marinor Brito	

#### Notas:

<sup>\*.</sup> Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

<sup>\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

<sup>\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

<sup>\*\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

- 1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
- 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 GLPTB).
- 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN)

SUPLENTES		
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
1. Eduardo Braga (PMDB)		
2. Wilson Santiago (PMDB)		
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
1. Kátia Abreu (DEM)		
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
1. Antonio Carlos Valadares (PSB)		
2. Cristovam Buarque (PDT)		
3. Rodrigo Rollemberg (PSB)		
PTB		
1. João Vicente Claudino		
1		

<sup>\*.</sup> Em 16.3.2011, foi lido o Oficio nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho Telefone(s): 3303-3935 Fax: 3303-1060 E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

# 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)	
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)	
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)	
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)	
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)	
PTB		
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino	

### Notas

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho Telefone(s): 3303-3935 Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

<sup>1.</sup> Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

<sup>\*.</sup> Em 16.3.2011, foi lido o Oficio nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

# 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)	
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)	
Delcídio do Amaral (PT)	3.	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
PTB		
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino	

#### Notas:

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060 E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

<sup>1.</sup> Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

<sup>\*.</sup> Em 12.4.2011, foi lido o Oficio nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

# 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)		
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)	
Ivo Cassol (PP)	2.	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Cícero Lucena (PSDB)	1. Marisa Serrano (PSDB)	
PTB		
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino	

#### Notas

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060 E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

<sup>1.</sup> Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).

<sup>\*.</sup> Em 10.5.2011, foi lido o Oficio nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)	
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)	
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)	
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)	
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)	
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)	
Marcelo Crivella (PRB) (11)	7. Lídice da Mata (PSB)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (8,10)	
Eduardo Amorim (PSC) (1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)	
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)	
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)	
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO (13)	
Paulo Davim (PV)	6.	
Bloco Parlamentar M	inoria ( PSDB, DEM )	
Ataídes Oliveira (PSDB) (5,9)	1. VAGO (6)	
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)	
PTB		
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.	
Gim Argello (12)	2.	
PSOL		
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (4)	

### Notas:

<sup>\*.</sup> Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

<sup>\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

<sup>\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

<sup>\*\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

- 1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 GLPTB).
- 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 GSMB)
- 5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 GLPSDB).
- 6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 GLPSDB).
- 7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 GLPSDB).
- 8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
- 10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
- 12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 GLPTB).
- 13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 GLPMDB)

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005 **Fax:** 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)	
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)	
VAGO (1)	2.	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.	

### Notas:

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares Telefone(s): 3303-4251/3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

<sup>1.</sup> Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

<sup>\*.</sup> Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/SC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

# 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL, FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares Telefone(s): 3303-4251/3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

## 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

# 6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares Telefone(s): 3303-4251/3303-2005 Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)	
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)	
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)	
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)	
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)	
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)	
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)	
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)	
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)	
Bloco Parlamentar M	inoria ( PSDB, DEM )	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)	
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)	
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)	
PTB		
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti	
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)	
PSOL		
Randolfe Rodrigues	1.	

#### Notas

<sup>\*.</sup> Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

<sup>\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

<sup>\*\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

<sup>\*\*\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

<sup>\*\*\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

- 1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 GLPTB / OF. nº 021/2011 GLBAG).
- 2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- 4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

# 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza Telefone(s): 3303-3496 Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

# 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)	
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)	
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)	

#### Notas:

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza Telefone(s): 3303-3496 Fax: 3303-3546 E-mail: scomcre@senado.gov.br

# 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza Telefone(s): 3303-3496 Fax: 3303-3546 E-mail: scomcre@senado.gov.br

<sup>1.</sup> Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

<sup>\*.</sup> Em 14.4.2011, foi lido o Oficio nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

<sup>\*\*.</sup> Em 14.4.2011, foi lido o Oficio nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

## 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4) VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)	
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)	
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)	
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) (3)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)	
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Cyro Miranda (PSDB) (1)	
PTB		
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)	

#### Notas:

- 1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 CRE/PRES)
- 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 CRE/PRES)
- 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 CRE/PRES)
- 4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza Telefone(s): 3303-3496 Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT	PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)	
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)	
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)	
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)	
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)	
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)	
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (3,4)	
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)	
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)	
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)	
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)	
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)	
Bloco Parlamentar M	inoria ( PSDB, DEM )	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)	
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Mário Couto (PSDB) (2)	3. Cyro Miranda (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)	
PTB		
Fernando Collor	1. Armando Monteiro	
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino	
PSOL		
	1.	

#### Notas:

<sup>\*.</sup> Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

<sup>\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

<sup>\*\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

- \*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- \*\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
- \*\*\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- 1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 CI).
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
- 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme ROS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa Telefone(s): 3303-4607

> Fax: 3303-3286 E-mail: scomci@senado.gov.br

## 8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva Telefone(s): 3303-4607 Fax: 3303-3286 E-mail: scomci@senado.gov.br

# 8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva Telefone(s): 3303-4607 Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao G	Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)	
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)	
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)	
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)	
Lídice da Mata (PSB)	6.	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)	
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)	
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)	
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)	
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)	
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Ataídes Oliveira (PSDB) (6)	1. Lúcia Vânia (PSDB)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)	
PTB		
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro	
PSOL		
	1.	

#### Notas:

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

<sup>\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

<sup>\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

<sup>\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro,

<sup>1.</sup> Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

- 2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Oficio nº 027/2011-GLDBAG).
- 3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Oficio nº 027/2011-GLDBAG).
- 4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- 5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins Reuniões: quartas-feiras, às 14h -Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627 E-mail: scomcdr@senado.gov.br

## 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)	
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)	
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)	

### Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )		
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)	
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)	
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)	

#### Notas:

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins Telefone(s): 3303-4282

> Fax: 3303-1627 E-mail: scomcdr@senado.gov.br

<sup>1.</sup> Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627 E-mail: scomcdr@senado.gov.br

## 9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins Telefone(s): 3303-4282 Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

### 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( P	Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB )	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)	
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)	
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)	
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)	
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)	
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)	
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)	
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)	
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)	
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Flexa Ribeiro (PSDB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) (4)	
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (7)	
PTB		
(1)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)	
PSOL		
	1.	

#### Notas:

- 1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
- 2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

<sup>\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Oficio nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

<sup>\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

<sup>\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

<sup>\*\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

- 4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
- 5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
- 6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 GLPTB).
- 7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella Reuniões: quintas-feiras, às 12h -Telefone(s): 3303-3506 E-mail: marcello@senado.gov.br

## 10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella Telefone(s): 3303-3506 E-mail: marcello@senado.gov.br

# 10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella Telefone(s): 3303-3506 E-mail: marcello@senado.gov.br

# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT,	PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)	
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)	
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)	
João Ribeiro (PR) (4)	4. Cristovam Buarque (PDT)	
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)	
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)	
Bloco Parlamentar ( PMDB, PP, PSC, PMN, PV )		
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,5)	
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)	
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)	
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)	
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)	
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)	
Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )		
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)	
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PTB		
Gim Argello	1. Fernando Collor	
PSOL		
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito	

#### Notas:

<sup>\*.</sup> Em 08.02.2011, foi lido o Oficio nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

<sup>\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

<sup>\*\*\*.</sup> Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

<sup>\*\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

<sup>\*\*\*\*\*.</sup> Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Oficio nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*\*\*. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

- 1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
- 2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -Telefone(s): 3303-1120 Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

## 11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira Telefone(s): 3303-1120 Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

# COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011

### **Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 5ª Eleição Geral: 23/11/2005
 2ª Eleição Geral: 30/06/1999 6ª Eleição Geral: 06/03/2007
 3ª Eleição Geral: 27/06/2001 7ª Eleição Geral: 14/07/2009
 4ª Eleição Geral: 13/03/2003 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
	PMDB
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
	PT
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
	PSDB
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
	PTB
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
	DEM
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
	PR
Vicentinho Alves (TO)	1.
	PP
Ciro Nogueira (PI)	1.
	PDT
Acir Gurgacz (RO)	1.
	PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (M	Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

#### Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260 E-mail:scop@senado.gov.br

#### 3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

**Atualização:** 26/04/2011

**Atualização:** 27/04/2011

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP) Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260 E-mail:scop@senado.gov.br

## 4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

**Atualização:** 26/04/2011

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260 E-mail:scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (7)

**VICE-PRESIDENTE:** 

1ª Designação: 03/12/2001 2ª Designação: 26/02/2003 3ª Designação: 03/04/2007 4ª Designação: 12/02/2009 5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS	
PMDB	
PT	
Gleisi Hoffmann (PR) (6)	
PSDB	
Lúcia Vânia (GO)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (4)	
DEM	
Maria do Carmo Alves (SE) (5)	
PR	
PP	
Ciro Nogueira (PI) (1)	
PDT	
PSB	
Lídice da Mata (BA)	
PC DO B	
Vanessa Grazziotin (AM) (3)	
PSOL	
Marinor Brito (PA) (2)	
PRB	
Marcelo Crivella (RJ)	
PSC	

Eduardo Amorim (SE)	
PPS	
PMN	
Sérgio Petecão (AC)	
PV	
Paulo Davim (RN)	

**Atualização:** 24/02/2011

#### **Notas:**

- 1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- 2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- 3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- 4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- 5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- 6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
- 7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo Telefone(s):3303-4561/3303-5258 Fax:3303-5258 E-mail:scop@senado.gov.br

# 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14) **VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (14)

**1ª Designação:** 23/03/2010 **2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS PMDB  Waldemir Moka (MS) (7)  PT  Jorge Viana (AC) (9)  PSDB  Cyro Miranda (GO) (11)  PTB  Armando Monteiro (PE) (10)  DEM  José Agripino (RN) (8)  PR  Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)  PPS		
Waldemir Moka (MS) (7)  PT  Jorge Viana (AC) (9)  PSDB  Cyro Miranda (GO) (11)  PTB  Armando Monteiro (PE) (10)  DEM  José Agripino (RN) (8)  PR  Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	MEMBROS	
PT  Jorge Viana (AC) (9)  PSDB  Cyro Miranda (GO) (11)  PTB  Armando Monteiro (PE) (10)  DEM  José Agripino (RN) (8)  PR  Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	PMDB	
Jorge Viana (AC) (9)  PSDB  Cyro Miranda (GO) (11)  PTB  Armando Monteiro (PE) (10)  DEM  José Agripino (RN) (8)  PR  Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)		
PSDB Cyro Miranda (GO) (11)  PTB Armando Monteiro (PE) (10)  DEM José Agripino (RN) (8)  PR Clésio Andrade (MG) (12)  PP Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC Eduardo Amorim (SE) (4)	PT	
Cyro Miranda (GO) (11)  PTB  Armando Monteiro (PE) (10)  DEM  José Agripino (RN) (8)  PR  Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)		
PTB Armando Monteiro (PE) (10)  DEM  José Agripino (RN) (8)  PR Clésio Andrade (MG) (12)  PP Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC Eduardo Amorim (SE) (4)	PSDB	
Armando Monteiro (PE) (10)  DEM  José Agripino (RN) (8)  PR  Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT   PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	Cyro Miranda (GO) (11)	
DEM  José Agripino (RN) (8)  PR  Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT   PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)		
José Agripino (RN) (8)  PR  Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT   PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)		
PR Clésio Andrade (MG) (12)  PP Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC Eduardo Amorim (SE) (4)	DEM	
Clésio Andrade (MG) (12)  PP  Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)		
PP Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	PR	
Ivo Cassol (RO) (6)  PDT  PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	Clésio Andrade (MG) (12)	
PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	PP	
PSB  Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	Ivo Cassol (RO) (6)	
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	PDT	
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)  PC DO B  Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)		
PC DO B Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	PSB	
Inácio Arruda (CE) (2)  PSOL  PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	Rodrigo Rollemberg (DF) (13)	
PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	PC DO B	
PRB  Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	Inácio Arruda (CE) (2)	
Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)	PSOL	
Marcelo Crivella (RJ) (1)  PSC  Eduardo Amorim (SE) (4)		
PSC Eduardo Amorim (SE) (4)	PRB	
Eduardo Amorim (SE) (4)	Marcelo Crivella (RJ) (1)	
<u> </u>	PSC	
PPS	Eduardo Amorim (SE) (4)	
~		

PMN	
Sérgio Petecão (AC) (3)	
PV	
Paulo Davim (RN) (5)	

**Atualização:** 03/05/2011

#### Notas:

- 1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
- 2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
- 6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
- 7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
- 8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
- 12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
- 13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

# PRESIDENTE: VICE-PRESIDENTE:

**1ª Designação:** 30/11/2010 **2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS	
PMDB	
Pedro Simon (RS) (6)	
PT	
Ana Rita (ES) (9)	
PSDB	
Cícero Lucena (PB) (10)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (11)	
DEM	
Maria do Carmo Alves (SE) (8)	
PR	
Blairo Maggi (MT) (12)	
PP	
Ana Amélia (RS) (7)	
PDT	
PSB	
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)	
PC DO B	
Inácio Arruda (CE) (2)	
PSOL	
PRB	
Marcelo Crivella (RJ) (1)	
PSC	
Eduardo Amorim (SE) (5)	
PPS	

PMN	
Sérgio Petecão (AC) (3)	
PV	
Paulo Davim (RN) (4)	

**Atualização:** 13/04/2011

#### Notas:

- 1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
- 2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
- 7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
- 8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
- 13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

## 8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)

**VICE-PRESIDENTE:** 

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (15)
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS
110
PMN
A LYRI Y

Sérgio Petecão (AC) (6)

PV

Paulo Davim (RN) (2)

**Atualização:** 05/05/2011

#### Notas:

- 1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
- 2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
- 5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
- 6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
- 7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
- 8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data. 10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
- 11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
- 12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
- 13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
- 15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo Telefone(s):(61)3303-5255 Fax:(61)3303-5260 E-mail:scop@senado.gov.br

#### **CONSELHOS**

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL (Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972) (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

#### **COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Senador José Sarney (PMDB/AP) Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u>	<u>PRESIDENTE</u>
Marco Maia (PT/RS)	José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE	1ª VICE-PRESIDENTE
Rose de Freitas (PMDB/ES)	Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE	2º VICE-PRESIDENTE
Eduardo da Fonte (PP/PE)	Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO	<u>1º SECRETÁRIO</u>
Eduardo Gomes (PSDB/TO)	Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO	2º SECRETÁRIO
Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO	3º SECRETÁRIO
Inocêncio Oliveira (PR/PE)	João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u>	4º SECRETÁRIO
Júlio Delgado (PSB/MG)	Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
João Paulo Cunha (PT/SP)	Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	Fernando Collor (PTB/AL)
Cando / Modrio Edidia (1 Obb/ 30)	Torrida Conor (TETAL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP) Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991) (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

#### **COMPOSIÇÃO**

Presidente:	
Vice-Presidente:	

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

<sup>1</sup>ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991) (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

#### **COMISSÕES DE TRABALHO**

- 01 COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO **COMUNITÁRIA**
- 02 COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL
- 03 COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA
- 04 COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO
- 05 COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL (Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

#### **COMPOSIÇÃO**

Presidente:	
Vice-Presidente:	
Vice-Presidente:	

#### Senado Federal

Titulares	Suplentes

#### **Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes

#### MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente:	
Vice-Presidente:	
Vice-Presidente:	
Vice-Presidente:	

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878 Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cprc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

#### COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

#### **COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)<sup>1</sup>

Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA  Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

<sup>1-</sup> Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.



Edição de hoje: 304 páginas OS: 2011/12294